

ESCOLA DE GUERRA NAVAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS MARÍTIMOS

JÉSSICA DE FREITAS E GONZAGA DA SILVA

“NA PAZ, CUMPRE-SE PREPARAR A GUERRA”: A ARMADA
IMPERIAL E A DEFESA DA FRONTEIRA DA PROVÍNCIA DE MATO
GROSSO CONTRA A REPÚBLICA DO PARAGUAI (1852-1865)

RIO DE JANEIRO

2017

JÉSSICA DE FREITAS E GONZAGA DA SILVA

**“NA PAZ, CUMPRE-SE PREPARAR A GUERRA”: A ARMADA IMPERIAL E A
DEFESA DA FRONTEIRA DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO CONTRA A
REPÚBLICA DO PARAGUAI (1852-1865)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos.
Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Cláudio Marin Rodrigues

RIO DE JANEIRO

2017

S586n Silva, Jéssica de Freitas e Gonzaga da

“Na paz, cumpre-se preparar a guerra”: a Armada Imperial e a defesa da fronteira da província de Mato Grosso contra a República do Paraguai (1852-1865)./ Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva.____
Rio de Janeiro, 2017.

212 f. : il.

Orientador: Cláudio Marin Rodrigues.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2017.

1. Armada Imperial - Brasil. 2. Guerra do Paraguai. 3. Brasil Fronteiras. I. Rodrigues, Cláudio Marin. II. Escola de Guerra Na (BRASIL). III. Título.

CDD 989.205

JÉSSICA DE FREITAS E GONZAGA DA SILVA

**“NA PAZ, CUMPRE-SE PREPARAR A GUERRA”: A ARMADA
IMPERIAL E A DEFESA DA FRONTEIRA DA PROVÍNCIA DE MATO
GROSSO CONTRA A REPÚBLICA DO PARAGUAI (1852-1865)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos.
Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Aprovada em: 19 de abril de 2017

Banca Examinadora:

Prof. Dr. CMG (Ref^o) Cláudio Marin Rodrigues - Orientador
Escola de Guerra Naval

Prof. Dr. CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida
Escola de Guerra Naval

Prof. Dr. Marcial Alcício Garcia Suarez
Universidade Federal Fluminense

À Angela Marilza de Freitas,
Regina Maria Martins Pereira Wanderley,
José Arthur Alves da Cruz Rios,
Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

A pesquisa histórica pode ser um trabalho solitário, quando pensamos no historiador sentado em uma cadeira, lendo um documento, perdido em seus pensamentos teóricos em arquivos do país ou do mundo. Contudo, a elaboração dessa dissertação de mestrado não foi solitária. Pelo contrário, muitas pessoas contribuíram com discussões, ideias e apoio, enriquecendo minha pesquisa e me auxiliando no processo de amadurecimento pessoal e intelectual. Um singelo agradecimento é a homenagem que presto a essas pessoas e instituições.

À Escola de Guerra Naval, agradeço pela experiência adquirida durante os dois anos de intensivo aprendizado. Nunca me senti tão livre e estimulada a pensar criticamente sobre assuntos tão diversos. Em especial, aos professores e funcionários: Prof. André Beirão; Prof.^a Sabrina Medeiros; Prof. Claudio Corrêa; Prof. Francisco Eduardo Alves de Almeida; Prof. Ricardo Cabral; Prof. Leonardo Mattos; CMG Ricardo Wagner de Castilho Sá; 1º Tenente Marisol Pensado Pazos e SO-RM1 Valdir Jorge Luiz.

Ao Clube Naval, especificamente, ao Almirante Paulo Frederico Soriano Dobbin e ao Comandante Chagas, agradeço pelo subsídio fornecido para realização dessa pesquisa.

Ao meu orientador, professor Claudio Marin, eu agradeço por apoiar a pesquisa, pelas críticas e estímulos, me incentivando sempre a melhorar.

Ao professor Gabriel Passetti, sou grata pela participação na banca de qualificação com sugestões de grande valia, fundamentais para o resultado final do trabalho.

Ao Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins (*in memoriam*), eu agradeço por ter acreditado no meu trabalho, desde a graduação, apoiando meu projeto de pesquisa para o mestrado. Sentimos sua falta.

À Diretoria de Patrimônio Histórico e Documental da Marinha (DPHDM), em especial, ao Capitão de Corveta Marcello Loureiro pela leitura do trabalho, sugestões e incentivos e ao Suboficial (FN) Jandi Trindade de Oliveira por me auxiliar na pesquisa documental, pela amizade e apoio à minha trajetória.

Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em especial, ao Presidente Arno Wehling pelas discussões acerca do projeto de pesquisa e indicações de bibliografia e

fontes documentais e ao Embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa pelas discussões sobre política externa e empréstimos de livros.

À Professora Regina Maria Martins Pereira Wanderley, quem devo minha formação enquanto historiador, sem seu apoio, ensinamentos e puxões de orelha, não teria chegado até aqui. Obrigada por tudo!

Ao Carlos Eduardo de Almeida Bouret, Gustavo Bouret e família, eu agradeço pela recepção, atenção e carinho durante minha estadia em Cuiabá.

Ao chefe, amigo, professor, sociólogo José Arthur Alves da Cruz Rios, eu agradeço por todo apoio e incentivo à minha carreira. Sou grata por todas as conversas diárias, discutindo, exaustivamente, minhas dúvidas e descobertas, transmitindo seu conhecimento e experiência. Inclusive, obrigada pela compreensão, permitindo minhas ausências para realização do trabalho.

À amiga Edina Laura Nogueira da Gama, agradeço pela amizade, carinho, apoio e pelas conversas sobre história naval brasileira. É muito importante contar com sua sabedoria e experiência.

Aos colegas da turma de 2015, em especial, Gildo José dos Reis, Luciane Noronha Moreira de Oliveira, Nelson Ricardo Calmon Bahia, Rogério da Nascimento Carvalho. Sou abençoada por ter ganhado tantos amigos verdadeiros.

Ao amigo Pedro Gustavo Aubert, agradeço pela amizade, pela parceria nos trabalhos e pelas profícuas discussões sobre política externa brasileira.

Ao amigo João Gilberto Agostinho Pereira (JG), sou grata pela amizade e pelo apoio, nunca deixando faltar seu ombro amigo e os poderosos conselhos. Obrigada por tudo!

À mamãe, Angela Marilza de Freitas, amor da minha vida, eu agradeço por sempre acreditar em mim, me apoiando e jamais me deixando desistir. Sem você nada seria possível. A realização dos meus sonhos é também a concretização dos seus. Seguimos unidas na nossa caminhada. Eu te amo incondicionalmente.

RESUMO

Durante o processo de consolidação dos Estados Nacionais na bacia do Prata, na segunda metade do século XIX, a fronteira entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, compreendida pela área entre o rio Branco e o rio Apa, tornou-se território litigioso devido ao seu caráter estratégico. A manutenção da soberania brasileira sobre a fronteira e a garantia da livre navegação do rio Paraná e do rio Paraguai eram prerrogativas para unidade do território e fortalecimento do Estado. A disputa territorial, pela livre navegação e por poder na região resultou em conflitos políticos entre o Império do Brasil e o Paraguai, resultando na Guerra do Paraguai (1864-1870). Entre 1852 e 1858, o Estado brasileiro considerou recorrer à guerra para alcançar seus interesses políticos. Diante desse contexto, o Estado mobilizou o Ministério da Marinha com o objetivo de preparar a Armada Imperial para um possível conflito armado, promovendo a defesa, ocupação e integração da província de Mato Grosso. Analisaremos as seguintes medidas realizadas no período entre 1852 e 1865: o Trem Naval do Mato Grosso, Estação Naval do Mato Grosso, modernização tecnológica da Esquadra e o Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar, identificando, inclusive, os problemas enfrentados para execução dos projetos estratégicos que corroboraram para invasão do território do Mato Grosso pelas forças paraguaias entre 1864 e 1865.

Palavra-Chave: Armada Imperial. Fronteira. Guerra do Paraguai

ABSTRACT

During the process of consolidation of nation States in the Río de La Plata Basin, in the second half of 19th century, the border between the Brazilian Empire and Republic of Paraguay, comprised by the area between the Branco River and Apa River, became a litigious territory due to its strategic specificities. The maintenance of brazilian sovereignty on the border and the guarantee of free sailing at Paraná River and Paraguay River were prerogatives for the unity of territory and the strenghtening of the State. The disputes for Power, territory and free sailing rights resulted in political conflicts between the Brazilian Empire and Paraguay, leading to the Paraguay War (1864-1870). Between 1852 and 1858, the brazilian State considered war to achieve its political purposes. Ahead of this context, the State mobilized the Ministry of the Navy to get the Imperial Fleet ready for a possible armed conflict, promoting the defense, occupation and integration of the Mato Grosso Province. We seek to analyse the following measures between 1852 and 1856: the Naval Train of Mato Grosso, the Naval Station of Mato Grosso, the technological modernization of the fleet and the Naval Establishment and Military Colony of Itapura. We will also identify the problems faced for the execution of the strategic projects which contributed to the paraguayan invasion of Mato Grosso between 1864-1865

Keywords: Imperial Fleet. Borders. Paraguay War.

“Não se improvisam navios, aprestos militares e guarnições, de um momento para o outro; e não é na hora de eventualidade que se deve procurar os meios de ação e defesa”.

José Maria da Silva Paranhos (1854)

LISTA DE TABELAS

1. Barcas construídas no Trem Naval do Mato Grosso (1844-1856)	142
2. Quadro de pessoal do Trem Naval do Mato Grosso (1857)	143
3. Mapa dos operários do Trem Naval do Mato Grosso (1857)	144
4. Mapa da Companhia de Imperiais Marinheiros do Trem Naval do Mato Grosso (1857)	145
5. Navios pertencentes à Estação Naval	148
6. Navios construídos na Europa	160
7. Trajeto de integração Rio de Janeiro a Miranda por Itapura	164

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1: A importância estratégica do território fronteiriço da província de Mato Grosso para consolidação do Estado Brasileiro.	33
1.1 A expansão do território colonial.....	34
1.2 A Capitania de Mato Grosso.....	35
1.3 A província de Mato Grosso na consolidação do Estado Imperial.....	42
1.4 A defesa da província de Mato Grosso no discurso político brasileiro	47
Capítulo 2: “Na paz cumpre-se preparar a guerra”: perspectiva de guerra contra a República do Paraguai	57
2.0 A Guerra como instrumento da política do Estado no século XIX	57
2.1 A concepção de guerra na política externa brasileira para o rio da Prata	64
2.2 Império do Brasil e a República do Paraguai: iminência de guerra.....	72
2.3 A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai (1864-1870).....	85
Capítulo 3:	90
Atuação da Armada Imperial na defesa da província de Mato Grosso (1852-1864)	90
3.1 A Força Naval e a Consolidação do Estado Imperial	91
3.2 Processo de modernização da Armada Imperial.....	94
3.3 Os anos de 1850: A Armada Imperial como instrumento político do Estado Imperial..	99
3.4 Atuação do Ministério da Marinha para defesa da fronteira de Mato Grosso	101
3.4.1 Ministério de Zacarias de Góis e Vasconcelos (11/05/1852-06/09/1853)	102
3.4.2 Ministério José Maria da Silva Paranhos (15/12/1853-14/06/1855).....	106
3.4.3 Ministério João Maurício Wanderley (14/06/1855-8/10/1856)	111
3.4.4 Ministério José Maria da Silva Paranhos (8/10/1856-4/05/1857).....	113
3.4.5 Ministério José Antônio Saraiva (4/05/1857-12/12/1858).....	119
3.4.6 Ministério Antônio Paulino Limpo de Abreu (12/12/1858-10/08/1859).....	125

3.4.7 Ministério Francisco Xavier Paes Barreto (10/10/1859-3/03/1861).....	127
3.4.8 Ministério Joaquim José Inácio(3/3/1861-24/05/1862)	129
3.4.9 Ministro Joaquim Raimundo Lamare (30/05/1862-15/01/1864)	130
3.4.10 Ministério Francisco Xavier Pinto Lima (31/08/1864-12/05/1865)	132
Capítulo 4: A estratégia da Armada Imperial para defesa da fronteira de Mato Grosso com a República do Paraguai	138
4.1 Os estabelecimentos navais de Mato Grosso e o policiamento da fronteira.....	139
4.1.1 Trem Naval do Mato Grosso	139
4.1.2 Estação Naval do Mato Grosso	147
4.2 A modernização da Armada Imperial para o teatro de operação fluvial	151
4.2.1 A Guerra da Crimeia	152
4.2.2 O impacto da Guerra da Crimeia na estratégia naval	153
4.2.3 A missão do Almirante Tamandaré na Europa	156
4.3 A integração da província de Mato Grosso, a partir do Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar.....	161
4.3.1 A expedição de Antônio Mariano de Azevedo ao rio Tietê	162
4.3.2 O Estabelecimento Naval de Itapura e Colônia Militar	166
4.4 A Invasão Paraguaia à província de Mato Grosso	172
Conclusão	181
Referências Bibliográficas	191
Anexo: Caderno de Mapas e Imagens	203

Introdução

Desde o processo de formação do Estado, no século XVII, o território representou prerrogativa para sua existência. O Tratado de paz de Vestfália (1648), após o fim da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), corroborou para formulação do conceito de Estado soberano cujos elementos constitutivos são: território definido e reconhecido; população, governo aceito, poder soberano nas dinâmicas internas e externas. A formação dos Estados nacionais, nesses moldes, modificou as relações políticas no sistema internacional¹. A partir do século XIX, com a consolidação do Estado moderno e a ideologia nacionalista, o território tornou-se não só sede, mas o espaço que determina o controle político, ou seja, exercício do poder soberano e o monopólio do uso da força. A configuração do território implicou na consolidação de fronteiras e a definição do seu limite.

Inicialmente, é necessário estabelecer a diferença conceitual entre limite e fronteira. O geógrafo André Martin definiu limite como “linha imaginária, marcada na superfície terrestre por objetos naturais ou artificiais²”. Por sua vez, a professora Lia Osório Machado analisou que o limite jurídico do território é uma “abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial, portanto, um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas³”. Ao longo da história, a concepção de limite esteve associada ao processo de consolidação do Estado. O limite contribuiu para organização coesa, pois representa o espaço máximo para o exercício do poder soberano, o emprego da força, circulação da moeda, cobrança de impostos e normas socioculturais. Sendo assim, o limite é negociado à luz do direito internacional e representado na cartografia a fim de transpor para realidade a perspectiva abstrata do significado do Estado e a separação entre dois países soberanos⁴.

O processo histórico vivenciado pelo Estado, desenvolvendo sua política e economia, implicou no aumento da comunicação, modificou o significado da fronteira que, por sua vez, assumiu caráter político. De acordo com C. Raffestin, a fronteira ganhou sentido “quando o Estado moderno atingiu um controle territorial ‘absoluto’ e tornou unívoca a mensagem

¹ CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: FUNAG, 2012, pp. 100-110.

² MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. São Paulo: Contexto, 1994, p.48.

³ MACHADO, Lia Osório de. Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. In: *Revista Território*, Rio de Janeiro, n.8, pp. 9-29, 2000, p. 9.

⁴ GOMES, Enrico Diogo Moro. Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da serra de Maracajú. In: *Cadernos do CHDD*. Brasília, ano 1, nº 19, 2011, pp. 18.

fronteira = limite sagrado⁵”. Enquanto o limite é objeto de reflexão da diplomacia, a fronteira é domínio dos povos. Daí, seu caráter natural. A fronteira é uma faixa ou zona, espaço dinâmico de integração política, econômica e sociocultural onde interagem identidades distintas. As finalidades atribuídas à fronteira são: I- Distinção, definição da área que pertence a cada ator que compartilha uma área fronteiriça; II- Proteção do território nacional. Em caso de guerra, através das fronteiras naturais ou da construção de fortificações, e durante a paz, através da alfândega, fiscalização dos imigrantes e mercadorias; III- Isolamento e, ao mesmo tempo, IV- Promoção do intercâmbio com o exterior. A função de isolamento foi historicamente adotada pelos Estados a fim de dificultar a comunicação com o exterior. As fronteiras políticas assim como os obstáculos naturais, enquanto simultaneamente a fronteira colabora na promoção das trocas comerciais e na interpenetração de pessoal⁶. O movimento da população nessa área pode transcender ao limite jurídico do Estado, desconsiderando os tratados acordados anteriormente e, às vezes, provocar um conflito, implicando na revisão dos limites⁷.

O geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), a partir de sua concepção do Estado como um organismo vivo, baseado na sua função de articulador entre o povo e o solo, analisou a fronteira como um instrumento vivo que avança ou refluí de acordo com o interesse do país que a controla. É um ato político. Em sua visão, um Estado forte é aquele centralizado, dependendo, portanto, da unidade política territorial. Por essa razão, a preocupação de Ratzel com o desenvolvimento desigual das diversas regiões que o compõem. O geógrafo atentou-se para relação entre o centro e a periferia dentro do sistema e o incentivo à criação de uma estrutura de circulação porque defendia que caberia ao governo central articular seu espaço de domínio, sobretudo, considerando os riscos de ação do inimigo.

A interpretação de Ratzel sobre a fronteira pode ser resumida a partir da seguinte lei: “A fronteira é o órgão periférico do Estado e, como tal, é o indício do crescimento da força e das modificações deste organismo⁸”. Essa faixa é dinâmica, devido à interpenetração dos

⁵ RAFFESTI, C. Por uma geografia do poder. Apud MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora Unesp, 1997, p. 31.

⁶ BACKHEUSER, Everardo. *Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952, pp. 87-92.

⁷ MACHADO, Lia Osório d. *op. cit.* pp. 9-29.

⁸ TOSTA, Otávio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984, p. 11.

povos. Portanto, sua defesa é vital para consolidação do território, pois: “um povo regride quando perde território. (...) é de uma maneira geral, o começo do fim⁹”.

Devido ao fenômeno de interação, a fronteira pode representar uma ameaça ao poder central. A adoção de interesses distintos desses locais em relação ao restante do país e a disputa por poder entre os países fronteiriços, inclusive por território, podem implicar na eclosão de conflitos. Segundo Lia Osório: “Cada lugar quer estender sua esfera de influência e reforçar sua centralidade além dos limites internacionais e sobre as faixas de fronteiras¹⁰”.

O sociólogo Julien Freund explica que o conflito é o “enfrentamento por choque intencionado, entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam (...) uma intenção hostil, em geral, a propósito de um direito¹¹”. O direito sobre a posse de territórios representou, ao longo da história, um dos fatores para eclosão de conflitos políticos. Não é o território em si que provoca o embate, mas seu caráter estratégico, como a localização próxima às linhas de comunicação, portos e postos militares; terras férteis para agricultura e outros recursos que detêm valor econômico. As áreas fronteiriças são propícias a tornarem-se alvos de interesses dos Estados, provocando a eclosão de embates políticos, chegando ao emprego da violência: a guerra¹².

O caráter político da fronteira implica na ação do Estado em promover sua defesa a fim de garantir sua soberania. Carlos de Meira Mattos explicou que a política de fronteira começa pelos tratados internacionais que definem os limites, depois pela cartografia, seguida pela demarcação que lhes concede a expressão física do terreno. Entretanto, como são regiões de interesses internacionais confinantes, cumpre vigiá-las, povoá-las e harmonizar esses interesses das populações¹³. O diplomata Teixeira Soares, autor da obra *História da Formação das Fronteiras do Brasil* (1973), interpretou se a fronteira é o condicionamento resultante de uma política, torna-se imperativa uma política de fronteira. Tal política deve ser: “vigilante, previdente, construtiva, para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas, bem como sensibilizadas demográfica e economicamente”. Caso um Estado não atue, as fronteiras

⁹ Ibidem, p. 42.

¹⁰ MACHADO, Lia Osório de. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, T. M; DAMIANI, A; SCHAFFER, N. O; BAUTH, V. S. (Org.). *Fronteiras e Espaço Global*. AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p. 43.

¹¹ FREUND, Julien. *Sociología del conflicto*. Madrid: Ediciones Ejército, 1995, p. 59.

¹² GILBER, Douglas M. *A paz territorial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2015, pp. 30-32.

¹³ MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Teoria de Fronteiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1990, p. 25.

serão mortas e “darão imagem pouco favorável de um país que não cuida das suas lindes, porque fronteiras protegidas e povoadas enaltecem o espírito de providência e de organização de um povo¹⁴”.

A defesa da soberania brasileira na fronteira com a República do Paraguai era condicionante para a segurança¹⁵ da província de Mato Grosso. A Constituição brasileira outorgada¹⁶, em 1824, determinava no artigo 145º: “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a independência e integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos ou internos¹⁷”. Como a integridade territorial era prerrogativa para o fortalecimento do poder do Estado, o governo imperial promoveu esforços para defender seus interesses sobre a área litigiosa. No âmbito político, a diplomacia foi atuante na negociação de um Tratado de Amizade, Comércio, Limite e Navegação, entre 1844 e 1865. Os embates de interesses, no que tange ao território fronteiriço e o livre trânsito do rio Paraguai, transformou-se em conflito. A guerra era um instrumento político do Estado para alcançar seus objetivos contra o Paraguai, implicando na mobilização do Ministério da Marinha para empregar a Armada Imperial para atuar na região no possível conflito armado, promovendo a defesa do território.

A dissertação será desenvolvida a partir da seguinte problemática: Durante o processo de consolidação das fronteiras brasileiras, enquanto a diplomacia negociava os limites com o governo de Assunção, como o Estado empregou a Armada Imperial para defender sua

¹⁴ SOARES, Teixeira. *História da Formação das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1973, p. 19.

¹⁵ No *Dicionário da Língua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto (1832) o significado de segurança é: “Estado livre de perigo”. Ver: PINTO, Luiz Maria da Silva Pinto. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832, p. 122. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/3/seguran%C3%A7a>, acesso em 02 fev. 2017.

¹⁶ O objetivo da Assembleia Constituinte era elaborar a Constituição, além de exercer função legislativa. Ao longo das reuniões, foram debatidos diversos projetos políticos, sobre o modelo de monarquia constitucional, relação entre o governo central e as províncias, cidadania, escravidão, etc. Em 12 de junho de 1823, era divulgada a nomeação dos membros da Comissão de Fora de Marinha e Guerra pertencente à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, composta por Primeiro Almirante Lord Cochrane, Almirante Rodrigo Pinto Guedes, Marechal-de-Campo Joaquim de Oliveira Álvares, Brigadeiro Quartel-Mestre General Manuel da Costa Pinto, Brigadeiro Ajudante-General Francisco Maria Gordilho Veloso de Barbuda, Capitão-de-Mar-e-Guerra Diogo Jorde de Brito, Coronel de Engenheiros Francisco Cordeiro da Silva Torres e Coronel de Engenheiros Francisco José de Sousa Soares de Andréa. Em 1824, D. Pedro I dissolveu a Assembleia, estabelecendo a reunião do Conselho de Estado para redigir o projeto de Constituição, mais tarde, outorgada pelo Imperador.

¹⁷ BRASIL. Constituição de 1824. Outorgada em 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm, acesso em 5 nov. 2016.

soberania na área litigiosa da fronteira da província de Mato Grosso com a República do Paraguai durante 1852 e 1865? O Ministério da Marinha formulou uma estratégia?

O critério utilizado para delimitar o marco temporal, 1852 a 1865, obedece à conjuntura histórica do período. O ano de 1852 foi marcado pelas transformações na política regional, após a queda do General Juan Manuel de Rosas (1793-1877) em Buenos Aires. O Presidente do Paraguai, Antônio Carlos López (1790-1862) modificou sua posição junto ao Brasil, buscando exercer seu poder sobre o território em litígio e o controle sobre os rios, bloqueando o acesso brasileiro. Iniciava um conflito. O governo imperial passou a considerar o emprego do poder militar e o uso da guerra contra o Paraguai. Em 1858, após a Missão de José Maria da Silva Paranhos a Assunção, o Tratado de Livre Navegação foi assinado, solucionando a disputa por meio da diplomacia, sem recorrer ao emprego da violência *a priori*. A partir de 1862, ocorreu outro ponto de inflexão na dinâmica regional. Na Argentina, o processo de reunificação nacional¹⁸. No Paraguai, ascendeu ao poder Solano López (1827-1862) que elaborou nova política paraguaia para bacia do Prata. No Brasil, o Partido Conservador foi substituído pela Liga Progressista¹⁹. A escala de crise provocou a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai em 1864 e a invasão ao Mato Grosso (1864-1865).

A segurança do Estado depende das relações entre civis e militares, inclusive, na elaboração e execução de políticas. O objetivo é evitar que forças externas ameacem o país, manutenção da segurança interna para impedir a ameaça de subversão e a promoção da segurança situacional, evitando uma ruptura devido às mudanças na conjuntura doméstica, conforme explica Samuel Huntington em *O Soldado e O Estado* (1996). Dialogando com o governo, as instituições militares desempenham papel na formulação de política institucional e operacional cuja finalidade é o fortalecimento do Estado.

¹⁸ O embate de projetos políticos baseados na centralização de poder e interesses locais refletiam entre a Confederação Argentina (Entre Ríos e Corrientes) e Buenos Aires desde o período após a Independência. Em 1861, com a queda de Justo José Urquiza (1808-1870), Ex-Presidente da província de Entre Ríos, Bartolomeu Mitre (1821-1906), então Governador de Buenos Aires, foi nomeado Presidente da Argentina. Desde então, os argentinos iniciaram o processo de consolidação do Estado, a partir do projeto político de unidade e centralização do poder sob liderança de Buenos Aires, apesar dos movimentos rebeldes financiados pelos caudilhos provinciais. Ver: FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 2006, pp. 24-38.

¹⁹ Em 1860, nas eleições legislativas, ganhou a chapa liberal. Na Câmara dos Deputados, houve a formação de alianças políticas entre as seguintes facções: conservador moderado e liberal, formando a Liga Progressista, contribuindo para queda do Gabinete Conservador. DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 44.

No caso da estrutura política do Império do Brasil, o Ministério da Marinha²⁰ era integrante do poder Executivo cuja função imediata era administrar a Armada, provendo a segurança do Estado. Na obra *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império* (1857), José Pimenta Bueno atribuiu à Marinha de Guerra os serviços: inspeção de suas repartições consultivas; Justiça Criminal da Armada; Quartel-General da Marinha; Instrução, Academia e Escola da Marinha; Recrutamento; Material da Armada e Força Naval; Estabelecimento de construção de obras marítimas, bases militares e armamentos; Repartição de saúde e eclesiástica; Direção e movimento das forças; Polícia e serviço dos portos, navegação e pesca²¹.

A formação da Marinha Imperial foi concomitante com a constituição do Império do Brasil. A necessidade de obter uma força naval capaz de defender a independência do país justificou o caráter emergencial da reorganização de seu ministério, a partir do aproveitamento das heranças portuguesas. A primeira função estratégica planejada para Armada Imperial foi garantir a soberania brasileira, consolidando a comunicação do país a partir do mar, assegurando, dessa forma, a unidade nacional durante as Guerras de Independência (1822-1824). A esquadra utilizou, em cooperação com as forças terrestres, a estratégia do bloqueio naval das regiões que permaneciam fiéis a Portugal, impedindo o abastecimento das forças e a chegada de reforços; Apoio às forças nacionais com tropas terrestres e fogo naval. Durante as Revoltas Regências, entre 1835 a 1845, as forças navais atuaram na manutenção da ordem interna, reprimindo qualquer tentativa de esfacelamento do território nacional, combatendo as revoltas, Cabanagem, no Grão Pará, a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e a Sabinada, na Bahia.

A modernização da esquadra, a partir de 1840, obedeceu aos interesses políticos do projeto de consolidação do Estado nacional, inclusive, para atender as necessidades da política externa: o reconhecimento internacional, o tráfico de escravos e as intervenções regionais. O governo imperial dependia de uma força naval capaz de atuar na bacia do Prata, na defesa do litoral e nas rotas marítimas com o continente africano. Articulada com a diplomacia brasileira, a Armada desempenhou: intervenções militares (Guerra contra Oribe e

²⁰ O Ministério da Marinha foi constituído como repartição autônoma, após a dissolução do Ministério da Marinha e Ultramar pela lei de 23 de agosto de 1821.

²¹ BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*. In: KUGELMAS, Eduardo. *Marquês de São Vicente*. São Paulo: Editora 34, 2002, pp. 363-364.

Rosas 1851-1852); escolta dos políticos brasileiros enviados para as negociações (Missão Saraiva e Missão Rio Branco no Uruguai 1864-1865), e diplomática com o envio de oficiais da Marinha para negociação de tratados e demonstração do seu poderio militar (Envio do Chefe de Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira ao Paraguai 1854-1855).

No caso específico da defesa da província de Mato Grosso, a Marinha de Guerra atuou devido ao caráter geográfico, fronteira fluvial, promovendo a comunicação do interior com o centro de poder e na construção de planos de defesa. Destacamos as seguintes medidas realizadas no Ministério da Marinha entre 1852 e 1865: encomendas de canhoneiras e encouraçados ingleses e franceses (1854-1858); manutenção da flotilha do Mato Grosso; envio do vapor *Maracanã* para o reconhecimento do rio Paraguai (1856); modernização do Trem Naval do Mato Grosso composto pelo Arsenal de Marinha de Cuiabá, barcas canhoneiras e Companhia de Imperiais Marinheiros, Estação Naval do Mato Grosso (1858), Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar (1858) e a criação do Estaleiro de Dourados (1859).

O trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro apresenta a importância estratégica do território da província de Mato Grosso para consolidação do território e o fortalecimento do Estado brasileiro. Iniciamos, explicando o processo de formação da fronteira, durante o período colonial, para demonstrar que havia uma percepção de ameaça sobre a tomada do território pelos espanhóis, implicando na criação de uma estratégia de defesa fluvial, naquele período, que seria retomada, mais tarde, durante o século XIX. Em seguida, a partir da análise documental dos relatórios da presidência da província de Mato Grosso, explicamos a conjuntura política, econômica e social, além dos problemas de infraestrutura que estavam associados às dificuldades de prover a segurança da província e que justificam a dependência do poder central para defender a fronteira com a República do Paraguai. Encerramos o capítulo, analisando o pensamento dos seguintes políticos brasileiros sobre a defesa da fronteira de Mato Grosso: Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878), Francisco Varnhagen (1816-1878), Tenente-general Francisco José Soares de Souza de Andréa (1781-1858) e José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), buscando comprovar que havia uma percepção de ameaça sobre violação da integridade territorial de Mato Grosso e, com isso, tais políticos formularam estratégias para defender a soberania brasileira na fronteira em litígio, no âmbito político diplomático e militar estratégico. Justificamos esse capítulo visto que fornece subsídios para compreender as razões pelas quais era pertinente a ação da Armada

Imperial na fronteira ocidental, fundamentada pelo próprio processo histórico da região e o pensamento político e estratégico da época.

O segundo capítulo almeja apresentar as relações diplomáticas entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, entre 1852 e 1864. A partir da análise de discurso de José Maria da Silva Paranhos e o Paulino José Soares de Souza e a interpretação de documentos publicados pelo Arquivo Histórico de Assunção publicadas no livro *Paraguay y Brasil: documentos sobre las relaciones binacionales (1844-1864)* (2007), organizado por Guildo Rodrigues Alcalá e José Eduardo Alcázar, observaremos como a força e a ameaça de guerra foram empregadas como um instrumento político do Estado brasileiro para obter seus interesses na definição dos limites, na livre navegação e projeção de poder na bacia do Prata. A relevância dessa análise para o objeto central da dissertação está associada à interpretação baseada na perspectiva de guerra contra o Paraguai como condicionante para a mobilização da força naval e a elaboração de planos estratégicos pelo Ministério da Marinha para defesa da província de Mato Grosso. Sendo assim, é importante apresentar o processo que desencadeou o conflito político que iria culminar na eclosão da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai (1864-1870).

Apresentamos, no terceiro capítulo, a análise sobre medidas promovidas pelo Ministério da Marinha, entre 1852 e 1864, para província de Mato Grosso, a partir da interpretação dos relatórios assinados pelos Ministros da Marinha à Câmara dos Deputados cotejando-o com outras fontes complementares, incluindo a correspondência do Quartel General da Marinha com a presidência da província de Mato Grosso. Inicialmente, apresentamos o papel da Armada Imperial para consolidação do Estado Brasileiro, a fim de demonstrar que a política estratégica que fundamentava sua ação estava baseada na defesa da integridade do território brasileiro e a instituição era um instrumento de força do Estado para o fortalecimento do seu poder. É pertinente apresentar a conjuntura da Marinha de Guerra para compreendermos que a instituição militar também experimentava seu próprio processo de consolidação buscando reformas administrativas e tecnológicas, em concomitância, com o processo do Estado brasileiro, para cumprir as missões designadas pelo governo imperial. Dessa forma, analisaremos como o Ministério da Marinha mobilizou a força naval para província de Mato Grosso e a influência da conjuntura histórica sobre sua ação militar na fronteira ocidental do Império.

Prosseguiremos, no quarto capítulo, com a análise aprofundada sobre as seguintes medidas: criação dos estabelecimentos navais da província de Mato Grosso, - o Trem Naval do Mato Grosso composto por Arsenal de Marinha, Companhia de Imperiais Marinheiros e barcas canhoneiras e Estação Naval do Mato Grosso; a modernização tecnológica da esquadra e a criação do Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar como projeto estratégico do Ministério da Marinha para integração da fronteira de Mato Grosso por vias nacionais. Interpretamos essas ações como medidas criadas devido à perspectiva de guerra contra a República do Paraguai, com a missão de policiar, ocupar e integrar a fronteira e preparar o contingente militar da região para o conflito armado. Por fim, apresentaremos a reflexão, buscando responder por que a invasão paraguaia ao Mato Grosso foi bem sucedida, apesar da ação da Armada Imperial para defesa da fronteira.

Revisão da Literatura

A Guerra da Tríplice Aliança contra a Guerra do Paraguai (1864-1870) foi marco na história política dos países do rio da Prata. Foram protagonistas o Império do Brasil, Argentina, Uruguai e o Paraguai e contaram com a participação de potências estrangeiras como Estados Unidos da América, Reino Unido, França e Prússia. Foi um conflito provocado, de forma geral, pela disputa de poder, durante o processo de consolidação dos Estados nacionais na região, mobilizando esforços políticos e militares dos atores beligerantes.

Ao término, desencadeou profundas transformações na estrutura interna desses Estados e nas relações políticas e sociais na bacia do Prata. No Império do Brasil, o conflito demonstrou como o sistema escravocrata foi um óbice para o recrutamento militar, embora o país tenha conseguido mobilizar recursos financeiros, homens e armas, liderando a organização militar e estratégica das forças aliadas. A sua vitória garantiu seus interesses regionais como a definição dos limites e o livre trânsito no rio Paraná e rio Paraguai²².

Na Argentina, o conflito contribuiu para o acirramento das disputas políticas entre o poder central e as forças federalistas que criticavam o alinhamento político com o Rio de Janeiro. A guerra contribuiu para centralização e fortalecimento do Estado argentino. No âmbito econômico, apesar das dívidas de guerra, as províncias argentinas produziram cereais e gado que foram comprados pelo Brasil para abastecer as tropas aliadas, estimulando o crescimento da economia. No Uruguai, o conflito implicou no aumento das incursões dos

²² DORATIOTO, Francisco. *op.cit.* p. 484.

brasileiros, eclosão de levantes políticos do Partido Colorado, ascensão do militar Lorenzo Latorre (1844-1916) e o aumento das exportações de couro e lã²³. A República do Paraguai foi o mais afetado pelo conflito. Além da queda de Solano López (1827-1870), os paraguaios sofreram perdas territoriais, elevadas perdas humanas e o esfacelamento da economia.

O político Joaquim Nabuco (1848-1910) escreveu na obra *Um estadista do Império* (1896), ao abordar a Guerra do Paraguai: “a história dessa guerra, a militar tanto como a diplomática e a política, ainda estar por escrever²⁴”. Transcorrido 121 anos, desde sua primeira edição, concordamos com sua afirmativa. A análise sobre o processo político antecedente ao conflito, relacionado à ação do Estado brasileiro para defender o território litigioso com o Paraguai, sobretudo, sob ótica da Armada Imperial são aspectos pouco explorado pela literatura. A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai (1864-1870) é um objeto de pesquisa multifacetado, contando com uma extensa produção documental que fornece abertura para um campo de possibilidade e abordagens que provavelmente nunca será esgotado. A análise de sua historiografia é igualmente interessante uma vez que apresenta autores de diversas nacionalidades e correntes variadas²⁵.

²³ MOTTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. In: *Estudos Avançados*, v. 9, n. 24, 1995, p. 246.

²⁴ NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império. In: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Essencial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 435.

²⁵ Na historiografia brasileira, reconhecemos três vertentes: tradicional, revisionista e moderna. Desde a década de 1870, ao término do conflito, foram publicadas obras de memorialistas militares que protagonizaram o fato histórico, dentre as quais destacamos: *A Retirada da Laguna* (1874) e *Recordações de Guerra* (1879) de Alfredo d' Escragno Taunay (1843-1899); *Reminiscências da Campanha do Paraguai* de Dionísio Cerqueira (1910) (1847-1910); *Reminiscências da Guerra do Paraguai* (1935) do Barão de Jaceguai, Arthur Silveira da Mota (1843-1914). Nessas obras encontramos um discurso de construção de heróis nacionais, exaltando atuação militar brasileira e minimizando a participação argentina. Além disso, atribuíram às causas do conflito ao comportamento político de Solano López, construindo um perfil de tirano paranoico responsável pelos erros militares e estratégicos das tropas paraguaias. Houve, inclusive, publicações de autores estrangeiros entre os quais destacamos o militar prussiano Max Von Versen (1833-1893), autor de *História da Guerra do Paraguai* (1872) e a obra *A Guerra do Paraguai* (1869) de George Thompson (1839-1878), engenheiro inglês que atuou no Paraguai. A partir da década de 1960, novos intelectuais nacionalistas e de esquerda iniciaram uma análise revisionista sobre a Guerra do Paraguai. Empregando metodologia marxista, construíram Solano López, associando-o à imagem de líder anti-imperialista, responsável por lutar contra a hegemonia do Rio de Janeiro sobre o rio da Prata, enquanto os países aliados atuavam a favor dos interesses de Londres. O revisionismo apresentou a República do Paraguai como um país em pleno progresso onde o governo promovia o desenvolvimento econômico e medidas sociais necessárias ao bem estar da população, através do isolamento contra o capitalismo. Em 1980, após o fim dos regimes autoritários na América do Sul, novas metodologias no campo da história e disponibilidade de nova documentação em diversos arquivos, foi possível o surgimento de uma nova historiografia: a moderna. A partir da análise crítica, foram publicadas as obras *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército* de Ricardo Salles e *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai* por Francisco Doratioto que buscaram explicar as origens do conflito a partir de fatores regionais, utilizando novos documentos. Ricardo Salles analisou a formação do exército a partir da presença de atores sociais, como os escravos. Seu objetivo foi verificar a participação das classes subalternas na Guerra do Paraguai.

Ao avaliarmos a literatura levantada sobre a Guerra do Paraguai, nos permite destacar alguns aspectos que, *a priori*, tornaram-se consenso entre os autores. O primeiro ponto é o isolamento da província de Mato Grosso, relacionado à inoperância do Estado brasileiro em promover sua integração e defesa, incluindo, a interpretação que o governo imperial não esperava a ofensiva dos paraguaios. Na obra de Augusto Tasso Fragoso *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Governo do Paraguai*, publicada em 1935, a análise das relações internacionais na região platina foi superficial. O autor discorreu sobre os impasses entre Brasil e a República do Paraguai, considerados “incidentes diplomáticos” e responsáveis pela invasão ao Mato Grosso: a intervenção brasileira no Uruguai, as negociações diplomáticas conduzidas à Assunção para assinatura do Tratado de Livre Navegação do rio Paraguai e demarcação de fronteiras. No que tange à política de defesa brasileira, pouco foi colocado. A ideia defendida era a província de Mato Grosso fragilizada onde o Forte de Coimbra representava seu principal meio de defesa, como explica Tasso Fragoso:

A Província de Mato Grosso estava completamente aberta e despercebida para a resistência. López tinha absoluta certeza de que o Mato Grosso não poderia ser socorrido com rapidez; as suas comunicações com a capital do Império eram difícilíssimas naquela época²⁶.

Na obra *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai* (1979), Julio José Chiavenato analisou o conflito sob perspectiva econômica e interpretação marxista, destacando a interferência do capital britânico nos assuntos regionais do Prata. O autor descreve o trabalho das missões diplomáticas brasileiras para garantir a livre navegação do rio Paraguai, relacionando-a com a integração da província de Mato Grosso:

O que vai acontecer num tratado assinado em 1858, com todos os rios do Paraguai abertos a navios de todas as nações. Para o Império do Brasil isso era fundamental: na dificuldade ou impossibilidade de comunicação por terra, só havia um meio prático de chegar ao Mato Grosso – pelos rios paraguaios, única forma de garantir a integridade territorial do Império. Foi inaugurada posteriormente uma linha de navegação entre o Rio de Janeiro e Mato Grosso que funcionou tranquilamente até o começo da guerra. Esse serviço de comunicação fluvial, porém, tem outra sutil conotação: serve principalmente, aos interesses ingleses. Os barcos brasileiros são uma garantia constante para o transporte de produtos industrializados ingleses e para suprir de matéria prima barata a matriz exportadora²⁷.

²⁶ FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009, p. 222.

²⁷ CHIAVENATO, Julio José. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 39.

Embora não faça referência documental ou bibliográfica sobre a linha de navegação relatada, suspeitamos referência à linha de vapores para promover a navegação regular de Montevideu ao Mato Grosso promovido pelo governo imperial, a partir de 1856. O livre trânsito dos navios brasileiros no rio Paraguai como prerrogativa para garantir a comunicação com a Corte e preservar a integridade do território era evidente na documentação diplomática brasileira, contudo, o autor agregou uma interpretação, já desconstruída pela historiografia moderna, defendendo que a liberdade de navegação era uma forma de escoar produtos ingleses, ampliando sua influência na fronteira com o Paraguai.

Recentemente, na literatura brasileira sobre a Guerra do Paraguai, ressalvamos a análise do professor Vitor Izeckson, na obra *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro* (1997). O objetivo central foi compreender os impactos do conflito na aceleração da profissionalização do Exército Brasileiro, promovendo uma análise sobre o papel da instituição militar, no âmbito da segurança interna e externa do país, abordando aspectos sobre o recrutamento militar. Embora seu objeto de pesquisa seja o exército, o autor estabelece algumas assertivas sobre o conflito, apesar de não abordar diretamente sobre o isolamento da província de Mato Grosso. Segundo o autor, a Guerra do Paraguai diferiu-se dos demais conflitos armados pelas seguintes razões: total desconhecimento da topografia paraguaia; dificuldades logísticas para o abastecimento da tropa e a influência das campanhas das Guerras Napoleônicas (1803-1815), enquanto que “as revoluções importantes no campo da técnica e da estratégia militar ocorridas na Guerra da Crimeia e a Secessão norte-americana, ainda não se haviam disseminado em maior escala²⁸”.

Prosseguindo com a análise da literatura moderna, destacamos a obra do professor Francisco Doratioto: *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai* (2002). O autor promoveu uma extensa análise documental de fontes de arquivos brasileiros, argentinos e paraguaios, contribuindo com uma nova perspectiva sobre o conflito: “A Guerra do Paraguai foi, na verdade, resultado do processo de construção dos Estados nacionais do rio da Prata, e ao mesmo tempo, marco em suas consolidações²⁹”.

²⁸ IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997, p. 40.

²⁹ DORATIOTO, Francisco. *op. cit.* p. 23.

No primeiro capítulo “Tempestade no Prata”, o autor discutiu as relações diplomáticas do Império do Brasil e da República do Paraguai, relacionando-as com a dinâmica política da região que envolviam outros autores como Uruguai e Buenos Aires. Apesar de reconhecer a iniciativa do governo brasileiro em promover a ofensiva militar contra Assunção, durante a década de 1850, o autor não apresentou o debate e as medidas do Estado ou especificamente do Ministério da Marinha para defesa da fronteira e preparação para (possível) guerra, minimizando o aspecto: “quanto a essa questão [o território litigioso], o Império deveria (...) policiar e manter o território sobre constante vigilância³⁰”, indicando apenas ações do Ministério da Guerra, como a fundação da colônia militar de Dourados³¹. Cabe ressaltar que o autor não consultou documentos produzidos pela Armada Imperial durante sua pesquisa.

Sobre a conjuntura da província de Mato Grosso, às vésperas da invasão, Doratioto destacou: “Mato Grosso era a província mais isolada e indefesa do Brasil e tornou-se alvo fácil para invasão paraguaia³²”. Além disso, defendeu que apenas o Paraguai preparou-se para o conflito, em 1864, enquanto que o Império do Brasil não detinha uma percepção de ameaça sobre ofensiva paraguaia: “De todos os governos que lutaram a Guerra do Paraguai, apenas Solano López se preparara, de fato, para um conflito regional (...) e o governo imperial foi tomado de surpresa com o ataque paraguaio a território brasileiro³³”.

Seguindo a perspectiva de Francisco Doratioto, o autor J. F. Maya Pedrosa buscou analisar a guerra, sob ótica da história política regional, escrevendo, na obra *A catástrofe dos Erros* (2004), um capítulo denominado “Império desarmado” cujo objetivo era dissertar sobre a conjuntura do Brasil, às vésperas do conflito, defendendo a ausência de uma estratégia militar do Estado brasileiro para a guerra contra o Paraguai:

A verdade é que, voluntariamente, o Império não marchou para guerra de 1864-70. Os fatos dizem que o Brasil não formulou nenhuma política armamentista nos anos que precederam a guerra, em razão da personalidade do Imperador e do sentido da política nacional, constatando-se a ausência de qualquer aspiração territorial do país em relação aos vizinhos. E se houve algumas compras militares e de equipamento naval, elas jamais tiveram sentido prioritário no conjunto das medidas do governo no Império³⁴.

³⁰ Ibidem, p. 25.

³¹ Ibidem, p. 38.

³² Ibidem, p. 97.

³³ Ibidem, p. 79.

³⁴ PEDROSA, José Fernando Maya. *A Catástrofe dos erros: razões e emoções a guerra contra o Paraguai*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 2004, p. 205.

Dialogando com a literatura sobre a Guerra do Paraguai, a história naval brasileira possui autores cujas obras abordaram a ação da Armada Imperial durante a Guerra do Paraguai, enfatizando seu processo de modernização tecnológica para atuar no conflito. O Almirante Armando Amorin Ferreira Vidigal, na obra *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro* (1985), estabeleceu o marco de 1852, fim da Guerra contra Rosas e Oribe, como um “novo fluxo de renovação da Marinha, motivado, principalmente pelo agravamento das relações entre o Brasil e o Paraguai³⁵”. A aquisição de novos navios detinha o objetivo de equipar a esquadra com os meios necessários para atuar no rio Paraguai, destacando a compra de canhoneiras e vapores, entre 1854 e 1856, além da missão do Almirante Tamandaré à Europa para compra de navios empregados pela *Royal Navy* e pela Marinha francesa durante a Guerra da Crimeia (1853-1856).

Na produção recente, apresentamos o livro *Antítese da civilidade: poder naval, pensamento político e guerra no segundo reinado (1850-1876)* (2013) do professor Renato Restier. A partir da análise documental de fontes oficiais do governo brasileiro e do Ministério da Marinha, o autor analisou a relação entre o poder naval e a política externa brasileira no rio da Prata, tecnologia naval e a modernização dos programas navais brasileiros, e o debate nas instituições políticas do Império sobre o desenvolvimento da Marinha de Guerra. De acordo com o autor:

as principais autoridades da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha sempre cultivavam um pensamento estratégico em relação ao papel da Armada Imperial, sobretudo, em relação ao Prata em momentos anteriores a Guerra da Tríplice Aliança³⁶.

No tocante à ação da Marinha de Guerra no rio Paraguai e na fronteira da província de Mato Grosso, o autor reproduziu trechos dos relatórios ministeriais do Visconde do Rio Branco (1854), explicando sobre a manutenção da Flotilha do Mato Grosso e a aquisição de canhoneiras e do Ministro Joaquim Raimundo de Lamare (1863), Ministro que relatava sobre a “fragilidade naval brasileira na região de Mato Grosso³⁷”, defendendo: “identificamos um pensamento estratégico naval relacionado à região do Prata, a partir dos relatórios produzidos a época que são claros quanto às preocupações brasileiras e as especificidades daquele teatro

³⁵ VIDIGAL, Armando Amorin Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985, p. 24.

³⁶ RESTIER, Renato. *Antítese da civilidade: poder naval, pensamento político e guerra no segundo reinado (1850-1876)*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013, p. 143.

³⁷ *Ibidem*, pp. 151-152.

de guerra, em especial, o rio Paraguai³⁸”. Ao descrever, no capítulo “forças navais brasileiras em operações de guerra”, o papel da Armada Imperial durante a Guerra do Paraguai, sua ação que antecede ao conflito, entre 1852 e 1864, é minimizada, explicitando apenas a modernização da esquadra³⁹ também citada por Almirante Vidigal e Francisco Doratioto. Apesar de defender um pensamento estratégico do Ministério da Marinha para o rio Paraguai, relacionado à política externa do Império do Brasil, não estabeleceu análise sobre o papel dos estabelecimentos navais do Mato Grosso, desconsiderando a função estratégica da modernização da Armada para defesa da integridade da província.

Destacamos, ainda, a dissertação de mestrado da historiadora Mônica Hartz Oliveira Moitrel *A logística naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai* (2015). No capítulo “Fumaça no horizonte: preparo a um possível conflito platino”, a autora informou que o acirramento das tensões políticas entre o Brasil e o Paraguai “alertou para a necessidade de se prover uma esquadra com capacidade de operar naquelas águas e de defender os interesses do Império⁴⁰”. Em seguida, explicou a construção de navios para atuar no rio Paraguai e o processo de militarização do Paraguai em 1864, minimizando a ação política e militar do Brasil: “com todos esses indícios [preparação militar do Paraguai], é de se estranhar que o império brasileiro não demonstrasse alguma preocupação com o que ocorria⁴¹”.

Na literatura regional, produzida no Mato Grosso no século XX, destacamos o escritor Virgílio Corrêa Filho (1877-1973) que analisou o processo histórico e as realidades políticas, econômicas e socioculturais desse espaço determinado e foi reconhecido na historiografia mato-grossense por seus trabalhos memorialistas⁴². Destacamos a obra *Mato Grosso* (1922) cujo objetivo era fornecer subsídios para compreensão das transformações do povo brasileiro, a partir da trajetória mato-grossense. O trabalho foi dividido em história política, militar, religiosa, literária, artística e apresentação dos aspectos geográficos. A pesquisa foi desenvolvida a partir de análise documental dos relatórios dos presidentes da província de

³⁸ Ibidem, p. 157.

³⁹ Ibidem, pp. 74-75.

⁴⁰ MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. *A logística naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2015, p. 66.

⁴¹ Ibidem, p. 85

⁴² Ao longo de sua carreira como escritor, publicou obras que auxiliaram na construção da identidade do Estado do Mato Grosso, na transição da República Velha (1889-1930) para Era Vargas (1930-1945): *Monografias cuiabanas* (1925); *As raias de Mato Grosso* (1926); *Augusto Leverger: o bretão cuiabanizado* (1941); *Luis de Albuquerque: o Fronteiro Insigne* (1941); *Pedro Celestino: “o guia dos mato-grossenses”* (1945).

Mato Grosso, diários de viajantes e manuscritos custodiados no Arquivo de Cuiabá, Arquivo Público de São Paulo e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Na história política, o autor apresentou uma síntese sobre o processo de ocupação da região e definição das fronteiras, relacionando a negociação dos tratados de limites com a criação das fortalezas militares para consolidar a conquista. No âmbito da história militar, o autor descreveu de modo superficial os conflitos entre os colonizadores e os indígenas pela posse da região, como também, pontuou as disputas territoriais entre Espanha e Portugal como fatores para construção dos fortes. Antes de prosseguir às explicações sobre a invasão paraguaia durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a mobilização das forças brasileiras no conflito, o autor limitou as explicações sobre a defesa da fronteira às vésperas da guerra, informando que, enquanto o Presidente Solano López militarizava o Paraguai, o governo brasileiro não realizou providências para defesa da fronteira: “Antonio Corrêa do Couto, deputado por Mato Grosso, debalde procurara chamar a atenção dos seus pares sobre a Província remota e inermes, exposta a qualquer assalto. Não o quiseram ouvir⁴³”. O autor retificou seu argumento, empregando as instruções do Ministro do Império a Francisco Carneiro de Campos, datadas de 22 de outubro de 1864: “É inegável que o Paraguai está muito mais preparado do que nós, e que mais prontos podem ter os seus recursos na presente hipótese de uma luta de fronteira⁴⁴”.

Na produção recente, destacamos a dissertação de mestrado do professor Saulo Álvaro de Mello pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Dourados intitulada *Arsenal de Marinha em Mato Grosso: projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873)* (2009). Seu objetivo foi abordar a história social do Arsenal do Mato Grosso, promovendo uma análise de fontes manuscritas custodiadas no Centro de Documentação Regional, Núcleo de Documentação de História Regional da Universidade Federal do Mato Grosso e Instituto Histórico de Mato Grosso, destacando as relações sociais do contingente subalterno desde os componentes das canoas artilhadas aos marinheiros que contribuíram para formação da Armada Imperial. Sob arcabouço teórico sobre memória histórica, o autor buscou analisar a construção da memória desses indivíduos na construção do Arsenal.

⁴³ CORREA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Coeditora brasílica, 1939, p. 32.

⁴⁴ *Idem*.

A partir do recorte temporal 1793 a 1873, período de construção e consolidação do Arsenal de Marinha em Mato Grosso, o autor promoveu um panorama histórico da defesa da região. A criação da Flotilha de Canoas Artilhadas (1793) foi identificada como “embrião do poder naval da região⁴⁵”, primeira estratégia militar portuguesa para garantir sua soberania na região, durante o período colonial. A organização da Marinha Imperial foi apresentada, enfatizando os métodos de recrutamento e formação dos marinheiros e as relações sociais com o oficialato. A finalidade era discutir o processo de formação da Marinha de Guerra na região e as transformações da força naval, por meio da criação do Arsenal do Mato Grosso e Trem Naval do Mato Grosso como organizações militares integrantes de um projeto político de defesa nacional.

No capítulo “*Bretão Cuiabanizado e o Trem Naval do Mato Grosso*”, o autor promoveu uma explicação detalhada sobre medidas para criação do Trem Naval do Mato Grosso (1831), composto pelo Arsenal de Marinha de Mato Grosso, barcas canhoneiras e a Companhia de Imperiais Marinheiros pelo Comandante Augusto Leverger (1802-1880). Foram destacados os aspectos da sua localização em Cuiabá⁴⁶, considerando a ameaça da Bolívia; os objetivos estratégicos, baseado na patrulha, defesa e transporte no rio Paraguai e no rio Guaporé e na construção e manutenção das embarcações. Mas, sobretudo, as dificuldades encontradas para o seu desenvolvimento, entre as quais destacamos: ausência de mão de obra qualificada, relacionada diretamente a mão de obra de menores e escravos; falta de recursos financeiros para administração e material para construção naval.

É importante destacar que o autor informou que, durante a década de 1850, houve o aumento de investimento financeiro do governo imperial para o Arsenal do Mato Grosso, como também, a indicação da criação de uma força fluvial, destacamentos militares e a aquisição de embarcações particulares para transformá-las em barcas canhoneiras, devido à possibilidade de um conflito com a República do Paraguai. Segundo Saulo Mello: “tais providências [carregamento de materiais] visando à conclusão das barcas e seu aparelhamento, estavam relacionados às negociações do Império brasileiro com a República

⁴⁵ MELLO, Saulo Alvaro de. O Arsenal da Marinha em Mato Grosso: Projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873). 340 f. Dissertação de Mestrado (Pós Graduação em História). Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009, p. 33.

⁴⁶ Sobre a localização do Arsenal em Cuiabá, o autor aponta sobre o debate no Ministério da Guerra e no Ministério da Marinha sobre a transferência para Vila Maria devido à proximidade com as madeiras para construção naval e os pontos de comunicação no rio Paraguai.

do Paraguai, pelo franqueamento da navegação do rio homônimo⁴⁷”. Além disso, destacou a atuação de Augusto Leverger na adoção de “providências em relação à defesa do Alto Paraguai, sempre visando uma possível beligerância com o Paraguai. Sem dispor de contingente e material bélico (...) pouco pode fazer⁴⁸”. Finalmente, explicou a defasagem no orçamento da província e a falta de mão de obra especializada como os principais problemas enfrentados durante a construção das barcas canhoneiras: “em parte, apontaram como o governo imperial tratou as questões do sistema de defesa da província de Mato Grosso, ao mesmo tempo em que ajudaram a entender, também parcialmente, a invasão de Mato Grosso pelas tropas paraguaias⁴⁹”.

Por meio das análises de obras sobre a Guerra do Paraguai e a história naval brasileira, verificamos a importância do trabalho para preencher lacunas, fornecendo subsídio para compreensão do papel político-estratégico desempenhado pelo Ministério da Marinha para defesa da soberania brasileira na fronteira com a República do Paraguai. Além disso, pretendemos refutar algumas ideias encontradas na literatura. Em primeiro lugar, desconstruir o pensamento baseado na ignorância do governo brasileiro sobre a ameaça à segurança da região mato-grossense, demonstrando que havia debates nas instituições sobre uma política de defesa da fronteira. Ademais, analisar a importância do Ministério da Marinha na execução, ou pelo menos, tentativa de construir estratégias para defender a fronteira e preparar o país para uma guerra no teatro de operações fluviais. E, ainda, compreender quais foram as limitações e obstáculos enfrentados pela instituição, às vésperas da Guerra do Paraguai, que justificaram a ausência de uma infraestrutura na fronteira.

Metodologia

No âmbito teórico-metodológico da pesquisa optamos pelo estudo de caso. A partir da atuação da Marinha Imperial na formulação da estratégia de defesa para província de Mato Grosso, durante um contexto histórico marcado pela eminência de guerra contra a República do Paraguai, o objetivo é analisar o papel político-estratégico desempenhado por essa instituição militar para defesa do território brasileiro. Na obra *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences* (2004), os cientistas políticos Alexander L. George e

⁴⁷ MELLO, Saulo Alvaro de. *Op. Cit.* p. 189.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 262.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 193.

Andrew Bennet definiram esse método baseado na explicação detalhada sobre algum aspecto de um episódio histórico a fim de desenvolver ou testar teorias que podem ser aplicadas a outros eventos⁵⁰. Por sua vez, o professor Stephen Van Evera, na obra *Guide to methods for students of political Science*, estabeleceu cinco funções ao estudo de caso: testar teorias, criar teorias, identificar e testar as condições antecessoras e explicação de caso⁵¹.

O método apresenta abordagens para investigar teorias entre as quais destacamos “*process-tracing*” (investigação do processo de causa): “o investigador explora uma cadeia de eventos sobre um processo de tomada de decisão pela qual as condições iniciais do caso são traduzidas em resultados de casos⁵²”. É um processo que contribui para uma reflexão sobre um conjunto de fatos interligados, inserido no determinado recorte temporal. George e Bennett também explicaram que o “*process-tracing*” apresenta uma função heurística, gerando novas variáveis ou hipóteses mediante observação da sequência de eventos no estudo de caso⁵³. O estudo de caso será promovido a partir da reunião de fontes arquivísticas, análise da conjuntura histórica, revisão da literatura e aplicação dos conceitos obedecendo ao respectivo tempo histórico.

A análise documental é também um instrumento metodológico empregado na pesquisa. As fontes são fragmentos, pistas, sinais que relacionadas por meio de um paradigma investigativo, a interpretação crítica, contribuem para construção do conhecimento histórico⁵⁴. O *corpus documental* é composto pelo acervo da Coleção Documentos Navais, custodiada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; documentos pertencentes à Série Marinha do Arquivo Nacional, Livros de Correspondência da presidência da província de Mato Grosso custodiados pelo Arquivo Público do Mato Grosso, o Arquivo do Almirante Tamandaré pertencente à Diretoria de Patrimônio Histórico e Documental da Marinha e demais fontes avulsas pertencentes às demais instituições como Biblioteca Nacional e Museu Imperial. Ao longo do trabalho, a documentação manuscrita será complementada com fontes oficiais, como Coleção de Leis do Império, relatórios ministeriais apresentados à Assembleia dos Deputados; Anais da Câmara dos Deputados e pareceres do Conselho de Estado.

⁵⁰ BENNET, Andrew; GEORGE, Alexander L. *Cases Studies and Theory Development in the Social Science*. Estados Unidos da América: Harvard University Press, 2005, pp. 5-7.

⁵¹ VAN EVERA, Stephen. *Guide to methods for students of political science*. Nova York: Cornell University, p. 55.

⁵² *Ibidem*, p. 74.

⁵³ BENNET, Andrew; GEORGE, Alexander L. *op. cit.* p. 7

⁵⁴ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

A crítica das fontes deve ser empregada para analisar ações e planos do passado, por meio do significado dos textos. De acordo com Koselleck: “Dessa forma, o indivíduo histórico contemporâneo, ao participar da objetivação histórica do passado ou do futuro, torna-se capaz de objetivar ele mesmo a história⁵⁵”. Durante a pesquisa, é a interpretação crítica sobre o documento que o transforma em fonte: “Uma fonte não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer. No entanto, ela nos impede de fazer afirmações que não poderíamos fazer, (...) no âmbito da tensão entre a construção do pensamento teórico sobre história e a crítica de fontes (...) uma é completamente inútil sem a outra⁵⁶”. Ao encontro do pensamento de Koselleck, André Cellard explicou que, durante o processo de análise das fontes, devemos reunir “os elementos da problemática, teoria, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos – chaves⁵⁷” para interpretá-las.

Na análise da documentação oficial, empregaremos o método de análise crítica do discurso. O professor Norman Fairclough, no livro *Discurso e Mudança Social* (2001), explicou que o discurso pode ser definido como: “o uso da linguagem como forma de prática social⁵⁸” e possui uma tríade de funções: texto, prática discursiva e prática social⁵⁹. O discurso é suscetível à manipulação do orador, forjando uma realidade social. Portanto, a avaliação do discurso deve incluir os autores e o local de fala.

Justificamos a importância desse trabalho, pois acreditamos que a investigação histórica sobre a política e estratégia fluvial do Ministério da Marinha para defender a província de Mato Grosso, na segunda metade do século XIX, corrobora na compreensão do papel desempenhado pela Armada Imperial, desde a formação do Estado, integrando e defendendo o território brasileiro. Além de cumprir sua função característica de uma instituição militar, a Marinha de Guerra assumiu funções diplomáticas, políticas, econômicas e sociais ao executar medidas de ocupação, integração e representação do Estado imperial, durante o período no qual a guerra era considerada um instrumento político para alcançar a paz.

⁵⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006, p.163.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 188.

⁵⁷ CELLARD, André. Análise documental. In: POUPART, Jean et al. (Org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 303.

⁵⁸ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Ed. UNB, 2001, p. 90.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 101.

Capítulo 1: A importância estratégica do território fronteiriço da província de Mato Grosso para consolidação do Estado Brasileiro.

Para compreendermos a importância estratégica da fronteira da província de Mato Grosso limítrofe à República do Paraguai, é fundamental inseri-la ao contexto histórico da época: processo de consolidação do Estado imperial. Ao estabelecermos essa relação, é viável observarmos o pensamento político brasileiro no que tange a estratégia para o fortalecimento, integração e defesa do território.

Na década de 1850, o Império do Brasil (ver mapa nº 2) apresentava um território de aproximadamente 20 mil quilômetros quadrados de fronteira terrestre sob um território de 8 milhões de quilômetros quadrados, e uma população constituída por 5,3 milhões de indivíduos concentrados no litoral⁶⁰. A referência ao país como “ilha Brasil” estava relacionada à formação do território por comunicações internas que ocorriam, sobretudo, pelo mar e por rios. O rio São Francisco estabelecia a ligação entre Minas Gerais e o norte; o rio Amazonas integrava a região norte, enquanto o rio Paraná a fronteira sudoeste. A comunicação com a província de Mato Grosso era promovida através da seguinte rota: Rio de Janeiro até o rio da Prata, subindo o rio Paraná, e o rio Paraguai até chegar à fronteira ocidental. O fortalecimento do território, sobretudo, a negociação dos limites, - ainda, indefinidos, - e a defesa da fronteira eram prerrogativas para manutenção da soberania nacional, unidade, integração do espaço, ordem política e o exercício do monopólio de poder coercitivo pelo Estado.

O objetivo do capítulo é analisar a importância estratégica da província de Mato Grosso para a consolidação da unidade territorial brasileira e conseqüentemente para o fortalecimento do poder do Estado. Apresentamos, em primeiro lugar, o processo de formação da fronteira. Demonstraremos que os meios de defesa, durante o período colonial, estavam baseados na integração da região por vias fluviais internas com emprego da força naval em maior proporção do que a terrestre devido às particularidades do território, a partir da atuação de D. Rolim de Moura (1709-1782), Governador do Mato Grosso e do Engenheiro Ricardo Franco (1748-1809). Em seguida, analisamos os relatórios produzidos pela presidência da Província de Mato Grosso para compreender sua conjuntura, no âmbito político, econômico,

⁶⁰ CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil Nação: 1808-2010 – Volume 2: A construção nacional*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madrid: Fundação Mapfre, 2012, p. 85.

social, e como os problemas locais de infraestrutura comprometiam a defesa do seu território. Por fim, finalizamos com análise de trabalhos dos políticos brasileiros que dissertaram sobre a defesa da província de Mato Grosso, sobretudo, sua fronteira com a República do Paraguai, entre os quais destacamos: Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878), Francisco Varnhagen (1816-1878), Tenente-general Francisco José Soares de Souza de Andréa (1781-1858) e José Maria da Silva Paranhos (1819-1880).

O capítulo contribui com subsídios à problemática central do trabalho visto que, além de identificar os motivos pelos quais era inerente ao Estado brasileiro defender a província de Mato Grosso, fornece embasamento teórico para compreendermos a atuação da Armada Imperial para defesa da fronteira de Mato Grosso, a partir do pensamento de época. Verificaremos que a estratégia para defendê-la obtinha três alicerces: político, mediante a negociação diplomática com a República do Paraguai para a defesa dos limites; militar com emprego da força armada para defesa da soberania na área em litígio e, relacionada com anterior, estratégica com a ocupação do território e integração geográfica por vias fluviais e estradas.

1.1 A expansão do território colonial

Durante o processo de formação do território brasileiro, a partir do século XVII, as bandeiras cujo objetivo era a caça aos indígenas e busca por minérios, impulsionaram a penetração para o interior. Do planalto paulista, os bandeirantes partiram para o sertão, povoando espaços e abrindo vias de transporte. No século XVII, após a descoberta das minas de ouro, no rio Caxipó-mirim, ocorreu um deslocamento populacional no qual as monções protagonizaram esse movimento de expansão e ocupação da fronteira oeste⁶¹. Constituída por um comboio periódico de canoas que transportavam pessoas e conduziam mantimentos para às áreas de exploração, além de fomentar o desenvolvimento de técnicas de transporte fluvial, estabeleceram uma via de comunicação entre São Paulo e Mato Grosso através de diversos roteiros, entre os quais destacamos: navegavam o rio Tietê até a confluência com o rio Paraná, ingressavam pela margem direita do afluente rio Pardo, subindo até a fazenda de Camapuã onde podiam seguir pelo rio Paraguai; desciam pelo rio Taquari, passavam pelo rio São Lourenço até chegarem ao rio Cuiabá e finalmente a cidade homônima⁶² (ver mapa nº 1).

⁶¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁶² GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015, p. 181.

A fundação da capitania de Mato Grosso, em 1748, estava inserida no contexto histórico marcado pela ausência de integração territorial e administrativa da Colônia. A colonização concentrada no litoral implicou na ausência de vias terrestres e no aumento da distância com os centros de poder. A importância econômica da região foi decisiva para separação de São Paulo e a autonomia da região. Afinal, era importante um centro administrativo, próximo às áreas de exploração do ouro, incentivando a ocupação, sobretudo, para defesa da soberania portuguesa. Por constituir-se área fronteira às possessões espanholas, que ainda não possuíam limites definidos, verificamos que sua criação apresentou um caráter estratégico para demarcar território, defender a expansão luso-brasileira e impedir a penetração estrangeiras nos caminhos fluviais que desembocavam em outras regiões como a Amazônia e a São Paulo.

Ao estabelecermos uma análise em longo prazo, a partir de projetos defensivos planejados no período colonial pelo Governador da Capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura e do Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, veremos, mais tarde, como essa experiência histórica foi fundamental para projetos estratégicos de defesa do território promovidos pela Marinha Imperial. Daí, a importância de retomar ao processo de formação da fronteira mato-grossense a fim de compreender o caráter estratégico da região para consolidação do território brasileiro.

1.2 A Capitania de Mato Grosso

A descoberta de ouro e diamante, no século XVIII, estimulou a fundação da cidade de Cuiabá (1719) no Mato Grosso. Ao mesmo tempo em que os caminhos dos rios conduziam à mineração, promoviam a comunicação entre as regiões da colônia, estimulando a ocupação. Uma das consequências da expansão sobre o território foi a disputa política entre Portugal e Espanha. Enquanto a diplomacia deveria negociar a delimitação política, a Coroa portuguesa utilizou a estratégia militar para garantir o exercício de sua soberania sobre as áreas conquistadas. O governo de Portugal, a fim de garantir seu poder sobre o território, promoveu medidas administrativas, elevando Mato Grosso e Goiás à condição de capitania, independente de São Paulo. A cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, localizada às margens do rio Guaporé, foi fundada como capital. Segundo as instruções da Secretaria do Conselho dos Negócios Ultramarinos, caberia ao governo de Mato Grosso cumprir as seguintes missões: controle da atividade econômica da mineração; promover a vigilância dos espanhóis, impedindo que as missões religiosas navegassem pelo rio Guaporé; incentivar a

pesca e a navegação do mesmo rio para evitar a presença espanhola e impedir relações comerciais na fronteira⁶³. A posição geográfica de Vila Bela e sua representação política eram relevantes para solução de uma das questões concernentes à defesa do território colonial português: a integração fluvial. A capital estimulava a ocupação e vigiava o rio Madeira, neutralizando as aldeias espanholas Moxos e Chiquitos, ao mesmo tempo em que garantia a navegação para São Paulo com a criação dos fortes de Coimbra, Corumbá e Miranda, impedindo invasões surpresas dos indígenas e hispânicos.

Após a ascensão do Capitão General D. Antônio Rolim de Moura Tavares, 1º Governador da capitania de Mato Grosso, foi estabelecida uma estratégia de defesa para cumprir os objetivos estipulados pelo Conselho Ultramarino. As forças militares que atuavam na fronteira eram a Companhia de Dragões, Unidade de Pedestres e a Companhia de Aventureiros⁶⁴. Além das fortalezas militares, a força naval foi empregada para consolidação do território e para assegurar a soberania. Desde o período das monções⁶⁵, os ataques dos indígenas da tribo Paiaguás motivaram a autorização do governo português ao emprego de embarcações armadas para realizar o comboio das monções que navegavam no trajeto entre o rio Cuiabá e o rio Taquari.

Mais tarde, o governo de Mato Grosso estabeleceu vias de comunicação entre Vila Bela e o Pará. Para D. Rolim de Moura, a disputa territorial poderia implicar na eclosão de um conflito armado contra a Espanha e as tropas lutariam no Mato Grosso, recebendo reforços através do rio Guaporé:

A vantagem que aqui temos sobre os espanhóis é a maior facilidade com que nos pode vir os socorros do Pará, do que eles dos seus portos do mar. (...) Sem os socorros do Pará não é possível poderem subsistir estas Minas, que só dali podem vir com abundância e menos dilatação, assim como armas e munições. (...) Este pequeno corpo, que aqui tenho, faz às vezes de um exército: pois dele depende a conservação desta fronteira e talvez da capitania. (...) Continuando a guerra, não pode esta capitania subsistir sem os socorros do Pará⁶⁶.

⁶³ MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico de Mato Grosso, 1970, pp. 21-23.

⁶⁴ CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Coeditora Brasília, 1920, p. 28.

⁶⁵ Após a descoberta das minas de ouro Caxipó-mirim, foram estabelecidas as monções, comboios formados por canoas.

⁶⁶ MOURA, D. Antônio Rolim de. Carta a D. Luís da Cunha. Apud: MOURA, Carlos Francisco. *A contribuição naval à formação territorial do extremo oeste*. Rio de Janeiro, 1986, p. 33.

Diante da presença espanhola, na margem do rio Guaporé, com a instalação das missões religiosas, o Governador D. Rolim de Moura levando em consideração as limitações financeiras e logísticas da região, compreendeu que seria inviável a instalação de destacamentos militares para vigilância por terra, afinal, era impossível ocupar toda a extensão. A estratégia militar optada, para impedir as incursões estrangeiras, foi a criação da esquadra com “boas embarcações, bem artilhadas e guarnecidas⁶⁷”.

O emprego da força naval obedecia à geografia física da região. Os rios da bacia amazônica, no período das cheias, formavam pantanais, facilitando a navegação, inclusive, ilhavam as missões religiosas da Coroa de Espanha no rio Mamoré. Para D. Rolim de Moura, as áreas de controle espanhol “estavam expostas a quem por água tiver maior poder⁶⁸”. A estratégia naval constituída pelas embarcações armadas de guerra garantia o transporte de tropas, mobilidade eficaz, condicionando a capacidade de projeção de poder e conduzindo os combates ao território inimigo.

Em 1763 e 1766, ocorreram tentativas de invasão ao rio Guaporé e ao Forte Nossa Senhora da Conceição. A flotilha de guerra luso-brasileira atuou com guerra de movimento e fogo naval, impedindo a comunicação entre as cidades espanholas que abasteciam o *front* com mantimentos e armas. Enquanto os espanhóis dividiram as tropas para guarnecer as missões no rio Guaporé, as embarcações armadas promoveram uma movimentação rápida, atacando os alvos inimigos: “o fato básico do poder naval permitir a escolha do ponto e o movimento de desencadear as ações sobre as estáticas massas terrestres lhe confere uma vantagem estratégica que tem subsídios através dos séculos, a despeito das evoluções dos meios de guerra⁶⁹”.

Na medida em que os luso-brasileiros iam avançando, chegavam próximo ao rio Paraguai e às áreas sob jurisdição da Espanha. Como consequência, Portugal e Espanha passaram a disputar seu poder sobre o território. Às vésperas do início das novas negociações de limites, ambos os Estados contestavam as ocupações indevidas, infringindo os antigos acordos. Enquanto Portugal questionava a ocupação espanhola nas Filipinas e pleiteava a posse da Colônia de Sacramento, a Espanha alegava a expansão portuguesa pelo Amazonas e

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Ibidem, p. 36.

o avanço no Mato Grosso próximo as suas propriedades. Mediante ao impasse, foi decidido a anulação dos tratados e assinatura de um novo acordo que estabelecesse os limites dos respectivos domínios baseado nas paragens mais conhecidas e na posse do território que cada Estado possuía, exceto, as concessões mútuas⁷⁰.

O diplomata Alexandre de Gusmão (1695-1753) formulou a estratégia de Portugal baseada no princípio do direito romano *uti possidetis ita possidetis* (quem possui de fato deve possuir de direito) e das fronteiras naturais. O Tratado de Madri (1750) assinado pelas Coroas ibéricas foi fundamental para consolidação do território brasileiro em suas dimensões continentais. Na fronteira ocidental, a divisão entre o Mato Grosso e a região do Paraguai foi demarcada no artigo V e VI:

Artigo V: subirá desde a boca do Ibicuí pelo álveo do Uruguai, até encontrar o do rio Pepiri ou Pequiri (...). Pelo álveo do dito rio mais vizinho da origem do Pepiri e depois pelo do Iguazu, ou Rio Grande de Curitiba, continuará a raia até onde o mesmo Iguazu desemboca na margem Oriental do Paraná; e desde esta boca prosseguirá pelo álveo do Paraná acima até onde se lhe ajunta o rio Iguaré pela sua margem ocidental.

Artigo VI: desde a boca do Iguaré continuará pelo álveo acima até encontrar a sua origem principal; e dali buscará em linha reta, pelo mais alto do terreno a cabeceira principal do rio mais vizinho, que deságua no Paraguai pela sua margem Oriental, que talvez será o que chamam de Corrientes, e baixará pelo álveo deste rio até à sua entrada no Paraguai em tempo seco; pelo seu álveo até encontrar os pântanos, que forma este rio chamados a Lagoa dos Xarais, e atravessando esta Lagoa até à boca do rio Jaurú⁷¹.

A vigência do Tratado de Madri não durou tanto tempo. As mudanças políticas na Península Ibérica, em 1760, após a ascensão de Carlos III de Bourbon (1716-1788), na Espanha, e o Marquês de Pombal (1699-1782), em Lisboa, ambos contrários ao Tratado, implicaram em sua revisão. Enquanto o Rei da Espanha buscava assegurar sua supremacia no rio da Prata, combatendo ao contrabando, aumentando o poder político e econômico de Buenos Aires e o impedimento da expansão portuguesa na fronteira com o Paraguai, Portugal

⁷⁰ RIO-BRANCO, Miguel Paranhos de. *Alexandre Gusmão e o Tratado de 1750*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010, p. 27.

⁷¹ CORTESÃO, J. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1965, Tomo II, p. 259.

questionava a perda da Colônia de Sacramento⁷². O Tratado de Madri foi anulado, reestabelecendo a linha de Tordesilhas através da assinatura do Tratado de El Pardo (1761).

Em 1777, as Coroas ibéricas reuniram-se, mais uma vez, a fim de resolver os conflitos políticos mediante assinatura de um tratado de limites definitivo. O Tratado de Santo Ildefonso determinou a concessão da Colônia de Sacramento e Sete Povos das Missões à Espanha, enquanto Portugal permanecia com as margens do rio Ibicuí, no Rio Grande. A referência à fronteira de Mato Grosso com o Paraguai concentra-se nos artigos VIII e IX:

Artigo VIII: (...) continuando da foz do Iguaçu, águas acima do Paraná, até onde se lhe ajunta o rio Iguaré pela sua margem ocidental.

Artigo IX: desde a boca ou entrada do Iguaré seguirá a raia águas acima até sua origem principal; e desde ela se tirará uma linha reta pelo mais alto do terreno, com atenção ao ajustado no referido artigo VI [criação de um espaço entre os limites de ambos os domínios onde não possam edificar-se povoações por nenhuma das partes, nem construção de fortalezas ou postos militares], até chegar à cabeceira e vertente principal do rio mais vizinho à dita linha, e que deságue no Paraguai pela sua margem oriental, que talvez será o que chamam correntes, e então baixará a raia pelas águas deste rio, até a sua entrada no Paraguai, desde cuja boca subirá pelo canal principal, que deixa este rio em tempo seco, e seguirá pelas águas até encontrar os pântanos que forma o rio, chamado a Lago dos Harayes, e atravessará esta lago até a boca do rio Jauru⁷³.

Apesar da permanência do mesmo limite, em ambos os tratados, sua demarcação, a partir de 1784, trouxe questionamentos quanto à existência do rio Iguaré e os terrenos entre o Monte Grande e o rio Pepiri-guaçu, sobretudo, devido aos diversos mapas cartográficos e a falta de precisão dos mesmos⁷⁴. Em 1801, a assinatura do Tratado de Badajós determinou a concessão de Olivença pela Espanha e a conquista portuguesa da região dos Sete Povos das Missões. Além disso, não reiterou os demais limites definidos pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777).

Para garantir sua soberania sobre a área fronteira, o governo português continuou sua expansão, definindo uma estratégia de defesa baseada na construção de fortalezas nas áreas estratégicas da Amazônia, no Pará, Ceará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa

⁷² ROJAS, Eduardo Hirohito Nakayama; SANJURJO, Grizzie Margaret Logan Gómez. Introducción a las causas de la disputa territorial entre el Imperio del Brasil y la República del Paraguay. *Revista Brasileira de História Militar*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 10, pp. 80-158, abr. 2013.

⁷³ ACCIOLY, Hildebrando. *Limites do Brasil: a fronteira com o Paraguai*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938, pp. 10-11 [adaptado].

⁷⁴ *Ibidem*, pp. 15-18.

Catarina. No Mato Grosso foram construídos o Forte de Bragança (1754); Forte de Nossa Senhora dos Prazeres⁷⁵ (1767); Forte de Coimbra (1775); Fortaleza Príncipe da Beira (1776) e o Presídio de Miranda (1797) com a finalidade de ocupar o território descontínuo, defendendo contra ataques espanhóis e indígenas, assistindo aos núcleos de povoamento e auxiliando no comércio e na navegação para região amazônica e bacia do Prata.

Em 1800, o Tenente-coronel e engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra enviou a Lisboa um manuscrito “*Parecer e informe sobre a defesa da capitania de Mato Grosso*”. Observava o autor que a construção de um plano de guerra defensivo e ofensivo para capitania de Mato Grosso exigia conhecimentos topográficos da fronteira e uma análise minuciosa acerca do quantitativo populacional, os recursos e forças militares do inimigo, a logística, sua segurança e relações políticas, pois, eram fatores que influenciavam nos gastos com um conflito armado. Ricardo Franco defendia: “os gastos de uma guerra, que deve sempre ter como objetivo algum fim útil; não só para o estado atual desta capitania, sim para a futura segurança e aumento⁷⁶”. O Tenente-coronel Ricardo Franco apresentava uma percepção de ameaça baseada na relação entre o espaço e o poder. Em primeiro lugar, a localização fronteiriça com território espanhol, ocupada por população superior à luso-brasileira; sua extensão geográfica que percorria o interior da colônia, sertão detentor de minérios; por fim, o mesmo espaço detinha nascente e, inclusive, era cortado por rios cujos cursos confluíam ao rio Amazonas e outros que conduziam para as capitanias de São Paulo e Goiás⁷⁷. Portanto, a defesa da capitania de Mato Grosso significava garantir as possessões luso-brasileiras conquistadas, impedindo a penetração dos espanhóis para as demais regiões.

No tocante ao território às margens do rio Paraguai, Ricardo Franco destacou a importância da defesa de áreas importantes para integridade do Mato Grosso. A Serra das Pedras de Amolar, situada abaixo da foz do rio de São Lourenço, à margem ocidental do Paraguai, era estratégica por ser único pouso e entrada para o rio Cuiabá para as embarcações que promoviam o comércio. Prosseguindo a navegação, chegava a Dourados, região que

⁷⁵ A criação do Forte implicou na eclosão de um conflito político entre o governo do Paraguai chefiado por Carlos Morphy e o governador de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão. Após a notícia, o Governador paraguaio exigiu explicações sobre a violação da soberania espanhola uma vez que o Tratado de Madri fora revogado e enviou um contingente militar para invadir a área, no entanto, os portugueses conseguiram tomar a praça.

⁷⁶ SERRA, Ricardo Franco de Almeida Serra; PRADO, Francisco Alves. *Plano de Guerra e defesa da capitania de Mato Grosso*. Coimbra [Portugal]: [s.n.], 31/01/1800. 36f. Disponível em: BIBLIOTECA NACIONAL. <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1390567/mss1390567.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2016, p.4.

⁷⁷ Idem.

distava poucas léguas das missões religiosas da Espanha em Chiquitos através do rio Paraguai. Portanto, garantir a defesa da região era fundamental para impedir o domínio espanhol da margem ocidental do Paraguai e a navegação dos rios interiores com sentido a São Paulo: “conseguida a comunicação da província do Paraguai com Chiquitos, podem então desde Buenos Aires conduzir nos seus barcos as fazendas para o Peru. (...) Pelas missões e povoadas estradas, se chega a Santa Cruz, Cochabamba, Chuquisaca e Potosí⁷⁸”.

Ainda ao sul do rio Paraguai, encontrava-se situado o rio de Miranda onde foi fundado o Presídio de Miranda (1797) para legitimar a ocupação portuguesa e conter os interesses expansivos da Espanha. No entanto, Ricardo Franco alertava para o morro Albuquerque, ponto estratégico no rio Paraguai que necessitava de ocupação para guarnecer a povoação da Serra de Albuquerque: “este morro é um lugar importante do Paraguai, e que pode, no caso de guerra, uma reforçada patrulha⁷⁹”. A instalação de um ponto de observação era fundamental para vigilância do transporte dos mantimentos para abastecer a região e para evitar um ataque espanhol ao Forte de Coimbra com canoas e cavalaria por terra.

O Forte de Coimbra, localizado a margem ocidental do rio Paraguai, encerrava a linha de fortificações construídas pela Coroa portuguesa para legitimar sua soberania. Desempenhava função estratégica de cobrir, guardar, defender as bocas e navegação dos rios Mondego e Taquari e assegurava os rios Paraguai-Mirim, Alto Paraguai e Cuiabá e as lagoas próximas a Chiquito⁸⁰. Na fronteira com o Paraguai, entre o rio Branco e o rio Apa, este último chamado pelos portugueses de rio Peray, Ricardo Franco explicava a disposições das principais cidades como Vila Real, Vila Rica, Vila Curuguaty e, sobretudo, Assunção, cidade cujo povoamento foi comparado a Lima e ao Rio de Janeiro. Além disso, destacava a mobilização dos espanhóis na fronteira de Mato Grosso, a partir da navegação do rio Paraguai, rio Paraná e rio da Prata, com apoio logístico nas cidades como Corrientes, Santa Luzia e Santa Fé onde possuíam corpos de cavalaria e comércio com Buenos Aires⁸¹.

A partir da análise comparativa entre as realidades das colônias espanholas e a capitania de Mato Grosso, o Tenente-coronel Ricardo Franco diagnosticou os seguintes problemas: 1) baixo índice demográfico, apresentando uma população de 24 mil pessoas, enquanto a população espanhola era cerca de 120 mil pessoas; 2) Dependência financeira,

⁷⁸ Ibidem, p. 35.

⁷⁹ Ibidem, p. 40.

⁸⁰ Ibidem, pp. 43-44.

⁸¹ Ibidem, pp. 57-62.

logística e militar da Capitania do Pará, ressaltando que a presença de espanhóis nos rios amazônicos dificultava o abastecimento de armamentos para fronteira; 3) Caberia à Capitania de Goiás o apoio financeiro e logístico a Mato Grosso: “deve socorrer esta sua vizinha tanto em gente, como em maior quantidade de ouro, nervo principal da guerra⁸²”; 4) Aumento das despesas, em tempos de paz, com as fortificações militares para garanti-las durante as guerras como meio de neutralizar a presença espanhola na fronteira. Com a independência do Brasil, tais problemas tiveram continuidade, influenciando na dificuldade em promover a defesa da província de Mato Grosso.

A conquista do sertão mato-grossense ocorreu a partir da penetração dos luso-brasileiros pelo território e foi consolidada com ação política e diplomática da Coroa portuguesa nas negociações dos limites, concomitantemente, com a ação militar. Cabe lembrar que defender essa região significava também impulsionar sua ocupação e estimular a navegação fluvial para integrá-la. Enquanto as fortalezas militares foram fundamentais para demarcar território, ultrapassando o Tratado de Tordesilhas, o emprego da força naval foi substancial para garantir a comunicação e a vigilância das extensões contra os espanhóis. A análise de Ricardo Franco demonstrou que, desde o século XVIII e início do século XIX, havia uma percepção de ameaça sobre os paraguaios e a possibilidade de um ataque capaz de abalar a integridade do território da província de Mato Grosso. Após a Independência do Brasil, durante o período de fortalecimento do Estado, a província de Mato Grosso permaneceu desempenhando posição estratégica. Dessa vez, inserida em uma nova conjuntura e sofrendo com outros problemas políticos que ameaçavam sua integridade.

1.3 A província de Mato Grosso na consolidação do Estado Imperial

A divisão administrativa da província de Mato Grosso (ver mapa nº 3) era constituída pelas seguintes comarcas: I- Capital composta pelos municípios de Cuiabá, Poconé, Rosário, Diamantino, Vila Maria do Paraguai; II – Mato Grosso com os municípios de Mato Grosso, e III- Miranda formada pelos municípios de Miranda, Corumbá e Santa Anna do Paranaíba (ver detalhe do mapa nº 3). A terceira região é a interessante para o trabalho, pois parte do território era fronteiro com a República do Paraguai. Cabe adiantar que, para defesa da província, o Comando das Armas estava situado em Cuiabá. Contudo, quando necessário, o

⁸² Ibidem, p. 65.

quartel-general era transferido para fronteira, nos seguintes distritos militares: Vila Maria, Coimbra, Miranda e baixo Paraguai onde concentravam contingentes para guarnecer a região.

As características físicas da província de Mato Grosso marcada por sua biodiversidade, resultado da convergência dos biomas dos rios amazônicos e platinos, contribuíram para execução de atividades econômicas diversas, a partir das potencialidades do solo. As planícies propiciavam a criação do gado. Nas terras férteis, às margens dos rios Cuiabá, São Lourenço, Guaporé, Paraguai, nas serras e no planalto central, onde cresciam vegetais e madeiras para construção naval, além dos minérios como ouro, diamante, sal e cobre encontrados no solo. A extensa rede hidrográfica desempenharia a função de escoar a produção para os portos oceânicos pelo norte ou sul⁸³.

Entre as décadas de 1850 e 1860, a província apresentava uma economia baseada na exploração de minérios, agricultura e criação de gado. A agricultura era, sobretudo, de alimentos para subsistência da população. Nas margens do rio Cuiabá, cultivava a lavoura da cana de açúcar⁸⁴. Nos afluentes do rio Paraguai, como em Vila Maria e Diamantino, plantavam para exportação a poaia, espécie de raiz com fins medicinais que detinha valor no mercado internacional⁸⁵. No Alto Paraguai e nos tributários do rio Paraná, os ervais detinham valor econômico para exportação⁸⁶, acirrando as disputas pelas terras e pelo mercado com Assunção.

Apesar das potencialidades para o desenvolvimento da agricultura, a província enfrentava problemas que impediam o seu crescimento, como a falta de mão de obra. É importante ressaltar que o índice demográfico da região era baixo. O Censo de 1872⁸⁷, principal ação para o recolhimento de informações estatísticas sobre a população, apontava que o Mato Grosso possuía 60. 417 indivíduos⁸⁸ e a população escrava representava o menor

⁸³ IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório de Augusto Leverger ao entregar a administração da mesma província ao Coronel Alexandre Manoel Albino de Carvalho*. Cuiabá: Tip. do Echo Cuiabano, 1863.

⁸⁴ CORREIA FILHO, VIRGILIO. *Op. Cit.* p. 195.

⁸⁵ IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854*. Cuiabá, Tip. do Echo Cuiabano, 1854.

⁸⁶ CORREIA FILHO, VIRGILIO. *Op. Cit.* pp. 202-203.

⁸⁷ Optamos pelo uso do *Recenseamento do Brasil em 1872* para apresentar dados estatísticos sobre a população brasileira. Embora a publicação seja posterior ao recorte temporal desse trabalho, é fonte oficial e único censo realizado pelo Estado imperial. Nos relatórios provinciais, a presidência informava apenas alguns dados populacionais como nascimento, casamento e óbito de homens, mulheres livres e escravos, tornando-se fonte duvidosa para qualquer assertiva sobre aspectos demográficos do país.

⁸⁸ IMPÉRIO DO BRASIL. *Recenseamento do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger, 1874, v.6.

índice, 0.4% do total do país (1.546.581 escravos)⁸⁹. A ausência de braços para lavoura motivou a solicitação ao governo imperial por imigrantes para promover a colonização das terras: “abundância da pesca e da caça alimenta famílias que se dedicam à lavoura. Talvez conviesse tentar a colonização nessa classe de indivíduos, franqueando as vantagens que se garante aos colonos europeus, dispensando-os das revistas e da Guarda Nacional⁹⁰”. Somaram-se os problemas logísticos a falta de mão de obra, gerando o elevado índice de inflação nos alimentos, sobretudo, nos povoados da fronteira: “Nas povoações da fronteira carestia ainda muito maior. Este estado de coisas produz excessivo agravamento às classes menos abastadas e não pode deixar de merecer nossa particular atenção⁹¹”. A criação de gado, atividade considerada pelo governo provincial “ramo industrial rural relativamente o mais próspero⁹²” também enfrentava problemas conjunturais. O pantanal e os campos próximos ao rio Paraguai, durante as cheias, sofriam inundações, impedindo a permanência da criação.

Com o declínio da atividade mineradora, apenas algumas regiões permaneceram com a extração de ouro e diamante. A criação da Sociedade de Mineração do Mato Grosso tinha a finalidade de auxiliar na administração do município de Diamantino, no ribeirão de Sant’Anna para exploração das jazidas de diamantes. No entanto, os problemas estruturais dificultavam a exploração, tais como: a exaustão das lavras; a falta de mão de obra qualificada, ausência de obras de infraestrutura como canais e pontes para facilitar a exploração às margens do rio e falta de financiamento para indústria⁹³. Além do ouro, o solo da província era rico em ferro e cobre descobertos em 1843, no entanto, não havia “dados suficientes para calcular-se a vantagem da sua exploração⁹⁴”. Por fim, as jazidas de sal eram exploradas na bacia do Jaurú e no Pantanal. Após as cheias do rio Paraguai, o trabalho nas principais salinas foi prejudicado e a preparação do sal da terra desalentou a importação do sal marítimo, aumentando o preço⁹⁵.

⁸⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 317.

⁹⁰ IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1858*. Cuiabá: Tip. do Echo. Cuiabano, 1859.

⁹¹ Idem.

⁹² LEVERGER, Augusto. *Op. Cit.*

⁹³ IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão de mar e guerra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1853*. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1853.

⁹⁴ LEVERGER, Augusto. *Op. Cit.*

⁹⁵ Idem.

A apresentação dos principais óbices da economia de Mato Grosso contribui para compreendermos as razões das baixas taxas de produção agrícola, extração mineral, comércio e exportação que influenciavam em sua baixa renda pública que, naquele período, era constituído pela arrecadação de impostos dessas atividades e da compra e venda de escravos. Apesar das tentativas de criação de novos impostos sobre a botica, criação de gado e a navegação para aumentar a renda, a província recorria ao governo imperial para conseguir suprir às necessidades públicas, solicitando um subsídio anual⁹⁶. Diante desse cenário econômico, a província não possuía recursos para investir em todas as demandas e, por isso, a economia somada às questões políticas também influenciaram na dificuldade em promover o desenvolvimento dos setores estratégicos como a força pública e as vias de comunicação. Afinal, a estabilidade política, econômica e social da província refletia na capacidade de promover a segurança e defender o território.

Ao analisarmos os relatórios da província de Mato Grosso, entre 1852 a 1864, encontramos um setor denominado “vias de comunicação” cujo objetivo era informar quais medidas foram promovidas para integrar a região com o resto do país por meio de estradas, ferrovias e a navegação fluvial. A integração do Mato Grosso com São Paulo era planejada com a construção de varadouro para manutenção dos navios nos rios Nioaque e Brilhante e construção de postos para sediar o destacamento militar responsável pela proteção das hidrovias, no trajeto dos rios São Lourenço, Piquiri e Sant’Anna. Além disso, não pretendiam manter a dependência das vias fluviais, buscando a construção de estradas. Devido à rede hidrográfica, era pertinente a construção de pontes e barcas, assim como a manutenção dos rios e das matas ribeirinhas para garantir a integração com o Pará, a partir do projeto de construção da estrada Cuiabá-Santarém, na preservação do rio Guaporé e com Goiás por meio de construção de pontes, postos militares na estrada de Goiás e Vila Maria.

No que tange à navegação fluvial verificamos os problemas enfrentados para integrar o rio Cuiabá à bacia Amazônica, comunicação fundamental para o Mato Grosso, como sugere Augusto Leverger⁹⁷: “remoção dos obstáculos, desde a foz do rio Madeira até o porto;

⁹⁶ IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório do Presidente da província de Mato Grosso, o Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1852*. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1853.

⁹⁷ Entre 1852 e 1864, predominou no Comando em Chefe da província de Mato Grosso Augusto João Manuel Leverger (1802-1880). Ascendeu ao cargo não pela via política, mas por meio de sua carreira na Armada Imperial. Natural da Bretanha, na França, chegou à América do Sul a bordo de navio mercante francês. Serviu à marinha mercante em Montevideú, pilotando a escuna *Angélica* e a escuna *General Lecor* onde realizou

navegação frequentada pelos moradores de Rosário, Brotas e Guia, donde recebe esta cidade não pequena porção de mantimentos e madeira, que se emprega nas construções públicas e particulares⁹⁸”. Além disso, sugeriu novas vias nacionais de integração do Mato Grosso durante o período de bloqueio à navegação pela República do Paraguai:

Das existentes três são as que, em meu conceito, devem merecer nossa mais particular atenção e estudo: a que se dirige da província do Paraná pelos rios Tibaji, Paranapanema, Paraná e Ivinhema; A que da província de São Paulo segue à Cidade da Constituição ou Piracicaba, desce o Tietê e Paraná, e sobe pelo Ivinhema e, finalmente, a que da mesma província de São Paulo vem ao Piquiri. Esta deveria deste último ponto, passar a fazer-se por via fluvial⁹⁹.

A importância estratégica da extensa província de Mato Grosso para defesa do território brasileiro justificou a lista de construção e reformas necessárias para integrá-la ao resto do país, retirando a fronteira do seu isolamento. No entanto, as limitações locais e do próprio governo central retardaram essas obras que sofreram com os seguintes problemas: falta de mão de obra qualificada, perdas humanas ocorridas durante o andamento dos trabalhos, inclusive, dos próprios empreiteiros; falta de recursos financeiros e acidentes naturais, como enchentes, que dificultavam a conclusão dos trabalhos. Portanto, verificamos que defender a província de Mato Grosso não significava apenas a construção de postos militares, era mister promover seu desenvolvimento que, liderado pela Corte, mediante as ligações terrestres e fluviais, o desenvolvimento da economia, a ocupação populacional, unificando com o país.

pesquisas hidrográficas. Em 25 de outubro, foi admitido na Marinha Imperial, combatendo na Guerra da Cisplatina (1825-1828). Foi promovido a 1º Tenente, servido a bordo da fragata *Niterói*, *Pedro I*, *Príncipe Imperial* e *Ipiranga*. A sua trajetória marcou a história naval brasileira por sua atuação em Mato Grosso. Iniciada, em 1830, quando chegou a Cuiabá com a missão de analisar o melhor local para instalação de barcas canhoneiras. Retornou apenas em 1837. Em 1842, foi nomeado para comandar a flotilha das barcas canhoneiras e o Trem Naval do Mato Grosso. Desempenhou papel político ao ser nomeado Cônsul do Brasil no Paraguai com a missão de estabelecer as relações diplomáticas entre Rio de Janeiro e Assunção. No entanto, devido ao isolamento político estabelecido por José Gaspar Rodrigues Francia não obteve sucesso. Mas, utilizou as viagens pelo rio Paraguai para promover o reconhecimento do mesmo, recolhendo informações para elaboração da carta hidrográfica e a produção de relatórios sobre a fronteira de MatGo rosso e a navegação fluvial. Obras reconhecidas na Corte e publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Chegou à presidência da província em 7 de outubro de 1850. Durante o embate político com o Paraguai, transferiu a sede do governo para fronteira, o Forte de Coimbra, onde estabeleceu seu quartel general. Nomeado Chefe da Divisão e Comandante das Armas, remanejou os militares para a fronteira do baixo Paraguai.

⁹⁸ IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o Capitão de Mar e Guerra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854*. Cuiabá, Tip. do Echo Cuiabano, 1854.

⁹⁹ IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o chefe de divisão, Joaquim Raimundo de Lamare, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1859*. Cuiabá, Tip. Cuiabana, 1859.

Após análise sobre a importância estratégica da província de Mato Grosso para manutenção do território nacional e o fortalecimento do Estado, cabe agora compreender como as instituições e alguns intelectuais da época contribuíram para defesa da fronteira mato-grossense. Nesse momento, defesa significava além da implantação de fortes militares, era projetar e assegurar a soberania do Estado em áreas inóspitas com ocupação, colonização, policiamento, integração e militarização em caso da iminência de guerra, enquanto a diplomacia negociava politicamente a definição dos limites.

1.4 A defesa da província de Mato Grosso no discurso político brasileiro

Na esfera política, no Conselho de Estado, órgão consultivo do governo, a Seção dos Negócios Estrangeiros promovia discussões sobre a definição jurídica dos limites territoriais. Em 6 de outubro de 1846, os conselheiros Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), Caetano Maria Lopes Gama (1795-1864) e Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856) emitiram um parecer referente a negociação dos limites entre o Império do Brasil e a República da Venezuela¹⁰⁰. É importante ressaltar que, apesar de tratarmos da fronteira norte do país, o documento reflete as estratégias do Brasil, no âmbito da política regional, para defender seu território que, mais tarde, seria também empregado na província de Mato Grosso.

À diplomacia, representante do governo, caberia reconhecer o Estado e negociar os limites, obedecendo ao princípio de *uti possidetis*, enquanto que especialistas promoveriam inspeções nos terrenos e análises de cartas geográficas. Enquanto isso foi aconselhado o emprego de forças de primeira linha para “não só obste as agressões daquele Estado, mas faça compreender ao seu governo quanto o Imperial se interessa em conservar e defender seu território¹⁰¹”. Ao final, a principal conclusão da Seção foi:

O primeiro passo que cumprir dar, na matéria sujeita, não é celebrar o tratado de limites, mas ocupar as fronteiras que decididamente nos pertence, por meio de destacamentos militares ou de estabelecimento de colônias

¹⁰⁰ A definição dos limites com a República da Venezuela era uma questão estratégica para o governo brasileiro devido à fronteira compartilhada entre ambos os Estados com a Guiana Inglesa. Naquele período, o Reino Unido incentivou incursões, transpondo os limites além do Forte de São Joaquim. O território brasileiro encontrava-se ameaçado visto que os britânicos poderiam ocupar terras entre Pacaraima até o monte Roraima, provocando perdas territoriais para o país.

¹⁰¹ REZEK, José Francisco. *Conselho de Estado: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1978, p. 223.

militares, e que só depois de ocupado, é que o governo imperial se deve ocupar de tratado que fixe os questionados limites¹⁰².

Ao analisarmos esse discurso, verificamos que defender a fronteira com ocupação era a prioridade do governo imperial mediante negociação de um tratado de limites. Além disso, a ocupação com destacamentos militares revelava a importância de estabelecer homens com valores disciplinares, subordinados à autoridade central na fronteira, ao mesmo tempo em que desempenhavam um poder simbólico como representante da soberania e poder do Estado.

No âmbito diplomático, Duarte da Ponte Ribeiro¹⁰³ (1795-1878) contribuiu para definição das fronteiras brasileiras. As suas memórias eram constituídas não só pelas descrições geográficas, mas também análises políticas e estratégicas que ressaltam a importância do território e os rios, - vias de comunicação, para o fortalecimento do Estado. Sobre a fronteira entre o Império do Brasil e a República do Paraguai destacamos as seguintes obras: *Memória sobre a necessidade de melhor assegurar a fronteira do Mato Grosso e Paraguai* (1842); *Apontamentos sobre o Estado da Fronteira do Brasil* (1844); *Apontamentos sobre o rio da Prata e seus afluentes: Paraná e Uruguai por Duarte da Ponte Ribeiro* (1846); *Questões de limites entre o Brasil e a República do Paraguai* (1862) e *Carta da fronteira do Império do Brasil com a República do Paraguai organizada pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro* (1872).

A primeira assertiva apresentada foi o emprego do princípio de *uti possidetis* e a força para defesa da soberania na fronteira: “Dessa forma conseguiria o Império, aproximadamente, a fronteira possível direito valioso, isto é, o *uti-possidetis*, apoiado com a força, sem a qual nada de proveito obterá o governo imperial dos outros seus vizinhos limítrofes”¹⁰⁴. No caso específico da fronteira mato-grossense, o autor analisou os principais pontos onde a segurança estava fragilizada, sugerindo medidas para sua defesa, em contraponto ao avanço da Bolívia e do Paraguai e o pleito oficial dessas nações sobre esses territórios:

19º Nova Coimbra não tem guarnição nem a artilharia que precisa para se fazer respeitar. A dificuldade de levar artilharia aquela província é hoje a mesma que havia no tempo dos Espanhóis: o governo de Buenos-Aires não

¹⁰² Ibidem, p. 225.

¹⁰³ O diplomata Duarte da Ponte Ribeiro foi médico, geógrafo e cartógrafo. Foi Encarregado de Negócios no Peru (1829-1832; 1837-1841); no México (1834-1835) e Bolívia (1837-1841); Ministro na Argentina (1842-1843); Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e Venezuela (1851-1852).

¹⁰⁴ RIBEIRO, Duarte da Ponte. *Apontamentos sobre o estado atual das fronteiras do Brasil (1844)*. Museu Imperial: Maço 107, Documento 5248. Trabalhamos também com a cópia integral do texto publicada em 1895, pertencente ao Arquivo Visconde do Uruguai custodiada pelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

consente a condução pelo Paraná e Paraguai; 20° É sobremaneira nocivo aos direitos e interesses do Brasil que continue em esquecimento a margem oriental do Paraguai desde o lugar denominado “Fecho do Paraguai” até o rio Correntes. Augusto Leverger fez ultimamente de Cuiabá a Assunção mostrou que os paraguaios têm estabelecimentos até a margem austral do rio Apa, que eles consideram ser o “Correntes” do “Tratado Preliminar” de 1777: e julgo que o governo do Paraguai não se opõe a que o Brasil avance também estabelecimentos até a margem Boreal, do mesmo Apa. A vista desses estabelecimentos, antigos e modernos, formados pelo governo do Paraguai, mal poderá o Brasil conseguir hoje que a sua fronteira chegasse ao rio Ipanéguassú: além do que nas circunstâncias presentes não convém entabular com aquele governo questões definitivas a respeito de limites, porque iríamos confirmar a alarma que o Governador de Buenos Aires busca suscitar contra as intenções do governo Imperial¹⁰⁵.

Para Ponte Ribeiro, além da negociação era fundamental a manutenção e a construção dos fortes para garantir os interesses territoriais brasileiros:

Deverá cuidar-se de estabelecer quanto antes um posto brasileiro no lugar, já indicado dos “Fechos dos Morros” na margem oriental de Paraguai, junto do Cerro chamado “Pão de Açúcar” pelos Comissários da Demarcação de 1750 onde estiveram e fizeram observações. A posse da Ilha que está defronte ao meio do rio, poderá tomar-se depois e não já, porque despertaria desconfianças; porém uma vez assegurada a posição do “Pão de Açúcar”, fácil será apoderar-se da Ilha, que é a verdadeira chave do rio Paraguai dali para cima. 21° Enquanto a raia do Império com o Paraguai, pelo lado das vertentes que vão ao Paraná, importa muito que ela seja pelo Iguatemi desde a sua foz até as suas nascentes na serra Amambaí, que separa em sentido aposto as vertentes que correm para os dois – rio Paraguai e Paraná. Na margem do Iguatemi, tivemos a “Praça dos Prazeres”, que por ter sido abandonada em 1777, não por isso perdemos o direito de reedificá-la como nos convém; é de esperar que não haja oposição por parte do governo paraguaio¹⁰⁶.

Mais tarde, Duarte da Ponte Ribeiro escreveu *Questões de limites entre o Brasil e a República do Paraguai* (1862) para fornecer subsídios às negociações da diplomacia brasileira. Inicialmente, considera a definição dos limites com o Paraguai fundamental para o Império demonstrar seu poder e impedir novas disputas:

O governo imperial deverá atentar seriamente para a solução das questões de limites com a República do Paraguai, porque o resultado que estas tiverem servirá de aresto para outras idênticas e de muito mais transcendente alcance com Bolívia e outros Estados que cercam o Império. Engana-se quem opina que não se devem quebrar lanças com o Paraguai para conservar uma estreita faixa de vinte léguas de terreno ao longo do rio Paraguai desde a foz do Apa até a boca da Sanga chamada Rio Branco¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ RIBEIRO, Duarte da Ponte. *Questões de limites entre o Brasil e a República do Paraguai* (1862). Rio de Janeiro. Museu Imperial. 63,04,001, nº 065

Sua análise não deve ser interpretada apenas pelo aspecto geográfico, mas sim como obra política, a partir da análise de seu discurso sobre o emprego da força do Estado para proteger seu monopólio: “deverá preparar-se com meios de força, seja para repelir qualquer tentativa daquele governo estabelecer outra fronteira ou para fazê-la efetiva por esses pontos, colocando os monumentos de posse que julgar convenientes”¹⁰⁸.

Duarte da Ponte Ribeiro, intelectual, ator político e agente do projeto de consolidação do Estado imperial, não deixou de criticar o abandono e a insegurança nas áreas estratégicas do Império, enfatizando na relevância do desenvolvimento de um plano de defesa, a partir de linhas de comunicação nacionais:

Não temos em Mato Grosso a tropa nem materiais de guerra necessários para rechazar as avultadas forças que o Paraguai pode empregar nessa possível tentativa, cumprem cuidar desde já fazer seguir para aquela Província essa tropa, esses materiais. Deve, porém, conter que nunca os poderá levar pelo Rio Paraguai. Busque-se no território do Império o caminho mais curto, mais fácil e mais conveniente para transitarem por ele a tropa e materiais de guerra para o ponto da Província de Mato Grosso próximo da República Paraguaia, sem dúvida o mais vulnerável. E não se hesite sobre a despesa necessária para efetuar a sua abertura, porque além de outras perdas muito mais se gastaria com expedições pelo Rio Paraguai, quando possíveis, e cujo resultado seria efêmero, em quanto que o caminho ficará permanentemente e concitando a povoarem-se suas Províncias hoje quase desertas¹⁰⁹.

Em 1847, o Tenente-general Francisco José de Souza Soares de Andréa publicou *Observações aos apontamentos sobre o estado atual da fronteira do Brasil por Duarte da Ponte Ribeiro apresentados ao Governo Imperial*. A importância do trabalho é sua análise crítica sobre as estratégias de defesa empregadas na fronteira, a partir da história política da formação das fronteiras brasileiras escrita pelo diplomata Ponte Ribeiro, que resultou em seu projeto de defesa baseado na colonização militar.

Inicialmente, demonstrou que a construção de fortes, presídios, quartéis ou pequenos destacamentos, construídos no século XVIII, para delimitação da fronteira não eram eficazes devido ao estado de abandono que se encontravam. Os postos não poderiam permanecer isolados, mas “seguro, mediante uma guarda e vigilância ordinárias¹¹⁰” e os militares deveriam ser rendidos pelo menos, uma vez ao ano, promovendo um serviço regular. A

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ ANDRÉA, F. J. S. S. De. Observações feitas em 1847 aos Apontamentos sobre o Estado da Fronteira do Brasil de Duarte da Ponte Ribeiro. IN: *Memórias sobre as fronteiras*. Brasil: Imprensa Nacional, 1895, p. 14.

solução para defender a extensa fronteira era o desenvolvimento de uma população agrícola ou industrial, formada por brasileiros de raça branca e famílias de militares:

Demarcando-se, desde logo, nas proximidades dos destacamentos, muitas datas de terras maiores ou menores segundo a natureza do terreno e emprego que mais conveniente for dar-lhes, e quanto baste para o estabelecimento de uma família que há de trabalhar por suas próprias mãos; e autorizar a concessão de cada uma destas datas aos soldados e praças dos destacamentos, que sendo casados, brancos e de boa conduta queiram por ali ficar, dando-se-lhe logo baixa, e conservando-lhes por toda vida um equivalente aos seus vencimentos, pagos infalivelmente¹¹¹.

Ao debruçar-se sobre a fronteira de Mato Grosso, o autor apontou que sua defesa não deveria restringir-se às fortificações para proteger o território contra ataques estrangeiros: “deve (por estabelecimentos de Marinha) desenvolver a navegação interna por todos os rios que a admitirão, sendo os principais o Paraguai, Madeira, Tapajós, Xingu e Araguaia¹¹²”. A esquadra deveria promover a integração da bacia Amazônica à bacia do Prata e consequentemente ao oceano mediante um esquema de navegação periódica de barcas a vapor e extensiva aos rios navegáveis e destacamentos para policiamento das vias, protegendo o comércio e as povoações contra possíveis hostilidades. De acordo com Tenente-general Andrea: “para que a Província de Mato Grosso entre na classe de província Marítima, gozando de todas as vantagens das suas comunicações com os dois grandes rios: pelo Paraguai e pelo Amazonas, tornando navegáveis os seus afluentes”¹¹³.

Em seu projeto, o autor sugeriu à administração provincial que fornecesse materiais, corte de madeira aos destacamentos e arrecadação de impostos a fim de atender os rios de sua respectiva jurisdição. No caso mato-grossense, foi proposto Casalvasco como uma praça de fronteira, ou seja, um quartel fortificado para sediar um batalhão de infantaria e Vila Maria como sede da força responsável pela navegação do rio Paraguai e para construção naval¹¹⁴, inclusive, para instalação do Arsenal de Marinha de Mato Grosso: “onde se pode dominar a navegação do rio Paraguai e, na ocasião das inundações, socorrer os fortes, que então ilhados podem ser atacados por água¹¹⁵”. O projeto estratégico de defesa para o Mato Grosso do Tenente-general Francisco Andréa abrangia os principais espaços da fronteira onde a força

¹¹¹ Idem.

¹¹² Ibidem, p. 18.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Ibidem, p. 20.

¹¹⁵ Idem.

seria o meio para “sustentar nossos direitos¹¹⁶”: serra das Pedras de Amolar para construção de um quartel, as salinas Jauru, serra de Borborema, lagoas de Uberaba, Guaíba Grande e Guaíba Pequena, Forte Albuquerque e o Forte de Coimbra, locais onde era urgente a ocupação e manutenção.

No que tange à defesa da fronteira e o uso da guerra como estratégia para consolidação do território, Francisco Andrea contribuiu com um pensamento teórico, a partir da análise da defesa da fronteira do Rio Grande do Sul diante da percepção de ameaça pelo Governador de Buenos Aires, General Rosas:

Sendo a guerra inevitável, devemos fazê-la desenvolvendo logo todas as forças possíveis; e determinados então a estabelecer a Linha de Limites que mais nos convier, guardando ao principio as regras de equidade, e não pretendendo avançamentos que não possam ser fundados em alguma razão, e fazendo a mesma qualidade de guerra pelo que já é nosso, ou pelas conquistas¹¹⁷.

E, se a guerra era uma estratégia do Estado para alcançar seus interesses, tornava-se necessário o fortalecimento das forças armadas para defender o território: “Quem está em paz prepare-se para a guerra, e não é estando com os arsenais vazios, e as fronteiras descobertas e desguarnecidas que nos devemos julgar seguros para receber um ataque de vida ou de morte ao princípio monárquico do Império¹¹⁸”.

Sob perspectiva semelhante, em 1849, o historiador, diplomata e político brasileiro, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) lançou, em Madri, a obra *Memorial orgânico que à consideração das Assembleias Geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro*. No ano seguinte, publicou o segundo volume *Memorial Orgânico* (1850). Ao analisar criticamente a conjuntura brasileira, Varnhagen diagnosticou as principais questões e suas causas que impediam o desenvolvimento pleno do país e indicou os meios para solucionar tais obstáculos. Segundo o historiador Arno Wehling: “O *Memorial orgânico* é o pequeno livro que apresenta uma proposta para o Brasil de sua época, a partir de perspectivas, sobretudo, geopolíticas e econômicas¹¹⁹”.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Ibidem, p. 25.

¹¹⁸ Ibidem, pp. 25-26.

¹¹⁹ WEHLING, Arno. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GUIMARÃES, Lúcia. GLEZER, Raquel. (orgs.). *Francisco Adolfo de Varnhagen*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, p. 162.

No capítulo I, o historiador apresentou seis proposições enunciadas: 1- Limites. Segundo Varnhagen: “é bem sabido no Brasil como em toda a vastíssima fronteira do Império os nossos limites estão por assinar de um modo terminante. (...) e o Império só está devidamente limitado pelo oceano”¹²⁰. 2- Situação da capital; 3- Comunicações Interiores: “as províncias fazem alguns esforços, mas elas não têm recursos bastantes para um plano em grande, nem podem combinar este com os das mais províncias, de um modo que resulte o bem do Império todo”¹²¹. 4- Divisão atual em províncias; 5- Defesa interna: “acerca do necessário plano de defesa interna do país, podem-nos objetar que não estamos nos segredos da competente repartição”¹²²; 6- População.

Embora o campo da geopolítica não estivesse se constituído formalmente nessa época, verificamos que o historiador soube relacionar a política com a geografia ao se debruçar sobre análise do território brasileiro. A indefinição dos limites, ausência de um projeto para integrar o país e a falta de um plano de defesa foram questões preocupantes para os dirigentes do país uma vez que representavam enclaves para consolidação do Estado imperial. Portanto, necessitavam soluções.

No segundo capítulo, Francisco Varnhagen propôs soluções e remédios aos problemas respectivamente: I – Definição dos limites: “Com as repúblicas hispano-americanas há que adotar por base o direito de posse, e por auxiliares os tratados de 1750 [Tratado de Madri] e 1777 [Tratado de Santo Idelfonso] e os respectivos trabalhos dos comissários demarcadores”¹²³. II – Instalar a capital no interior; III- Novas vias de comunicação e rotas comerciais: construção de estradas, caminhos de ferro e vias fluviais; IV – Nova divisão territorial, buscando equilíbrio entre as províncias; V- Plano de defesa do interior: “O nosso sistema de defesa e conservação da fronteira funde-se principalmente na independência em que deixamos os departamentos (...) que ficariam, pois por enquanto em governos militares”¹²⁴. Varnhagen alertou para proteção da fronteira de Mato Grosso, classificando-a como “os postos mais essenciais a ocupar”¹²⁵:

¹²⁰ VARNHAGEN, Francisco A. *Memorial Orgânico*. In: WEHLING, Arno. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GUIMARÃES, Lúcia. GLEZER, Raquel. (orgs.). *Francisco Adolfo de Varnhagen*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, p. 207.

¹²¹ *Ibidem*, p. 212.

¹²² *Ibidem*, p. 215.

¹²³ *Ibidem*, p. 218.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 250.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 251.

1º O istmo ou varadouro de Camaquã que devia conter uma grande povoação, a qual fosse capital de um departamento militar e oferecesse aos navegantes, que vão pelos rios a Mato Grosso, um ponto civilizado em meio caminho, onde pudessem prover-se do necessário, descansar de suas enormes fadigas, curar-se de suas febres, etc.

2º O mais conveniente ponto da Serra Amambaí onde nascem os rios que nos separam do Paraguai, deveria ser ocupado por uma praça. Na foz daqueles no Paraná e Paraguai, haveria dois fortins com destacamentos da mesma praça, que os socorreria com reforço, bem como a Albuquerque e Miranda, ponto este que tanto convém restaurar-se bem. Coimbra poderá abandonar-se militarmente¹²⁶.

Ao encontro de Francisco Varnhagen, o político José Maria da Silva Paranhos (1819-1880) publicou, em 12 de abril de 1851, carta ao Amigo Ausente¹²⁷ na qual promovia críticas aos opositores à Lei de 1850, responsável por abolir o tráfico de escravos, e defendia que, após a supressão, o remanejamento dos investimentos iria promover mudanças na economia agrícola do país. A questão chave, nesse pensamento, era a colonização do país como alternativa ao problema da ausência de mão de obra, principal contra argumento dos proprietários rurais ao fim do tráfico. Por conseguinte, a colonização implicaria no desenvolvimento da indústria agrícola e no melhoramento das vias de comunicação – projeto classificado como “de prosperidade e grandeza nacional” principalmente a navegação do rio Amazonas e, nesse ponto, o autor ressaltava a importância da integração da província de Mato Grosso com o oceano e com as Repúblicas vizinhas através da integração das hidrovias a fim de promover o desenvolvimento econômico do país:

A imaginação se me perde em um turbilhão de ideias quando penso que as duas províncias mais centrais do Império poderão ter uma dupla saída para o oceano (...), concluindo ambas pelo Amazonas; ao sul, pelos rios Cuiabá, São Lourenço, Paraguai, Paraná e Prata; quando calculo as vantagens que resultarão do comércio interno com as repúblicas do prata, e, pelo Amazonas, com Venezuela, Nova-Granada e Equador, e portanto, com todas as que são limítrofes¹²⁸.

Em outra carta, datada de 22 de novembro de 1851, questionou sobre a navegação dos rios nacionais, reclamando do seu estado “de infância” e ausência de associações entre empresas para investir seu capital nessa empreitada. Ao afirmar que “não há uma só nação que não tenha esforços para melhorar as vias de comunicação, que se não tenha emprenhado

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Entre 1850 e 1851, José Maria da Silva Paranhos publicou, no *Jornal do Comércio*, cartas anônimas endereçadas ao “amigo ausente” abordando assuntos, principalmente, acerca da política externa brasileira, as relações do Brasil com Grã-Bretanha e os países da bacia do Prata.

¹²⁸ PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao Amigo Ausente*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2008, pp. 139-140.

em aproveitar os seus rios, tornando mais fáceis e mais baratos os transportes¹²⁹”, questionava “quem se encarregará da navegação do Paraguai? Quem porá a nossa província de Mato Grosso em comunicação com o oceano¹³⁰?”.

No âmbito das instituições políticas brasileiras, o Conselho de Estado expediu ata da Conferência de 1 de agosto de 1850¹³¹ que, a partir da pauta sobre as relações diplomáticas entre o Brasil e Buenos Aires, discutiram como a ameaça de uma guerra implicava no emprego das forças armadas para defesa do território. Foi proposto o recrutamento de estrangeiros para compor os batalhões na fronteira do Rio Grande do Sul. Apesar do recorte espacial, alguns conselheiros, como Francisco Alves de Lima e Silva (1785-1853), defenderam “que tropas estrangeiras venham engajadas para guarnecer as fronteiras do Império; não só na província do Rio Grande do Sul, mas também em qualquer outra, em que for preciso¹³²”.

Em contrapartida, o Conselheiro José Antônio da Silva Maia discursou, ressaltando o caráter inconstitucional dessa medida, afirmando que “das disposições da Constituição relativas à força armada, e defesa do Império não pode deduzir permissão de contratar, ou chamar de qualquer modo as forças estrangeiras para se incorporarem no Exército Brasileiro¹³³”. Para o Conselheiro, em caso de hostilidades contra o país, caberia a “todos os brasileiros, que tem obrigação de pegar em armas para sustentar a independência, e integridade do Império, e defendê-lo de seus inimigos¹³⁴”.

Após analisarmos o pensamento de intelectuais e políticos da época, verificamos que a defesa da fronteira de Mato Grosso estava inserida em projetos de fortalecimento do Estado. As estratégias de defesa incluíam aspectos políticos, com a negociação dos tratados de limites pelo princípio de *uti possidetis* para manutenção das dimensões continentais do território brasileiro; econômicos com a integração nacional, a partir do incentivo à navegação das vias nacionais que iria desenvolver o comércio, baratear o transporte e ocupação com a

¹²⁹ Ibidem, p. 450.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ A reunião do Conselho de Estado foi composta pelos seguintes integrantes: Imperador D. Pedro II, os Conselheiros: Visconde de Olinda; Visconde de Abrantes; Alves Branco; Miranda Ribeiro; Carneiro Leão; Paula Sousa, Lima e Silva, e Maia, Limpo de Abreu, e os Ministros Secretários de Estado Visconde de Monte Alegre, Joaquim José Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Sousa, Manuel Vieira Tosta e Manuel Felizardo de Sousa Melo.

¹³² RODRIGUES, José Honório. *Atas do Conselho de Estado Pleno: Terceiro Conselho de Estado, 1842-1850*. Brasília: Senado Federal, 1973, p. 125.

¹³³ Ibidem, p. 122.

¹³⁴ Idem.

colonização do espaço; e caráter militar com a criação de estabelecimentos militares e o emprego da força naval. A colonização liderada pelas forças armadas era uma estratégia para garantir a soberania na região, sendo o Estado representado pelo soldado. Além de cumprir sua atividade fim, protegendo a área e impedindo excursões estrangeiras, iria ocupar e desenvolver a agricultura que, por sua vez, abasteceria o próprio quartel ou estabelecimento naval, retirando a província do seu isolamento e garantindo sua segurança.

Prosseguiremos com análise da guerra – e sua ameaça, como recurso do Estado brasileiro contra a República do Paraguai para defender seus interesses na definição dos limites e a livre navegação. Interpretaremos a guerra como condicionante para atuação da Armada Imperial na construção de uma estratégia de defesa para fronteira da província de Mato Grosso.

Capítulo 2: “Na paz cumpre-se preparar a guerra”: perspectiva de guerra contra a República do Paraguai

Quem desejar a paz deve preparar a guerra, quem pretende vitória, instrua com esmero seus soldados, quem aspira resultados favoráveis, lute com técnica militar e não com o azar. Ninguém ousa provocar ou ofender quem é superior no combate¹³⁵.

Na Roma Antiga, o escritor latino Públio Vegécio Renato publicou, no século IV, *Epitoma rei Militaris*¹³⁶, traduzida para o português como *Compêndio Militar*. Foi perpetuado como autor da máxima “*Si vis pacem, para belum*”, traduzida para o português “Se queres a paz, prepara-te para guerra”. A partir da sua interpretação, destacamos alguns aspectos introitos concernentes à guerra. A política faz uso do conflito armado como estratégia para empregar seu poder. Esse fenômeno possui um caráter inevitável e condicionante para alcançar a paz. Investir na formação do soldado e na tática militar é um meio de evitar surpresas, obedece à ideia de precaução, estar sempre preparado para lutar. Por outro lado, deixa implícito um caráter dissuasivo da guerra. Ao demonstrar ao seu adversário seu poderio militar, ou ameaçá-lo com a possibilidade do ataque, é possível evitar o combate. Foi uma máxima que influenciou o pensamento de políticos brasileiros no século XIX.

O objetivo do capítulo é analisar a guerra como um instrumento da política externa brasileira para o fortalecimento do seu poder na bacia do Prata, entre 1852 e 1864, a partir da análise das relações diplomáticas com a República do Paraguai. Justificamos esse estudo para interpretarmos a perspectiva de guerra como condicionantes para o emprego da Armada Imperial a fim de defender a fronteira da província de Mato Grosso.

2.0 A Guerra como instrumento da política do Estado no século XIX

A guerra é um fenômeno social. É um objeto complexo. Não devemos minimizá-la apenas ao conflito armado. É um fenômeno coletivo que emprega a força militar e a coerção para fins políticos, fortalecida pela organização e a ideologia do Estado. Durante a trajetória

¹³⁵ Tradução livre. Na obra consultada: “*que lute quem deseja a boa fortuna e felices aventuras Así pues quien desea la paz, que prepare la guerra; quien pretende la vitoria, que instruya com esmero a sus soldados; quien aspira a resultados favorables, que luche encomendándose a la técnica militar y no al azar. Nadie osa provocar ni ofender a quien sabe que es superior em combate*”. RENATO, Flavio Vegécio. *Compêndio de técnica militar*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2006, p. 121.

¹³⁶ A obra é um manual militar, dividido em quatro livros, abordando os seguintes assuntos: recrutamento; emprego de milícias para formar o exército de infantaria; tipologia de técnicas para o combate terrestre e tecnologia, máquinas de guerra para atacar e defender a cidade e preceitos da guerra naval.

da humanidade, não houve sociedade que não tenha escrito nas páginas de sua história a experiência com a guerra. Cada organização apresenta sua especificidade no âmbito da mentalidade, tecnologia, política, cultura, economia e demografia, influenciando seus próprios métodos de combate¹³⁷.

A natureza da guerra foi explicada por Carl Von Clausewitz (1780-1831) como “um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade¹³⁸”. A partir das observações sobre as Guerras Napoleônicas (1803-1815), teorizou a guerra não como um objeto independente, mas com um caráter instrumental, sintetizada na máxima: “a guerra é a continuação das relações políticas com o complemento de outros meios¹³⁹”. Nessa relação dialética, a guerra é responsável pelo surgimento do Estado e este último é responsável por fazer a guerra. São os desígnios, ou seja, os objetivos políticos estatais determinantes ao caráter do conflito armado.

A guerra é um instrumento da política, em concomitância, a estratégia do Estado influencia o poder militar. Essa influência exercida sobre a guerra não possui limitação, “pode-se descer até uma forma de guerra que consiste numa simples ameaça contra o inimigo, e na negociação¹⁴⁰”. Afinal, fomentar a violência é um meio de intimidação e dissuasão do adversário. A conduta da guerra é a política que recorre ao combate para alcançar seus interesses. Quando o Estado opta pelos homens armados, significa que a decisão pelas armas representa a fundamentação de tudo¹⁴¹. Portanto, os elementos condicionantes para a guerra como economia, sociedade e planejamento estratégico são orientados para o cumprimento do propósito político.

O militar prussiano Clausewitz, homem fruto do seu tempo, escreveu sua obra *Da Guerra* durante um contexto histórico marcado por transformações na Europa. O século XIX presenciou as transições do Estado moderno para o Estado-nação. Não foi acaso que o autor debruçou-se sobre a guerra, afinal, foi um fenômeno social que corroborou para tais rupturas, ao mesmo tempo em que a guerra foi agente passivo das transformações da sociedade.

¹³⁷ BOUTHOU, Gaston. *Tratado de Polemologia: Sociología de las guerras*. Madrid: Ediciones Ejército, 1984, p. 87.

¹³⁸ CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 7.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 870.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 869.

¹⁴¹ *Ibidem*, pp. 39-46.

O processo de formação do Estado na Europa, desde o século XIV, ocorreu durante uma conjuntura marcada por conflitos civis e religiosos¹⁴², transformações políticas e ruptura do sistema econômico. O Estado moderno foi constituído organização de poder estruturado sobre território, população, governo centralizado, reconhecido e amparado por um corpo administrativo responsável. A unificação do poder representada por essa instituição desempenhava o papel de garantir a paz, pôr fim à violência e retomada das relações sociais e econômicas. A partir da ascensão dos governos absolutistas, - poder concentrado e unitário, iniciou o processo de monopolização e legitimação do emprego da violência pelo Estado¹⁴³.

A soberania foi transferida do soberano para o Estado que, por sua vez, enquanto soberano, era detentor de todo o poder capaz de garantir a segurança dos seus súditos: “Pertence à soberania todo o poder de prescrever as regras através dos quais todo homem pode saber quais os bens de que pode gozar, e quais as ações que pode praticar, sem ser molestado por qualquer de seus concidadãos¹⁴⁴”.

O Estado moderno aplicava seu direito soberano para defender seus interesses nacionais, ou seja, “a vontade nacional que é o agente para realização do desejo ou finalidade individual; e para liberdade dessa realização¹⁴⁵”. O meio para alcançar seu objetivo é o poder. Na obra *Tratado de Política* (1964), G. Catlin explicou o caráter do poder para o Estado: “a capacidade de estar livre para realizar sua vontade [sobre os demais] e de controlar, seja exercida ou não, mas potencial¹⁴⁶”. A questão chave está na seguinte preposição que pode ajudar a entender como a guerra eclode devido às disputas por poder: “Os que dispõem do poder não abandonarão voluntariamente sua liberdade de fazer o que desejam nem as liberdades de que se dispõem¹⁴⁷”.

O monopólio do uso da força repercutiu no direito do Estado, legitimado pela sua soberania: “Pertence à soberania o direito de fazer a guerra e a paz com várias nações e Estados. Decidir quando a guerra corresponde ao bem comum. Porque o poder mediante o

¹⁴² Segundo o historiador John Keegan, as guerras religiosas auxiliaram no processo de formação do Estado: “a externalidade das grandes guerras religiosas desta época foi, portanto, a criação da primazia da estabilidade e da personalidade jurídica no âmbito interno e externo como fruto de largo processo social, político, histórico e cultural”. Ver: KEEGAN, John. *Uma história da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p 100.

¹⁴³ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, pp. 425-431.

¹⁴⁴ HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 63.

¹⁴⁵ CATLIN, George E. Gordon. *Tratado de Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, p. 94.

¹⁴⁶ HOBBS, Thomas. *Op. Cit.* p. 104.

¹⁴⁷ Idem.

qual o povo vai ser defendido insiste em seus exércitos, e a força de um exército consiste na união de suas forças sob um comando único¹⁴⁸”.

Conforme o processo histórico de organização social do Estado e da ideologia, ocorria o crescimento da violência organizada e a guerra sofria transformações no âmbito político, estratégico e tático, a partir do desenvolvimento tecnológico da indústria bélica. A racionalização da guerra, durante o século XIX, implicou na sistematização da destruição em massa. A justificativa para esse fenômeno está no processo de fortalecimento da autoridade do Estado-nação, caracterizado pelo acúmulo da burocracia de coerção, ideologia centrífuga¹⁴⁹, a consolidação do monopólio do emprego da violência e funcionalidade administrativa capazes de mobilizar financiamento, material e pessoal; institucionalizar os exércitos, garantindo sua superioridade técnica para ganhar as batalhas; e assegurar a eficácia da preparação e condução da guerra¹⁵⁰. O Estado desenvolveu uma infraestrutura capaz de controlar e policiar sua respectiva extensão geográfica, diferenciando a violência interna e externa e o modo de fazer a guerra.

A pacificação dos conflitos domésticos, a partir da criação de um aparato legal para criminalização da violência interna, implicou na condução da guerra para além dos limites territoriais. A razão está no seu emprego como o instrumento da política. Em sua maioria, os conflitos armados eclodidos durante os oitocentos no Ocidente, estavam relacionados às competições entre os projetos de construção dos Estados nacionais¹⁵¹. A externalização da guerra implicou na ação do Estado para defesa do território fronteiriço. O objetivo não era apenas defender o espaço físico, mas defender uma “entidade territorial com sólidas bases morais por tropas e fortificações¹⁵²”.

Ao longo da história, a exigência de proteção às fronteiras implicou no desenvolvimento de estratégias para realização dessa empreitada. Na Antiguidade, o Império Romano utilizava estados vassalos e tribos nômades aliadas para defender suas possessões na

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ O sociólogo Siniša Malešević definiu o conceito de ideologia centrífuga como uma ideologização em larga escala, a partir da proliferação de discursos ideológicos emitidos pela organização política que apresenta apelo popular. A ideologia é “termos de um processo social universal através de cada agente coletivo e individual, articulando credo, valores, ideias e ações”. Desempenha um papel mobilizador e legitimador da ação social, atendendo às normas morais e aos interesses dos grupos. Ver: MALEŠEVIĆ, Siniša. *The sociology of War and Violence*. New York: Cambridge University Press, 2010, p. 131. (tradução livre).

¹⁵⁰ CORVISIER, André. *A Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999, p. 179.

¹⁵¹ MALEŠEVIĆ, Siniša. *Op. Cit.* p. 129.

¹⁵² *Ibidem.* p. 186.

África e na Ásia. Na Europa, os romanos aproveitaram os limites naturais para demarcação do Império com os povos do Norte, sobretudo, através dos rios Reno e Danúbio. Na fronteira, foram erguidos, próximos um dos outros, os *burgis*, postos de observação, os *castella*, fortificações compostas por guarnições e os *castra*, estabelecimento para abrigar as tropas responsáveis pela ofensiva aos pontos ameaçados¹⁵³. Mais tarde, esse sistema foi substituído pela organização de províncias fronteiriças sob liderança militar.

Durante os séculos XV-XVII, as monarquias feudais promoveram a construção de portos a fim de ocupar pontos estratégicos não só internos, mas que permitissem o acesso ao território estrangeiro. A partir do século XVII, a concepção de fronteira militar fortificada retornou à política estratégica dos países, como a Áustria, que estimulou a construção de fortificações com guarnições permanentes e empregou camponeses-soldados responsáveis pela ocupação e monitoramento do território¹⁵⁴.

Em conformidade ao processo de consolidação do Estado, a institucionalização do exército, legitimada pelo direito soberano de monopólio da força influenciou na estratégia de defesa de fronteira dos países como a Grã-Bretanha, mais tarde, Reino Unido e a França. Anteriormente, as tropas eram compostas de forma variada com integrante de milícias locais. No entanto, só eram remanejadas à fronteira em caso de ameaça de conflito armado, implicando na ausência de um exército permanente. Na França absolutista de Luís XIV (1638-1715), foram formados batalhões aquartelados compostos por militares de tropas regulares. Com a formação do Exército foi possível o emprego de unidades estruturais; a permanência de tropas de serviço para assegurar a defesa da fronteira; o recrutamento de jovens para cumprir a missão e a organização de reservas e fiscalização¹⁵⁵.

Na América do Sul, o processo de formação do Estado brasileiro divergiu da América espanhola. O cientista político José Murilo de Carvalho destacou a importância da inversão colonial provocada pela transmigração da Família Real Portuguesa e a transferência das instituições políticas para o Rio de Janeiro, responsável pela transformação da Corte em centro de poder onde o aparato administrativo e a presença do monarca corroboraram para experimentar a centralização política. Em contrapartida, na América Hispânica, o contexto

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Ibidem, pp. 188-189.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 190.

das Guerras Napoleônicas foi responsável pela ausência da autoridade da Coroa de Espanha nas colônias, implicando na luta pela soberania, alcançada por meio de conflito armado. O processo de construção desses Estados nacionais foi marcado pela disputa das elites locais. O resultado foi o esfacelamento da colônia e a ascensão de 16 países independentes que adotaram o sistema republicano de governo.

A Independência alcançada em 1822 e a fundação do Império do Brasil, sob regime de uma Monarquia constitucional, legitimou a autonomia experimentada, a partir de 1808¹⁵⁶. A disputa por poder travada entre as forças que lutavam para impor a autoridade do Imperador D. Pedro I (1798-1834) e dos aliados à antiga metrópole, apoiados por Portugal, foi responsável pela eclosão das Guerras de Independência (1822-1825). Naquele momento, a guerra detinha um caráter nacional responsável pelo combate contra as tropas portuguesas. O historiador José Honório Rodrigues ressaltou que sem a “guerra não haveria paz, nem independência. No começo pensou-se em transição, e se disfarçou a ideia de independência com autonomia, até que não foi possível esconder o verdadeiro sentimento e, desde então, não havia outro recurso que as armas¹⁵⁷”.

Após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, o poder foi conduzido às mãos dos brasileiros. O Estado foi governado por meio de regências (trina e una) fundamentadas pela Constituição de 1824. Foi um período da história política marcado por conflitos provocados pela descentralização política e a disputa por poder entre as elites locais. As Revoltas Regenciais, Cabanagem (1835-1840); Sabinada (1837-1838); Balaiada (1838-1841) e a Farroupilha (1835-1845) ameaçaram a ordem interna e a integridade do país, sobretudo, esta última com a fundação da República de Piratini, em 1836, que perdurou independente até 1845¹⁵⁸. A solução para conjuntura da época foi a valorização da unidade territorial e concentração do poder.

O projeto de fortalecimento do Estado foi liderado pelo grupo conservador denominado Saquarema, constituído pelos políticos conservadores Joaquim José Rodrigues

¹⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. As marcas do período. In: CARVALHO, José Murilo de; SCHWARCZ, Lilian Moritz (Org.). *História do Brasil Nação (1808-2010): construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012, pp. 19-20.

¹⁵⁷ RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução – As forças armadas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975, p. 155.

¹⁵⁸ Sobre as Revoltas Regenciais ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, pp. 249-254.

Torres (1802 – 1872), Paulino Soares de Souza (1807-1866) e Eusébio de Queirós (1812-1868), classe senhorial que estabeleceu uma relação com esse processo propiciado “pela intervenção consciente e deliberada de uma determinada força social, a qual se força a si própria como dirigente no movimento dessa intervenção: os Saquaremas¹⁵⁹”. Iniciado em 1838, durante o período regencial (1831-1840) e consolidado, em 1850, no Reinado de D. Pedro II (1840-1889), a manutenção do território era prerrogativa para legitimar sua soberania¹⁶⁰. Na política doméstica, foram estabelecidas as seguintes medidas: Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840) responsável por enfraquecer a autonomia das províncias, restabelecendo o Conselho de Estado (1841) – órgão de cúpula política; e a reforma do Código do Processo Criminal (1841), garantindo a centralização das estruturas judiciárias e policiais. A economia cafeeira tornou-se a principal fonte de renda do país, conforme a manutenção da estrutura agrário-exportadora e a mão de obra compulsória. Após o chamado quinquênio liberal (1844-1848), os conservadores retornaram ao poder. Em 1850 ocorreram: a reforma da Guarda Nacional que submeteu sua administração ao Ministério da Justiça, criação do Código Comercial do Brasil; Lei de Terras e a Lei Euzébio de Queiroz responsável pela abolição do tráfico de escravos, reduzindo a pressão militar britânica. No âmbito sociocultural, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) com o objetivo de construir a história e a identidade nacional do país.

Além da afirmação das dimensões continentais, o Império compartilhava fronteiras com Repúblicas cujo processo de independência resultou na fragmentação do antigo Império hispano-americano¹⁶¹, gerando desconfiças. Enquanto a ideia de Império significava expansão do território brasileiro para além das fronteiras (pré-existentes) para as Repúblicas

¹⁵⁹ Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC EDITORA, 2011, p. 14. O próprio conceito de Estado Imperial foi trabalhado por Ilmar Matos associado à atuação política desse grupo: “(...) quando operamos com o conceito de Estado imperial (...) tem como um dos elementos fundamentais o fato de ser um *locus* dos dirigentes saquaremas, isto é, dos que por meio de uma ação estatal exercem direção intelectual e moral”. Ibidem, p. 15.

¹⁶⁰ O conceito de soberania foi definido por José Antônio Pimenta Bueno, na obra *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império* (1857): “é o poder e a independência de um povo que pertence a si mesmo, o poder em sua origem, em seu ser primitivo, a força inteligente e suprema da sociedade, ainda não delegada”. Em seguida, explicou a relação entre soberania e nação: “A soberania é, pois, um atributo nacional, a propriedade que a nação tem de sua própria inteligência, força e poder coletivo e supremo; é o indisputável direito de determinar as formas, instituições, garantias fundamentais, o modo e condições da delegação do exercício desse mesmo poder”. BUENO, José. Antônio. Pimenta. *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*. In: KUGELMAS, Eduardo. *Coleção Formadores do Brasil: Marquês de São Vicente*. São Paulo: Ed. 34, 2002, pp. 84-85.

¹⁶¹ Sobre o processo de emancipação das repúblicas sul-americanas, ver: PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Editora Contexto, 2014, capítulos: 1-4.

recém-independentes, para o governo imperial, as Repúblicas simbolizavam a barbárie e o esfacelamento do território. A segurança do Estado brasileiro era interesse contido dentro do projeto centralizador e estava pautada “na defesa em torno da demarcação dos limites e colonização dos fundos territoriais”, ou seja, “o exercício da soberania estatal sobre o território, seu controle político, administrativo, militar, social e cultural¹⁶²”. Caberia a Coroa, corpo e centro político, garantir o monopólio da força e das leis, controle da administração local, atuando na preservação e ampliação dos interesses da elite em cada região do Império e sua defesa¹⁶³. Nesse projeto político, a definição dos limites tornava-se essencial, conforme explicou José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878): “uma das mais importantes necessidades do Império, para conservar paz e harmonia com os Estados limítrofes é definir a linha dos seus limites e destarte evitar questões e conflitos de jurisdição¹⁶⁴”.

2.1 A concepção de guerra na política externa brasileira para o rio da Prata

As relações internacionais do Estado brasileiro, a partir de 1849, obedeciam aos interesses políticos necessários ao fortalecimento do Império. A política externa orientada por Paulino José Soares de Souza (1807-1866), a frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1843-1844; 1849-1853), sofreu uma guinada, substituindo o princípio de não intervenção pela ação proativa, concentrada na região da bacia do Prata para atender aos seguintes objetivos: liderança regional a partir das intervenções, a fim de impedir execução do projeto político de Juan Manuel de Rosas (1793-1877), Governador de Buenos Aires, baseado na formação do antigo Vice-Reinado do Prata; definição dos limites territoriais¹⁶⁵ e a livre navegação da bacia do Prata, em contradição, as negociações para impedir o livre trânsito internacional da bacia amazônica.

¹⁶² JANKE, Leandro Macedo. Duarte da Ponte Ribeiro. Território e territorialidade no Império do Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 239.

¹⁶³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *op. cit.*, pp. 93-95.

¹⁶⁴ BUENO, José Antonio Pimenta. *op. cit.*, p.80.

¹⁶⁵ Ao longo da década de 1850, o governo imperial organizou missões diplomáticas para negociação de Tratado de Limites e Navegação com as Repúblicas fronteiriças, entre as quais destacamos: Em 1851, Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878) foi enviado ao Peru, assinando a Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial, Extradicação e Limites, enquanto Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856) foi à Banda Oriental do Uruguai negociar Tratado de Limites e Aliança Militar; Manuel Maria Lisboa foi à Venezuela e Colômbia em 1852. No entanto, o tratado fora retificado apenas em 1859; Em 1855, Visconde do Uruguai (1807-1866) foi enviado à França para definir os limites com a Guiana Francesa. Os limites territoriais brasileiros foram consolidados, após ação do Barão do Rio Branco (1845-1912) no século XX.

A política platina buscou a contenção de Buenos Aires, por meio da defesa da autonomia da Banda Oriental do Uruguai e a República do Paraguai, com o reconhecimento das respectivas soberanias. A Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado emitiu um parecer, em 15 de maio de 1847, sobre as ameaças que o governo argentino causava ao Brasil. Em primeiro lugar, o rompimento do equilíbrio político: “o governo argentino aumentará o seu poder e preponderância não só com lesão dos Estados cuja soberania for por ele absorvida, com especial detrimento do Brasil¹⁶⁶”.

O projeto político de Juan Manuel Rosas incluía atender aos interesses da burguesia mercantil baseado no monopólio portuário no rio da Prata. Com o controle sobre o porto de Montevideú, que por sua vez seria anexado à Confederação Argentina, de modo a neutralizar a concorrência, garantindo a exclusividade do porto de Buenos Aires. Além de garantir o lucro dos impostos alfandegários, iria promover a nacionalização e o bloqueio do estuário, impedindo a navegação estrangeira. O aumento da extensão da fronteira com a Argentina e o controle platino sobre a bacia do Prata ameaçariam a comunicação e integridade das províncias como Rio Grande do Sul e Mato Grosso e conseqüentemente a sobrevivência do Império: “o comércio, a navegação, os nossos limites territoriais serão outros tantos objetos de futuras contendas com aquele governo, que achará nelas sempre pretextos para hostilidades de que parece ávido¹⁶⁷”.

Além disso, o aspecto ideológico foi fator determinante. O governo imperial executava uma política baseada na supremacia da monarquia em relação aos regimes republicanos instalados na América Hispânica. Nos conflitos entre o Brasil, Argentina e o Uruguai “digladiam-se, pois, duas ordens políticas, a civilização e a barbárie¹⁶⁸”. A identidade brasileira, forjada no projeto político de Nação, ergueu-se em contraste com o outro, ou seja, aos vizinhos republicanos. A consolidação do Império era promovida com a valorização de sua herança europeia, berço da ilustração, ordem e manutenção das dimensões territoriais, expandindo para o interior um projeto de civilização por meio de uma construção da língua, literatura e história no país onde a escravidão era o principal alicerce econômico do Estado. Em contrapartida, a República era enxergada como um sistema bárbaro, sobretudo, devido ao

¹⁶⁶ REZEK, José Francisco. *Op. Cit.* p. 350.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 59.

processo histórico da independência marcado por movimentos violentos e o esfacelamento do território.

O processo de formação do Estado argentino¹⁶⁹, por exemplo, foi marcado por disputas de poder entre seguimentos sociais e elites locais. Os projetos centralizadores contrapunham com as propostas das províncias baseadas na descentralização política federal ou confederativa. A concepção de federalismo na proposta do General Rosas era pragmática para garantir o poder de Buenos Aires. Era alternativa viável capaz de atender aos anseios populares, ao mesmo tempo em que permitia o controle da ordem, por meio da domesticação da paixão, ou seja, impedindo que as disputas domésticas impedissem a autoridade central¹⁷⁰.

A historiadora Maria Elisa Noronha de Sá, na obra *Civilização e Barbárie: a construção da ideia de nação Brasil e Argentina* (2012), compara os projetos políticos de Paulino José Soares de Souza no Brasil e Domingo Faustino Sarmiento, futuro Presidente (1868-1874) na Argentina, concluindo que nação e identidade nacional na América do Sul foram construídas no âmbito político e cultural. A concepção de Império e República significava respectivamente centralização política e unitária. O Visconde do Uruguai defendia que a ordem política seria alcançada com a preservação das instituições monárquicas: unidade territorial, fortalecimento e estabilidade da monarquia em alteridade às repúblicas fronteiriças. A centralização do poder do Estado tinha como objetivo minimizar os poderes locais, atuando como mediador dos interesses das elites regionais e, principalmente, promovendo a ordem, sufocando qualquer tentativa de conflito violento interno, conforme ocorreu durante o período regencial (1831-1840). Por outro lado, Sarmiento defendia a instauração de uma república

¹⁶⁹ A decadência da colonização hispânica na América desencadeou o processo de independência. Em 9 de julho de 1816, a Assembleia Constituinte, em Buenos Aires, declarou emancipação das Províncias Unidas do Rio da Prata. A iminência de propostas políticas variadas e a incapacidade de garantir a unidade territorial contribuíram para desmantelamento do Vice-Reinado do Prata. Enquanto o governo de Buenos Aires buscava a concentração de poder, buscando assumir a autoridade vacante pela Espanha, projetos contrários à supremacia platina ascenderam. O político uruguaio José Gervasio Artigas (1764-1850) defendia um projeto baseado na reunião da Banda Oriental e as províncias litorâneas no rio Paraná, Corrientes, Entre-Ríos e Santa Fé. Após 1820, os *cabildos* foram destituídos do poder pelas forças de Santa Fé e Entre Ríos, ascendendo os caudilhos provinciais que buscavam defender autonomia regional. Os conflitos internos provocaram a criação da Confederação Argentina em 1831. O Pacto Federal entre Buenos Aires e as províncias Entre Ríos, Santa Fé e Corrientes tinha como objetivo regular as pressões pela independência regional e a liderança platina na organização política provocada pelo desenvolvimento econômico com o aumento das exportações da produção pecuária. Com a ascensão de Juan Manuel de Rosas ao governo de Buenos Aires, obteve também administração da Confederação Argentina, controlando as relações internacionais, as forças armadas, garantindo a segurança dos negócios, protegendo o direito à propriedade, aos investimentos estrangeiros, a posse de terra dos estancieiros, o incentivo ao crescimento da produção pecuária e administração das reivindicações locais.

¹⁷⁰ SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e Barbárie: a construção da ideia de Nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 91.

liberal na Argentina baseado no unitarismo¹⁷¹. A pluralidade de projetos, inclusive, conflitantes marcou a história política regional, durante a segunda metade do século XIX, influenciando na eclosão das guerras como meio encontrado pela política para alcançar os interesses nacionais existentes nos projetos em execução.

Além da Confederação Argentina, a Banda Oriental do Uruguai¹⁷² era peça importante na dinâmica política da bacia do Prata. O Uruguai sofria uma guerra civil, desde 1839, entre tropas de Frutuoso Rivera (1784-1854) e Ex-presidente Manuel Ceferino Oribe y Viana (1792-1857) que disputavam poder. O General Oribe comandando exército argentino, concedido por Rosas, estabeleceu uma base em Cerrito, liderando um governo paralelo ao da Praça de Montevideú¹⁷³. Seu projeto nacional ia de encontro aos interesses brasileiros, afinal, era simpatizante à ideia de incorporação do Uruguai à Confederação Argentina. Além disso, o governo imperial recebia reclamações dos proprietários brasileiros pelos sequestros dos bens pelo Estado. A intervenção no Uruguai e a derrota das tropas de Oribe eram fundamentais para destruição de Juan Manuel de Rosas e para garantir a soberania uruguaia¹⁷⁴, evitar um problema de disputas de fronteira, zelando pela integridade da província do Rio Grande do Sul, após o fim da Guerra dos Farrapos¹⁷⁵ (1835-1845), quando o poder da instituição

¹⁷¹ Ibidem, pp. 248-249.

¹⁷² Durante o período colonial, Portugal fundou a Colônia de Sacramento (1680), a posição geográfica, próxima a Buenos Aires, contribuiu para a formação de um posto de atividades econômica, sobretudo, o contrabando da prata dos Andes. Em seguida, a construção de Montevideú pelos espanhóis, em 1726, tinha o objetivo de garantir o controle do rio da Prata. Em 1808, os portugueses anexaram o território. Ao final da Guerra da Cisplatina (1825-1828), conflito entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Prata pela posse do território, após derrota brasileira, foi assinada Convenção Preliminar da Paz (1828) na qual os governos brasileiro e argentino comprometiam-se a respeitar a soberania da República Oriental do Uruguai, o novo Estado-tampão no Prata. No entanto, o Brasil permanecia interferindo em questões internas, promovendo incursões ao território uruguaio com o gado, disputando emprego e cobrando do governo imperial o cumprimento dos interesses políticos e econômicos na região. Durante o processo de consolidação do Estado uruguaio, foi criado o partido *Colorado* sob liderança de General D. Frutuoso Rivera (1784-1854) que detinha apoio dos caudilhos uruguaios e empresários rio-grandenses e um projeto político “Uruguai Grande” baseado na união da Banda Oriental com as províncias litorâneas Santa Fé, Corrientes e Entre Ríos, em oposição, o partido *Blanco* do General Antonio Lavalleja (1784-1853), aliado do General Rosas e simpatizante ao projeto político de Buenos Aires. Entre 1833 e 1834, eclodiu uma guerra civil no Uruguai pela disputa de poder entre os partidos. Em 1835, Manuel Oribe chegou à Presidência do Uruguai. Mais tarde, o conflito político entre Oribe e Rivera implicou na ação da França e Reino Unido que detinham interesses econômicos na região e pressionavam pela livre navegação no Prata, interviram com o bloqueio naval, entre 1837 e 1838, contribuindo para queda de Manuel Oribe que renunciou ao cargo, foi exilado na Argentina sob proteção de Rosas. Em 1839, eclodiu a “Guerra Grande” liderada por Rivera em Montevideú *versus* Oribe, que desiste da renúncia e volta a reivindicar o poder, e Rosas.

¹⁷³ A França e o Império do Brasil reconheciam a soberania do governo da Praça de Montevideú, contribuindo com intervenções militares contra General Oribe.

¹⁷⁴ Na Convenção de 27 de agosto de 1828, o Estado brasileiro reconheceu a independência uruguaia, comprometendo-se a proteger a soberania do Uruguai; estabeleceu a definição das fronteiras e a livre navegação do rio da Prata.

¹⁷⁵ A Guerra dos Farrapos (1835-1840) ocorreu devido às disputas de interesses relacionadas à economia do charque e a política tributária do Estado brasileiro na região. Em 1836, os farroupilhas decretaram a fundação da

monárquica esteve ameaçado. Em 19 de abril de 1851, o político José Maria da Silva Paranhos escrevia no *Jornal do Comércio*: “a nossa questão com Oribe, tenente do ditador de Buenos Aires, é uma questão de segurança para o presente e para todo sempre; é uma questão de progresso e civilização para nós, para nossos vizinhos, para humanidade em geral¹⁷⁶”.

No Parlamento brasileiro, essas questões foram avaliadas e resultaram no fim da neutralidade brasileira para intervenção armada, prevalecendo o pensamento baseado na doutrina de segurança e intervencionismo humanitário. O primeiro aspecto está relacionado à legitimação da ação para impedir a execução do projeto político que ameaçaria a segurança do país. A causa humanitária justificava a intervenção uma vez que a vitória sobre General Rosas e Oribe iria acabar com o terror promovido contra o povo argentino, platino e rio-grandense¹⁷⁷.

A guerra foi, naquele momento, instrumento da política externa. Para garantir a queda de Rosas e a proteção à autonomia da Banda Oriental do Uruguai e da República do Paraguai, o conflito armado tornava-se necessário, sobretudo, em nome da paz, para proteção dos interesses nacionais e humanitários. O professor Amado Luiz Cervo identificou, nos debates parlamentares, a ideia de coincidências de interesses, ou seja, o inimigo comum representado na figura de Rosas, que contribuiu para iminência de uma “noção de bem comum supranacional”, induzindo na formação de alianças políticas¹⁷⁸ em defesa da segurança própria¹⁷⁹.

Retomando ao político José Maria da Silva Paranhos, apresentamos sua interpretação acerca do significado de guerra para o Estado brasileiro. Em sua publicação de 31 de maio de 1851, o político apresentava os debates no Parlamento, defendendo a posição daqueles que

República de Piratini e, em 1839, a República Juliana, em Santa Catarina. Os grupos desejavam uma autonomia política em relação ao governo central e uma organização política que atendessem aos interesses locais. O professor José Murilo de Carvalho analisou essa revolta como “alto risco político pela posição estratégica da província como fornecedora de charque para economia escravista e pela ameaça à unidade do país e ao sistema monárquico de governo”. Ver: CARVALHO, José Murilo. *A construção da Ordem, Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 254; FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo, 2006, pp. 78-79.

¹⁷⁶ PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2008, p. 150.

¹⁷⁷ CERVO, Amado Luiz. *Op. Cit.* pp. 60-61.

¹⁷⁸ A diplomacia brasileira assinou, em 1851, o Tratado de Aliança Militar com a República do Paraguai, governo da Praça de Montevidéu e as províncias de Entre-Ríos e Corrientes contra o General Juan Manuel de Rosas e General Oribe, como medida para defender a soberania desses governos e garantir apoio em caso de invasão das tropas rosistas.

¹⁷⁹ CERVO, Amado Luiz. *Idem*.

aprovavam a intervenção militar, sobretudo, as declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza (1807-1866) e o diplomata Hermeto Carneiro Leão (1801-1856), a fim de conseguir o respaldo da população à guerra, demonstrando que a política platina era uma questão de “dignidade nacional¹⁸⁰”. A percepção de ameaça baseada na anexação da Banda Oriental e a República do Paraguai por Buenos Aires e, com isso, o aumento do seu contingente militar e a expansão da fronteira, ameaçando as províncias era a justificativa para o conflito. De acordo com o Chanceler brasileiro:

perderíamos uma parte importante da província de Mato Grosso, que compreende sua capital, ficando a província e a navegação dos rios completamente abertas. Semelhantes questões de limites, que ainda não estão resolvidas, não tornariam inevitável uma guerra, com um vizinho que, absorvendo nacionalidades que temos reconhecido, teria aumentado extraordinariamente o seu poder e adquirindo proporções gigantescas¹⁸¹?

Ao defender a perspectiva brasileira, o futuro Visconde do Rio Branco estabeleceu uma análise sobre a guerra e a paz nos negócios estrangeiros do país: “a paz é só a paz! A paz deve seguramente ser o alfa e ômega das nossas relações exteriores, é a condição indispensável de todo o progresso. Mas a paz é sempre preferível à guerra, embora com sacrifício do crédito, da dignidade e dos interesses nacionais?” A guerra tornou-se uma estratégia do Estado para defender a honra e os objetivos políticos¹⁸². Se o conflito armado era também um meio de alcançar a paz, era dever do Estado guerrear contra Rosas e Oribe, pois estaria lutando contra a tirania e a barbárie. Ao vencer, a vitória representava o triunfo do direito sobre usurpação; a liberdade sobre a ditadura e a civilização sobre o vandalismo¹⁸³.

Em resposta à oposição que afirmava o desvio de recursos e mão de obra para financiar e compor as tropas como um impedimento ao desenvolvimento da indústria e da lavoura, Paranhos explicava que a guerra exigia generosidade e sacrifício e caberia aos cidadãos patriotas promover doações aos cofres públicos, defendendo: “a honra e a integridade do país estão acima dos dispêndios de alguns milhões de contos; o sentimento da nacionalidade, os interesses da União, a inviolabilidade do território defendem-se a todo o

¹⁸⁰ PARANHOS, José Maria da Silva. *Op. Cit.* p. 208.

¹⁸¹ SOUZA, Paulino José Soares de. *Apud* PARANHOS, José Maria da Silva. *Ibidem*, p. 210.

¹⁸² A guerra como parte da política de Estado permaneceu, até 1928, com a assinatura do Pacto Briand-Kellogg ou Pacto Multilateral contra a Guerra. No preâmbulo, os países signatários condenavam o recurso à guerra como uma medida de solução de controvérsia, renunciando seu emprego como um instrumento da política nacional.

¹⁸³ *Ibidem*. p. 397.

custo e a todo risco¹⁸⁴”. E, enfatizava que investir em uma guerra para defender os interesses nacionais era um ato nobre e patriótico, melhor do que obter uma paz “sustentada por humilhações, avaliada mesmo na balança do mais inexorável e avaro economista, custa mais do que a defesa prudente¹⁸⁵”.

No discurso de 7 de junho de 1851, José Maria da Silva Paranhos permaneceu defendendo os investimentos do Estado na guerra. Dessa vez, nas instituições militares, ressaltando a importância das forças navais e o Exército acompanharem o desenvolvimento tecnológico da indústria bélica. Para legitimar sua posição, utiliza como referência a máxima escrita por Públio Vegécio: “se queres a paz, prepara-te para guerra”. Segundo Paranhos: “enquanto o congresso da paz universal não der leis ao mundo, o – *Si vis pacem, para bellum* – há de ser, não só uma máxima militar, senão também uma impreterível garantia de segurança interna e externa de todas as nações civilizadas¹⁸⁶”.

O conceito de discurso significa o emprego de uma linguagem como forma de prática social¹⁸⁷. A prática discursiva implica na ação em enxergar a sociedade e os indivíduos. É um meio de representação e construção do mundo em significados. O discurso não é neutro. Pelo contrário, é influenciado pela estrutura social, como as classes e as relações sociais. A construção de um discurso apresenta efeitos. O professor Norman Fairclough estabeleceu três consequências principais: a construção de identidades sociais; estabelecimento de relações sociais entre as pessoas e a formação de um sistema de conhecimento e crença¹⁸⁸. Segundo o autor, os discursos textuais dependendo do meio de circulação e o público atingido, são capazes de exercer influência nas relações de poder, condução das guerras, modificação das atitudes e crenças e nas práticas sociais¹⁸⁹.

Ao analisarmos criticamente os discursos de José Maria da Silva Paranhos, destacamos alguns aspectos. Em primeiro lugar, seus textos não são imparciais, pelo contrário, defendem a posição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino Soares de Souza e a ala do Parlamento que corroborava com o Chanceler, defendendo a intervenção militar no Prata. Ao publicar as *Cartas ao Amigo Ausente*, constituídas por análises sobre a

¹⁸⁴ Ibidem, p. 223.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 226.

¹⁸⁷ FAIRCLOUG, Norman. *Discurso de mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 90.

¹⁸⁸ Ibidem, pp. 91-92.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 108.

política externa nacional no *Jornal do Comércio*, principal veículo da imprensa na capital do Império, o autor construiu uma mensagem voltada para os leitores do jornal, a elite política especificamente aqueles que possuíam, até o momento, dúvidas em relação ao conflito armado no Prata.

José Maria da Silva Paranhos apelou à cooperação e à ação humanitária para legitimar a intervenção militar. E foi além. Promoveu reflexões sobre a guerra enquanto um instrumento do Estado brasileiro para promover seu próprio fortalecimento. Conforme a teoria de Fairclough, Paranhos discursou, corroborando para manipulação de uma identidade baseada no Brasil como um país defensor dos ideais de civilidade e liberdade que, ao lutar, libertaria seus vizinhos da barbárie dos ditadores. Além disso, ao explicar que a guerra exigia remanejamento das verbas dos cofres públicos para as forças armadas, apelava para as relações sociais, ou seja, o patriotismo e o nacionalismo dos cidadãos brasileiros. Estava implícito o clamor pelo apoio da oposição e a conciliação partidária. Ao dissertar sobre a relação entre guerra e paz e o emprego da violência como meio de alcance dos objetivos políticos, o autor contribuiu para construção de uma crença que, de fato, a guerra era um recurso do Estado. Cabe ressaltar que, em 23 de outubro de 1851, José Maria da Silva Paranhos, foi nomeado como Secretário da Missão Especial à República Oriental do Uruguai, República do Paraguai, Entre Rios e Corrientes, ao lado do diplomata Hermeto Carneiro Leão.

Por conseguinte, é necessário destacar o que estava por trás do incentivo ao patriotismo e à luta pela liberdade: era o jogo de poder. Interpretamos o discurso de Paranhos um exemplo do pensamento do Estado brasileiro acerca dos desígnios políticos que levaram ao emprego do conflito armado: a disputa pelo poder hegemônico na região, a segurança do Império com a preservação das suas dimensões continentais e a livre navegação das vias fluviais da bacia do Prata, garantindo a integração do país e os interesses dos proprietários de terra, empresários e banqueiros brasileiros na região.

A denominada Guerra Grande (1850-1852) implicou na queda de Oribe, em 1851¹⁹⁰ e na queda de Rosas, na batalha de Monte Caseros, em 1852. Mas, a intervenção política e militar do Império do Brasil na região não terminou. O professor Amado Luiz Cervo ao

¹⁹⁰ Ao final do conflito, o Brasil obrigou a assinatura dos tratados de aliança, limites, comércio e navegação desfavoráveis ao Uruguai, em 12 de outubro de 1851.

analisar a política externa brasileira, após 1852 até 1856 e estabeleceu os princípios que marcaram esse período: “doutrina da segurança imediata e interesses essenciais”. Segundo o autor, os principais pontos da agenda foram: a intervenção militar no Uruguai; a reação à resistência paraguaia e as negociações com as Repúblicas para definição dos limites. Em consonância, o cientista político Pedro Aubert defendeu que o período entre 1853 e 1864 foi caracterizado, na história política da bacia do Prata, como “*pax armada*”. O Estado brasileiro permaneceu com uma estratégia política, aumentando seu contingente militar no Prata¹⁹¹. Enquanto o Uruguai sofria intervenções a favor dos interesses brasileiros, inclusive com uma Estação Naval comandada por Almirante Tamandaré (1807-1897), iniciou o acirramento das relações diplomáticas com a República do Paraguai.

2.2 Império do Brasil e a República do Paraguai: iminência de guerra

O Paraguai¹⁹² obteve sua independência em 1811, durante o processo de decadência da colonização espanhola. A adoção do isolamento político ocorreu, obedecendo à influência do espaço geográfico e da política. Localizado às margens do rio Paraguai e Paraná, fronteiro às Províncias Unidas do Prata, liderada por Buenos Aires, e ao Brasil, os paraguaios encontravam-se entre dois atores que detinham interesses expansionistas na região e disputavam poder e, portanto, para garantir sua autonomia e sobrevivência, evitando intervenções estrangeiras e perdas territoriais, o afastamento foi alternativa escolhida.

Com a ascensão de José Gaspar Rodríguez de Francia (1776-1840) em 1814, denominado *El Supremo Dictador* (1816), a política isolacionista foi caracterizada pela centralização do poder. Amparado por um Exército e órgãos de espionagem, o Presidente Francia promovia prisões e expurgos de inimigos políticos, censurando a imprensa, expulsando as ordens religiosas e repatriando os bens da Igreja. O Paraguai manteve-se afastado dos conflitos no Prata a fim de impedir embates com Buenos Aires que, além de não

¹⁹¹ AUBERT, Pedro Gustavo. Em tempos da pax: a região platina e a presença do Brasil. In: *Anais da X Semana de História Política da UERJ*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015, p. 2268.

¹⁹² Na estrutura política do Império colonial espanhol na América Latina, o Paraguai produzia erva-mate, desde 1600, com mão de obra indígena. Até o século XVIII, a densidade demográfica era baixa sob um território retraído. Em 1782, foi elevada à intendência subordinada ao Vice-Reino do Prata. O objetivo era facilitar a administração da colônia a fim de impedir a expansão luso-brasileira. Por conseguinte, ocorreram no Paraguai transformações sociais com o aumento da população devido ao processo de miscigenação e imigração. A abertura do porto de Buenos Aires e autorização para o comércio interno possibilitaram a diversificação na economia com introdução de novos produtos como madeira, tabaco e couro, aumentando a circulação de moedas. A ascensão da elite *criolla*, desafiando a hegemonia da elite de *encomienderos*, influenciaria, mais tarde, no processo de independência. Ver: NICKSON, R. Andrew; KOLINSKI, Charles J. *Historical Dictionary of Paraguai*. Maryland: Scarecrow Press, 1993, p. 142.

reconhecer sua independência, bloqueava o trânsito pelos rios, impedindo o abastecimento de alimentos, enquanto autorizava pilhagem aos produtos paraguaios, contribuindo para seu isolamento econômico. As atividades econômicas estavam sob regulamento e controle estatal. A política de confisco das terras que pertenceram à metrópole espanhola, à elite, à Igreja e aos adversários contribuiu para organização das *Estancias de la Patria*: propriedades do governo arrendadas aos fazendeiros ou administrada por membros do governo que empregavam mão de obra escrava e cultivavam os artigos necessários para substituir as exportações, concedendo ao Estado o monopólio da produção de erva-mate, tabaco e madeira¹⁹³. A única atividade comercial externa ocorria no porto de Villa del Pilar com a província de Corrientes e com o Brasil no porto de Itapoá. A sociedade paraguaia estava polarizada entre uma elite política e os camponeses subordinados ao sistema ditatorial que impuseram o isolacionismo, sem atender às demandas da população.

Em 1842, após a morte de Dr. José Francia, o Congresso proclamou a Independência novamente e assumiu, em 1844, o Presidente Carlos Antônio López (1790-1862) cujo projeto político estava pautado na modernização do Paraguai. Embora permanecesse a centralização do poder, autoritarismo, controle estatal sobre as propriedades agrárias e o monopólio sobre a produção dos gêneros agrícolas, inclusive, por membros da família López, investiram no sistema judiciário, criação de jornais, modernização militar e econômica. No âmbito da política externa, o país foi inserido na dinâmica da bacia do Prata mediante abertura comercial e negociações para o reconhecimento da independência paraguaia, obedecendo à necessidade de legitimar sua soberania diante de uma conjuntura marcada pelo projeto expansionista do General Juan Manuel de Rosas. Afinal, para os platinos, o Paraguai era visto como uma província rebelde e uma ameaça ao monopólio portuário controlado pela Confederação da Argentina. Em contrapartida, Assunção analisava Buenos Aires como um entreposto ao seu projeto de modernização.

Ao observarmos sob ótica da política externa brasileira, o Paraguai desempenhava, conforme o Uruguai, o papel de Estado-tampão cuja finalidade era a separação de Estados rivais pelo espaço neutro, uma unidade territorial independente, habitado por povo autônomo e dotado de soberania reconhecida pela comunidade internacional a fim de evitar embates

¹⁹³ LYNCH, John. As Repúblicas do Prata da Independência à Guerra do Paraguai. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo: Edusp; Brasília: FUNAG, 2004, v. 3, p. 682.

políticos e o emprego da violência entre os adversários¹⁹⁴. A preservação da integridade paraguaia e o reconhecimento de sua autonomia eram fundamentais para manutenção do equilíbrio de poder da região. O diplomata Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878), em 1845, explicou:

a existência do Paraguai como Estado independente da Confederação Argentina depende a conservação do Império do Brasil, (...) capaz de conter as províncias de Mato Grosso, Rio Grande e São Paulo como parte integrante do Império. A conservação do Paraguai como Estado Independente é uma forte barreira contra as tentativas argentinas sobre as três províncias, evitando que a população paraguaia aumente as forças argentinas¹⁹⁵.

Nesse período, o Império do Brasil retomou as relações diplomáticas¹⁹⁶ com a República do Paraguai. Em 1844, a primeira missão chefiada por José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878) chegou a Assunção com instruções¹⁹⁷ para assinar um Tratado de Amizade, Comércio, Limite e Navegação. Em 14 de setembro do ano corrente, o Cônsul assinou o ato de reconhecimento da independência paraguaia. Embora o Estado brasileiro não tenha retificado o tratado de limites, pois a delimitação estava fundamentada no Tratado de Santo Ildefonso (1777), entre 1844 e 1852, as relações entre Assunção e o Rio de Janeiro mantiveram-se alinhadas, sobretudo, devido à existência de um inimigo comum. Em 1850, ambos acordaram uma aliança militar, assegurando assistência mútua em caso de agressão argentina.

¹⁹⁴ MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Teoria de fronteiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1990, pp. 34-35.

¹⁹⁵ ALCALÁ, Guido Rodriguez; ALCÁZAR, José Eduardo. *Paraguay y Brasil: Documentos sobre las relaciones binacionales 1844-1864*. Assunção: Tiempo de Historia, 2007, p. xi.

¹⁹⁶ Durante o período de isolamento do Paraguai, o Ministério dos Negócios Estrangeiros manteve o Cônsul Antônio Manuel Correa da Câmara (1783-1848) em Assunção, entre 1824 e 1829. Devido às dificuldades para chegar ao consenso acerca da definição dos limites, o Presidente Francia expulsou o diplomata brasileiro. Mais tarde, Augusto Leverger (1841), Manuel Cerqueira Lima (1841) e Antônio José Lisboa tentaram chegar à Assunção para assumir o cargo, porém foi vetada a entrada.

¹⁹⁷ No documento *Instruções de Paulino José Soares de Souza a José Pimenta Bueno para missão diplomática na República do Paraguai*, o Ministro dos Negócios Estrangeiro justifica a relevância desta missão para garantir a integridade da província de Mato Grosso, Goiás e São Paulo, a partir da definição dos limites e livre navegação dos rios Paraguai e Paraná: “a distância que separa a província de Mato Grosso ao litoral do Império, sertão considerável, exige tanto tempo, tanta abundância de capitais e aumento de população, construção de estradas e canais pelos quais seus produtos e comércios possam transpor aquelas imensas distâncias, que fora preciso adiar por séculos a esperança do engrandecimento de um território tão vasto e tão rico em produções naturais, se a natureza lhe não oferecesse nos tributários do Paraguai e nestes meios de comunicação mais fáceis e menos dispendiosos e até pelo Paraná e rio da Prata uma saída para o Atlântico. Isto que deixo dito a respeito da província de Mato Grosso é também aplicável à de São Paulo e também de Goiás pelo que respeita à navegação do Paraná”. Ver: Arquivo Visconde do Uruguai custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, VU 04,40.

A queda do General Rosas, em 1852, não solucionou os conflitos na região. Embora fosse o fim da ameaça platina à soberania e integridade do Paraguai¹⁹⁸, instaurou-se uma nova conjuntura política. A *pax armada* marcou a transição das relações diplomáticas entre o governo brasileiro e paraguaio, abandonando o alinhamento e adotando um caráter hostil, envolvendo, inclusive, ameaça de guerra devido às divergências sobre definição dos limites e na concessão de livre navegação do rio Paraguai.

A partir da década de 1850, após a suspensão do bloqueio à navegação fluvial paraguaia, o Presidente Carlos Antônio López impulsionou a economia com as exportações de matérias primas para o mercado internacional e o processo de modernização, importando tecnologia britânica para o desenvolvimento de infraestrutura de indústria, transporte e armas. Durante 1853 e 1854, o Ministro Plenipotenciário Francisco Solano López (1827-1870) viajou à Europa e encomendou, no estaleiro *A. Blyth and Company*, navios de guerra a vapor e armamentos; contratou mão de obra qualificada como engenheiros, professores, médicos, e outros técnicos para instruírem a Marinha de Guerra e outros setores. No Paraguai, iniciava a construção de estaleiro com ancoradouro e doca seca para construção e manutenção dos navios; fundação de arsenal de guerra para fabricação de armamentos; instalação de fundição de ferro, telégrafo e a construção de estrada de ferro entre Assunção e Villa Rica¹⁹⁹. Considerando os investimentos militares promovidos pelo Brasil na província de Mato Grosso, conforme veremos mais tarde, estaríamos diante de uma corrida armamentista na fronteira com o Brasil?

Essa modernização militar obedeceu à necessidade do país em garantir sua segurança visto que ainda não possuíam suas fronteiras definidas com a Confederação Argentina e com o Brasil e, após abertura internacional à navegação, era pertinente defender seu território e comércio. No entanto, esse processo não conduziu o Paraguai à modernização das suas estruturas. Afinal, estava voltada às forças armadas e os dirigentes não promoveram rupturas na economia ou alterações na sociedade, permanecendo dependente do financiamento britânico, importação de profissionais europeus e equipamentos, sem gerar continuidade no

¹⁹⁸ Em 17 de julho de 1852, a Confederação Argentina reconheceu a independência do Paraguai. Apesar da assinatura de um tratado de limites, o documento fora rejeitado pelo Congresso da Confederação, postergando a definição por mais seis anos. Em 1856, foi assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.

¹⁹⁹ LYNCH, John. *Op. Cit.* p. 683.

desenvolvimento tecnológico no país, enquanto os paraguaios permaneciam sem acesso à educação e direitos, atrelados ao Estado para conseguir realizar qualquer atividade²⁰⁰.

Enquanto isso, o Império do Brasil retomou sua estratégia de defesa da província de Mato Grosso, no âmbito político, com envio de missões diplomáticas a Assunção a fim de definir juridicamente seu território e garantir o livre trânsito. No entanto, as controvérsias durante as negociações corroboraram para o acirramento das relações políticas. Enquanto o governo brasileiro pleiteava a demarcação dos limites de acordo com o Tratado de Madri (1750), o Presidente López afirmava que acataria apenas a definição estabelecida pelo Tratado de Santo Idelfonso (1777) e embargava a abertura do rio Paraguai aos navios brasileiros enquanto não fosse solucionada a disputa por território.

O objetivo do governo paraguaio era obter o domínio sobre as duas margens do rio Paraguai, controlando seu curso desde a Bahia Negra à foz no Paraná sob justificativa de preservação da segurança nacional, um meio de coibir contrabando, imigração, deserções ao Brasil e as ideias liberais. Além disso, o aumento da extensão territorial iria ampliar a produção de erva mate, contribuindo para o enriquecimento da economia. Para alcançá-lo, reivindicava o limite no rio Branco, ao norte do Forte Olimpo, exigindo também a neutralização da fronteira entre o rio Branco e o rio Apa e proibindo a construção de fortalezas militares²⁰¹. Indo de encontro à proposta, o Império do Brasil propunha a demarcação no rio Iguatemi, serra de Maracajú e rio Apa a fim de impedir a expansão paraguaia sobre a região do rio Ivinhema. No que tange à proposta de neutralização, o Conselheiro Paulino José Soares de Souza defendia a soberania brasileira sobre o rio Apa: “o território hoje contestado entre o Apa e o rio Branco é brasileiro ou neutral? Pode o Brasil povoá-lo, aproveitá-lo, formar estabelecimentos de cultura ou de indústria? É o que o Paraguai não quer. A sua ideia fixa é não ter defronte de si uma população estrangeira²⁰²”. Ao final, analisava o pedido de proibição de construção de fortes militares no território contestado: “essa condição pode ser considerada uma limitação à soberania do Brasil sobre o

²⁰⁰ Ibidem, p. 684; DORATIOTO, Francisco. Op. Cit. p. 30.

²⁰¹ YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. *História das Relações Internacionais do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2013, pp. 61-62.

²⁰² BRASIL. Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros. *O Conselho de Estado e a política externa do Império: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1858-1862*. Brasília: FUNAG, 2005, p. 6.

mesmo território. Essas limitações são ajustadas, às vezes, para cortar apreensões e como segurança para os Estados vizinhos²⁰³”.

Além disso, o Paraguai recusava-se a conceder o livre trânsito aos navios brasileiros. A permissão da navegação de navios de guerra para fronteira, sem definições legais, ameaçaria os interesses paraguaios na região, enquanto favorecia a ocupação brasileira e a militarização da área. O Brasil defendia seus direitos baseado no Congresso de Viena²⁰⁴ (1814-1815) e os Direito das Gentes visto que garantir a comunicação com a província de Mato Grosso pelo rio Paraguai era a forma mais rápida, barata e segura. Conforme verificamos anteriormente, uma região estratégica situada entre duas áreas vitais para o país – Amazônia e o Prata –, que contraditoriamente não possuía vias de integração internas com o restante do país, seria imprudente mantê-la isolada. Qualquer perda territorial, por concessões políticas ou por bloqueios de sua comunicação, poderia comprometer a unidade do Brasil.

Ao longo da década de 1850, as missões diplomáticas almejavam solucionar tais pendências. Em 1854, recorreram à missão liderada pela Armada Imperial, após a expulsão do representante brasileiro Felipe José Pereira Leal (1834-1884) de Assunção. Embora a Missão Pedro Ferreira de Oliveira (1854-1855) tenha sido composta por uma força naval constituída pelos vapores *Amazonas*, *Beberibe*, *Viamão*, *Magé*, *Jequitinhonha*, *Ipiranga*, *Maracanã*, *Camacũ* e *D. Pedro*; corveta *Imperial Marinheiro*; brigue-barca *Berenice*; patacho *Thereza*; brigue-escuna *Tonelero* e *Eolo*, escuna *Tybagi* e a canhoneira *Campista* e *Activa*, as instruções eram para não conduzir toda a esquadra, solucionar questões e empregar a esquadra apenas para coagir a passagem do rio²⁰⁵. Em 5 de fevereiro de 1855, o cônsul paraguaio sediado no Paraná, na Confederação Argentina, enviou ofício para o Presidente López, alertando para chegada de “*vapores grandes, dotados con su artillería; una fragata; una goleta com bandera oriental, otra ídem brasileira y tres barcas más*”²⁰⁶ com a representação brasileira: “*debo*

²⁰³ *Ibidem*, p. 7.

²⁰⁴ O Congresso de Viena estabeleceu o direito à navegação a todos os países ribeirinhos. De acordo com Visconde do Uruguai: “a fim de prepara-lo para fazer-nos concessões e celebrar conosco, em larga escala, convenções pelas quais possa tirar da inteira e ampla navegação d’aqueles rios todas as vantagens que nos promete. A navegação de rios que separam ou atravessam diferentes Estados somente pode ser fixada por estipulações, como, por exemplo, as do Congresso de Viena para a navegação do Escalda, do Reno e seus tributários. E o Paraguai não celebrará com o Império essas convenções se não tratarmos de dispor as causas para isso”. Ver: IHGB. Coleção Visconde do Uruguai, VU 04,40.

²⁰⁵ CORRÊA-MARTINS, Francisco José. Nas águas do Prata: operações da Marinha Brasileira entre 1854 e 1865. In: *Navigator*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, jul./dez. 2015, p. 11.

²⁰⁶ ALCALÁ, Guido Rodriguez; ALCÁZAR, José Eduardo. *Op. Cit.* p. 271.

*comunicar que el encargado de la Escuadra brasileira, Almirante Pedro Ferreira de Oliveira, es el encargado con el carácter de los asuntos diplomáticos, trae la Escuadra dos mil hombres de desembarco con lanchas listas para desembarcar en cualquier costa*²⁰⁷”. Após a chegada das notícias a Assunção, o Presidente Carlos López autorizou a mobilização de tropas e realizou uma proclamação ao exército paraguaio, após a entrada da esquadra brasileira no rio Paraguai, convocando os militares “*vamos pelear porque nos obliga a ello um Gobierno que, hablando de paz y amistad, nos trae la guerra y sus males (...) nuestra resistencia será un protesto eterno contra la injustiça del Brasil, y una gloria inmarcesible, aunque seamos desgraciados*²⁰⁸”.

O governo paraguaio disposto ao emprego da violência, negociou com o representante brasileiro e concedeu autorização para prosseguir a Assunção a bordo do *Amazonas*. No entanto, por problemas logísticos, a esquadra encalhou no rio Bermejo, transferindo Pedro Ferreira de Oliveira (1801-1860) ao navio *Ipiranga* de menor calado. Na chegada, o Comandante Pedro Ferreira de Oliveira incumbido de solucionar o incidente diplomático e assinar um tratado de limites e navegação, buscou concluir a missão. Entretanto, o Presidente Carlos López argumentava que a livre navegação seria concedida apenas mediante demarcação dos limites de acordo com os seus interesses. Para prosseguir com as negociações, o governo paraguaio enviou o diplomata José Berges (1820-1868) para Corte. Além de não conseguir cumprir os objetivos, o encalhamento dos navios foi vexatório para o país que buscava demonstrar força, mas acabou revelando falta de planejamento. Demonstraremos, mais tarde, como esse evento contribui para reformas na Armada Imperial.

No Rio de Janeiro, após a desistência em retificar o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação e a Convenção Adicional de 27 de abril do corrente, o Estado já considerava recorrer à guerra. Em julho de 1855, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos escrevia um ofício reservado ao Ministro da Marinha, João Maurício Wanderley (1815-1888) informando sobre “plano que o governo imperial tenciona por direito à navegação do rio Paraguai²⁰⁹”: “o governo imperial deve estar preparado para usar daquele direito, fazendo subir alguns navios até as nossas possessões no rio Paraguai, e para defender

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Ibidem, p. 273.

²⁰⁹ WANDERLEY, João Maurício. Apud: PINHO, Wanderley. *Cotegipe e seu tempo: primeira fase 1815-1867*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 442.

por água, e por terra, aquela parte das fronteiras do Império²¹⁰”. Acrescenta que o país deveria recorrer à Marinha de Guerra e às forças terrestres: “a execução deste pensamento do governo imperial depende principalmente do Ministério a cargo de V. Ex. [Marinha], e do Ministério da Guerra²¹¹”. Enquanto caberia ao Exército prover a defesa por terra nos varadouros próximos ao rio Ivinhema, nas populações de Miranda para o policiamento até à margem direita do rio Apa, a Armada Imperial iria atuar na expedição “composta por vasos apropriados pelo seu tirante d’água, para essa navegação e de força suficiente para vencer a resistência que o governo da República do Paraguai se atreva a opor-lhes em seu pacífico trânsito²¹²”.

Para defesa da província de Mato Grosso, iria aumentar a esquadra com “três vapores e duas canhoneiras de velas para composição da indicada flotilha, providas do combustível necessário para subir até a povoação de Coimbra ou de Albuquerque onde farão junção com a força fluvial”. E solicitou a preparação imediata e os requisitos necessários à disposição: “em Coimbra, Albuquerque, ou algum outro ponto da mesma fronteira deverá haver combustível de lenha, munições de guerra e navais, e os suprimentos necessários para pagamento e sustento das guarnições dos navios que ali tem de estacionar²¹³”. Finalizou com as ordens para o presidente da Província: “leve, com efeito, a ocupação de Fecho dos Morros, e sua fortificação, que neste caso terá de ser defendida pela flotilha, e pela força de terra que guarnecer o dito ponto²¹⁴”.

Em seguida, o Ministro Paranhos escreveu ofício reservado para o Ministro da Guerra Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), informando o pensamento estratégico do governo imperial sobre a guerra contra o Paraguai: “aquela fronteira deve ser guardada e policiada, de modo a impedir que o governo do Paraguai estenda sua possessão além da margem esquerda do rio Apa (...) pode ser preciso ocupar, fortificar e guarnecer a posição dos Fechos dos Morros²¹⁵”. E ressaltou a importância de uma operação conjunta entre Exército e Marinha: “(...) não devemos contar somente com o emprego de uma expedição naval. As providências

²¹⁰ Ibidem, p. 440.

²¹¹ Idem.

²¹² Ibidem, p. 441.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Ibidem, p. 442.

²¹⁵ Ibidem, p. 443.

para Mato Grosso são urgentíssimas. Parece provável a necessidade de uma operação por terra, cuja força deve partir do Rio Grande do Sul²¹⁶».

A correspondência entre os líderes do executivo do Ministro dos Negócios Estrangeiros para o Ministro da Marinha e da Guerra fornece subsídios para interpretarmos acerca do papel do Estado diante do isolamento da fronteira ocidental. O governo imperial decidiu preparar o conflito armado, buscando instruir as forças armadas. Ao planejar a guerra na fronteira, tornou-se imperativo estabelecer um plano estratégico para sua defesa com a ação da Armada Imperial, inclusive, em conjunto com o Exército.

Em 5 de outubro de 1855, o governo do Paraguai estabeleceu a regulamentação da navegação até Assunção justificada como medida para vigilância contra o contrabando. No entanto, seus regulamentos proibitivos buscavam embargar o trânsito brasileiro mediante diversas exigências, entre as quais destacamos: inspeção de guarda do Comando da polícia fluvial de Três Bocas até Vila do Pilar, em seguida, outra guarda acompanharia o navio até o porto de Assunção; exigência de práticos paraguaios; apresentação de documentos na Alfândega; liberação apenas mediante aprovação da Capitania dos Portos, responsável pela emissão da licença do navio, constando lista da tripulação, passaportes, atestado de saúde, comprovante de autorização de descarga e relação de passageiros; descarga na capital Assunção apenas mediante escolta de guardas nacionais; inspeção da Capitania dos Portos nos navios, inclusive, revistando correspondências e pertences do contingente a bordo, e apresentação de todos os tripulantes à polícia²¹⁷. Tais medidas foram encaradas pelo governo imperial como uma ameaça à integridade do Império. A guerra estava cada vez mais iminente.

Em 1856, a chegada do representante paraguaio Jorge Berges não resolveu o impasse. Pelo contrário, a conjuntura era marcada pelo acirramento das tensões. Na fronteira de Mato Grosso, Augusto Leverger recebeu um ofício do governo brasileiro, ainda em janeiro de 1856, ordenando a ocupação dos Fechos dos Morros, mas respondeu em oposição. Os argumentos empregados correspondem às observações realizadas na fronteira, transmitindo ao Rio de Janeiro que os paraguaios apresentavam uma força superior, apta a transpor o rio Apa e invadir o território brasileiro, além de uma flotilha a vapor capaz de assegurar o controle do rio Paraguai, bloqueando as comunicações do baixo Paraguai com Cuiabá, Miranda e Vila

²¹⁶Ibidem, pp. 443-444.

²¹⁷ ALCALÁ, Guido Rodriguez; ALCÁZAR, José Eduardo. *Op. Cit.* pp. 289-291.

Maria e com outras províncias, como Paraná e São Paulo, impedindo o abastecimento de alimentos e o transporte de contingente, materiais e armas. Segundo Leverger, Fecho dos Morros não era estratégico, pois as forças paraguaias teriam condições de atacar por terra e por rio, antes que os brasileiros erguessem uma estrutura capaz de garantir sua resistência.

A posição contrária de Leverger corrobora para compreendermos que a realidade na fronteira diferia-se do restante do país²¹⁸. É evidente que a percepção de ameaça do presidente do Mato Grosso cuja sede do seu governo não era em Cuiabá, mas situada na fronteira do baixo Paraguai, era latente, afinal, a proximidade com a República do Paraguai contribuía para a circulação das notícias, sobretudo, da modernização militar promovida do outro lado do rio. Em ofício de 12 de janeiro de 1854, o presidente da província Augusto Leverger informava a Pedro d'Alcântara Bellegarde, Ministro da Marinha sobre a chegada do vapor norte-americano *Water Witch* com caldeiras e maquinas para vapor construído em Assunção e alertava a necessidade de enviar vapores equipados com materiais e pessoal para serviço militar no Mato Grosso²¹⁹.

A distância e ausência de comunicação rápida com o centro político refletiam a incongruência entre as demandas para fronteira solicitadas pelo governo local e as medidas ordenadas pela Corte que, por sua vez, era obrigada a gerir um território sem presenciar a experiência local. No Parlamento, os deputados de Mato Grosso ressaltavam a militarização paraguaia, informando que, enquanto o Paraguai possuía uma força de 30 mil homens, a província dispunha de um contingente de 1.300²²⁰. A crítica à ausência de integração da província não foi ignorada pelo Comandante Leverger, pelo contrário, foi atribuída a negativa de ocupação do Fecho dos Morros: “uma triste e repetida experiência não permite confiar na vinda das remessas de gente e material de guerra que fossem expedidos da Corte sendo que quase sempre chegam fora do tempo e em mau estado” e finalizava: “qualquer revés que soframos, tornar-se-á dificilmente reparável e ainda quando não nos cause maior prejuízo

²¹⁸ O professor Julio Bentivoglio explica sobre a relação entre a Corte e as províncias: “Relação de força, portanto, poderiam se estabelecer tanto partindo do centro decisório do Rio de Janeiro em direção às províncias, como destas entre si e para a Corte. Afinal, o Império, o Estado, e o governo não eram o Rio de Janeiro ou a Corte. Ademais, os fluxos de mando e de resistência deveriam seguir em várias direções e não somente em uma única. A mesma lógica poderia ilustrar a organização administrativa, a judiciária ou a militar”. Ver: BENTIVOGLIO, Julio. Rizomas do Império: Estado monárquico e linhas de fuga da política imperial brasileira no século XIX. In: CARVALHO, José Murilo de. NEVES, Lucia Maria Bastos P. *Dimensões e fronteiras do Estado Brasileiro no Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 335.

²¹⁹ 1854, 01,12. Ofício de Augusto Leverger ao Ministro da Marinha, Pedro Bellegarde. Arquivo Público de Mato Grosso: Códices de Avisos Imperiais recebidos por Ministérios diversos (1854), livro 23, p. 74.

²²⁰ CERVO, Amado Luiz. *Op. Cit.* p. 76.

material, o seu efeito moral será, ao meu ver, de grande alcance em desvantagem de honra e da integridade do Império²²¹”.

A despeito da assinatura de um novo tratado, em 6 de abril de 1856, entre Ministro Plenipotenciário José Berges e o Chanceler José Maria da Silva Paranhos, a negociação dos limites foram suspensas por 6 anos, respeitando o princípio de *uti possidetis* e a livre navegação foi autorizada apenas para os navios com menos de 600 toneladas e sem artilharia, cabendo aos demais sujeição às inspeções e ressaltando que cabia a cada país o direito de adotar as medidas para coibir o contrabando e prover a segurança²²². O documento era um artifício legal, adquirido pelos paraguaios para permanecerem com os regulamentos proibitivos contra o trânsito brasileiro.

Em mais uma tentativa, o governo imperial enviou o Ministro Plenipotenciário na Confederação Argentina a Assunção com instruções para negociar as reclamações contra alguns pontos do regulamento proibitivo, considerado ofensivo ao país: as diversas escalas ocorridas devido às inspeções nas fortalezas militares; obrigação de contrato com práticos paraguaios para navegarem no rio; as limitações ao quantitativo de carga e a cobrança de impostos para transportá-las e a reivindicação do Paraguai sobre o rio entre Apa e forte Olimpo para exercer os regulamentos²²³. O Presidente López permanecia em objeção.

O diplomata José Maria do Amaral (1812-1880) escreveu ao seu irmão Ângelo Tomás do Amaral (1822-1901), em 25 de outubro de 1857: “a noite estiveram aqui o chefe [Jesuino Lamego Costa] e o Paranhos. O chefe disse-me que o visconde do Uruguai vota pela guerra com o Paraguai e desaprova a missão especial que vai a Assunção²²⁴”. No Conselho de Estado, o Ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza declarava: “no caso presente, tem toda a aplicação o princípio de que na paz cumpre preparar a guerra²²⁵”. O discurso com referência ao princípio de Vegécio, com o qual abrimos esse capítulo, demonstrava que o conflito armado deveria, mais uma vez, ser instrumentalizado. A guerra era política do Estado. A força seria o meio de garantir a paz; – esta última

²²¹ LEVERGER, Augusto. Ofício a Corte sobre aviso de 6 de janeiro de 1856. Apud: CORREIA FILHO, Virgílio. *Augusto Leverger: o bretão cuiabanizado*. Mato Grosso: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1979, p. 56.

²²² ALCALÁ, Guido Rodriguez; ALCÁZAR, José Eduardo. *Op. Cit.* p. 299.

²²³ AUBERT, Pedro Gustavo. *Op. Cit.* pp. 2271-2272.

²²⁴ AMARAL, José Maria do. Correspondência ao Irmão Ângelo Tomás do Amaral. In: *Cadernos do CHDD*. Brasília: FUNAG, ano 6, nº 11, 2007, p. 98.

²²⁵ URUGUAI, Visconde do, 1858, apud. DORATIOTO, Francisco. *Op. Cit.* p. 33.

significando metaforicamente a livre navegação e a definição dos limites, os interesses vitais para o fortalecimento da instituição monárquica e a integração do território. A queda do General Rosas, a pacificação do Uruguai e a manutenção da influência brasileira no Prata não eram suficientes para garantir seu poder regional. A República do Paraguai ameaçava a unidade do Império. No Parlamento, os deputados estavam divididos entre uma ação intervencionista e amistosa com o Paraguai²²⁶. No Senado, o Visconde do Uruguai defendia que o país já havia conquistado os objetivos que poderiam ser alcançados pacificamente. Mas, a navegação fluvial deveria ser alcançada por meio da guerra a fim de fazer com que Presidente López definisse os limites geográficos na paz²²⁷.

Embora a missão de José do Amaral não tenha obtido sucesso na suspensão do regulamento e as negociações tenham sido suspensas em maio de 1857, o governo brasileiro, decidiu prosseguir pelo caminho do diálogo²²⁸. O diplomata José Maria da Silva Paranhos foi enviado em missão ao Prata. Na Confederação Argentina, assinou, na província do Paraná, um protocolo reservado, estabelecendo uma cooperação em caso de guerra contra o Paraguai, autorizando a passagem de tropas brasileiras com sentido a Assunção. Em contrapartida, o Brasil iria empregar sua Marinha de Guerra a fim de evitar um ataque de Buenos Aires à Confederação. O futuro Visconde do Rio Branco chegou a Assunção com instruções do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Visconde de Mamanguape para revisão dos regulamentos. Em seu relatório, o Chanceler interpretava essa missão como a última tentativa diplomática para o conflito e respondia às indagações paraguaias sobre a movimentação de tropas na fronteira brasileira como medidas coerentes.

A preparação militar do país obedecia nada mais do que ao princípio *si vis pacem para bellum*, uma medida prudente a fim de dissuadir o Paraguai, conforme explica o Ministro: “sem desejar esse conflito, sem tê-lo provocado, o governo imperial excederia os limites da

²²⁶ Ver: CERVO, Amado Luiz. Op. Cit. pp. 76-85.

²²⁷ Idem, p. 85.

²²⁸ O professor Amado Luiz Cervo explica que o debate no Parlamento sobre as relações exteriores, oscilava entre os defensores da neutralidade como Antônio Limpo de Abreu, marquês de Olinda e Montezuma e aqueles que seguiam a corrente intervencionista de Paulino José Soares de Souza. No que tange as relações com o Paraguai, em 1857, José Maria da Silva Paranhos desempenhou uma função de mediador entre as opiniões extremas, defendendo que o Estado deveria saber utilizar com sabedoria a intervenção e a moderação: “Não é o Brasil quem mais deve temer uma guerra com os Estados do Prata; mas, por isso mesmo que temos consciência de nossa força, podemos ser modestos, benévolos, e até generosos, tanto quanto esses sentimentos forem compatíveis com a dignidade nacional e com os direitos e grandes interesses do Império”. Ver: Idem. p. 86.

prudência e da moderação se não se preparasse para ele²²⁹”. O governo paraguaio informado sobre a aliança no Prata e impossibilitado de agir militarmente, o Ministro Plenipotenciário Francisco Solano López (1827-1870) cedeu a livre navegação para o comércio nos rios Paraná e Paraguai, exceto em seus afluentes e permitiu o trânsito de três embarcações sem exigência de peso ou armamento, suspendendo as antigas exigências. Os representantes López e Paranhos assinaram um protocolo determinando a definição da Bahia Negra como limite ocidental com o Chaco, enquanto o território entre o rio Branco e o rio Apa permaneciam neutros e indefinidos e ambos os Estados estavam proibidos de ocupá-los militarmente. Para o Brasil, significava uma aparente vitória, mas, para seus adversários paraguaios representou um recurso temporário para evitar a eclosão de um conflito no qual não poderiam vencer devido a sua situação naquele momento. O fortalecimento do país tornou-se imprescindível.

Até 1862, novas missões diplomáticas²³⁰ foram realizadas para negociar os limites. Mas, o Paraguai detinha razões políticas e econômicas para evitar a concessão de terras ao Brasil que, por sua vez, não poderia hesitar em perdas territoriais. Para ambas as Estados, uma solução diplomática tornava-se cada vez mais distante.

²²⁹ AUBERT, Pedro Gustavo. *Op. Cit.* p. 2272.

²³⁰ Em 1859, chegava a Assunção o novo representante Brasileiro: Francisco Adolpho de Varnhagen. Durante os meses em que esteve presente junto ao Presidente López, discutiu sobre o Tratado assinado pelo Brasil com a Confederação Argentina e sofreu críticas à posição brasileira publicamente, no jornal oficial *El Semanario*. O Paraguai era contrário a unificação uma vez que acreditava que aumentaria o poder argentino e que em algum momento declararia guerra contra o Império e o Paraguai. Varnhagen decidiu retirar-se de Assunção devido aos problemas de saúde e o receio em acirrar as relações políticas entre os países. Em seguida, o governo imperial nomeou Carvalho Borges como Encarregado dos Negócios Brasileiras em Assunção. Seu objetivo era iniciar novas discussões para definir os limites. No entanto, Carlos López promovia embargos, dificultando as relações diplomáticas com a Corte. O presidente declarou ao representante brasileiro a dificuldade em garantir a paz, pois as incursões brasileiras no território alarmavam os paraguaios. Em ofício reservado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Borges declarava a dificuldade em reconhecer pacificamente os limites entre o rio Apa e o Iguatemi, sem concessões onerosas para o Império. Durante as negociações para a definição dos limites, diversos fatores influenciaram em uma postura defensiva da Família López: No Prata, as tropas da Confederação chefiadas por Urquiza foram vencidas pelas forças de Bartolomeu Mitre.

2.3 A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai²³¹ (1864-1870)

Em 1862, após a morte do Presidente Carlos Antonio López, ascendeu seu filho, Solano López cujo governo foi marcado pelo autoritarismo, perseguição política e o controle do Estado sobre a economia. A modernização alcançada no âmbito militar foi promovida para defender o país, enquanto que a ampliação da presença paraguaia no cenário internacional obedecia aos interesses econômicos. Seu projeto político almejava a ascensão do Paraguai como uma potência regional, capaz de garantir sua autonomia perante o Brasil e a Argentina e o equilíbrio de poder. Nesse aspecto destacamos a particularidade de sua gestão. A política externa paraguaia tornou-se mais ativa nas questões regionais. Negociou alianças e buscou a aproximação com o Uruguai cujo governo era liderado pelo Partido *Blanco* a fim de conseguir um porto no litoral e comercializar com a Europa e as províncias argentinas.

A escala da crise entre o Brasil e o Paraguai atingiu seu ápice com a intervenção brasileira no Uruguai²³². O Partido *Blanco* não atendia aos interesses dos estancieiros brasileiros na fronteira, cobrando altos preços e confiscando bens. O governo imperial com apoio argentino articulou uma intervenção para restituir o Partido Colorado no poder. Diante do tabuleiro de xadrez da política platina, Solano López acreditava que a segurança paraguaia estava ameaçada, interpretando que o Brasil ou a Argentina, em algum momento, iria intervir em Assunção. O interesse paraguaio era construir uma imagem de agente político essencial para as negociações políticas no Prata. Ao colaborar para o fim da hegemonia brasileira no Uruguai e apoiar o federalismo argentino, evitava a ascensão de uma potência regional e, conseqüentemente, qualquer agressão ao seu país.

²³¹ Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai é o nome oficial do conflito no Brasil. O uso do termo “contra o Governo do Paraguai” foi intencional devido ao propósito da guerra, retirar Solano López do poder, afirmado entre Império do Brasil, República Argentina e a República Oriental do Uruguai no *Tratado da Tríplice Aliança* em 1º de maio de 1865: “persuadidos que a paz, a segurança e a prosperidade de suas respectivas nações tornam-se impossíveis enquanto existir o atual Governo do Paraguai e que é uma necessidade imperiosa, reclamada pelos mais elevados interesses, fazer desaparecer aquele Governo, respeitando-se a soberania, a independência e integridade territorial da República do Paraguai”. Ver: IMPÉRIO DO BRASIL; REPÚBLICA DA ARGENTINA, REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI. *Tratado da Tríplice Aliança*. In: OURO PRETO, Visconde de. *A Marinha d'outrora*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981, p. 243.

²³² As divergências entre os países da bacia do Prata culminaram sobre o Uruguai. O Império do Brasil e a Confederação Argentina detinham interesse em destituir o Partido *Blanco*. O governo de Bernardo Berro aliou-se as resistências de federalistas de Corrientes e Entre Ríos, pois utilizavam o porto de Montevideu para estabelecer o comércio. Para Buenos Aires, Montevideu poderia representar um obstáculo nas relações internas argentinas. O governo uruguaio estabeleceu novas medidas que afetavam a supremacia brasileira na região. Negou-se a renovar o Tratado de Comércio e Navegação, anulando os privilégios; estabeleceu imposto sobre as exportações de gado para o Rio Grande. Inicialmente, López não formalizou nenhum tratado de aliança militar para evitar conflitos, no entanto, mantinha diálogos com o Uruguai dos *Blancos* e as províncias argentinas.

Em 1864, ao final do mandato de Bernardo Prudencio Berro (1803-1868), uma guerra civil eclodiu no Uruguai. A disputa pelo poder entre os partidos *Blancos* e *Colorados* contribuiu para o acirramento das relações políticas. Enquanto o Império do Brasil e a Confederação Argentina detinham interesses na vitória dos *colorados*, os paraguaios apoiavam os *blancos*.

O Império do Brasil enviou José Antônio Saraiva (1823-1895) em missão especial ao Uruguai, respaldado pela esquadra brasileira chefiada pelo Almirante Tamandaré (1807-1897). O objetivo era auxiliar na mediação entre Atanásio de La Cruz Aguirre (1801-1875), presidente do Senado que assumiu a Presidência, após a retirada de Berro e Venâncio Flores (1808-1868), líder da resistência do Partido Colorado, e garantir os direitos dos brasileiros no território, atendendo aos seus interesses comerciais. O Presidente Bartolomeu Mitre (1821-1906) defendia a pacificação do Uruguai, enviando seu Chanceler Rufino de Elizalde (1822-1887) e o representante da Coroa britânica em Buenos Aires, Edward Thornton (1817-1906) a Montevideú para assinatura de um armistício. A justificativa para atuação da diplomacia do Reino Unido na manutenção da paz na região estava baseada em seu interesse em preservar seu comércio e influência política na região.

Após a negociação entre os representantes do Brasil, Reino Unido e Argentina e, em seguida, com Presidente Aguirre, foi estabelecido um Tratado de Paz no qual assegurava a retirada dos *blancos* radicais e a participação dos *colorados* no poder. No entanto, depois da retirada dos mediadores, Atanásio Aguirre recusou-se em assinar o Tratado, permanecendo o conflito político. É importante destacar que essa missão diplomática contribuiu para o alinhamento das relações bilaterais entre a Argentina e o Brasil, visto que estabeleceu um laço de confiança, quando ambos os países demonstraram que não tinham intenção em anexar o território uruguaio, mas sim obter a manutenção da paz e a garantia de seus interesses.

Em 22 de agosto de 1864, foi assinado um protocolo entre o governo imperial e a Confederação Argentina no qual consideraram a pacificação do território uruguaio como questão fundamental para as relações políticas no Prata, como também, aprovaram a cooperação bilateral para solucionar a guerra civil e a intervenção militar, desde que fosse pelo direito das gentes, respeitando sua integridade territorial. Enquanto isso, o Presidente Aguirre solicitou o apoio paraguaio para evitar a interferência estrangeira em seu governo. A conjuntura política descrita alertava Solano López sobre a aliança entre D. Pedro II e

Bartolomeu Mitre, interpretando-a como ameaça à segurança do seu território uma vez que a indefinição dos limites poderia implicar em uma ofensiva militar brasileira contra seu governo.

Em Montevideú, José Antônio Saraiva entregou um *ultimatum* a Aguirre para atender aos interesses dos súditos brasileiros em 6 dias. Caso contrário, as tropas brasileiras invadiriam o território uruguaio. No entanto, seguro do apoio paraguaio, o Presidente Aguirre não acatou as exigências do Ministro Saraiva. A República do Paraguai solicitou, no âmbito diplomático, explicações junto ao governo argentino e brasileiro sobre as intervenções ao Uruguai. Ao mesmo tempo, ressaltava seu apoio político ao governo de Aguirre.

No ofício enviado pelo Chanceler José Berges ao diplomata uruguaio José Vásquez Sagastume, em 30 de agosto de 1864, encontramos a percepção de ameaça do Presidente Solano López, que buscava a assinatura de um tratado de aliança ofensiva e defensiva com Montevideú a fim de:

*que el Paraguay creía tener elementos para contener cualquier ataque contra su integridad territorial o su soberanía nacional (...) reconociendo que la independencia e integridad territorial de los dos Estados es condición de equilibrio, de seguridad y de paz para ellos y para los Estados limítrofes y vecinos*²³³.

Verificamos, portanto, que a intervenção no Uruguai foi interpretada como uma ameaça à soberania do Paraguai e apenas o alinhamento entre ambos os Estados garantiria sua sobrevivência. Para Solano López, era a conjuntura política apropriada para demonstrar a vocação do Paraguai como uma potência política regional, capaz de mediar controvérsias. Inicialmente, o Paraguai emitiu um protesto oficial contra a intervenção brasileira. No entanto, foi desconsiderada pelo Brasil e Buenos Aires. Afinal, os paraguaios não eram vistos pelos seus vizinhos como um país com poder militar, pelo contrário, não viam em Solano López um obstáculo aos seus interesses regionais.

Em Assunção, o diplomata brasileiro César Viana de Lima (1824-1897) informava os investimentos nas forças armadas paraguaias e exercícios militares próximos à fronteira e as pretensões de Solano López de declarar guerra contra o Império, caso as tropas brasileiras invadissem Montevideú e depusessem Aguirre.

²³³ ALCALÁ, Guido Rodríguez; ALCÁZAR, José Eduardo. *Op. Cit.* p. 408.

Em 12 de Outubro, as tropas brasileiras invadiram o território uruguaio sob comando do General José Luis Mena Barreto (1817-1879) e o Vice-Almirante Tamandaré. Em Assunção, as notícias acerca da incursão militar foram interpretadas por Solano López como uma agressão brasileira à soberania do Paraguai. Em 11 de Novembro, o navio *marquês de Olinda*, pertencente à Companhia de Navegação por Vapor do Alto Paraguai, conduzia o novo Presidente da província de Mato Grosso e foi detido pelas autoridades paraguaias a bordo da canhoneira *Tacuarí* e o Coronel Carneiro de Campos (1800-1867) e seus oficiais foram presos. Imediatamente, a chancelaria brasileira protestou, exigindo explicações. O governo paraguaio respondeu com nota na qual informava o rompimento das relações diplomáticas com o Brasil e a proibição da navegação dos navios brasileiros pelo rio Paraguai.

A falta de habilidade de Solano López em compreender a dinâmica de poder da bacia do Prata conduziu o Paraguai às apostas contrárias aos interesses que seu governo adotara. Ao interpretar o ataque ao Uruguai uma ameaça à sua integridade, optou empregar a guerra como instrumento político contra o Império do Brasil que, por sua vez, não tinha essa intenção, apenas a destituição de Aguirre. Além disso, calculava a superioridade bélica de seu país comparada às forças armadas brasileiras em Mato Grosso, naquele período, como outro fator facilitador para o emprego da violência.

A Montevideu chegou o diplomata brasileiro, José Maria da Silva Paranhos a fim de estabelecer um tratado de paz no Uruguai. Em 20 de Fevereiro, foi assinado o Protocolo de Paz de Villa Unión no qual decretava Venâncio Flores como Presidente da República. O sucesso da missão diplomática de Paranhos foi marcado pela pacificação uruguaia, preservação de sua integridade e a ascensão de um político aliado ao governo imperial. Além disso, Paranhos também buscou o apoio argentino na guerra contra o Paraguai. Contudo, Presidente Mitre adotou uma postura neutra, demonstrando apoio extraoficial ao Brasil.

No Paraguai, Presidente Solano López planejou uma “guerra-relâmpago” com duas frentes, invadindo o território mato-grossense e argentino. Teoricamente, sob ótica paraguaia, o conflito seria vencido em pouco tempo e um novo equilíbrio de poder seria alcançado na bacia do Prata onde o Paraguai obteria o mesmo poder influente que o Brasil na política regional, os territórios questionados entre o rio Apa e o rio Branco seriam anexados, os limites com a Argentina seriam delimitados de acordo com os interesses paraguaios e Montevideu concederia a saída para o mar mediante ao alinhamento político que seria

conquistado com o retorno dos *blancos* ao poder. No entanto, o conflito perdurou durante seis anos, marcando a história política dos beligerantes. Sendo assim, a disputa pelo poder na dinâmica política da bacia do Prata responsável pelas disputas por território e livre navegação dos rios corroboraram para eclosão da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai.

Prosseguiremos nossa análise, retornando à cronologia para compreendermos como a política de guerra do Estado brasileiro para bacia do Prata foi prerrogativa para ação da Armada Imperial. A partir da análise da documentação produzida pelo Ministério da Marinha, buscaremos analisar sua atuação na defesa da província de Mato Grosso e conseqüentemente compreender o papel desempenhando por essa instituição para o fortalecimento do país.

Capítulo 3:

Atuação da Armada Imperial na defesa da província de Mato Grosso (1852-1864)

As ameaças à segurança da sociedade associadas às características específicas de cada povo, como forças sociais, ideologia e instituições dominantes, corroboram para a criação da instituição militar²³⁴. As relações entre civis e militares tornam-se convenientes para organização e execução de políticas que almejam à segurança do Estado no âmbito externo, evitando ação de agentes estrangeiros contra o país; e na manutenção da ordem interna, impedindo a eclosão de insurreições e a redução do poder central. As instituições militares atuam em concomitância ao governo, na formulação de políticas responsáveis pelo planejamento estratégico e dos meios operacionais necessários para enfrentar ameaças à segurança nacional: administração das finanças para às forças militares; recrutamento; compra de material e armamento; fundação de estabelecimentos militares e processo decisório sobre as circunstâncias concernentes ao emprego da força²³⁵.

O objetivo do capítulo é analisar as medidas promovidas pelo Ministério da Marinha, entre 1852 e 1864, para defender a fronteira da província de Mato Grosso, a partir da análise dos relatórios ministeriais cotejados com a correspondência oficial entre o Ministério da Marinha, o Quartel General e a província de Mato Grosso, discursos da Câmara dos Deputados e da Coleção de Leis do Império. Introduzimos o capítulo, demonstrando que a criação da Armada Imperial estava relacionada ao seu papel estratégico para defesa da integridade do território brasileiro. Em seguida, abordaremos o processo de modernização da Marinha de Guerra relacionado à necessidade de cumprir os interesses do Estado imperial. Adiantamos que essa análise é importante para compreender a conjuntura histórica da Armada Imperial: enquanto o Estado empregava a Marinha de Guerra como um instrumento de fortalecimento do seu poder, a instituição militar buscava sua própria consolidação para cumprir aos desígnios políticos estabelecidos pelo governo. Esse contexto influenciou a ação da Armada Imperial na província de Mato Grosso, conforme pretendemos comprovar, a partir das medidas estabelecidas pelos respectivos ministérios da Marinha.

²³⁴ HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996, pp. 20-21.

²³⁵ *Ibidem*, pp. 19-24.

3.1 A Força Naval e a Consolidação do Estado Imperial

Retornando ao ano de 1822, o movimento de ruptura não foi pacífico, gerando conflitos internos e externos. A ação portuguesa contra o Brasil cujo plano era separar o norte do país, anexando-o, foi marcada pela ação militar, negociação de um tratado defensivo e ofensivo com a Espanha, promoção de assassinatos e estímulo à levantes de escravos a fim de desestabilizar as províncias²³⁶. No norte do país, Bahia, Maranhão, Pará e Piauí prestaram apoio à antiga metrópole e o governo de D. Pedro I enfrentou resistências contra sua autoridade, enquanto a Cisplatina, no sul, iniciava a luta por sua independência. A soberania brasileira nascia já ameaçada pela guerra contra Portugal e a possibilidade de fragmentação do território. Essa conjuntura demandava uma política de defesa.

Nesse período, o político Hipólito da Costa²³⁷ (1774-1823), editor do veículo *Correio Braziliense*²³⁸ escrevia sua percepção de ameaça sobre a soberania do Brasil. Em dezembro de 1822, o autor publicou na seção “Miscelânea política” uma análise sobre a relação entre defesa das fronteiras e o fortalecimento do Estado: os Estados detentores de litoral extenso necessitariam da força naval para sua defesa e navegação. O emprego da Marinha possuía, a seu ver, vantagem visto que dispõe de poucos braços e possui o poder de operar em pontos distantes²³⁹.

A interpretação de Hipólito da Costa sobre a conjuntura brasileira apresentava o emprego da violência como um recurso para defesa dos interesses nacionais. Para executá-la, tornar-se-ia imperativo a criação das forças armadas, alertando a urgência na criação das instituições militares para defesa da soberania:

²³⁶ RODRIGUES, José Honório. *Op. Cit.*, p. 20.

²³⁷ Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (1774-1823) foi jornalista e diplomata luso-brasileiro. Formado em direito e filosofia pela Universidade de Coimbra. Foi representante de Portugal nos Estados Unidos da América (1798) onde filiou-se à sociedade maçônica. Ao retornar a Lisboa, trabalhou como tradutor na Tipografia do Arco do Cego. Após a extinção da tipografia, assumiu como membro da junta responsável pela gestão da Imprensa Régia. Em 1802, foi enviado em missão a Londres para comprar peças para imprensa e novos títulos para Biblioteca Pública. No entanto, um incidente com o governo de Portugal, após a descoberta de sua filiação à maçonaria, levou à sua prisão. Ao fugir, retornou à Inglaterra onde, a partir de 1808, editou o jornal *Correio Braziliense*.

²³⁸ O jornal possuía uma linha editorial cujo objetivo era apresentar reflexões sobre o processo de formação do Império do Brasil. De acordo com o historiador César Fernandes Silva: “o principal objetivo era propagar as luzes aos portugueses de todos os cantos, e em especial aos habitantes do Brasil, pois, julgava que o estado das ciências e da literatura, principais meios responsáveis para ilustração, em Portugal e seus domínios estavam muito atrasados (...) ao tratar dos assuntos literários e científicos, Hipólito legou aos seus contemporâneos o que acreditava ser os caminhos que os brasileiros deveriam tomar para desenvolver o país e elevá-lo ao status de nação civilizada”. Ver: Idem, p. 7.

²³⁹ COSTA, Hipólito da. *Correio Braziliense*. Londres, nº 175, dezembro de 1822. Miscelânea Política, p. 590.

Os preparativos de guerra são essenciais por mais fraco que se supunha o inimigo; e se a força armada é necessária a qualquer governo, que deseja fazer-se respeitar, muito mais precisa um governo novo, a quem até falta o respeito habitual, que resulta do costume. Por isso louvamos muito, que o Ministério do Rio de Janeiro, se tenha já aplicado à formação de uma força naval, não menos do que à de um exército de terra²⁴⁰.

Considerando a periculosidade de uma invasão ao Brasil, o autor justificou seu pensamento acerca da importância da força naval para consolidação da Independência do Estado brasileiro. Segundo o diplomata, o governo deveria tratar como prioridade no orçamento as despesas necessárias à construção da Marinha de Guerra, inclusive, apelava à compreensão e respeito do povo para os gastos aplicados à defesa da Independência do país: “para isto se requerem despesas consideráveis e sacrifícios, mas o Brasil deve fazê-los: e não podem ter uma aplicação mais útil, do que empregarem-se em garantir aos avanços de dinheiro, necessário para a formação da Marinha²⁴¹”.

O pensamento de Hipólito da Costa destaca-se mediante sua análise sobre a competência da Marinha de Guerra. O Brasil não poderia conquistar sua autonomia sem o uso da guerra e o emprego das armas. Caberia à força naval a defesa da soberania, segurança do Império do Brasil e o desenvolvimento do país. De acordo com Hipólito da Costa: “seria descuido injustificável declarar-se nação independente; e os meios são outros senão a criação de poderosa força naval. Sem esta não haverá segurança, comércio livre, nem riquezas, nem caráter nacional, nem prosperidade individual²⁴²”.

A Armada Nacional e Imperial foi criada simultaneamente com o Estado Nacional. A relação entre a instituição militar e o Estado era dialética: organização da Marinha de Guerra ocorreu para defesa da soberania do Estado, ao mesmo tempo em que o fortalecimento do mesmo era condicionante para a consolidação da Armada. A prioridade na construção da força naval obedecia à urgência em garantir a vitória nas Guerras de Independência (1822-1824), sobretudo, a partir do emprego de uma estratégia naval com bloqueio e domínio do mar; preservar a integração territorial no país onde as comunicações entre as regiões eram promovidas por rotas marítimas devido à ausência de estradas terrestres; defender a unidade nacional, lutando contra forças aliadas a Portugal e na projeção de poder, ou seja, submeter às províncias rebeldes à autoridade central, consolidando o processo de independência.

²⁴⁰ Ibidem, p. 597.

²⁴¹ Idem.

²⁴² Ibidem, p. 599.

Portanto, acreditamos que a Armada Imperial atuou com um pensamento estratégico próprio. Partiremos da interpretação do historiador José Honório Rodrigues na obra *Independência: revolução e contra-revolução* (1975): “a influência da formação desta esquadra e de seus feitos, ajudando a concretizar a unidade política e defender a integridade territorial será decisiva na organização futura da Armada Nacional²⁴³”. E admitimos essa análise, defendendo que tal caráter estratégico da Marinha de Guerra foi adotado propositalmente pelo Estado Imperial para atuar como instrumento para o fortalecimento do seu próprio poder.

De forma geral, ao longo do Primeiro Reinado (1822-1831), a Armada Imperial foi empregada de forma política e estratégica para defender a soberania do país recém-independente, atuando na defesa do território e na manutenção da ordem interna. Além disso, buscou defender os interesses nacionais, no âmbito da política externa, lutando no rio da Prata contra Buenos Aires e buscando garantir a presença brasileira no continente africano, preservando o comércio de escravos, conforme verificamos no relatório do Ministro da Marinha, Diogo Jorge de Brito:

absoluta necessidade não diminuir a esquadra no rio da Prata, conservar uma divisão naval na costa d’África²⁴⁴; manter outra divisão naval na Bahia, não só para guarda-costa, mas até por ser um lugar acessível a qualquer empresa do inimigo; destacar algumas embarcações para o socorro das províncias de Pernambuco, Ceará, Maranhão e Pará, prosseguir nos regulares comboios para Campos e portos do Sul, e finalmente sustentar efetivos cruzeiros sobre os principais pontos²⁴⁵.

Durante as revoltas, no período regencial (1831-1840), a Marinha de Guerra foi instrumento do Estado para a manutenção da ordem interna. Nos conflitos Cabanagem (1835-1840), Sabinada (1837-1838), Balaiada (1838) e Farroupilha (1835-1845), no âmbito da

²⁴³ RODRIGUES, José Honório. *Op. cit.* p. 110.

²⁴⁴ A Divisão da Costa de Leste ou Divisão Naval na Costa d’África foi criada em 1827, no porto angolano de Cabinda, local estratégico para fiscalização do tráfico de escravos. Foi constituída pela fragata *Paraguaçu*; corveta *Ânimo Grande*, brigue *Quinze de Agosto* e brigues-escunas *Duquesa de Goiás* e *Ismênia*. Ver: OLIVEIRA, Marcelo Rodrigues. Divisão Naval do Leste: a Marinha Imperial na costa da África. In: *Navigador*. Rio de Janeiro, v. 9, nº 11, jan./jun. 2010, pp. 102-117.

²⁴⁵ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral pelo Conselheiro Diogo Jorge de Brito*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1827, p. 3.

estratégia naval²⁴⁶, a Armada foi responsável pelo bloqueio dos portos e transporte de tropas com apoio logístico para garantir a integridade do território²⁴⁷.

3.2 Processo de modernização da Armada Imperial

Em 1838, com a ascensão do Partido Conservador no governo, a pasta da Marinha foi liderada por Joaquim José Rodrigues Torres²⁴⁸ (1802-1872). O primeiro aspecto relevante a ser analisado é o papel político, econômico e social da instituição militar destacado pelo Ministro:

Concorrer para a manutenção da integridade, da independência, e da honra nacional; favorecer os progressos da agricultura, e da indústria, pela proteção do comércio, aditar, e enriquecer as ciências com novas observações, e descobertas, tal é a alta missão, que hoje compete à Marinha Militar, e se, no nosso país, não pode ela satisfazer ainda a todas estas necessidades sociais, é inegável que relevantes serviços já prestados, e está ainda prestando a Força Naval à causa da ordem pública, e da integridade do Império, e se quisermos aproveitar os recursos, que oferece o País, e nossa esperançosa mocidade cheia de talento e nobre desejo de distinguir-se, chegaremos sem dúvida a ter, com o volver dos anos, uma Marinha, que concorrerá para um dia autorizar o Brasil entre as Nações civilizadas do mundo²⁴⁹.

Ao longo da década de 1840, a Armada Imperial deu continuidade à modernização no âmbito administrativo, tecnológico e estratégico. É importante analisá-la relacionada ao próprio processo de fortalecimento do Estado e interpretando a Marinha de Guerra também como agente dos interesses nacionais²⁵⁰. No âmbito administrativo, destacamos a criação da Contadoria Geral, centralizando o controle e fiscalização das finanças e na organização orçamentária na Corte; após o reestabelecimento do Conselho de Estado, em 1841, foram criadas as seções responsáveis pela Marinha e Guerra; e a Reorganização da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha²⁵¹.

²⁴⁶ Sobre o papel da Armada Imperial nas revoltas regenciais indicamos pesquisa sobre as fontes documentais pertencentes à *Coleção Documentos Navais* custodiada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

²⁴⁷ GAMA, Edina Laura Nogueira da. *A Marinha Imperial e sua ação contra Rosas e Oribe (1850-1852)*. 123 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Militar). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001, p. 47.

²⁴⁸ Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872) esteve na liderança da pasta da Marinha entre 28 de outubro de 1831 a 3 de agosto de 1832; 8 de novembro de 1832 a 30 de julho de 1834; 19 de setembro de 1837 a 16 de abril de 1839; 23 de maio a 23 de julho de 1840.

²⁴⁹ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral por Joaquim José Rodrigues Torres*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1838, p. 3.

²⁵⁰ O historiador José Arias Neto, no artigo “A centralização do Estado Imperial e a Marinha de Guerra do Brasil (1841-1868)”, defende que o período compreendido entre 1841 e 1847 corresponde ao início do processo de transformação da marinha de guerra, após análise dos relatórios do Ministério da Marinha. NETO, José Miguel Arias. *Op. Cit.* p. 289.

²⁵¹ *Ibidem*, pp. 289-290.

No âmbito tecnológico, a Armada Imperial buscou adequar-se às novas tecnologias da construção naval. Desde 1830, o governo havia estimulado a construção de barcas a vapor: *Liberal* (1832); *Cassiopeia* (1838) e *Fluminense* (1840). Na década de 1840, no Arsenal do Rio de Janeiro, foi construído o primeiro navio a vapor misto, a barca *Tetis* (1843) com tecnologia britânica²⁵². Em 1847, foi comprada nos estaleiros ingleses a fragata de rodas *D. Afonso*. Na iniciativa privada, nos estaleiros Ponta de Areia de Irineu Evangelista de Sousa (1813-1889) e da Saúde pertencente a John Maylor foram construídos, além de veleiros e navios mistos, os vapores de rodas *Recife* (1849); *Dom Pedro* (1849), *Pedro II* (1850), *Golfinho* (1850) e o *Paraense* (1851)²⁵³. Os vasos foram empregados estrategicamente no policiamento da costa contra corso e, mais tarde, coibindo o tráfico de escravos. Ao longo dos anos de 1840, há um consenso no Ministério da Marinha sobre ampliação e renovação da esquadra. Os navios cujas máquinas concediam maior velocidade, atuavam como instrumentos para garantir a manutenção da ordem e unidade nacional²⁵⁴. Além de pleitear junto ao poder legislativo o orçamento necessário à construção e compra de novos navios, o governo brasileiro contratou profissionais estrangeiros e enviou oficiais à Europa e aos Estados Unidos para obterem formação nas novas técnicas de construção naval.

Para cumprir com os interesses do Estado no tocante à defesa do território, o Ministério da Marinha criou as Estações Navais no litoral brasileiro. O Decreto nº 326 emitido pelo Ministro Joaquim José Rodrigues Torres, em 2 de Outubro de 1843, estabelecia “três Estações Navais em toda a extensão da Costa do Império²⁵⁵”:

1ª Secção ou do Sul, estendendo-se desde a extremidade austral do Império até o paralelo de 19°. O porto do Rio de Janeiro será o centro desta Estação. 2ª Secção ou do centro, da latitude de 19° até o Cabo de S. Roque. O porto da Cidade da Bahia será o centro desta Estação. 3ª Secção ou do Norte, desde o Cabo de S. Roque até os limites do Império com a Guiana Francesa; sendo o porto do Maranhão o centro desta Estação²⁵⁶

A Estação Naval era composta por uma divisão de navios de guerra, sob comando do Comandante em Chefe designado pelo governo imperial, regido pelo Regimento Provisional no qual estabelecia as seguintes funções: formalizar as instruções necessárias para realização

²⁵² Ibidem, p. 23.

²⁵³ GAMA, Edina Laura Nogueira. *Op. Cit.* p. 51.

²⁵⁴ NETO, José Miguel Arias. *Op. Cit.* p. 292.

²⁵⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto Imperial nº 326*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-326-2-outubro-1843-560922-publicacaooriginal-84194-pe.html>, acesso em 10 dez. 2016.

²⁵⁶ Idem.

dos cruzeiros (artigo nº 4), fiscalizar o cumprimento das obrigações dos comandantes de cada navio (artigo nº 6) e cumprir com as ordens dos presidentes das províncias a fim de manter a ordem pública (artigo nº 5)²⁵⁷. O papel estratégico desempenhado pelas Estações Navais foi estabelecido no artigo terceiro, reafirmando o papel da Esquadra para consolidação do Estado e para o próprio aperfeiçoamento da instituição militar mediante conhecimento do território e técnicas de navegabilidade:

Art. 3º O fim destas Divisões é cruzar de continuo ao longo da costa do Império, cada uma dentro dos limites que lhes são designados para: 1º, proteger e auxiliar o comércio e navegação nacional; 2º, obstar ao contrabando de gêneros de importação e exportação, e ao tráfico ilícito de Africanos; 3º, vigiar pela segurança dos habitantes da costa, defendendo-os das hostilidades de corsários ou piratas, e auxiliando as autoridades na sustentação da ordem e tranquilidade publica; 4º, dar aos Oficiais e equipagens dos navios a instrução e exercícios necessários para torna-los peritos e destros, assim na manobra, evoluções e navegação, como no uso e manejo das diferentes armas, de que se compõe a força marítima; 5º, fazer observações para determinar ou retificar a posição geográfica dos pontos da costa, ilhas, e baixos levantar plano dos portos, bahias, enseadas e ancoradouros; notar as sondas, correntes, marés e ventos dominantes; e fazer quaisquer outras observações tendentes ao aperfeiçoamento da navegação, e conhecimento da costa do Brasil²⁵⁸.

Não podemos analisar essa medida desvinculada ao processo político brasileiro. Em 20 de Janeiro de 1843, instaurou-se o 3º Gabinete do Segundo Reinado²⁵⁹. De acordo com professor Arno Wehling:

A experiência do 3º Gabinete do Segundo Reinado, dirigido por Honório Hermeto Carneiro Leão, foi decisiva para encaminhar e consolidar o modelo político-institucional que viabilizou o governo parlamentar no Brasil, com as peculiaridades de que se revestiu até o final do regime²⁶⁰.

O contexto político justificava as medidas de caráter defensivo para o fortalecimento do Estado e o desenvolvimento econômico uma vez que os objetivos eram: defender o comércio no Atlântico Sul, coibindo o tráfico de escravo – principalmente, após a Lei Euzébio de Queiróz (1850); garantir a segurança nacional, medida relacionada à centralização do

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ No Ministério do Império foi nomeado o Conselheiro de Estado, José Antônio da Silva Maia; Honório Hermeto Carneiro Leão para o Ministério da Justiça; Em 8 de Junho de 1843, Paulino Soares de Souza assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros; O Ministério da Marinha foi assumido por Joaquim José Rodrigues Torres; O Ministério da Fazenda e o Ministério da Guerra foram ocupados por Joaquim Francisco Viana e o General Salvador José Maciel, respectivamente. Sob a presidência do futuro Marquês de Paraná, Hermeto Carneiro Leão, o gabinete era conservador. A trindade Saquarema foi representada por dois integrantes: Soares de Souza e Rodrigues Torres e contava com o apoio de Carneiro Leão.

²⁶⁰ WEHLING, Arno. Honório Hermeto Carneiro Leão e a experiência parlamentarista de 1843. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org). *O Marquês de Paraná*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, pp. 34.

poder, evitando incursões estrangeiras e obtenção dos conhecimentos sobre o território brasileiro e a navegação fluvial e oceânica de modo a auxiliar na produção de conhecimento sobre o país e no desenvolvimento da força naval.

O modelo das estações navais sofreu modificações²⁶¹, entre os anos 40 e 50. Finalmente, na gestão do Ministro Zacarias de Góes e Vasconcelos, foi assinado o Decreto nº 1.061, em 03 de Novembro de 1852, estabelecendo a reorganização das estações navais:

Art. 1º haverá quatro Estações Navais correspondentes ás quatro Secções, em que, pela forma seguinte, se divide a Costa do Brasil. Primeira Seção, que se estenderá desde a extremidade austral do Império até o paralelo de 19º, sendo o Porto do Rio de Janeiro o centro da Estação. Segunda Seção, desde o paralelo de 19º até a foz do Rio de São Francisco na latitude de 10º 30', que terá por centro o Porto da Bahia. Terceira Seção, da foz do Rio de São Francisco até o Cabo de São Roque com centro no Porto de Pernambuco. Quarta Seção, desde o Cabo de São Roque até os limites do Império com a Guiana Francesa, continuando a servir-lhe de centro o Porto do Maranhão²⁶².

A organização e as funções desempenhadas pelas estações permaneciam as mesmas. A criação da Terceira Seção, a partir do rio São Francisco redinamizava a defesa do litoral nordestino. Além disso, estabelecia medidas necessárias para evitar a disputa de autoridade entre os comandantes e os presidentes da Província, colocando os oficiais subordinados aos interesses dos gestores locais²⁶³. A última mudança foi em 22 de Janeiro de 1863, com o Decreto nº 3.045, a reformulação das Estações Navais para Distritos Navais constituídos por três áreas principais: da extremidade austral do Império até a foz do rio Itabapoana; da foz do rio Itabapoana até o rio Guaju; e o terceiro da foz do Rio Guaju até a fronteira com a Guiana Francesa²⁶⁴. As Estações Navais trabalhavam com outras organizações militares na defesa do território brasileiro, sobretudo, com as flotilhas na bacia do Prata e na província de Mato Grosso²⁶⁵.

²⁶¹ Em 23 de Setembro de 1846, o Decreto nº 475 determinou a unificação das estações do Centro e do Sul sob comando do Ministério da Marinha devido aos conflitos de autoridade entre os presidentes das províncias e os comandantes das estações. Além disso, indicava a necessidade de delimitar os direitos e deveres dos militares.

²⁶² CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto Imperial nº 1.061*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1061-3-novembro-1852-559453-publicacaooriginal-81673-pe.html>, acesso em 10 dez. 2016.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto Imperial nº 3045*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3045-22-janeiro-1863-554983-publicacaooriginal-74000-pe.html>, acesso em 10 dez. de 2016.

²⁶⁵ SILVA, Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva. Em defesa das fronteiras imperiais: a criação do Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura. 106f. Monografia de conclusão de curso (bacharel em

Além das Estações Navais, em 1845, o Ministério da Marinha criou estabelecimentos navais com o objetivo de instruir sobre segurança marítima com criação de estabelecimentos de praticagem e pilotagem nos portos, policiamento e manutenção das estruturas da Armada. Durante a gestão do Ministro Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti (1797-1863), o Decreto nº 358 de 14 de agosto de 1845 autorizava a criação das Capitânicas dos Portos²⁶⁶ nas províncias marítimas do Império para desempenhar as seguintes funções: 1ª Polícia naval do porto e seus ancoradouros atuando no melhoramento e conservação dos mesmos; 2ª Inspeção e administração de faróis, barcas, balizas e boias; 3ª Promoção de matrículas da gente do mar e tripulações empregadas na navegação, tráfico do porto e praticagem das barras; 4ª Imposição de multas pelas contravenções do regulamento; 5ª Decisão sobre o policiamento naval, prejuízos e danos causados pelos navios nos portos e 6ª Solicitação de apoio das autoridades civis e das forças armadas para prender e punir contraventores²⁶⁷.

Em 1846, foram criadas capitânicas nas províncias do Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Maranhão. O pesquisador Herick Marques Caminha explicou a função de polícia naval: “fiscalização sobre o cumprimento das disposições concernentes à segurança da navegação²⁶⁸”. Além da Marinha de Guerra representar a autoridade do Estado brasileiro, era necessário atuar no combate ao deterioramento dos portos brasileiros, causadas pela ação da natureza, corrente marítima, direções dos rios, velocidade dos ventos e pela intervenção do homem, agravado pela falta de policiamento, permitindo construções, escavações e depósitos em locais inapropriados²⁶⁹. Dessa forma, sinalizava ao governo quais melhorias eram necessárias para garantir a segurança da navegação e a ação eficaz da força naval.

história) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014, pp. 63-66.

²⁶⁶ A Capitania era administrada sob comando de um Chefe Oficial Superior da Armada, com título de Capitão do Porto e um secretário, encarregado do expediente. Nas províncias sedes de arsenais da marinha, a Capitania iria empregar o inspetor e funcionários do arsenal. Ver: CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto nº 358*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-358-14-agosto-1845-560447-publicacaooriginal-83266-pl.html>, acesso em 10 dez. 2016.

²⁶⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto nº 447*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-447-19-maio-1846-560415-publicacaooriginal-83218-pe.html>, acesso em 10 dez. 2016.

²⁶⁸ CAMINHA, Herick Marques. *Evolução da Estrutura Administrativa do Ministério da Marinha no Império*. In: SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM, 2002, tomo I, v. 3, p. 19.

²⁶⁹ Idem.

3.3 Os anos de 1850: A Armada Imperial como instrumento político do Estado Imperial

Durante os anos 1850, o Ministério da Marinha prosseguiu com sua modernização institucional e tecnológica, ganhando novas responsabilidades estratégicas. A política determinava o emprego da tecnologia com a estratégia militar. Em 26 de janeiro de 1850, sob Decreto nº 667, foi designada a organização material da força naval cujo conceito é definido como “designação dos navios de guerra que a compõe, pessoal que os guarnece e bocas de fogo²⁷⁰”. A medida detinha caráter simbólico para o progressivo desenvolvimento da Armada, visto que buscava minimizar a ausência de planejamento financeiro para construção de navios e armamentos.

O artigo primeiro estabelecia as modalidades dos navios. 1º Navios a vela: fragatas, corvetas de baterias cobertas de primeira ordem; corvetas descobertas de segunda ordem; brigues, brigues-barcas, patachos, brigues-escunas; 2º Navios a vapor: fragatas, corvetas, vapores, lanchões e barcos armados. Finalizava, determinando que, em caso de guerra, o número dos navios da Armada poderia ser elevado. No artigo segundo, abordou a conservação dos navios com todo o armamento necessário, contanto que a guarnição não excedesse o número de praças fixado na legislação. O artigo terceiro determinava a construção sucessiva dos vasos suficientes para completar o quadro, enquanto os estaleiros fabricariam embarcações a vela e a vapor pra substituição daqueles que estavam deteriorados, conforme artigo quarto. Em seguida, o artigo quinto determinava as funções dos arsenais responsáveis pela reserva de madeiras para construção naval, além de munições navais e de guerra, artilharia, fuzis, armamento de mão para, no mínimo, a sexta parte da esquadra cuja artilharia de cada navio era estabelecida pelo artigo sexto. Por fim, no último artigo definia o emprego de menos de sexta parte da artilharia nos navios de guerra, em tempos de paz²⁷¹.

Contudo, a Armada Imperial não conseguia manter sua força naval conforme a lei que determinava sua organização.

Diante da conjuntura política de fortalecimento do Estado, o governo imperial lidou com objetivos, no âmbito das relações internacionais, que tornava imperativo a modernização da Esquadra com aquisição de navios modernos a vapor para garantir a integridade territorial, o combate ao tráfico ilícito de escravos e a política no rio da Prata. Após a Lei Eusébio de

²⁷⁰ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Op. Cit.* p. 12.

²⁷¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto nº 667 de 26 de janeiro de 1850*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-667-26-janeiro-1850-559977-publicacaooriginal-82486-pe.html>, acesso em 01 jan. 2017.

Queiróz (1850) determinando a proibição do tráfico de escravos, a Marinha de Guerra foi responsável por efetuar cruzeiros no litoral a fim de apreender navios que realizassem essas atividades de forma ilegal nos portos brasileiros. O caráter estratégico da missão obrigou o Ministério da Marinha a buscar navios a vapor capazes de garantir o policiamento da costa de forma eficaz e com maior velocidade, conforme verificamos no relatório da instituição: “são de certo um valioso reforço para os cruzeiros (...) são precisas embarcações ligeiras, que se guarnecem com poucas praças e podem entrar em nossos pequenos portos e enseadas²⁷²”. A Armada Imperial remanejou, ao longo da década de 1850, em tempos de paz, uma frota para “manter os cruzeiros efetivos e permanentes sobre toda a extensão do Brasil tendo por fim a repressão ao tráfico de escravos, além de outros serviços²⁷³”.

No âmbito da política regional, a Divisão Naval no Rio da Prata atuava em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros a fim de fortalecer a projeção de poder do Estado brasileiro na região. De acordo com o Ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos:

A necessidade de uma Divisão Naval nas águas do Prata e seus afluentes não pode ser contestada, atento o estado sempre vacilante daqueles povos, e as relações comerciais e políticas que com eles temos. É conveniente que no estado ordinário haja nesta divisão navios a vela e dois a vapor destinados às correspondências das legações e consulados imperiais ali existentes. Os dois vapores de maior porte devem alternadamente estacionar em Montevideú e Buenos Aires²⁷⁴.

A Divisão assumia as seguintes competências no contexto da Guerra contra Rosas e Oribe (1852): prontidão para o emprego da força; bloqueio a Buenos Aires; proteção aos súditos brasileiros e suas propriedades, obedecendo às instruções da Legação do Império na Banda Oriental; preparação de navios com exercícios disciplinares e manejo de armas e artilharia; transporte de tropas e ocupação de pontos estratégicos como a ilha de Martin Garcia e a Colônia de Sacramento²⁷⁵.

Na campanha militar, a Armada Imperial sob comando do Vice-Almirante John Pascoe Grenfell deveria cumprir as seguintes missões no teatro de operações no Rio Grande do Sul, Estado Oriental, província de Santa Fé e Buenos Aires: o transporte das tropas do General Urquiza, a proteção da passagem das forças terrestres no rio Paraná e o bloqueio do

²⁷² MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro Zacarias de Goes e Vasconcelos*. Rio de Janeiro: Typ. Do Diário de A. & L. Navarro, 1853, p. 12.

²⁷³ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro José Maria da Silva Paranhos*. Rio de Janeiro: Typ. Do Diário de A. & L. Navarro, 1854, p. 13.

²⁷⁴ *Idem*.

²⁷⁵ GAMA, Edina Laura Nogueira. *Op. Cit.* pp. 65-67.

litoral uruguaio e as vias fluviais Paraná e Uruguai para impedir a comunicação das forças de General Rosas. Foi determinante para vitória brasileira a ação da Esquadra na Passagem de Tonelero (1852), analisada pela historiadora Edina Nogueira da Gama como “ápice de toda projeção da estratégia naval exercida pelos vasos brasileiros na manutenção dos interesses do Estado Imperial na região platina²⁷⁶”. A Guerra Grande (1851-1852) cuja principal consequência foi a queda do General Rosas e a hegemonia do poder brasileiro no Prata, demonstrou ao Estado Imperial a importância de obter uma Marinha de guerra apta à atuar, não só militarmente, no teatro de operações fluvial, mas também responsável por representar o Estado brasileiro na região, defendendo os interesses nacionais.

3.4 Atuação do Ministério da Marinha para defesa da fronteira de Mato Grosso

Prosseguiremos com a análise dos relatórios do Ministério da Marinha apresentados à Assembleia da Câmara dos Deputados a fim de compreender quais os planos estratégicos formulados pela instituição para defesa da fronteira de Mato Grosso. É necessário de antemão estabelecermos algumas considerações metodológicas.

Dadas às competências do Ministério e Secretaria de Estado de Negócios da Marinha, os relatórios conferem um panorama sobre os assuntos referentes à administração pessoal, material, institucional e estratégica, informando quais os aspectos que exigiam mudanças para o fortalecimento da instituição militar. O recorte temático dessa pesquisa não permite enfatizarmos todos esses pontos. Por isso, iremos nos aprofundar sobre o setor do documento, denominado força naval, destacando apenas os aspectos administrativos que estejam relacionados à sua composição.

Embora os relatórios representem fontes oficiais do governo, portanto, um discurso político dos Ministros, eles não contemplam todas as atividades promovidas pela Armada Imperial, sendo destacadas as principais atividades e as demandas internas da instituição, visto que o objetivo era pleitear maior orçamento possível junto ao poder legislativo. Em cada documento havia a proposta de fixação da força para o biênio seguinte, enviado à Câmara dos Deputados onde o Ministro da Marinha era convocado para defendê-la mediante arguição dos políticos que detinham o poder de intervir com vetos e emendas. Após aprovação, a força era fixada, sob aparato legal, na Coleção de Leis do Império. As sessões da Assembleia Legislativa da Câmara dos Deputados são outras fontes pertinentes a serem analisadas, pois

²⁷⁶ Idem, p. 62.

retratam as limitações enfrentadas pela Armada Imperial, no âmbito político, para conseguir cumprir os interesses do Estado, lidando com a resistência de deputados para compreender aspectos estratégicos do emprego da força. Além disso, devido ao caráter do relatório, buscaremos preencher tais lacunas com a correspondência entre os comandantes dos estabelecimentos navais do Mato Grosso e o Ministério da Marinha.

3.4.1 Ministério de Zacarias de Góis e Vasconcelos²⁷⁷ (11/05/1852-06/09/1853)

O Ministério da Marinha, sob sua gestão, sofreu mudanças administrativas, com o novo regulamento para o Hospital da Marinha, o estabelecimento de um Asilo de Inválidos, Extinção das Contadorias de Marinha da Bahia, Pernambuco e Pará. Foi um Ministério que buscou pleitear junto ao governo imperial a reforma no Corpo de Imperiais Marinheiros. Considerado “o grande recurso da Marinha de Guerra”, o Ministro destacava para um dos problemas da Armada: a falta de recrutas, informando a queda no número de praças. O Estado brasileiro autorizava o engajamento de estrangeiros como uma medida para preencher o quadro de pessoal da Armada devido à falta de mão de obra especializada no país. Contudo, essa medida foi avaliada pelo Ministro como “impopular e tão pernicioso, dá em resultado marinheiros e soldados eminentemente dispostos à deserção²⁷⁸”. Apontava também os problemas com o voluntariado: relutância à Armada e remuneração baixa. Enfatizar tais questões era um meio de alertar à Câmara sobre a urgência na modificação da legislação sobre recrutamento, visto que era um óbice ao desenvolvimento da marinha de guerra, pois implicava no remanejamento da força, devido à ausência de marinheiros para servir a bordo dos navios a vapor, Batalhão Naval e Corpo de Imperiais Marinheiros²⁷⁹.

No que tange à força naval, ocorreram remanejamentos no Prata, com a dissolução da flotilha do Uruguai e a redução da força naval no Rio Grande do Sul, justificada pela queda do General Rosas em Buenos Aires. Ao analisarmos o plano para força naval, verificamos a ação estratégica prioritária para o Ministro naquele momento: o combate ao tráfico ilícito de escravos. O Ministério da Marinha obteve um crédito para construção de dois vapores e

²⁷⁷ Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877), bacharel em direito pela Academia de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda (1837) desempenhou diversos cargos políticos ao longo de sua trajetória, entre as quais destacamos: Deputado pela Bahia (1843; 1845 e 1847); Presidente da província do Piauí (1845); Presidente da província de Sergipe (1848); Presidente da província do Paraná (1853); Ministro do Império (1862); Ministro da Justiça (1864); Ministro da Fazenda (1866); Senador pela Bahia (1864-1877). Foi Conselheiro do Conselho Naval (1861). Publicou a obra: *Da natureza e limites do poder moderador* (1860).

²⁷⁸ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Op. Cit.* p. 12.

²⁷⁹ *Idem.*

barcas movidas à hélice e a vapor no estaleiro *Richard, Henry Green, Money Wigram and Sons*, destinados à repressão do tráfico.

As informações concedidas sobre o Mato Grosso encontravam-se no setor “Arsenais”, comunicando que a repartição da Marinha na província era denominada “Trem Naval”, criado com o objetivo de “construir barcas e canoas, que se empregam no serviço fluvial militar da província²⁸⁰”, apresentando barcas prontas e no processo de conclusão da barca *Independência*.

Embora o documento oficial não relate detalhes sobre a província, Augusto Leverger enviou um ofício ao Ministério da Marinha, em 28 de fevereiro, com um relatório sobre o Trem Naval do Mato Grosso, informando o fim do contrato com o mestre construtor e solicitando aprovação para o remanejamento de um novo empregado e informando a chegada ao porto de Cuiabá de duas barcas canhoneiras e canoas sob o comando do 2º Tenente Antônio Joaquim Ferreira Ramos para expedição militar em Coimbra²⁸¹. Em seguida, outro ofício foi enviado com a relação de objetos para o Trem Naval: fardamento para a Companhia e material para o Arsenal (bitola, poliame e ferro). Mas, ao final, Augusto Leverger reclamou sobre a logística. Entre a chegada do pedido à Corte e a recepção do material no Mato Grosso havia um intervalo de tempo devido à distância, ausência de estradas, - lembrando que o bloqueio à livre navegação do rio Paraguai estava estabelecido. Dessa forma, solicitava atenção do Ministro da Marinha, inclusive, para o envio de especialistas em navegação a vapor em expedição pelos rios [da bacia do Prata] a fim de verificar as características das matas existentes às margens do rio Paraguai brasileiro para fornecimento de combustível²⁸².

Em ofício de 12 de janeiro de 1853, Augusto Leverger informava que a Companhia de Imperiais Marinheiros apresentava um pequeno número de praças, o remanejamento de apenas três recrutas para o Mato Grosso, além dos casos de óbito e deserção que afetavam a formação do contingente. Destacou, ainda, que o racionamento na verba, falta de idoneidade dos recrutas e a prioridade no recrutamento do Corpo de Linha eram outras questões que

²⁸⁰ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Op. Cit.* p. 11.

²⁸¹ 1852, 02, 26. Ofício de Augusto Leverger a Manuel Vieira Torres. Livro Registo da Secretaria do governo da Província de Mato Grosso (1852-1864). Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), Livro 71, Estante 7, pp. 49-51.

²⁸² 1852,10,29. Ofício de Augusto Leverger a Zacarias Gois e Vasconcelos. APMT, Livro 71, Estante 7, pp. 59-60.

implicavam na estagnação da Companhia²⁸³. Tais questões não constaram no relatório do Ministério.

Durante as sessões da Câmara dos Deputados para fixar a força, ocorreu debate entre o Ministro da Marinha e o Deputado da Bahia, Bernardo Souza Franco, responsável por questionar o valor do orçamento para a Companhia de Imperiais Marinheiros e a compra de navios a vapor, questionando: “a força de marinha é a nossa principal força, mas é necessário também entender que não podendo primar em tudo, se queremos ter força considerável de marinha, devemos diminuir a força de terra e outras despesas, porque não podemos com excessivos gastos²⁸⁴”. Esse discurso reflete o desafio do governo brasileiro e os problemas enfrentados pela pasta: a falta de orçamento para financiar todas as demandas da Marinha de Guerra. Com isso, o Ministério da Marinha junto com o poder legislativo discutia as prioridades, definindo-as de acordo com os interesses políticos.

No que tange ao emprego de oficiais para servir no Mato Grosso, o deputado Souza Franco assumiu uma posição contrária, explicando que deveriam sim estabelecer vantagens e gratificações para estimular o remanejamento de oficiais, mas não para o oficial mais antigo. Segundo o Deputado: “a vida no mar é uma vida excepcional, é no meio do embate de ondas que o marinheiro se forma, e não nessa navegação morta de rio, como é a de Mato Grosso²⁸⁵”. Acreditando que é apenas no mar que o oficial de Marinha aprende manobras e artilharia, defendeu: “nos rios de Mato Grosso se formam marinheiros de água doce”. E prosseguiu, questionando: “Não será um absurdo revoltante que o oficial que vem do alto mar, amestrado em dominar as ondas, observar os astros, e bem guiar seu navio, vá ser comandado pelo que vem de Mato Grosso, tornado este mais antigo²⁸⁶?” A resposta do Ministro Zacarias de Góis e Vasconcelos foi enfática:

Como assegurar ao serviço prestado em Mato Grosso vantagens especiais? (...) Se os nossos oficiais não são toupeiras, é evidente que vão de ter repugnância em aceitar a comissão, e portanto, as vantagens tem por fim convidá-los a prestar serviço em água doce (...) trata-se de um atrativo, mediante vantagens de soldo e de acesso, um serviço importante sim, porém, menos brilhante²⁸⁷.

²⁸³ 1853, 01, 12. *Op. Cit.* p. 72-73.

²⁸⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Conclusão da sessão de 19 de junho de 1852: fixação das forças de mar. *Jornal do Comércio*. Ri de Janeiro: p. 1, 21 jun. 1852.

²⁸⁵ *Idem*.

²⁸⁶ *Idem*.

²⁸⁷ *Idem*, p. 2.

Os questionamentos iniciais conduziram o debate ao tema sobre a livre navegação do rio Paraná para facilidade da comunicação com a fronteira do Império, perguntando ao Ministro: “qual será a espécie de navios de que servirá S. Ex. para aquela navegação? Continuará com essas barcaças ordinárias que servem ali de bem pouca utilidade? Ou se irá fazer o serviço daquelas águas com barcas de vapor?²⁸⁸”. Para última pergunta não houve resposta.

Finalmente, a Câmara dos Deputados decretou a Lei nº 646 de 31 de julho de 1852, responsável por fixar a força naval²⁸⁹ para o biênio financeiro 1853-1854, destacando a Companhia de Imperiais Marinheiros e concedendo benefícios para os militares que prestassem serviço militar como um meio de incentivar o aumento do contingente e solucionar o problema de falta de oficiais e marinheiros na região, determinando no artigo 1º sua composição: 3 mil praças de todas as classes em circunstâncias ordinárias e 5 mil praças em circunstâncias extraordinárias, embarcados em navios armados e transportes (§ 1º); Do Corpo de Imperiais Marinheiros, com vinte e quatro Companhias, e quatro ditas de Aprendizes Marinheiros (§ 2º); Da Companhia de Imperiais Marinheiros da província de Mato Grosso (§ 3º); Do Corpo dos Fuzileiros Navais; Artigo 3º O tempo do serviço militar para os oficiais que prestarem serviços nas províncias de Mato Grosso e Amazonas seria computado em mais uma quarta parte para reforma; e durante o mesmo serviço se lhes abonaria o dobro das maiorias de embarque²⁹⁰.

Verificamos que não podemos limitar nossa análise aos relatórios oficiais, tendo em vista que ele não apresenta de forma integral a realidade dos estabelecimentos navais no Mato Grosso, esta apresentada na correspondência oficial entre a Presidência da Província e o Ministério da Marinha. Diante da demanda por pessoal, material e apoio logístico para o desenvolvimento da Armada na fronteira, não encontramos no relatório do Ministro Zacarias de Góis e Vasconcelos uma descrição desses problemas e, sobretudo, um planejamento no orçamento da Marinha, a ser pleiteado junto ao legislativo, para o Trem Naval do Mato Grosso. Embora na Câmara houvesse ocorrido um debate sobre a Companhia de Imperiais Marinheiros do Mato Grosso e o remanejamento de Oficiais da Armada, ainda não havia um

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ O objetivo da lei responsável por fixar a força naval era determinar o número de homens que a Armada exige, ou para o serviço ordinário, ou para o extraordinário e estabelecer considerações sobre organização, penalidade, promoção e reformas.

²⁹⁰ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei nº 646 de 31 de julho de 1852*. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM646.htm, acesso em 20 jan. 2017.

interesse político e estratégico, visto que a prioridade desse Ministério era equipar a Armada para combate ao tráfico ilícito de escravos.

3.4.2 Ministério José Maria da Silva Paranhos²⁹¹ (15/12/1853²⁹²-14/06/1855)

A gestão de José Maria da Silva Paranhos destacou-se na literatura, pelo projeto de promoção da Armada, regulamentos para recrutamento e voluntariado, organização da Companhia de Imperiais Marinheiros, inclusive, com a criação de novas sedes no Pará e Bahia, abertura de novas Capitanias dos Portos na Paraíba, Piauí e Sergipe e a publicação de regulamentos sobre o corte de madeiras²⁹³. No relatório apresentado pelo Ministro Paranhos, verificamos a permanência das demandas por reformas administrativas na Secretaria de Estado de Negócios da Marinha e pela criação do Conselho Naval, como um órgão intermediário entre o Ministério da Marinha, o Imperador, Câmara dos Deputados e Senado com responsabilidade para garantir atividade, ordem e disciplina no serviço naval; os melhoramentos marítimos de acordo com a particularidade geográfica demandada por cada província, tornando a Armada um órgão respeitável, como exige a extensão do território, explicava o Ministro²⁹⁴.

A navegação a vapor transformou a força naval com o aumento do contingente a bordo. Nesse sentido, permaneceram os pedidos ao governo sobre o recrutamento e engajamento de homens para ingressarem na Companhia de Imperiais Marinheiros, Companhia de Aprendizes de Marinheiros e o Batalhão Naval. A posição do Ministro José Maria da Silva Paranhos era o fim dos contratos de curto prazo, porque inviabilizavam a formação do corpo, além de refratário ao engajamento de estrangeiros: “a política do Brasil deve seguramente ser liberal com os estrangeiros porque a civilização e nossos interesses o exigem; mas esta liberdade tem necessários limites, nunca deve ir ao ponto de tornar-se desigual para com os nacionais²⁹⁵”. A proposta era obrigar aos estrangeiros o serviço, a bordo

²⁹¹ José Maria da Silva Paranhos (1819-1880) estudou na Academia Real dos Guardas Marinhas (1841). No início da carreira, atuou como jornalista. Foi presidente da província do Rio de Janeiro (1847); Ministro dos Negócios Estrangeiros (1855; 1856;1858); Ministro da Guerra (1858); Ministro da Fazenda (1861); Senador (1863). Ao longo de sua trajetória, desempenhou papel protagonista na história política brasileira.

²⁹² Em 14 de junho de 1853, Pedro de Alcântara Bellegarde assumiu o Ministério da Marinha. Porém, foi substituído em 1853 por José Maria da Silva Paranhos. Não destacamos a sua gestão, pois estamos seguindo os Ministros autores dos relatórios ministeriais. O relatório foi elaborado após 4 meses de gestão.

²⁹³ BOITEUX, Lucas Alexandre. *Ministros da Marinha (1840-1865)*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1938, p. 105.

²⁹⁴ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa por José Maria da Silva Paranhos*. Rio de Janeiro: Typ. Do Diário, de A. & L. Navarro, 1854, p. 7.

²⁹⁵ Idem.

dos navios de guerra, por dois anos sujeitos às regras do recrutamento dos brasileiros. Em seguida, explicava sobre as dificuldades em preencher o quadro da Companhia de Imperiais Marinheiros do Mato Grosso, apresentando as seguintes causas: soldo menor e ausência de plano de carreira.

No âmbito da força naval ativa, o Estado dispunha de 55 navios de guerra e 4 transportes, composta por fragatas a vela, corvetas, brigues-barcas, brigues, brigues-escunas, fragata a vapor, corvetas, vapores, charruas e transportes. Além da compra de novos navios, as quatro corvetas à hélice: *Beberibe*, *Magé*, *Viamão*, *Jequitinhonha* para atividade de policiamento de litoral, combatendo o tráfico ilícito de escravos. Ainda assim, ressaltava a importância de aquisições constantes de novos vasos de guerra, considerando a vida útil dos navios, mas, principalmente aos interesses nacionais, defendendo que os navios não deveriam ser adquiridos apenas para o serviço de cruzeiro, sendo necessária aquisição de “vapores próprios para a polícia e defesa fluvial do norte e sul do Império²⁹⁶”.

O discurso de Paranhos ilustra, em primeiro lugar, o caráter da Marinha de Guerra, uma força militar cujas características exigiam planejamento para composição uma vez que suas armas requeriam um orçamento elevado e pessoal qualificado, sobretudo, em tempos de guerra. Portanto, durante a paz caberia ao Estado organizar sua composição. Além disso, destacamos sua perspectiva no que tange adequar a Armada às realidades geográficas brasileiras, tornando-a também uma marinha fluvial.

Na Câmara dos Deputados, oficializado na lei nº 694 de 10 de agosto de 1853, fixaram a força naval para o biênio financeiro (1854-1855), estabelecendo o mesmo número de praças, composta pelo Corpo de Imperiais Marinheiros e a Companhia de Aprendizes de Marinheiro, em destaque para a Companhia de Imperiais Marinheiros²⁹⁷. Além disso, o orçamento da Marinha priorizava a compra dos vapores *Beberibe* e *Magé* para repressão ao tráfico, além do pagamento dos vencimentos das guarnições dos navios de guerra, compra de gêneros para abastecimento dos vasos.

O relatório oficial de 1854 produzido pelo Ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos é considerado, no presente trabalho, condicionante para compreender a importância estratégica da Armada Imperial para defesa da integridade do território e os interesses

²⁹⁶ Ibidem, p. 19.

²⁹⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Lei nº 694 de 10 de agosto de 1853*. Disponível em http://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/1853%20pronto/leis1853_4.pdf#page=9, acesso em 20 jan. 2017.

políticos na bacia do Prata. Nesse documento, foi definido o papel da força naval, em tempos de paz. O objetivo era demonstrar como a Armada Imperial deveria obter uma aparelhagem diversificada para atender aos desígnios políticos do Estado:

1º Manter cruzeiros efetivos e permanentes sobre toda a extensa costa do Brasil, divididos pelas quatro Estações Navais, tendo por fim principal a repressão do tráfico de Africanos, além de outros importantes serviços.

2º Conservar nas águas do rio da Prata uma Divisão capaz de proteger os interesses do Império e de seus súditos.

3º Conservar igualmente nas águas interiores da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e rios Cuiabá, Paraguai e Amazonas, flotilhas compostas de embarcações apropriadas à navegação fluvial das ditas províncias para policiar e guardar as respectivas fronteiras.

4º Empregar um ou mais dos nossos melhores navios de guerra em viagem de longo curso, não só para instrução e exercício de nossos oficiais e marinheiros, como para fazer conhecido das nações estrangeiras o pavilhão imperial.

5º Ter um número suficiente de navios de transporte para o serviço geral das Estações, condução de madeiras para os arsenais, de mantimentos e sobressalentes para a Divisão Naval do Rio da Prata, de fornecimento e tropa para o presídio militar da ilha de Fernando de Noronha²⁹⁸.

Em primeiro lugar, analisamos sua esquematização sobre atuação estratégica da Armada a fim de demonstrar que para alcançá-la, seria pertinente que o governo imperial reconhecesse a importância da modernização tecnológica. Amparado no processo de modernização da Marinha britânica e francesa, o Ministro Paranhos questionou o sistema adotado nos anos de 1850. Solicitou a aquisição de novos vapores a fim de aposentar os navios a vela, ainda maioria na Esquadra, pelos navios mistos de força afetiva e os navios de força auxiliar, nova artilharia inglesa com melhor peso, calibre e alcance e adotando boca de fogo superior para os vasos de guerra. Além de defender o desenvolvimento tecnológico, devemos sublinhar, em seu relatório, o incentivo à educação e a profissionalização dentro da Armada. O Ministro Paranhos solicitava financiamento para compra de navios estrangeiros. Contudo, era crítico à dependência tecnológica brasileira e ao emprego de mão de obra estrangeira em áreas estratégicas, como na manutenção e condução dos navios a vapor. Segundo o relatório, em 1854, havia 243 maquinistas cuja maioria era belga, inglês, francês, alemão e norte-americano. Durante sua gestão, buscou ampliar as Companhias de Artífices do Arsenal da Corte e solicitou a criação de uma escola prática para instrução de aprendizes de artífices e uma escola de maquinistas para os vapores de guerra.

²⁹⁸ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por José Maria da Silva Paranhos*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1855, p. 14.

Destacamos, em seu discurso, o reconhecimento do papel da Marinha para defesa das fronteiras terrestres, em especial, na Amazônia e no Mato Grosso. De acordo com José Maria Paranhos, a polícia e segurança das fronteiras exigiam flotilhas compostas de embarcações ligeiras, que demandavam pouca água, ao mesmo tempo, com necessária capacidade para montar boa artilharia e alojar as guarnições. A sua análise obedecia ao novo contexto político marcado pelo acirramento das relações políticas com o Paraguai:

As circunstâncias que tornaram necessário aquele aumento de força não são desconhecidas. Enviamos uma missão à República do Paraguai que não podia deixar de ir armado de todos os meios que as eventualidades dessa missão pudessem exigir em defesa da dignidade dos direitos do Império²⁹⁹.

Em seguida, verificamos que havia, por parte do Ministério da Marinha, uma percepção de ameaça que implicava na preparação da Armada para atuar na fronteira, em caso de conflito:

a flotilha de Mato Grosso compõe-se de canhoneiras embarcações menores próprias de sua navegação fluvial, que lá tem sido construídas e permanecido. Não é força de mais para as necessidades ordinárias, e para qualquer eventualidade que possa ocorrer nessa remota extremidade do Império. Pelo contrário, é preciso melhorar e reforçar o material dessa flotilha, adicionando-lhe um ou dois pequenos vapores³⁰⁰.

Na província de Mato Grosso, a correspondência entre o presidente Augusto Leverger e o Ministro José Maria da Silva Paranhos abordava, principalmente, assuntos logísticos e estratégicos. Em primeiro lugar a demanda por empregados, como carpinteiros e calafates; ajudantes; marinheiros e oficiais. É interessante destacar o ofício de 12 de novembro de 1854, no qual explicava o emprego de apenas um calafate, sendo este um escravo da nação cumprindo sentença de galés³⁰¹, mas que possuía comportamento considerado exemplar. Diante desse exemplo, solicitou envio de homens sentenciados, no Arsenal de Marinha, para trabalhar no Mato Grosso³⁰². Outro aspecto abordado foi a logística para entrega de materiais e pessoal enviado pelo governo brasileiro ao Mato Grosso. Na documentação, encontramos o pedido de renovação de contrato entre a Intendência da Marinha e o engenheiro Feliciano Nepomuceno Prates, responsável pela condução de mantimentos e pessoal do Rio de Janeiro a

²⁹⁹ Ibidem, p. 13.

³⁰⁰ Ibidem, p. 14.

³⁰¹ As penas de galés ou trabalho forçado eram executadas nas prisões de galés do Arsenal de Marinha, onde os prãos eram remanejados nas obras públicas ou na própria instituição militar. Ver: TRINTADADE, Cláudia Moraes. O nascimento de uma penitenciária: os primeiros presos da Casa de Prisão com trabalho da Bahia (1860-1865). *Tempo*. Niterói, v. 16. n. 30, 2011, p. 172.

³⁰² 1854, 11.13. Ofício de Augusto Leverger ao Ministro José Maria da Silva Paranhos. APMT. Livro de Registro de Avisos do Mato Grosso (1853-1856), Estante 7, p. 94.

Cuiabá, passando por Miranda e Albuquerque e com José de Melo e Souza Lobo Fleury para transporte de objetos para o Trem Naval do Mato Grosso³⁰³.

No aspecto estratégico, Augusto Leverger solicitava o envio de vapores para empregar no serviço militar, no rio Paraguai, a fim de defender a fronteira em caso de ataque por forças navais³⁰⁴. Além disso, explicava sobre a missão solicitada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Marinha, na fronteira com a República do Paraguai, informando que o Comandante do Trem Naval do Mato Grosso, 1º Tenente Antônio Joaquim Ferreira Ramos seguiu para o baixo Paraguai, com uma flotilha composta pela barca *Independência*, barca *18 de julho* e outras canoas para realizar um estudo sobre a hidrografia da província de Mato Grosso³⁰⁵, o monitoramento da área para impedir a navegação de embarcações estrangeiras nos rios Paraguaçu-mirim, Taquari, Mondego ou qualquer outro rio interior da província, apenas com exceção aos navios que faziam comércio com a cidade de Albuquerque. Era uma missão para reunião de conhecimentos hidrográficos e geográficos para a negociação da definição dos limites, mas também, para defesa da soberania do país na fronteira³⁰⁶.

Ao final do relatório, no orçamento proposto para o biênio 1856-1857, não há referência à província de Mato Grosso, especificando o orçamento para: criação de Companhia de Aprendizes Marinheiros na Bahia e no Pará; aumento de comedorias aos oficiais da Armada embarcados em navios de guerra e transporte e, por fim, no andamento das obras no Arsenal da Corte e nas províncias de Pernambuco e Maranhão³⁰⁷. Na Lei nº 753 de 15 de julho de 1854, responsável por fixar a força naval para o ano financeiro 1855-1856, estabelecia o mesmo número de praças com novas reformas no engajamento e recrutamento de marinheiros³⁰⁸.

³⁰³ 1854, 12, 27-28. Ibidem. pp. 97-99.

³⁰⁴ 1854, 02,23. Ibidem. p. 82.

³⁰⁵ 1854,03, 23-1854,06,13. Idem. pp. 83-87.

³⁰⁶ 1854, 03,23. Ofício de Augusto Leverger ao 1º Tenente Antônio Joaquim Pereira Ramos, Comandante do Trem Naval do Mato Grosso. APMT: Livro de Registro da Correspondência da presidência da Província com o Ministério da Marinha, Livro 154, p. 25.

³⁰⁷ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Op. Cit.* p. 36.

³⁰⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Lei nº 753 de 15 de julho de 1854*. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-753-15-julho-1854-558358-publicacaooriginal-79554-pl.html>, acesso em 20 jan. 2017.

3.4.3 Ministério João Maurício Wanderley³⁰⁹ (14/06/1855-8/10/1856)

No âmbito administrativo, a gestão do futuro Barão de Cotegipe à frente da Armada Imperial foi marcada pela criação do Conselho Naval e Capitania dos Portos do Espírito Santo, reorganização da Contadoria Geral de Marinha e as intendências locais, reformas no regulamento e regimento interno da Academia de Marinha e Corpo de Imperiais Marinheiros, Biblioteca da Marinha e navegação de cabotagem³¹⁰. No que tange o emprego estratégico das forças navais, destacamos: o combate ao tráfico de escravos e a (tentativa de) modernização da esquadra para atuar nos rios navegáveis.

O Ministro João Maurício Wanderley, assim como José Maria da Silva Paranhos, apresentava um discurso sobre a importância de aderir às transformações tecnológicas, no âmbito da construção naval e bélico. Defendia mudanças administrativas para organizar o material naval e pessoal e minimizar os gastos com a dependência do estrangeiro para construção de máquinas, contratação de mão de obra para manejo e suprimento de combustível. A modernização tinha o objetivo de atender ao emprego político da Marinha: “por muito tempo o nosso principal teatro de ação será ao longo de nossas costas, no interior de nossos rios e nos países vizinhos, terá, pois de merecer atenção administrativa e organização de material que corresponda a esta necessidade³¹¹”.

Embora a Armada Imperial fosse a principal força empregada na realização de cruzeiros para o combate ao tráfico e na observação e ação contra os ingleses no litoral, foi uma ação que, ao mesmo tempo em que aumentou a esquadra, limitou sua expansão e atuação em outros espaços que demandavam sua presença. No ano anterior, a força naval ativa era constituída por 42 navios de guerra, sem contar a flotilha do Mato Grosso, e 5 navios de transporte tripulados por 2663 marinheiros. A permanência do comércio ilícito na costa aumentou a atividade da Armada, determinando a proibição dos desarmamentos dos navios. No transcorrer do tempo, ocorreu a danificação do material. O consumo das reservas da pasta

³⁰⁹ João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe (23/10/1815-13/02/1889), bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Olinda (1837), foi atuante na política brasileira. Membro do Partido Conservador exerceu os seguintes cargos: Juiz de Direito da Comarca de Santo Amaro; Deputado pela província da Bahia (1841); Chefe da Polícia da Bahia (1848); Presidente da província da Bahia (1852); Senador do Império (1856); Ministro da Fazenda (1856); Ministro da Marinha (1868); Ministro Plenipotenciário no Paraguai (1872); Ministro dos Negócios Estrangeiro (1875); Ministro da Fazenda (1877); Presidente do Senado (1882-1885).

³¹⁰ BOITEUX, Lucas Alexandre. *Op. Cit.* p. 116.

³¹¹ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por João Maurício Wanderley*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1856, p. 5.

para os reparos, devido à impossibilidade de compras de novos vasos, contribuiu com dificuldades na instrução dos aspirantes a bordo, explicava o Ministro em seu relatório.

Na política externa brasileira, a Missão Pedro Ferreira de Oliveira enviada à República do Paraguai (1854) não atendeu às expectativas do governo imperial. No Ministério da Marinha, o encalhe da esquadra era um indicativo da necessidade de preparar a Armada para atuar nesse teatro de operações. O futuro Barão de Cotegipe pleiteou crédito suplementar ao orçamento do Ministério para compra de armamentos e navios a vapor para “o serviço especial de nossos rios³¹²”.

No Reino Unido, o 1º Tenente Rocha Faria foi responsável pelo engajamento de marinheiros ingleses, compra de 12 canhões e a encomenda do vapor *Japurá* e da fragata *Paraguassú* com rodas de madeira, força de 160 cavalos, calado de seis pés de água com víveres para trinta dias e carvão para oito dias e armamento constituído por quatro canhões, duas peças de 32 sobre carretas ordinárias e armas de mão. O navio era construído com especificidades para facilitar a manutenção das peças de ferro na província de Mato Grosso e a autonomia de combustível para garantir o trânsito pelo rio Paraná e rio Paraguai³¹³.

Sobre a estrutura naval na província de Mato Grosso, iniciou um debate sobre a transferência do Arsenal de Mato Grosso para o baixo Paraguai, como Corumbá, pela facilidade da navegação pelo nível d’água. A proposta do Ministro Wanderley era transferi-lo de Cuiabá para Vila Maria, na margem esquerda do rio Paraguai, após a abertura do livre trânsito. Devido à sua função, como estabelecimento de depósito de munições navais e local para abastecimento e reparo da flotilha da província, Vila Maria possuía localização vantajosa próxima às jazidas de salitre, ferro e cobre e próxima à região do Escalvado que protegia o curso fluvial do rio Paraguai, além da proximidade com o rio São Lourenço que estabelecia conexão com Cuiabá³¹⁴.

O orçamento pleiteado para o ano financeiro de 1856 enfatizava as despesas com manutenção de faróis e a construção naval nas províncias do litoral. Enquanto a Lei nº 820 de 14 de julho de 1855 foi responsável por fixar a força naval 3 mil praças embarcados em

³¹² Idem, p. 4.

³¹³ PINHO, Wanderley. *Cotegipe e seu tempo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, pp. 446-447.

³¹⁴ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Op. Cit.* p. 18.

condições ordinárias e determinar a complementação da Companhia de Imperiais Marinheiros do Mato Grosso³¹⁵,

3.4.4 Ministério José Maria da Silva Paranhos (8/10/1856-4/05/1857)

A retomada do futuro Visconde do Rio Branco foi importante para continuidade das medidas para defesa da fronteira ocidental do Império. Em primeiro lugar, pelo incentivo ao envio de oficiais da Armada para Europa a fim de estudar as inovações da estratégia naval empregada na Guerra da Crimeia (1853-1856). O objetivo era a instrução dos militares para adoção de um sistema para artilharia, armamento de mão, construção de navios de guerra e aperfeiçoamento da formação de navegadores e marinheiros para atuar na bacia do Prata. Durante sua atuação, destacamos a missão de reconhecimento do vapor *Maracanã* ao rio Paraguai e o apoio logístico aos estabelecimentos navais na província de Mato Grosso para garantir o trânsito dos navios de guerra brasileiros na região.

Após assinatura do Tratado de Navegação com a República do Paraguai (1854), responsável por estabelecer o livre trânsito dos navios brasileiros, ainda que com restrições, no rio Paraguai e rio Paraná, o Ministério da Marinha buscou ampliar a flotilha do Mato Grosso com o objetivo de promover a comunicação entre a fronteira ocidental do Império com o litoral. Propôs o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em conjunto com o Ministério da Marinha, uma linha de comunicação regular para o correio por via do rio da Prata, partindo de Buenos Aires ou Montevideú. Nesse projeto, caberia à Armada recolher as informações necessárias acerca do melhor itinerário até Albuquerque, no Mato Grosso³¹⁶. O processo iniciado na gestão do Ministro José Maurício Wanderley, ganhou impulso com o Ministro José Maria da Silva Paranhos com o remanejamento da força naval, ampliando a flotilha com os novos vapores recém-chegados da Inglaterra. A fragata *Paraguassú* foi empregada no Mato Grosso, por ordem do governo imperial: “para estabelecer uma comunicação regular entre o porto de Albuquerque e os portos de Assunção e Paraná, enquanto por outros meios

³¹⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Lei nº 820 de 14 de julho de 1855*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-820-14-julho-1855-558148-publicacaooriginal-79070-pl.html>, acesso em 22 jan. 2017.

³¹⁶ 1856,10,06. Ofício de José Maria da Silva Paranhos a Amaro José dos Santos Barbosa. In: Códice de avisos imperiais recebidos pela presidência da província de Mato Grosso. APMT, livro 24.

não for regulado permanentemente esse serviço, tão necessário ao progresso daquela província do Império³¹⁷”.

Em 28 de outubro de 1856, partia do Rio de Janeiro o vapor *Maracanã*. Sob comando do 1º Tenente Francisco Freire Borges Lima Garção, com apoio da Divisão Naval do Rio da Prata e escolta do vapor *Ipiranga*, iria cumprir a missão: “uma viagem de exploração até Albuquerque, porto do Brasil no alto Paraguai, onde ficará à disposição do presidente da Província de Mato Grosso³¹⁸”.

Durante o trajeto, caberia ao oficial a elaboração de um relatório para responder às informações de interesse do governo imperial: 1ª o regime dos rios Paraná e Paraguai e dos seus afluentes rio São Lourenço e Cuiabá, descrevendo as épocas das cheias, as correntes máximas, média e mínima; o fundo que oferecem estes dois rios e os ditos afluentes para navegação; 2ª Os pontos de escala desde Montevideú ou Buenos Aires até Albuquerque, e de Albuquerque até Cuiabá; 3ª Locais onde se deveria estabelecer depósitos de carvão de pedra ou lenha para navegação a vapor e onde já se encontrem suprimentos desse gênero; 4ª As provisões de que se deveria munir os navios para efetuar o trajeto pelo Paraguai até Albuquerque, e quais os recursos, que convém ali criar e manter, e os pontos da costa do Paraguai, em que deveriam ser estabelecidas; 5ª O meio de estabelecer uma comunicação regular com Mato Grosso, enquanto não houver um vapor que navegue para ali periodicamente, nem do Rio de Janeiro, nem mesmo de Assunção. As instruções determinavam um planejamento conjunto com o Cônsul do Brasil no Paraguai; 6ª Quais os gêneros de que mais carecia a província de Mato Grosso, e os que poderia exportar e o estado do seu mercado de importação e exportação. O objetivo era instruir o comércio sobre os suprimentos que pretendiam enviar à fronteira; 7ª Observar e descrever, com a maior precisão, todos os dados necessários para navegação à vela e a vapor pelo rio Paraguai, desde a sua foz até Albuquerque³¹⁹, 8ª Indicar as diferenças, no rio Paraguai, em relação à planta levantada, em 1846, pelo Presidente da província de Mato Grosso Augusto Leverger³²⁰. Por fim, transcrevemos a nona e última instrução integralmente:

³¹⁷ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por José Maria da Silva Paranhos*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1857, p. 6.

³¹⁸ 1856,10,25. Ofício do Ministro da Marinha José Maria da Silva Paranhos a Joaquim José Inácio, Encarregado do Quartel General da Marinha informando as instruções da missão do vapor Maracanã. Arquivo Nacional. Série Marinha, III M746, doc. 1.

³¹⁹ Idem.

³²⁰ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Op. Cit.* p. 6.

Fará (se não for vigiado pelos paraguaios) um ligeiro reconhecimento da costa do rio desde a foz do Apa até ao denominado rio Branco, e particularmente do morro Pão de Açúcar, praticando o mesmo sobre a margem direita desde aquele ponto até à Bahia Negra.

Revela conhecer as povoações e baterias paraguaias de uma e outra margem. Estas observações, porém, devem ser feitas sem incurrir suspeitas, e só tanto quanto assim possam ser feitas³²¹.

A preparação dessa missão revela os esforços do Ministério da Marinha em obter conhecimentos geográficos e específicos à navegação para viabilizar o trânsito dos navios de guerra. Avaliamos, ainda, um caráter político e estratégico concedido à presença do navio *Maracanã*, no rio Paraguai, visto que seu Comandante tinha ordens para promover espionagem sobre a disposição das forças militares paraguaias ao longo do rio e o reconhecimento do território fronteiriço litigioso. Quando analisamos as instruções, verificamos que as informações geográficas eram necessárias à logística para comunicação. No entanto, considerando a percepção de ameaça sobre o Paraguai, essas informações eram igualmente relevantes para preparar a Armada para guerra.

Conforme apresentado no capítulo anterior, o governo de Carlos López estabeleceu, em outubro de 1855, o regulamento de navegação até Assunção, exigindo o emprego de um prático paraguaio, inspeção obrigatória na fortaleza de Humaitá e apresentação de documentos sobre carga, armamento e tripulação. Por sua vez, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação assinado pelo Império do Brasil e a República do Paraguai, embora autorizasse o trânsito brasileiro, limitava o número de navios de guerra e o transporte de armamentos. Os obstáculos impostos pelos regulamentos proibitivos eram de conhecimento do Ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos visto que foi o responsável pela representação brasileira, na negociação do Tratado, junto ao representante paraguaio José Borges, no Rio de Janeiro. Além das instruções acima citadas, o Ministro Paranhos enviou outro ofício ao 1º Tenente Francisco Borges Garção, tratando de aspectos políticos de sua missão, a relação com o governo paraguaio e como conseguir ultrapassar tais regulamentos para cumprir a missão.

As primeiras instruções são acerca da inspeção na Fortaleza de Humaitá. Apesar do consentimento do Ministro da Marinha sobre a parada em frente às baterias, para apresentação junto à autoridade policial, Paranhos recomendava: “poderá prestar-se a essa exigência que

³²¹ Idem.

creio não passa de uma comunicação análoga à que tem neste porto os navios³²²”. Além disso, informava que, em caso de uma visita dos paraguaios para reconhecer a tonelagem e artilharia, caberia limitar:

a uma simples inspeção de sua artilharia, que está sobre o convés, por isso que, quanto à tonelagem, se reconhece à visita do casco e não pode ser objeto de dúvida, que está muito abaixo do limite do Tratado³²³.

Caso as autoridades paraguaias não aceitassem esses termos, caberia ao Comandante: “sob a mesma ressalva de prestar-se por moderação de sua parte, consentirá, se o abuso não for a ponto que julgue indecoroso, degenerado o simples exame de artilharia e tonelagem em uma busca ou espionagem de todas as pessoas e carga do navio³²⁴”.

O contrato de um práctico paraguaio era assunto da instrução seguinte. A recomendação do Ministro da Marinha era rejeitar a contratação. No entanto, em caso de exigência do governo de Assunção, o Comandante deveria “contratar como ato seu espontâneo, mas não como obrigação imposta pelo governo dessa República³²⁵”. Após a contratação, a ordem era retornar com o práctico a bordo de uma canhoneira de guerra da província de Mato Grosso “a fim de que o dito vapor possa fazer as observações convenientes na parte superior do rio, sem ter o seu lado um espião do Paraguai³²⁶”.

Em ofício de 4 de dezembro de 1856, o Ministro Paranhos escreveu ao Comandante do vapor *Maracanã* sobre novas instruções para trânsito no rio Paraguai. O primeiro aspecto foi sobre as informações autorizadas para transmitir aos paraguaios, declarando: nacionalidade, procedência, destino e contingente de praças a bordo. Sobre tonelagem, boca de fogo e armamento, deveria informar a quantidade estabelecida pelo Tratado. As instruções sobre a conduta do Comandante estabeleciam que devesse demonstrar impaciente, disposto a

³²² 1856,10,27. Ofício do Ministro da Marinha José Maria da Silva Paranhos a Joaquim José Inácio, Encarregado do Quartel General da Marinha informando as instruções da missão do vapor Maracanã. Arquivo Nacional. Série Marinha, III M746, doc. 2.

³²³ Idem.

³²⁴ Idem.

³²⁵ 1856,11,05. Ofício do Ministro da Marinha José Maria da Silva Paranhos a Joaquim José Inácio, Encarregado do Quartel General da Marinha informando as instruções da missão do vapor Maracanã. Arquivo Nacional. Série Marinha, III M746, doc. 3.

³²⁶ Idem.

seguir seu caminho, além de estar proibido de ir a terra, exigindo que os paraguaios o recebessem a bordo do navio, ou enviar a documentação por outro oficial da Armada³²⁷.

Ao chegar a Assunção, as instruções ordenavam apresentar-se ao Cônsul brasileiro, entregando as correspondências. Em caso de convite do Presidente Carlos López, o Comandante deveria “praticar esse ato de cortesia, conduzindo com o respeito devido à primeira autoridade do país, mas com a dignidade própria do seu cargo e função de Oficial”. Em seguida, explicava quais declarações deveriam ser proferidas durante o encontro. Além de anunciar que iria permanecer em Mato Grosso durante período indeterminado, deveria explicar que, no que tange ao estado político entre Brasil e Paraguai: “Dirá que no Império há grande descontentamento pelas restrições dos regulamentos da República, mas que não há ódio aos seus vizinhos e menos à pessoa do seu chefe”. E declarar que: “a consolidação da paz entre os dois países em termos houver para ambos será muito bem aceita para o governo imperial e por todos os brasileiros sensatos. Que se espera este resultado da minha missão³²⁸”. Por fim, o Ministro da Marinha insistiu que, na possibilidade do emprego da força pelos paraguaios diante da objeção brasileira em utilizar práticos e submeter-se às inspeções, deveria ser informado do ocorrido para enviar novas orientações.

Diferente da Missão Pedro Ferreira de Oliveira (1854) que foi responsável pela negociação do Tratado de Limites e Navegação mediante demonstração de força, mas que devido ao encalhamento dos navios, não obteve sucesso esperado, o envio do vapor *Maracanã* possuía outros objetivos. Inserido em uma nova conjuntura política caracterizada pela autorização da navegação brasileira no rio Paraguai, detinha o objetivo de reconhecer o território, recolher informações técnicas, interessantes ao Ministério da Marinha para o planejamento da comunicação do Mato Grosso pela rota Albuquerque, Assunção, Paraná, Buenos Aires, Montevideu e Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, ela não estava isenta de um papel político e estratégico.

Ao analisarmos as instruções, é interessante notar que as orientações são, até certo ponto, contraditórias. Em concomitância a adoção de uma postura conciliadora, evitando conflitos, obedecendo às exigências, o Comandante não poderia demonstrar que as cumpria por obrigação. Pelo contrário, adotaria uma postura de benevolência do governo brasileiro

³²⁷ 1856,12, 04. Ofício do Ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos a 1º Tenente Francisco Freire Borges Lima Garçon, Comandante do vapor *Maracanã* sobre instruções à navegação no rio Paraguai. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 407, 04.

³²⁸ Idem.

com a política do Paraguai, contratando um prático, apresentando a documentação à inspeção “sempre de bom grado” e não como uma submissão às exigências paraguaias. Além disso, caberia ao 1º Tenente Francisco Freire Borges Lima Garção representar seu país, atuando como um diplomata junto a Carlos López, informando as reclamações brasileiras, ainda que de forma cordial, ao mesmo tempo em que o Comandante deveria espionar a força militar paraguaia e executar os meios necessários para ultrapassar os regulamentos proibitivos para chegar ao Mato Grosso. A missão do vapor *Maracanã* foi bem sucedida com sua chegada a Albuquerque no final de janeiro de 1857.

A ação do Ministério da Marinha para garantir a integração do Mato Grosso, pelas vias fluviais estrangeiras, permaneceu com o envio da comissão do vapor *Japorá* e *Paraguassú*. Deveriam ser empregados a serviço do presidente da província, Augusto Leverger e atuarem na rota Albuquerque, Assunção e Corrientes, em escala, durante o período de franca navegação, para transportar passageiro, mantimentos e correspondência do governo brasileiro³²⁹. Em 12 de janeiro de 1857, o Ministro da Marinha José Maria da Silva Paranhos expediu ordem ao Encarregado do Quartel General, Joaquim José Inácio para a compra de 1000 toneladas de carvão pelo Comandante da Divisão Naval do Prata para abastecer os vapores empregados no Mato Grosso³³⁰. Em 21 de janeiro de 1857, foi ordenado o envio do vapor *Paraguassú* com munições navais e de guerra para fronteira, além de autorizar a compra de uma escuna responsável pela condução de carvão de pedra para os depósitos brasileiros, no rio Paraguai e Paraná, e remeter até mil toneladas do combustível para Albuquerque. As instruções ordenavam que os oficiais da Marinha trabalhassem em conjunto com as legações do Império no Uruguai, Paraná, Corrientes e Paraguai “a fim de prestarem os auxílios que forem requisitados pelo Comandante, para empregarem as cautelas necessárias, de modo que, se faça sem inconvenientes, evitando-se receios infundados da parte do governo do Paraguai e o embarço dos nossos transportes³³¹”.

Mais uma vez os regulamentos proibitivos foram referenciados indiretamente no documento do Ministério da Marinha, afinal, embargavam o trânsito de material bélico e

³²⁹ 1851,01,22 Ofício do Ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos a Joaquim José Inácio, Encarregado do Quartel General da Marinha. Arquivo Nacional. Série Marinha, III M746, doc. 7.

³³⁰ 1857, 01,12. Ofício do Ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos a Joaquim José Inácio, Encarregado do Quartel General da Marinha ordenando a compra de carvão. Arquivo Nacional. Série Marinha, III M746, doc. 4.

³³¹ 1857, 01, 21. Ofício do Ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos a Joaquim José Inácio, Encarregado do Quartel General da Marinha sobre envio de armamento para o Mato Grosso. Arquivo Nacional. Série Marinha, III M746, doc. 5.

contribuíam para o conflito entre os países. Para solucionar o problema, o Ministro Paranhos enviou um aditamento, ordenando que o Comandante informasse apenas que a carga era composta de “fardamento, ferro, chumbo, mas não de armamentos, pólvora e artilharia, a fim de não despertar receios infundados da parte do governo do Paraguai, que por esse motivo poderia ele opor ao trânsito dos nossos transportes³³²”. A omissão na documentação e na inspeção foi a solução encontrada para evitar conflitos que poderiam implicar no bloqueio ao trânsito dos navios de guerra novamente e conseguir, assim, armar os estabelecimentos navais existentes na fronteira.

Durante a gestão do Ministro José Maria da Silva Paranhos, o orçamento da Armada Imperial foi complementado com um crédito suplementar de 1.778.778\$013 réis para as despesas com a Secretaria de Estado, Força Naval, Reformados, Material e Exercício³³³. Enquanto que a força naval para 1858-1859 permanecia com a mesma estrutura: 3 mil praças em circunstâncias ordinárias e 5 mil praças em condições ordinárias e determinava a elevação da Companhia de Imperiais Marinheiros da província de Mato Grosso ao seu estado completo³³⁴.

3.4.5 Ministério José Antônio Saraiva³³⁵ (4/05/1857-12/12/1858)

Durante seu exercício, a Armada Imperial obteve novo regulamento para aquisição de material para suprimento dos Almojarifados da Marinha; Reforma no Corpo de Oficiais-Marinheiros da Armada; Regulamentação dos vencimentos dos Oficiais da Náutica; Separação das funções de Capitão do Porto e Intendente dos Arsenais de Marinha no nordeste; Organização da Academia de Marinha; Criação da Companhia de Aprendizes Marinheiro na Bahia, Pernambuco e Santa Catarina; Organização do Corpo de Oficiais da

³³² 1857,01,21. Aditamento do Ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos. Arquivo Nacional. Série Marinha, III M746, doc. 6.

³³³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto nº 1859 de 27 de dezembro de 1856*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1859-27-dezembro-1856-571896-publicacaooriginal-95016-pe.html>, acesso em 25 jan. 2017.

³³⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Lei nº 863 de 30 de julho de 1856*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-863-30-julho-1856-570948-publicacaooriginal-94043-pl.html>, acesso em 25 jan. 2017.

³³⁵ José Antônio Saraiva (1823-1895) nasceu em Santo Amaro na Bahia. Formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo (1846). Foi promotor em Jacobina e Juiz Municipal em Valença. Sua trajetória política teve início, em 1848, quando se elegeu para Assembleia Provincial da Bahia. Foi Presidente da província do Piauí (1849-1853); Presidente da província de Sergipe (1853); Presidente da província de São Paulo (1854); Presidente da província de Pernambuco (1858); Ministro o Império (1861); Ministro Plenipotenciário do Brasil no Uruguai (1864); Ministro da Marinha (1865); Senador (1868-1891); Presidente do Conselho de Estado (1878); Ministro da Fazenda (1885); Redigiu a Lei dos Sexagenários (1885); Eleito membro da Constituinte (1890).

Fazenda; Criação do Corpo de Maquinistas Navais e início das discussões sobre o Regulamento para exame das barcas a vapor³³⁶.

A gestão de José Antônio Saraiva sobressai perante os outros no tocante à defesa da província de Mato Grosso. Afinal, chegamos ao período ápice da crise com o governo paraguaio. Nesse ínterim, a integração da província de Mato Grosso permanecia ameaçada com os regulamentos proibitivos que limitavam a navegação dos navios de guerra e mercantes do centro de poder à fronteira mato-grossense e as relações políticas mantinham-se conflitantes. A iminência de guerra caracterizava a conjuntura e justificava as principais ações promovidas pelo Ministro Saraiva, entre as quais destacamos: remanejamento da força naval para atuar na bacia do Prata, em especial, na fronteira de Mato Grosso; a modernização da esquadra com navios aptos ao teatro de operações fluviais; criação de instituições militares na província de Mato Grosso e a expedição do 1º Tenente Antônio Mariano de Azevedo ao rio Tietê e rio Paraná a fim de estabelecer a navegação a vapor no rio Paraná e criação de um estabelecimento naval, medidas promovidas mediante disponibilidade de crédito pelo governo brasileiro.

Em 1857, a força naval do Império era composta por 46 navios armados com um contingente de 3.060 praças atuante no litoral. A flotilha do Mato Grosso era composta por dois vapores, quatro canhoneiras e canoas. É evidente que o número de embarcações não atendia às demandas da fronteira. No relatório do Ministério da Marinha apresentado à Câmara dos Deputados, o Ministro Antônio Saraiva defendia a renovação da esquadra, enviando em missão à Europa o Vice Almirante Joaquim Marques Lisboa, encarregado da compra de dez canhoneiras a vapor para navegação do rio da Prata e do rio Amazonas. Inclusive, foi ordenado o engajamento de quinhentos marinheiros para o serviço da Armada em Portugal pelo 1º Tenente Antônio Carlos de Azevedo Coutinho, em Londres pelo 1º Tenente Pedro Leitão da Cunha e na Bélgica pelo Vice Almirante Tamandaré³³⁷, além de solicitar a compra de quatro patachos e dois vapores para navegação do rio Paraguai e do rio São Lourenço³³⁸. Devido ao volume da correspondência entre o Ministério da Marinha e o Almirante Tamandaré, optamos por aprofundar esse tema, no próximo capítulo, a fim de

³³⁶ BOITEUX, Lucas Alexandre. *Op. Cit.* p. 127.

³³⁷ 1857,07,09. Ofício de Francisco Xavier Bomtempo a Joaquim José Inácio. Arquivo Nacional, Série Marinha, IIM746.

³³⁸ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por José Antônio Saraiva*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858, p. 3.

explicar como as inovações tecnológicas produzidas na Guerra da Crimeia (1853-1856) foram planejadas pelo Brasil para serem adotadas na iminência de uma guerra contra o Paraguai.

Ao longo do exercício de suas funções, o Ministro José Antônio Saraiva buscou promover melhorias no serviço naval do Mato Grosso. Além da modernização tecnológica, foram criados estabelecimentos militares para organização da força naval da província de Mato Grosso. O governo brasileiro, em 8 de agosto de 1857, promulgou a Lei nº 904 para fixar a força naval para o ano financeiro de 1858-1859. Além de dar continuidade ao mesmo número de praças em condições ordinárias e extraordinárias e autorizar a elevação para estado completo das Companhias de Imperiais Marinheiros, determinava autorização para criação da Companhia de Aprendizes de Marinheiro no Mato Grosso³³⁹. Essa medida almejava minimizar o problema do recrutamento de marujos, aumentando o contingente. Foi criada, em 7 de outubro de 1857, por Decreto nº 1787³⁴⁰ e regida pelo *Regulamento para Organização, Comando e Administração*, publicado no Decreto nº 1.517 de 4 de janeiro de 1855, responsável pela criação da Companhia de Aprendizes de Marinheiros na província do Pará. Embora não seja objeto da pesquisa, é interessante apresentar as exigências para admissão: ser cidadão brasileiro, idade de 10 a 17 anos, ser de constituição robusta e própria para vida no mar (artigo 8º). No que tange à formação, obteriam instrução militar para aprender a marchar, manejo de armas brancas, nomenclatura de peças de artilharia e o uso de instrumentos (artigo 15º). Instrução náutica, constituída pelo aprendizado da arte de Marinheiro, fazer pinhas, costuras, nós, aparelhar e desparelhar um navio (artigo 16º), inclusive, aprenderiam a ler, escrever, contar, riscar mapas e a doutrina cristã (artigo 17º)³⁴¹. Em ofício de 28 de julho de 1857, autorizava o aumento do contingente e solicitava ao Quartel General, o envio da relação dos oficiais desempregados que poderiam ser remanejados pelo governo para dirigir construções e outros trabalhos relativos ao melhoramento e desenvolvimento do serviço naval no Mato Grosso³⁴².

Em 10 de julho de 1858, sob Decreto nº 2.206 assinado pelo Imperador D. Pedro II e Ministro José Antônio Saraiva, criou-se a Estação Naval na província de Mato Grosso

³³⁹ 1857, 08,08. Lei nº 904 de 8 de agosto de 1857. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1135,31.

³⁴⁰ 1857, 10,07. Decreto nº 1987 criação da Companhia de Aprendizes Marinheiros na província de Mato Grosso. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1135,34.

³⁴¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto nº 1.517 de 4 de janeiro de 1855*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1517-4-janeiro-1855-558302-publicacaooriginal-79450-pe.html>, acesso em 25 jan. 2017.

³⁴² 1857,07,28. Ofício de José Antônio Saraiva a Joaquim José Inácio. Arquivo Nacional, Série Marinha, IIM746, doc. 1.

“composta pelas ditas embarcações, e das quais ali forem mandadas; devendo a mesma Estação ter por centro o porto de Albuquerque no alto Paraguai e por limites os do Império com as Repúblicas adjacentes àquela província³⁴³”. Sob comando de um oficial da Armada, subordinada ao presidente da província quanto ao serviço, e ao Quartel General no que tange disciplina, economia e polícia, detinha o objetivo de mobilizar “para o porto de Assunção as embarcações, que forem necessárias, para entreter as relações comerciais, e a correspondência, tanto com aquela República, como pela capital do Império pelo rio da Prata, observando-se em tudo as estipulações dos Tratados existentes³⁴⁴”. O presidente da província Joaquim Raimundo Lamare ressaltava a importância de sua criação: “a Estação Naval desta província, que tanto terá de influir nas futuras negociações com os nossos vizinhos, e assim mais que pondero, que para um caso de guerra, deve a mesma Província preparar-se com antecipação³⁴⁵”.

Retomando ao contexto das relações políticas entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, em 1857, quando a guerra tornava-se iminente, verificamos a mobilização do Ministério da Marinha para o conflito. No rio da Prata, as ordens para o Comandante da Divisão Naval Brasileira era promover bloqueio naval aos navios que transportavam munições de guerra para Assunção³⁴⁶. Em 10 de setembro de 1857, o Ministro José Antônio Saraiva solicitava a Joaquim José Inácio que repassasse a seguinte ordem aos Comandantes das Estações Navais:

Tendo-se complicado consideravelmente as nossas relações diplomáticas com a República do Paraguai, convém preparar, sem ruído, as forças navais do Império, para que se possa atender, com vantagem, a qualquer súbita emergência. E como as embarcações pequenas são aquelas, que necessariamente devem em primeiro lugar entrar em operações; cumpre prevenir aos Comandantes das diferentes Estações Navais de que é preciso ter completamente prontas as que houverem sob o seu comando, sem contudo deixarem de ser empregado no serviço das mesmas Estações³⁴⁷.

Com a chegada de José Maria da Silva Paranhos a Assunção e a assinatura do Tratado de Navegação, o emprego da violência foi suspenso pelo Estado Brasileiro. No entanto, a

³⁴³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto nº 2.206 de 10 de julho de 1858*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2206-10-julho-1858-557150-publicacaooriginal-77465-pe.html>, acesso em 25 jan. de 2017.

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ 1859, 01,01. Ofício de Joaquim Raimundo Lamare. In: Correspondência da presidência da província de Mato Grosso com o Ministério da Marinha (1855-1862). APMT, Livro 154, p. 68.

³⁴⁶ 1857,09,19. Ofício de José Antônio Saraiva a Joaquim José Inácio. Arquivo Nacional, Série Marinha, IIM746, doc. 3.

³⁴⁷ 1857,09,10. Ofício de José Antônio Saraiva a Joaquim José Inácio. Arquivo Nacional, Série Marinha, IIM746, doc. 2.

percepção de ameaça permanecia no Ministério da Marinha. A renovação da esquadra brasileira para atuar nos rios navegáveis, a criação de estabelecimentos navais para organizar a flotilha do Mato Grosso e o aumento do contingente eram medidas que poderiam auxiliar no policiamento da fronteira. Contudo, diante dos embargos à liberdade de navegação da Armada Imperial no rio Paraguai, o abastecimento das tropas com armamentos, materiais, mantimentos e alimentos estava ameaçado. Não bastava obter postos militares na fronteira se não estivessem integrados ao centro de poder. Neste aspecto, o Ministro José Antônio Saraiva divergiu dos demais Ministros da Marinha. Em seu relatório enviado à Câmara dos Deputados apresentava um discurso denominado “Navegação do Alto Paraná” com a proposta da criação de um Estabelecimento Naval para integrar a província de Mato Grosso a São Paulo e conseqüentemente ao Rio de Janeiro por rota nacional:

A necessidade, que ultimamente sentimos, de estreitar as relações do centro e litoral do Império com a província de Mato Grosso, e particularmente com o baixo Paraguai, sugeriu ao governo imperial a lembrança de criar à margem do Tietê, e na sua confluência com o Paraná um pequeno Estabelecimento Naval, que servisse para o entretenimento de uma pequena esquadilha fluvial, que tivesse por fim aproveitar as 80 léguas de navegação livre, de que se dispõe entre a Cachoeira das Sete Quedas, e a de Urubupungá, e facilitar por essa forma as remessas de gente, e de material, que se encaminhasse para a fronteira ocidental do Império³⁴⁸.

Aos políticos contrários à concessão de verba para realizar a empreitada, o Ministro José Antônio Saraiva explicava a relevância do projeto, justificando que não significava apenas estabelecer uma comunicação, mas conduzir ao sertão ocupação, estímulo ao comércio e a representação do poder do Império:

Convém, porém, refletir, e muito seriamente, na imensa conveniência, senão absoluta necessidade que tem o Império de uma via de comunicação fácil, e interior, com Mato Grosso. (...) Uma pequena esquadilha no Alto Paraná, assegurando aos particulares, proteção, que hoje não encontram no deserto, levará para margem daquele rio gente e capitais, e os habilitará para as explorações minuciosas, e úteis, que carecemos de empreender naqueles lugares³⁴⁹.

Buscando comprovar a viabilidade da navegação do trajeto, foi promovida uma missão de reconhecimento do rio Tietê, conduzindo as peças do vapor de ferro de 2.800 toneladas pelo rio Tietê para ser armado no salto do Itapura para executar a navegação. É importante

³⁴⁸ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Op. Cit.* p. 6.

³⁴⁹ Idem.

adiantar que o resultado dessa missão foi a criação do Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura, sob decreto nº 2220 de 26 de junho de 1858³⁵⁰.

As ações promovidas, durante o Ministério de José Antônio Saraiva, foram possíveis mediante aumento do orçamento e a concessão de créditos suplementares pelo governo imperial. Ao analisarmos a documentação referente ao planejamento financeiro da Contadoria da Marinha encontramos novos subsídios para comprovar que a gestão de José Antônio Saraiva colocou a defesa da província de Mato Grosso como prioridade no emprego estratégico da força naval. Ao assumir a pasta, a Armada Imperial contava com um orçamento de 4.595.581\$273. Durante sua gestão (1857-1858), o Ministro conseguiu aprovação de créditos suplementares no total de 8.802.508\$915 para pagamentos dos vapores encomendados na Grã-Bretanha no total de 1.728.186\$162; pagamento das prestações dos vapores construídos no Estaleiro de Ponta de Areia e no Estaleiro de João & Francisco Miers no valor de 444.367\$350. Em seu relatório ministerial, o Ministro Antônio Saraiva explicou um gasto a cima de 2.830:000\$000 do que a gestão de José Maria da Silva Paranhos. Justificou seus gastos baseado na política internacional do Império: “esse aumento proveio da providência de futuras e prováveis complicações exteriores, que aconselharam ao governo imperial a aquisição e material naval em grande escala³⁵¹”. Além disso, assumiu que dentro do orçamento foram separados 4.000.000\$000 para navios novos, maquinismo, munições de guerra, e outros materiais para abastecimento do Almojarifado, justificando seus gastos referindo-se ao Mato Grosso:

Todo o material de guerra foi obtido por forma que não fica desaproveitado. A aquisição de marinagem, o aumento de guarnições, o acréscimo de operários nos arsenais, e os dispêndios autorizados em Mato Grosso, constituem uma série de medidas, que deveriam ser tomadas, mesmo sem o receio de circunstâncias extraordinárias; porque o Corpo Legislativo vai dando ao Ministério da Marinha, obrigações que não tinha, serviços de que não estava encarregado, e que tem por fim especial o melhoramento da navegação de nossos grandes rios³⁵².

Em outra passagem de seu relatório, podemos observar em seu discurso como a modernização da Armada Imperial em uma marinha fluvial e o projeto de integração do Mato

³⁵⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto nº 2.200 de 26 de junho de 1858*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2200-26-junho-1858-557143-publicacaooriginal-77458-pe.html>, acesso em 26 jan. 2017.

³⁵¹ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Op. Cit.* p. 16.

³⁵² Idem.

Grosso eram prioridades orçamentárias durante sua gestão. De acordo com José Antônio Saraiva:

não despendemos mal os dinheiros que tiverem por fim levar a civilização e a ação governativa ao interior; e essa ideia se acha consagrada no último orçamento, que autorizou o governo a fazer construir vapores para navegação fluvial do Império; sendo que isso não é outra coisa mais do que uma nova forma de pensamento³⁵³.

Ao complementarmos a análise dos relatórios com a documentação da Contadoria da Marinha acerca do orçamento, encontramos novas assertivas. No dossiê produzido pela Contadoria da Marinha foi apresentado o documento *Tabela comparativa da despesa com a rubrica Força Naval e sua respectiva consignação no exercício de 1856 a 1857*, assinado pelo Ministro José Antônio Saraiva e o Chefe Interino da Contadoria da Marinha, José Dias da Costa, explicando que a diferença de gastos comparados à gestão anterior é justificada pelo aumento dos navios empregados na Divisão Naval do Rio da Prata, além do cálculo no orçamento dos valores dos vapores comissionados para o Mato Grosso e da despesa com a corveta *Imperial Marinheiro* na viagem de instrução à Europa³⁵⁴.

3.4.6 Ministério Antônio Paulino Limpo de Abreu³⁵⁵ (12/12/1858-10/08/1859)

Após assumir o cargo, destacou-se pela reforma administrativa na Secretaria de Estado de Negócios da Marinha, sob Decreto nº 2.359 de 19 de fevereiro de 1859. Devido à sobrecarga de funções entre a Secretaria e o Quartel General, a medida tinha o objetivo de limitar o número de empregados e determinar a competência de cada seção a fim de eliminar os gastos excessivos da pasta. Aprovou um regulamento provisório ao Corpo de Saúde e criou a Companhia de Aprendizes de Marinheiros no Maranhão. No que tange a instrução dos oficiais, permaneceu com a política de intercâmbio dos militares à Europa, criando novos concursos.

O aumento da flotilha do Mato Grosso, após a criação da Estação Naval, exigia o aumento do contingente militar e o envio de marinheiros para província. Contudo, era sabida

³⁵³ Idem. p. 6.

³⁵⁴ 1857,10,24. Dossiê da Contadoria da Marinha sobre o orçamento de 1856-1857. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1135,37.

³⁵⁵ Antônio Paulino Limpo de Abreu (1798-1883), Visconde de Abaeté (1854) era bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, exercendo os seguintes cargos políticos: deputado por Minas Gerais (1826-1841; 1845-1847); presidente da província de Minas Gerais (1833-1835); Ministro do Império (1835-1837); Ministro da Justiça (1835-1836; 1840-1841); Ministro dos Negócios Estrangeiros (1845;1848; 1853); Ministro da Fazenda (1848; 1855); Senador por Minas Gerais (1848-1883); presidente do Senado (1861-1873).

a dificuldade em promover recrutamento na província. Para minimizar a questão, o Ministro Antônio Paulino Limpo de Abreu autorizou o Chefe de Divisão e ao presidente da província de Mato Grosso, Joaquim Raimundo de Lamare a aumentar o número de praças da Companhia de Aprendizes de Imperiais Marinheiros³⁵⁶. Enquanto isso, enviou para o Estabelecimento Naval do Itapura, em São Paulo, destacamento do Corpo de Imperiais Marinheiros, Batalhão Naval e africanos livres da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema para construção de estradas e trabalhos agrícolas³⁵⁷.

Destacamos o debate acerca do remanejamento do Trem Naval do Mato Grosso em seu relatório ministerial. O Visconde de Abaeté defendia sua permanência em Cuiabá onde a presidência da província havia comprado antigos prédios para sua expansão, isolando-o de prédios públicos e construía vasos de guerra necessários à força naval. Argumentou que durante seis meses, no período da cheia do rio Cuiabá, os vasos de menor calado poderiam subir para reparos, embora a Armada Imperial possuísse um estaleiro em Coimbra, para onde eram enviados materiais e operários, para os reparos aos navios de maior calado. Defendeu a posição estratégica de Cuiabá, próxima ao governo e distante da fronteira, declarando: “acresce ainda a poderosa circunstância de ficar ali esse estabelecimento debaixo das vistas do governo provincial, e ao abrigo de qualquer ataque imprevisto³⁵⁸”.

No que tange à força naval, permaneceu o incentivo à navegação na bacia do Prata. O Ministério da Marinha determinou o emprego do vapor *Apa* e o vapor *Anhambahy* para o serviço da navegação regular de Montevideú ao Mato Grosso³⁵⁹. Além do contingente, aumentava a flotilha com a incorporação do vapor *Paraguassú* à Estação Naval de Mato Grosso para estacionar no baixo Paraguai, transportando material e tropa, a serviço da presidência da Província³⁶⁰, inclusive, com o Comandante da Estação Naval, Capitão de Mar e Guerra Francisco Xavier de Alcântara.

³⁵⁶ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por visconde de Abaeté*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860, p. 3.

³⁵⁷ *Ibidem*, p. 4.

³⁵⁸ *Ibidem*, p. 11.

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 14.

³⁶⁰ 1859, 11,29. Ofício de Francisco Xavier Bontempo a Joaquim José Inácio. Arquivo Nacional, Série Marinha, IIM746.

3.4.7 Ministério Francisco Xavier Paes Barreto³⁶¹ (10/10/1859-3/03/1861)

Durante sua gestão, destacamos, no âmbito administrativo, a continuidade da reforma do Quartel General da Armada e dos Arsenais do Império. Além disso, criou a Escola de Maquinistas e manteve o envio de oficiais para obter formação na Europa. Defendeu o aumento dos soldos dos militares e a reforma na lei de promoções, justificando como “estímulos indispensáveis em toda parte em um país como o nosso, que não nutre a vocação pela vida do mar, não teremos Marinha de Guerra³⁶²”. No tocante à força naval, pleiteou junto ao governo imperial a concessão de uma verba anual de 1.200 contos de réis para o aumento do material flutuante, durante um prazo de oito a dez anos, a fim de “ficar em todo caso habilitados para contar com as probabilidades de sucesso, quanto, em qualquer emergência, a nossa força naval fosse chamada a intervir³⁶³”.

Especificamente sobre o Mato Grosso ocorreram incentivos ao desenvolvimento dos estabelecimentos navais. A necessidade de promover e viabilizar a navegação dos rios interiores mato-grossenses implicava na construção de uma estrutura capaz de prover amparo às embarcações, sobretudo, os navios que não possuíam calado suficiente para navegar até a capital Cuiabá. Em relatório ao Ministério da Marinha, ainda durante a gestão do Visconde de Abaeté, Augusto Leverger informou que a Armada Imperial ocupava a região próxima ao Forte de Coimbra onde havia um estaleiro de reparados com remessas de madeira e operários para construção de navios, porém não estavam aptos a chegar a Cuiabá, defendendo a instalação de um novo estaleiro em Dourados, para assentarem as peças de novos vapores construídos na província³⁶⁴. Em conformidade com a presidência da província, o Ministério da Marinha autorizou a construção do Estaleiro dos Dourados em 1859, na margem direita do rio Paraguai, na confluência com o rio Dourados. Sob comando do 1º Tenente Francisco Pereira Dutra, iniciaram a construção do estaleiro cuja missão era prover os recursos necessários para reparo e construção de navios destinados à navegação fluvial³⁶⁵.

³⁶¹ Francisco Xavier Paes Barreto (1821-1864), bacharel em direito (1842), foi presidente da província da Paraíba (1854-1855); presidente da província do Ceará (1857-1858); presidente da província da Bahia (1858-1859); Ministro dos Negócios Estrangeiros (1864).

³⁶² BOITEUX, Lucas Alexandre. *Op. Cit.* p. 149.

³⁶³ *Ibidem*, p. 150.

³⁶⁴ 1858, 04,23. Ofício de Augusto Leverger a José Antônio Saraiva. In: Correspondência da presidência da província de Mato Grosso com o Ministério da Marinha (1855-1862). APMT, Livro 154, p. 42.

³⁶⁵ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por Francisco Xavier Pinto Barreto*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860, p. 5.

No Arsenal da província de Mato Grosso, as reclamações acerca da falta de mão de obra permaneciam, implicando na paralização de obras públicas e na elevação dos salários e motivando o envio de africanos livres³⁶⁶ para exercício das tarefas. Na Companhia de Aprendizes de Imperiais Marinheiros não havia oficiais de Fazenda, escrivão ou comissário. A solução do Ministério da Marinha foi a unificação dos cargos e funções. A administração da Companhia de Aprendizes e da Companhia de Imperiais Marinheiros foi reduzida sob um único Corpo, comando e regulamento. A Companhia de Imperiais Marinheiros foi criada, após decreto da Lei nº 1.043, responsável por fixar a força naval para o biênio financeiro de 1860-1861, determinando que sua organização atendesse ao serviço especial destinado à força e ganhando autonomia do Trem Naval. Contudo, nunca obteve o estado completo de cem praças de preto³⁶⁷.

Apresentamos uma seção do seu relatório intitulada “explorações de costas e rios” na qual informava sobre o resultado das expedições promovidas por oficiais da Armada e navios estrangeiros pelos rios nacionais. Destacou o trabalho do presidente da província de Mato Grosso, Capitão de Fragata Augusto Leverger pelo roteiro de navegação do rio Cuiabá e rio São Lourenço até o rio Paraguai produzidas entre 1847-1848; o trabalho realizado pelo Comandante do vapor *Maracanã* na comparação com a carta acima citada; organização da planta do rio Paraguai pelo Capitão-Tenente Antônio Claudio Soyo e as produzidas sobre o rio Paraná e rio Paraguai pelo Almirante Sullivan da *Royal Navy* e, por fim, o relatório e as cartas produzidas pelo 1º Tenente Francisco Freire de Borja Salema responsável por explorar o rio Paraná. Informou o Ministro da Marinha, Francisco Paes Barreto sobre a transformação dessas cartas em litografias³⁶⁸. Verificamos, portanto, que a Armada Imperial passava a obter conhecimento sobre as condições de navegação não só da bacia do Prata, mas dos rios interiores da província de Mato Grosso próximas ao Alto Paraguai. Eram conhecimentos estratégicos para promover a integração, como também, preparar a Marinha para a guerra.

³⁶⁶ Em 1831, foi aprovada pelo Parlamento Brasileiro a lei de proibição do tráfico, após negociações diplomáticas com o governo britânico. , a promulgação desta lei trouxe como uma das consequências uma nova expressão: “africanos livres”, nomenclatura “cunhada para designar apenas os africanos legalmente apreendidos nos esforços de repressão ao tráfico e entregues à tutela do governo imperial”. Ver: CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 302.

³⁶⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Lei nº 1.043 de 15 de setembro de 1859*. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-1043-15-setembro-1859-557004-publicacaooriginal-77231-pl.html>, acesso 1 fev. 2017.

³⁶⁸ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Op. cit.*, p. 23.

Ao contrário da gestão de Antônio Saraiva, o orçamento pleiteado não enfatizava na renovação do material naval da província de Mato Grosso. Os investimentos atendiam às seguintes prioridades: organização do Quartel General da Marinha, criação da Capitania do Porto do Rio Grande do Norte, pagamento dos empregados dos Arsenais, Capitania dos Portos, hospitais e reformas na repartição³⁶⁹.

3.4.8 Ministério Joaquim José Inácio³⁷⁰ (3/3/1861-24/05/1862)

A gestão de Joaquim José Inácio à frente do Ministério da Marinha buscou a modernização da esquadra com navios mistos e armamento naval, defendendo a obsolescência dos navios à vela. A adequação da Armada às novas tecnologias navais justificou as reformas e reorganização da instituição militar, entre as quais destacamos: criação de escola prática de artilharia a bordo da fragata *Constituição*; a reorganização da Secretaria de Estado da Marinha baseada no modelo francês, com a criação de quatro diretorias com as seguintes funções: central, pessoal, material e contabilidade; nova divisão das Estações Navais; reforma no Conselho Naval; convocação de comissões com o propósito de formular um plano de reorganização do material e um projeto de regulamento para o serviço interno dos navios da Armada³⁷¹.

Em seu relatório apresentado à Câmara dos Deputados, relatou o estado do Arsenal do Mato Grosso, informando a dificuldade de contratação para edificação da casa dos oficiais e o envio de equipamentos, como máquinas para serrar madeiras e a quilha de vapor, atrasando as atividades da construção naval. Além disso, explicou sobre o “pouco desenvolvimento” do Estaleiro de Dourados e a espera do parecer do Conselho de Estado sobre a eleição de uma nova localidade para o estabelecimento naval. Embora expusesse a fragilidade dos estabelecimentos navais no Mato Grosso, não encontramos indícios, em seu pleito de orçamento, para garantir melhorias à província, enfatizando no reestabelecimento da flotilha

³⁶⁹ Idem, p. 25.

³⁷⁰ Joaquim José Inácio, Visconde de Inhaúma (1808-1869) ingressou na Academia de Marinha em 1822. Durante a carreira militar, assumiu os seguintes patentes: Guarda-Marinha (1822); 2º Tenente (1825); 1º Tenente (1829); Capitão-Tenente (1837); Capitão de Fragata (1844); Capitão de Mar e Guerra (1849); Chefe de Divisão (1852); Chefe de Esquadra (1856) e Vice-Almirante (1867). Destacamos os seguintes postos: Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; Capitão dos Portos da província do Rio de Janeiro; Ajudante de Ordens do Ministro; Encarregado do Quartel General da Marinha e Comandante em Chefe da Esquadra em Operações no Paraguai, substituindo Almirante Tamandaré.

³⁷¹ BOITEUX, Lucas Alexandre. *Op. Cit.* pp. 161-162.

do Rio Grande do Sul para policiar a fronteira de Uruguaiana, reformas no litoral brasileiro e na reforma administrativa da instituição³⁷².

No relatório seguinte, explicou que designou a quantia de 17:280\$000 para a compra do vapor *Alpha* para o serviço militar no Mato Grosso e mandou executar obras no Arsenal de Mato Grosso com a construção da ferraria, edificação das oficinas, construção de forno para fundição de ferro. Medidas para garantir a conclusão da fabricação do vapor *Paraná*³⁷³.

3.4.9 Ministro Joaquim Raimundo Lamare³⁷⁴ (30/05/1862³⁷⁵-15/01/1864)

O Ministro Joaquim Raimundo Lamare buscou rever a reforma da Secretaria do Estado de Negócios da Marinha e das Companhias de Imperiais Marinheiros. No tocante à força naval, priorizou o aumento da flotilha do Rio Grande do Sul e os navios de guerra no litoral da província do Pará, após conflito entre oficiais do Peru e autoridades locais. Em seu relatório apresentado à Câmara dos Deputados, buscou apresentar ao governo imperial a demanda da Armada pela renovação da esquadra, sobretudo, dissertando sobre as inovações ocorridas com o uso dos encouraçados e a artilharia no combate de Hampton-Roads (1862), durante a Guerra de Secessão dos Estados Unidos da América (1861-1865). De acordo com o Ministro: “os novos navios encouraçados de ferro e movidos a vapor devem forçosamente entrar na composição de uma esquadra regular e qualquer plano de defesa marítima só pode ser eficaz quando tenha combinação desses elementos³⁷⁶”. O Ministério da Marinha foi autorizado a negociar com a companhia francesa *Forges & Chantiers du la Méditerranée* para estudar propostas para compra de uma canhoneira e corvetas encouraçadas. Foi acertada encomenda da canhoneira encouraçada *Brasil* e a compra de canhões e materiais para

³⁷² MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por Joaquim José Inácio*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861, p. 5.

³⁷³ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por Joaquim José Inácio*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862, p. 19.

³⁷⁴ Joaquim Raimundo Lamare (1811-1889) ingressou como praça de Aspirante na Escola de Marinha (1826), foi promovido a 2º Tenente (1832); 1º Tenente (1837); Capitão-Tenente (1841); Capitão de Mar e Guerra (1855). Foi Comandante da Divisão Naval do Rio da Prata. Foi presidente da província de Mato Grosso (1858-1859); presidente da província do Grão-Pará (1866-1868), Senador (1882-1889).

³⁷⁵ Em 24 de maio de 1862, ascendeu o novo Gabinete, assumindo José Bonifácio de Andrada e Silva (o moço) na pasta da Marinha. No entanto, o gabinete foi dissolvido rapidamente. Nesse ínterim, não foi produzido relatório ministerial por José Bonifácio.

³⁷⁶ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por Joaquim Raimundo de Lamare*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1863, p. 10.

fundição de projéteis do fabricante britânico *Whitworth* e artilharia em empresas norte-americanas³⁷⁷.

É importante relacionar a experiência do Ministro Lamare à frente da província de Mato Grosso, entre 1858 e 1859, e sua atuação no Ministério da Marinha. Os conhecimentos sobre a realidade dos estabelecimentos navais na região e sua relevância estratégica contribuíram para incentivos às melhorias dos mesmos enquanto ocupou a pasta. Em seu relatório ministerial de 1862, enfatizou a importância de investimentos na Companhia de Imperiais Marinheiros para “tripular os navios da flotilha, com o fim de guarnecer a fronteira fluvial, e proteger naquele extremo do Império os nossos cidadãos e interesses³⁷⁸”. Expôs, além dos problemas de recrutamento, a ausência de materiais para os exercícios de aparelho, manobra e artilharia, demonstrando a necessidade de construção de uma bateria para ensino da prática da guerra naval. Em seguida, sugeriu a criação de uma Escola de Praticagem de Rio no Mato Grosso. Era um meio de instruir os praças que obtivessem maiores notas na Companhia de Aprendizes de Marinheiros a fim de “guiar os navios do Estado e do comércio que cruzam as águas”, visto que era “tanto mais urgente ir predispondo sujeitos idôneos para substituir os poucos nacionais empregados no exercício de semelhante indústria, que, por exemplo, na navegação do baixo Paraguai até Montevideu e Buenos Aires, é exclusivamente servida por estrangeiros³⁷⁹”. Contudo, seu projeto não obteve atenção e nunca foi desenvolvido.

No que se refere ao Arsenal do Mato Grosso e o Estaleiro de Dourados, a falta de investimentos, pessoal e material permaneceu comprometendo seu desenvolvimento. Coube ao Ministro Lamare pleitear crédito para retomar as edificações das casas dos oficiais, comprar máquinas, concluir o vapor *Paraná* e iniciar a construção do vapor *Cuiabá*. Além disso, explicava a relevância do remanejamento do Arsenal de Cuiabá a fim de solucionar o problema de suspensão de fabricação de navios pela baixa dos rios, desperdiçando tempo, material e mão de obra. Defendia o estabelecimento em Corumbá onde, para Joaquim Lamare, obtinha ancoradouros acessíveis em qualquer época, proximidade com a Estação Naval, facilidade para abastecimentos de suprimentos, edificações para moradia dos oficiais e

³⁷⁷ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por Joaquim Raimundo de Lamare*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864, p. 10.

³⁷⁸ *Ibidem*. p. 7.

³⁷⁹ *Idem*.

espaço para construção de fortalezas para defesa do Arsenal³⁸⁰, reservando a estrutura de Cuiabá para alocar a Companhia de Imperiais Marinheiros.

Embora tenha explicado a situação dos estabelecimentos navais mato-grossenses, ao analisarmos seu orçamento, entre 1862 e 1864, verificamos que a reforma dos portos e diques do litoral, pagamento dos oficiais e guarnições dos navios estacionados no Pará e no Amazonas, a compra de navios, material e artilharia na Europa e nos Estados Unidos foram prioritários no planejamento de gastos dos créditos do governo imperial, não apresentando referência ao Mato Grosso³⁸¹.

3.4.10 Ministério Francisco Xavier Pinto Lima³⁸² (31/08/1864³⁸³-12/05/1865)

A gestão do Ministro Francisco Xavier Pinto Lima deu continuidade à reforma administrativa do Quartel General, buscando modificações no número de empregados e solicitando o aumento dos seus vencimentos. Quanto à força naval, solicitou ao governo imperial um regulamento sobre concessão de pensão aos oficiais e praças inaptos por ferimentos em combates e reforma na lei de promoções, além do incentivo à modernização da Esquadra.

No tocante ao Mato Grosso, destacou em seu relatório, o desmoronamento de parte da estrutura, após a enchente do rio Cuiabá, danificando as oficinas e o almoxarifado e comprometendo as atividades da construção naval. Ademais, enfatizou as condições da Companhia de Imperiais Marinheiros marcadas pelas “dificuldades para adquirir o pessoal necessário, na proporção da escassez da população, da distância, da morosidade das comunicações, que se não impossibilitam, prejudicam o alistamento, quer voluntário, quer

³⁸⁰ *Op. Cit.* 1864, p. 13.

³⁸¹ *Ibidem*, p. 20.

³⁸² Francisco Xavier Pinto Lima (1832-1891) foi bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Olinda (1853), exercendo os seguintes cargos: deputado pela Bahia (1857); Ministro da Marinha (1870-1871); presidente da província de São Paulo (1872); presidência do Rio de Janeiro (1874).

³⁸³ O Senador João Pedro Dias Vieira assumiu a pasta da Marinha em 15 de janeiro de 1864, no entanto, foi substituído por Francisco Brusque em março do corrente ano. Francisco Carlos de Araújo Brusque permaneceu no cargo até agosto de 1864, produziu um relatório ministerial, após um mês no cargo, abordando o estado da Marinha de Guerra, incentivando o aumento do contingente militar e a renovação dos vasos militares, sobretudo, por vasos encouraçados. Embora não apresente informações sobre as atividades dos estabelecimentos navais do Mato Grosso, defendia o desenvolvimento tecnológico da Armada para cumprir as necessidades especiais do Estado Brasileiro, declarando: “além da força essencial à defesa e polícia dos nossos portos e costas, que importa não abandonar aos acasos da sorte, carecemos de navio que possam eficazmente manter e velar os nossos direitos nos extremos do Império, ainda mesmo quando perdurem como é de esperar as relações amigáveis em que nos achamos com as nações limítrofes”. MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por Francisco Carlos de Araújo Brusque*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864, p. 6.

forçado³⁸⁴». Com o objetivo de minimizar os problemas e aumentar seu contingente, sugeriu concessão de baixas e reforma aos praças procedentes das Companhias de Aprendizes para atrair voluntários para província.

Ao assumir o Ministério da Marinha, o país dispunha de uma esquadra composta por 33 navios a vapor, 12 navios à vela com um contingente de 609 oficiais e 3.627 praças³⁸⁵. A conjuntura política era marcada pela intervenção do país no Uruguai e o acirramento com o governo de Solano López. O emprego da Armada Imperial era estratégico no âmbito político e militar. Na ação conjunta entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Marinha, o Estado enviou a Missão do Conselheiro José Antônio Saraiva a Montevideu com escolta da esquadra, sob comando do Almirante Tamandaré, conforme apresentado no capítulo anterior. As instruções a José Antônio Saraiva eram exigir o cumprimento dos direitos brasileiros, indenização àqueles que obtiveram prejuízos em seus negócios e propriedades e punição aos que agiram com abuso de autoridade aos brasileiros, entregando um *ultimatum*. A força naval do Império do Brasil foi composta pela fragata *Amazonas*, pelas corvetas *Niterói*, *Belmonte*, *Beberibe*, *Parnaíba*, *Jequitinhonha*, vapor *Recife* e as canhoneiras *Mearim*, *Araguaia*, *Ivaí*, *Itajaí* e *Maracanã*³⁸⁶ com o objetivo de escoltar o representante brasileiro e persuadir os uruguaios com a ameaça do emprego da violência. Ainda durante o Ministério de Francisco Brusque, as instruções do Ministério da Marinha ao Comandante em Chefe, Almirante Tamandaré eram: 1ª proteção aos brasileiros, defendendo até com força contra perseguições; 2ª estacionar em Paissandu ou outro ponto onde as canhoneiras fossem necessárias para prestar amparo e proteção aos súditos e apoiar as ações militares que iriam combater na fronteira do Rio Grande do Sul³⁸⁷. A esquadra atuou na imobilização e desarmamento de navios uruguaios, controle do rio Uruguai, no assalto e tomada de Paissandu com bloqueio naval e transporte de tropas³⁸⁸.

A ação estratégica da Armada Imperial no Uruguai mobilizou o Ministério da Marinha que tratou a questão como prioritária. No relatório apresentado à Câmara dos Deputados, o

³⁸⁴ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por Francisco Xavier Pinto Lima*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865, p. 8.

³⁸⁵ *Idem*, p. 9.

³⁸⁶ MAIA, Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1965, p. 260.

³⁸⁷ *Idem*, p. 261.

³⁸⁸ Sobre a Campanha contra o Estado Oriental do Uruguai, ver: ANTUNES, José Euzébio. *Memórias das Campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.

Ministro Francisco Xavier Pinto Lima explicou: “lancei mão dos recursos que nos oferecia o escasso material de guerra e, enviando todos os esforços, consegui ativando os fabricos de alguns navios em conserto, já distraíndo outros das estações navais, aumentar a força naval que conservamos no rio da Prata³⁸⁹”.

Mais tarde, o sequestro do vapor *Marquês de Olinda* e a invasão do Mato Grosso pelos paraguaios marcaram o início da Guerra do Paraguai (1864-1870) e, por sua vez, a preparação da guerra para atuar no rio Paraguai e a defesa da fronteira de Mato Grosso retornaram à agenda do Ministério da Marinha. Escreveu o Ministro Pinto Lima sobre a tentativa de defesa do território da província:

o pequeno vapor *Anhambahy*, junto aos muros da fortaleza de Coimbra, conseguiu todavia sustentar a honra do pavilhão brasileiro, fazendo frente à esquadilha paraguaia, que atacou aquele ponto, e se mais tarde, cedendo ao número, teve de cair nas mãos dos inimigos, fez-lhe pagar caro a vitória, causando em suas fileiras consideráveis estragos³⁹⁰.

Caberia ao Ministério da Marinha obter os navios de guerra necessários ao conflito:

Tornando-se cada dia mais sensível a falta de navios adequados ao transporte de tropas, porquanto os paquetes da companhia brasileira, únicos de que podíamos lançar mão para semelhante fim, sobre serem manifestamente insuficiente às requisições de tal serviço, e vista do crescido número de praças que nos tem sido, e ainda será mister mover das províncias para o teatro da guerra, dentro de pouco tempo absorveriam os cofres públicos, em fretes e passagens, somas, e mais que bastantes para aquisição de alguns bons navios a vapor; julgou o governo oportuno não só realizar a compra do vapor norte americano *São Francisco* e desapropriação de paquetes³⁹¹.

Entre 1852 e 1864, a Armada Imperial permaneceu consolidando a instituição militar, em concomitância ao processo de fortalecimento do poder do Estado que demandava o emprego da Marinha de Guerra para cumprir seus interesses políticos. Essa conjuntura implicava na ação do Ministério da Marinha em diversas frentes de trabalho. Em primeiro lugar, em reformas administrativas, sobretudo, na Secretaria do Estado de Negócios da Marinha, Quartel General e Contadoria da Marinha a fim de organizar sua estrutura burocrática para viabilizar o gerenciamento da própria instituição. Além disso, buscava o aparelhamento da Esquadra, inserido no contexto histórico marcado pelo processo de modernização tecnológica, no âmbito da construção naval, com o declínio do navio a vela para vapor e a ascensão do encouraçado. Empreitada que demandava recursos financeiros,

³⁸⁹ MINISTÉRIO DA MARINHA. *Op. Cit.* p. 9.

³⁹⁰ *Idem.*

³⁹¹ *Ibidem*, p. 10.

tecnologia e mão de obra qualificada, ao mesmo tempo em que sofria com dificuldades no recrutamento, engajamento, dependência de tecnologia e mão de obra externa. Ainda sim, era a principal instituição militar brasileira e era empregada estrategicamente para cumprir com os desígnios da política externa. Era evidente que o orçamento limitado não atenderia a todas as funções da Armada Imperial, exigindo dos Ministros da Marinha uma gestão que concedesse prioridade à demanda administrativa e/ou estratégica gerada pela conjuntura política do período.

Com isso, verificamos que, até 1854, ação prioritária era para o combate do tráfico de escravos. O Ministério da Marinha atuava, fornecendo subsídios às estações navais e a compra de navios modernos, apropriados para os cruzeiros no litoral do país. A partir de 1854, o acirramento das relações políticas com a República do Paraguai, após a missão de Pedro Ferreira de Oliveira (1854), contribuiu para percepção de ameaça de líderes do governo imperial sobre a preparação de uma guerra contra Assunção e a necessidade de modernizar a Marinha de Guerra.

Destacamos, entre 1854 e 1858, a trindade de Ministros da Marinha, José Maria da Silva Paranhos, João Maurício Wanderley e José Antônio Saraiva, responsáveis por promoverem medidas que visavam defender a fronteira e garantir a segurança da província de Mato Grosso, atuando de forma contínua com essa política estratégica. Iniciamos nossa análise com o discurso do Ministro Paranhos, no relatório ministerial de 1854, no qual apresentou um pensamento que legitimava o papel da Armada e estruturava o emprego da força naval. Demonstrou a importância da Marinha de Guerra para defesa do território, defendendo que a esquadra não deveria ser apenas oceânica, mas também, fluvial visto que desempenhava um papel na defesa da fronteira terrestre, a partir da navegação dos rios nas províncias do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Amazonas.

Indo ao encontro do pensamento estratégico fundamentado durante o Ministério de Paranhos, na gestão de João Maurício Wanderley, iniciaram as aquisições de fragatas a vapor com características apropriadas à navegação do rio Paraguai a fim de equipar a Armada Imperial. No ano seguinte, chegaram o vapor *Japurá* e a fragata *Paraguassú* que foram incorporados à Flotilha do Mato Grosso, já na gestão seguinte do Ministro Paranhos que retornara à pasta. Além disso, o planejamento da missão do vapor *Maracanã* ao rio Paraguai corroborava a política do Ministério da Marinha para defesa da fronteira. O objetivo era estratégico para o recolhimento das informações náuticas, geográficas e políticas necessárias

para o estabelecimento de uma navegação regular com o Mato Grosso, visto que a diplomacia brasileira havia negociado o trânsito de navios de guerra, apesar dos regulamentos proibitivos.

Retomamos ao princípio “se queres a paz, prepare-te para a guerra” para caracterizar a conjuntura política entre o Império do Brasil e a República do Paraguai entre 1857 e 1858, e consequentemente o Ministério da Marinha de José Antônio Saraiva. Durante sua gestão, verificamos que a defesa da fronteira de Mato Grosso e a preparação da força para o conflito eram as prioridades orçamentárias e estratégicas. A política de compra de navios, iniciada durante a gestão de João Maurício Wanderley, ganhou novo impulso com a missão do Almirante Tamandaré à Europa para compra de navios empregados pela *Royal Navy* e pela Marinha francesa, na Guerra da Crimeia, aptos à navegação fluvial. A criação da Estação Naval do Mato Grosso para comandar a flotilha atendia à necessidade de promover a projeção de poder do Império do Brasil e a integração da fronteira. Para minimizar a ausência de marinheiros necessários a bordo foi criada a Companhia de Imperiais e Aprendizes de Marinheiros. Iniciou a execução do plano estratégico da Armada Imperial para a integração da província de Mato Grosso através dos rios nacionais com a criação do Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura, as margens do rio Tietê, onde viabilizaria a passagem de mantimentos, armamentos e tropas para fronteira, sem depender da navegação de rotas internacionais. Embora tenha ocorrido a mobilização dos navios a serviço das Estações Navais para ficarem de prontidão em caso de guerra contra o Paraguai, a missão diplomática de José Maria da Silva Paranhos a Assunção solucionou, por ora, o conflito político, garantindo a livre navegação e postergação das negociações acerca dos limites.

A decisão política em resolver o conflito com a diplomacia, suspendendo o emprego da força contra o Paraguai, e as novas demandas do Estado e da Armada Imperial retirou a defesa da província de Mato Grosso da agenda “preferencial” do Ministério da Marinha. Embora os pedidos por material, mão de obra qualificada, pessoal e financiamento persistissem na correspondência entre o Ministro da Marinha e os comandantes das organizações militares mato-grossenses, verificamos que pouco foi feito, limitando a ampliação da flotilha com aquisição de novos navios e a criação do Estaleiro de Dourados que não foi concluído devido à falta de infraestrutura e pessoal. Todas essas questões corroboram com subsídios à historiografia a fim de explicar a impossibilidade de resistência diante da invasão dos paraguaios em 1864.

Prosseguiremos com a análise das principais medidas promovidas pelo Ministério da Marinha entre 1852 e 1865, entre as quais destacamos: a criação de organizações militares na província de Mato Grosso, modernização tecnológica da esquadra, a criação do Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar. Por fim, interpretaremos os motivos pelos quais não foi possível garantir a defesa da província de Mato Grosso, após a invasão das tropas de Solano López, apesar da elaboração de planos estratégicos.

Capítulo 4: A estratégia da Armada Imperial para defesa da fronteira de Mato Grosso com a República do Paraguai

A garantia da integridade territorial e a promoção da segurança da província de Mato Grosso estavam intrinsecamente associadas à defesa da fronteira com a República do Paraguai. No primeiro capítulo, verificamos que o pensamento político brasileiro, no qual destacamos o diplomata Duarte da Ponte Ribeiro, na obra *Apontamentos sobre o estado atual das fronteiras do Brasil* (1844), defendia a negociação diplomática dos limites baseado no princípio de *uti possidetis* para garantir a posse do território. A posição geográfica de Mato Grosso era estratégica para preservação da unidade territorial e qualquer concessão poderia ameaçar as dimensões continentais do Império. Negociar, no âmbito político, não era o suficiente para garantir a soberania sobre a região. Duarte da Ponte Ribeiro, na obra *Questões de Limites entre o Brasil e o Paraguai* (1862), defendeu o emprego da diplomacia amparada pela força, explicando que o governo imperial deveria dispor de recursos para enviar material e tropas para fronteira, não por meio do rio Paraguai, mas por rotas nacionais.

O discurso sobre a defesa da província de Mato Grosso obedecia ao contexto histórico das relações políticas entre o Império do Brasil e a República do Paraguai. Considerando o princípio “se queres a paz, prepara-te para a guerra”, inclusive, defendido pelo Conselheiro Visconde do Uruguai, Ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, caberia, durante a paz, mobilizar as forças armadas para serem empregadas contra o governo paraguaio e na defesa da província de Mato Grosso. A perspectiva de guerra, mediante uma ofensiva brasileira, iria perdurar até 1858, com a chegada de José Maria da Silva Paranhos a Assunção para negociar a liberdade de navegação. Após a assinatura do tratado, fora suspensa a ação militar. Os conflitos políticos permaneceram, entre 1858 e 1864, inseridos em nova conjuntura histórica, principalmente após 1862, com a ascensão de Solano López. Nesse período, outros problemas internacionais preocupavam o governo imperial, como a Questão Christie contra o Reino Unido³⁹² (1862-1865) e a Guerra Civil no Estado Oriental no Uruguai que contribuiu para intervenção militar brasileira (1864), desviando sua atenção de Assunção.

³⁹² A Questão Christie, conforme denominada na literatura sobre a história da política externa brasileira, refere-se ao conflito político que teve como principal consequência o rompimento das relações diplomáticas entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha. As principais razões do conflito eram as divergências sobre a abolição do tráfico de escravos, a renovação do tratado de comércio com os britânicos e as ações, consideradas arbitrárias pelo Brasil, pelo Embaixador William Christie sobre as seguintes questões: Pilhagem de um navio britânico naufragado, em 1861 e a prisão por desacato de marinheiros britânicos no Rio de Janeiro. O Embaixador exigia

O objetivo do capítulo é responder a problemática da pesquisa: “O Ministério da Marinha construiu uma estratégia de defesa para província de Mato Grosso?”, relacionando com as principais medidas identificadas no capítulo anterior. Iniciaremos com a explicação sobre a criação de estabelecimentos navais, Trem Naval do Mato Grosso e Estação Naval do Mato Grosso, buscando analisar seu papel estratégico para defesa da província, a partir da sua missão principal: construção naval e policiamento da margem brasileira do rio Paraguai, assim como dos rios interiores, protegendo as áreas ribeirinhas contra incursões dos paraguaios. Em seguida, abordaremos a modernização da esquadra, com navios empregados na Guerra da Crimeia (1853-1856), para atuar no teatro de operação fluvial, como uma medida para preparar a Armada Imperial com vasos apropriados para uma guerra no rio Paraguai. Outro aspecto é a adoção de um plano estratégico para integrar a província de Mato Grosso à província de São Paulo, a partir da criação do Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar, na província de São Paulo, responsável pela promoção da navegação a vapor do rio Paraná e tributários. Itapura apresenta um caráter relevante para o trabalho, visto que representa um projeto de colonização do interior do país, com o objetivo estratégico de defender a fronteira, liderado pelo Ministério da Marinha. De modo geral, pretendemos demonstrar que essas ações estavam inseridas no plano estratégico para defesa da província de Mato Grosso e para defesa da soberania brasileira na fronteira litigiosa, no momento em que era pertinente na paz, preparar a guerra contra o Paraguai.

Finalizaremos o capítulo, respondendo a questão: porque os paraguaios invadiram o Mato Grosso sem resistência brasileira? Ao defendermos, ao longo do trabalho, o papel desempenhado pela Armada Imperial para defender a província, é pertinente destacarmos as razões pelas quais quando finalmente ocorreu a declaração de guerra, conflito armado também considerado pelo governo brasileiro, não foi possível defender sua integridade.

4.1 Os estabelecimentos navais de Mato Grosso e o policiamento da fronteira

4.1.1 Trem Naval do Mato Grosso

Apresentamos, no primeiro capítulo, que o caráter geográfico da capitania de Mato Grosso, devido às vias fluviais que cortavam seu território, determinou o emprego de uma

compensação financeira pela embarcação e a prisão das autoridades brasileiras. Como o governo imperial não cumpriu as exigências, o diplomata autorizou que navios britânicos apresassem embarcações brasileiras no litoral. A questão foi enviada ao Rei da Bélgica, Leonardo I que decidiu a favor do Brasil. O Reino Unido enviou suas retratações com o novo Embaixador Edward Thornton, em 1865.

flotilha de canoas artilhadas, composta por barcas armadas, como principal estratégia defensiva pelas autoridades locais. O objetivo era garantir a mobilidade de tropas para impedir as incursões estrangeiras e projetar a soberania portuguesa sobre o território próximo à fronteira durante o século XVIII.

O emprego estratégico dessas embarcações permaneceu como política do Estado Imperial para província de Mato Grosso. Em 1825, iniciou a construção das barcas canhoneiras, por ordem da Secretaria de Guerra, com o objetivo de transportar contingente, material e mantimentos pela fronteira do baixo Paraguai, sob comando do Tenente Coronel Jerônimo Joaquim Nunes. Para viabilizar a construção naval na região, foi criado, em 1827, o Arsenal de Marinha da província de Mato Grosso, em Cuiabá. No Ministério da Marinha, desde a década de 1830, discutia-se se a capital era o local apropriado para a instalação do arsenal e a construção das barcas visto que Vila Maria era também estratégica. Embora fosse um ponto estratégico, próximo ao rio Paraguai, com madeira apropriada para construção naval disponível, Cuiabá foi escolhida pelas seguintes razões: cidade situada no interior da província, protegida de possíveis ataques estrangeiros; durante seis meses era possível subir o rio Cuiabá para reparos; e proximidade com o governo da província, facilitando a supervisão das despesas com o Arsenal. Até 1829, foram construídas seis barcas³⁹³ para defesa do Forte de Coimbra e a fronteira do rio Paraguai.

A chegada do 1º Tenente Augusto Leverger, em 1830, nomeado para o comando das barcas foi importante visto que um oficial de marinha obtinha o comando da força naval, além de mobilizar o Ministério da Marinha para a realidade da província. A missão era inicialmente aparelhar e armar as embarcações prontas e promover a qualificação do contingente que prestaria o serviço, a partir de sua experiência náutica e militar.

As barcas canhoneiras foram o primeiro plano de defesa da província de Mato Grosso. No entanto, a falta de infraestrutura implicou na interrupção das atividades, devido à falta de recursos para a compra de materiais e a ausência de mão de obra. Em 1837, o Ministério da Marinha retomou o projeto de construção das barcas, enviando as seguintes instruções à presidência da província: 1) a construção de quatro barcas-canhoneiras; 2) o estabelecimento da cultura e preparação do linho para fabricar cabos das bitelas das barcas, devido ao elevado custo de transporte de materiais para região; 3) a construção de novos prédios no Arsenal de

³⁹³ JÚNIOR, Alberto Lacurte. Trem Naval de Mato Grosso. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *Subsídios para História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940, p. 103.

Cuiabá para armazenar as madeiras de construção, além das barcas novas; 4) a concessão do comando do Arsenal a Augusto Leverger e instruí-lo à exploração dos rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai, desde a cidade de Cuiabá até o forte de Coimbra, observando as circunstâncias necessárias à navegação e à defesa da fronteira, remetendo relatório ao Ministério da Marinha³⁹⁴.

Constituiu-se, sob comando de Augusto Leverger, o Trem Naval do Mato Grosso. A denominação trem originou-se do termo *tenência* da Marinha de Guerra portuguesa, que significava administração do provimento de material bélico dos Arsenais. Além disso, o termo era empregado para explicar o transporte em conjunto de armamento em ligação com a força naval³⁹⁵. No Mato Grosso, o Trem era composto pelo Arsenal de Marinha, barcas canhoneiras e a Companhia de Imperiais Marinheiros, sediado em Cuiabá. A missão política e estratégica, que motivou sua criação, era a defesa das vias navegáveis, a partir do policiamento promovido pelas barcas.

A partir de 1844, com o estabelecimento das relações diplomáticas entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, o desenvolvimento da força naval na província de Mato Grosso ganhou impulso. Buscando concluir as barcas destinadas à navegação do rio Paraguai, a partir de 1850, o Ministério da Marinha enviava contingentes militares e carregamentos de material, fardamento, artilharia e munições destinados à carpintaria, mastreação, velame e calefação³⁹⁶ no Arsenal e para compor e armar as barcas. Entre 1846 e 1852, o governo imperial aumentou o orçamento do Ministério da Marinha para o Trem Naval do Mato Grosso para a compra de materiais para as embarcações, espingardas, espoletas e pagamento de pessoal, no total de cento e cinquenta e nove contos, trezentos e trinta e cinco mil e quinhentos e sessenta réis (159:335\$560)³⁹⁷. A quantia era elevada, contudo, os gastos eram dispendiosos, sobretudo, com a logística do Rio de Janeiro para o Mato Grosso. Desde o início das construções das barcas, em 1825, até o ano de 1854, foram construídas apenas seis barcas:

³⁹⁴ 1837,07,06. Ofício de Tristão Pio dos Santos a José Antônio Pimenta Bueno. Apud: Idem, p. 204.

³⁹⁵ REIS, Amphilóquio. *Dicionário Técnico de Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1947, p. 306; p. 316.

³⁹⁶ Na construção naval, mastreação é a colocação do conjunto de mastros; o velame é conjunto de velas ou os panos de navios e a calefação é atividade para aquecimento do navio.

³⁹⁷ MELLO, Saulo Álvaro. *O Arsenal de Marinha em Mato Grosso: projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873)*. Dourados: UFGD, 2009, p. 190.

Tabela 1: Barcas construídas no Trem Naval do Mato Grosso (1844-1856)

DATA	CLASSE	NOME
1827	Barca	<i>Constituição</i>
1844	Barca	<i>22 de julho</i>
1844	Barca	<i>18 de julho</i>
1852	Barca	<i>Independência</i>
1854	Barca	<i>Isabel</i>
(1844-1854 ³⁹⁸)	Barca	<i>22 de abril</i>
(1844-1854)	Barca	<i>23 de fevereiro</i>
1856	Barca	<i>Constituição</i>

Fontes: Mapa das embarcações pertencentes ao Trem Naval da província de Mato Grosso em 1856. IHGB: Coleção Documento Navais, DL 1128,68.

Os problemas enfrentados no âmbito financeiro, logístico e pessoal justificaram o baixo índice de construção de barcas. A interrupção de envio de recursos e material, o elevado custo de transporte e ausência de mão de obra qualificada foram obstáculos enfrentados pelo comando do Trem Naval. Durante 27 anos, desde a fundação do Arsenal, apenas 8 barcas foram lançadas ao rio, comprometendo o plano estratégico naval na fronteira. Além das barcas, no ano de 1856, a província dispunha de outras embarcações, contudo, nenhuma apresentava peça de artilharia: um escaler (embarcação com proa fina, popa quadrada a remo ou a vela), quatro iguaipe (canoa de um tronco só) e 30 canoas. Inclusive, em 1857, as embarcações *23 de fevereiro* e *18 de julho* estavam encalhadas, fora de serviço³⁹⁹.

Após de 1850, sob o comando do 1º Tenente Antônio Joaquim Ferreira Ramos, o Trem Naval do Mato Grosso era constituído pelo contingente da Armada Imperial com a missão principal de defender a soberania brasileira na fronteira em litígio. Entre 1852 e 1864, conforme o acirramento das tensões com o Paraguai, o Trem Naval do Mato Grosso assumiu a missão, no âmbito político e estratégico, de construção naval, reparo dos navios, comando do contingente de praças da Companhia de Imperiais Marinheiros que deveria servir a bordo

³⁹⁸ Não foi encontrada na literatura e na documentação a data específica de conclusão das barcas, estabelecemos, portanto, uma margem temporal, considerando a documentação.

³⁹⁹ 1856,11,09. Ofício de Antônio Joaquim Ferreira Ramos a Augusto Leverger. IHGB: Coleção Documento Navais, DL 1128,68.

dos navios, empregados no policiamento das vias interiores. Todas as embarcações acima citadas, com a exceção da primeira barca construída em 1827, estavam empregadas no baixo Paraguai. O objetivo era impedir o trânsito de embarcações estrangeiras, nos rios interiores do Mato Grosso, policiamento da margem brasileira do rio Paraguai, próximo ao Forte de Coimbra, inclusive, monitorando as atividades paraguaias na fronteira.

O comando do Trem Naval era responsável pelas barcas canhoneiras, Arsenal de Marinha e Companhia de Imperiais Marinheiros. O quadro do pessoal era constituído da seguinte forma:

Tabela 2: Quadro de pessoal do Trem Naval do Mato Grosso (1857)

Cargo	Nome	Observação
Diretor do Trem Naval do Mato Grosso	1º Tenente Antônio Joaquim Ferreira Ramos	Substituído, em 1860, pelo Capitão do 2º Batalhão da Artilharia a Pé Joaquim Costa Rego Monteiro.
Diretor Interino do Trem Naval	Capitão Pedro Dias Paes Leme	Substituído, em 1859, por Antônio Pedro de Alencastro.
Almoxarife	Luís Ernesto Pinto	-
Escrivão	Camilo da Silva Rondon	-
Mestre Construtor	Francisco José de Moraes	-
Mestre de Aparelho	Antônio de Souza	-

Fonte: Mapa dos empregados do Trem Naval da Província de Mato Grosso de 1856. IHGB: Coleção Documento Navais, DL 1128,68.

Conforme apresentamos, a liderança era do 1º Tenente Antônio Joaquim Ferreira Ramos que, por sua vez, não dispunha de um corpo de oficiais para delegar o comando dos estabelecimentos navais. É importante explicar que a chegada do Capitão Pedro Dias Paes Leme foi autorizada pelo Ministério da Marinha, após solicitação do Presidente da província Augusto Leverger. O Comandante do Trem Naval exercia suas funções no baixo Paraguai, a bordo da barca *Independência*, em frente ao Forte de Coimbra, onde realizava expedições e o

policciamento, deixando os estabelecimentos navais em Cuiabá sem liderança. A demanda por um 2º Tenente para assumir a direção de forma interina durante as viagens do 1º Tenente Ferreira Ramos⁴⁰⁰, revelava outra questão, já abordada no capítulo anterior: a dificuldade em remanejar oficiais para o Mato Grosso. Embora o governo imperial promovesse medidas, como a redução do tempo para reserva, para incentivar os militares a optarem pela província, o Trem Naval do Mato Grosso não dispunha de oficiais o suficiente, concentrando o comando das barcas, arsenal e companhia de imperiais marinheiros sob um único diretor.

Além da direção, para o desenvolvimento das atividades do Trem do Mato Grosso havia um corpo de operários:

Tabela 3: Mapa dos operários do Trem Naval do Mato Grosso (1857)

Oficinas	Classe	Quantidade
Carpinteiros	1º Classe (1º sargento)	2
<i>Idem</i>	2ª Classe (2º sargento)	5
<i>Idem</i>	Aprendizes	6
	Imperial Marinheiro	4
Calafate	Escravo da nação	1
<i>Idem</i>	Aprendiz	4
Pedreiro	Sem identificação	2
Serventes	Sem identificação	Número variável

Fonte: Mapa dos operários do Trem Naval da Província de Mato Grosso de 1856. IHGB: Coleção Documento Navais, DL 1128,68.

Ao analisarmos a tabela, verificamos que, para a missão estratégica do Trem Naval, dispunha de um número diminuto de operários. As principais linhas de trabalho eram os reparos das barcas no estaleiro; o corte de madeira no rio Cuiabá, construção de canoas e

⁴⁰⁰ 1854,03,23. Ofício de Augusto Leverger a José Maria da Silva Paranhos. In: Livro de Registro dos Avisos da Presidência da província de Mato Grosso (1853-1856). APMT: Estante 7, Livro 53.

iguaiapés (canoa feita de um tronco). É preciso destacar que as atividades não tinham continuidade quando não havia pessoal disponível⁴⁰¹. Na correspondência entre a Presidência da província de Mato Grosso e o Ministério da Marinha eram constantes os informes sobre o fim dos contratos, não só dos mestres e operários, explicando o desinteresse desses indivíduos em renovar o acordo. Com isso, a falta de empregados era assunto cotidiano nos ofícios. Nas atividades da província trabalhavam escravos, africanos livres e presos condenados, e por isso, solicitavam além da contratação de mão de obra qualificada para direção das obras, o envio de militares sentenciados para servirem como aprendizes⁴⁰².

Para o serviço militar a bordo das barcas canhoneiras e demais navios pertencentes à flotilha do Mato Grosso foi criada a Companhia de Imperiais Marinheiros.

Tabela 4: Mapa da Companhia de Imperiais Marinheiros do Trem Naval do Mato Grosso (1857)

Situação	Oficiais	Praça de pretos	Total
Prontos no Quartel General em Cuiabá	-	3	3
Diligência	1	80	81
Deserção		1	1
Estado Efetivo	1	93	94
Falta para completar	1	11	12
Estado completo	2	104	106

Fonte: MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por José Maria da Silva Paranhos*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1857, anexo h.

A importância estratégica do Trem Naval justificava a necessidade de preencher todo o quadro da Companhia de Imperiais Marinheiros. Afinal, os praças que a compunham, participavam de exercício de navegação, artilharia e infantaria e eram parte da força naval da fronteira. Inclusive, os marinheiros eram mão de obra do estaleiro, remanejados para os

⁴⁰¹ 1857,01,02. Relatório de Pedro Dias Paes Leme ao Ministro da Marinha, João Maurício Wanderley. IHGB: Coleção Documento Navais, DL 1128,68.

⁴⁰² 1854,11,13. Ofício de Augusto Leverger a José Maria da Silva Paranhos. In: Livro de Registro dos Avisos da Presidência da província de Mato Grosso (1853-1856). APMT: Estante 7, Livro 53.

trabalhos como carpinteiros e calafate⁴⁰³. Ao analisarmos o quadro da força, em 1857, verificamos um caso de deserção, além de não dispor do contingente total planejado para Companhia. Conforme apresentamos anteriormente, entre 1852 e 1864, todas as leis responsáveis por fixar a força naval determinavam a complementação da Companhia de Imperiais Marinheiros do Mato Grosso, contudo, o recrutamento de marujos para a província era um obstáculo ao desenvolvimento da Companhia.

O recrutamento era um problema da Armada Imperial. Quando analisamos os relatórios ministeriais, a preocupação dos Ministros da Marinha para modificar a política de recrutamento e engajamento era constante. O historiador Álvaro Pereira do Nascimento, na obra *Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial* (1999), explicou que o recrutamento para Marinha de Guerra era gerenciado pelas autoridades civis e militares de cada província. Como o recrutamento voluntário não era o suficiente para formação do contingente, era promovido o recrutamento forçado militar e o alistamento de menores, entre dez e dezessete anos. Em sua maioria, os recrutados eram escravos negros ou libertos, capoeiras, homens brancos pobres e menores presos pela polícia por perturbar a ordem pública⁴⁰⁴. Esse método repercutia na formação de marinheiros sem instruções e sem vocação para cumprir o serviço militar.

No caso da província de Mato Grosso, Augusto Leverger informava a dificuldade em obter recrutamento pelo baixo índice demográfico da província, ausência de benefícios como o aumento do soldo e plano de carreira, além das denúncias de maus tratos. A Companhia de Imperiais Marinheiros sofria com problemas com o racionamento de verbas; falta de material; dificuldade em recrutar indivíduos idôneos para servirem a bordo dos navios, que eram responsáveis pela defesa da província, além dos constantes pedidos de baixa dos marinheiros, após término do serviço obrigatório⁴⁰⁵.

Em 1857, o Ministro José Antônio Saraiva ordenou a criação da Companhia de Aprendizes de Marinheiro na província de Mato Grosso, com o objetivo de minimizar o problema de recrutamento para a Companhia de Imperiais Marinheiros. O historiador Wagner Luiz Bueno dos Santos defendeu que a Criação da Companhia de Aprendizes de Imperiais

⁴⁰³ 1856,11,09. Ofício de Antônio Joaquim Ferreira Ramos a Augusto Leverger. IHGB: Coleção Documento Navais, DL 1128,68.

⁴⁰⁴ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, pp. 67-75.

⁴⁰⁵ 1852,03,11. Ofício de Augusto Leverger a Zacarias de Góis e Vasconcelos. In: Avisos expedidos pela província de Mato Grosso. APMT: Livro 71.

Marinheiros era uma alternativa ao recrutamento forçado e um instrumento do Estado para promover seu projeto de civilização, a partir da educação⁴⁰⁶. Contudo, a falta de pessoal e financiamento implicou na centralização do comando. Ambas as companhias estavam subordinadas à direção do Trem Naval do Mato Grosso.

Cabe destacarmos outros problemas enfrentados pela direção do Trem Naval do Mato Grosso: a questão logística. Apresentamos, no primeiro capítulo, como a presidência da província buscava desenvolver as vias de comunicação. Até 1856, com o bloqueio do rio Paraguai à navegação brasileira, o único meio de abastecer o Trem Naval era por rotas nacionais. Contudo, era sabido a ausência de estradas ou ferrovias que integrasse o Mato Grosso ao Rio de Janeiro. Por isso, o material, tropa e armamento eram transportados à fronteira por empresários civis, contratados pela Intendência da Marinha, com o pagamento de preços elevados. A distância comprometia, inclusive, as ordens do Ministério da Marinha, tendo em vista que a correspondência chegava com atrasos⁴⁰⁷.

Outras questões imprevisíveis também foram enfrentadas pela direção do Trem Naval e da província de Mato Grosso, entre as quais destacamos: epidemia de malária que comprometeu parte do contingente da Companhia de Imperiais Marinheiros e a tentativa de suicídio do 1º Tenente Antônio Joaquim Ferreira Ramos, em 1860. Após passar oito dias sem se alimentar, o Comandante do Trem Naval assinou o expediente do dia 2 de julho de 1860, cometeu suicídio com um tiro de espingarda sobre o peito. Contudo, foi socorrido e sobreviveu. Foi substituído pelo Capitão do 2º Batalhão de Artilharia a Pé, Joaquim da Costa Rego. A saída do cargo foi prejudicial visto que o Ministério da Marinha não possuía um oficial com experiência em navegação fluvial como o 1º Tenente, deixando o Trem Naval sob comando de um oficial do exército⁴⁰⁸.

4.1.2 Estação Naval do Mato Grosso

A criação da Estação Naval pelo Ministro José Antônio Saraiva, em 1858, detinha o objetivo de comandar as embarcações que compunham a flotilha do Mato Grosso que, por sua vez, seriam empregadas para promover o comércio, correio e no exercício da força, em caso

⁴⁰⁶ SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. A criação da Companhia de Imperiais-Marinheiro no processo de construção do Estado Nacional Brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial. 240f. Dissertação (mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

⁴⁰⁷ 1854,11,02 Ofício de Augusto Leverger a José Maria da Silva Paranhos. In: Livro de registro dos Avisos do Mato Grosso. APMT: Livro 53.

⁴⁰⁸ 1860,07,12 Ofício de Antônio Antônio Pedro de Alencastro a Francisco Xavier Paes Barreto. In: Correspondência da presidência da província com o Ministério da Marinha (1855-1862). APMT: Livro 154.

de guerra contra o Paraguai. O comando foi concedido ao Capitão de Mar e Guerra Francisco Xavier de Alcântara que detinha experiência em navegação fluvial, demonstrando a importância estratégica da Estação Naval para o Ministério da Marinha. A nomeação de um oficial cuja patente era inferior apenas ao oficial-general foi proposital. O comando da Estação Naval do Mato Grosso deveria estabelecer relações com o governo do Paraguai devido ao trânsito dos navios em Assunção para transporte e correio. Com isso, o Capitão-de-Mar-e-Guerra detinha, devido ao posto, poder de decisão junto ao alto escalão do Ministério da Marinha, assim como impunha respeito às autoridades políticas paraguaias⁴⁰⁹. Além disso, demonstrava uma estrutura hierárquica da Estação Naval, visto que liderava diversos navios que, por sua vez, eram comandados por tenentes da Armada Imperial.

Considerando sua missão estratégica de “prosperidade do comércio fluvial, segurança e defesa do território⁴¹⁰” para a província de Mato Grosso, a Estação Naval era composta pelos seguintes navios:

Tabela 5: Navios pertencentes à Estação Naval

Classe	Nome	Função	Observação
Vapor	<i>Anhambahy</i> ou <i>Anhambai</i>	Navegação do rio Paraguai	Construído na Inglaterra.
Vapor	<i>Apa</i>	Navegação do rio Paraguai	Construído na Inglaterra.
Barca	<i>Constituição</i>	Navegação entre Cuiabá e Albuquerque	Construída no Arsenal de Mato Grosso.
Canhoneira a vapor	<i>Corumbá</i>	Transporte de material	Construída no Rio de Janeiro (1860)
Vapor	<i>Cuiabá</i>	Transporte de material	Construído no Arsenal de Mato Grosso (1863)

⁴⁰⁹ 1859,07,29. Ofício de Antônio Pedro de Alencastro a Joaquim Raimundo Lamare. In: Dossiê Estação Naval e Flotilha do Mato Grosso (1859-1886). Arquivo Nacional, Série Marinha, IV M3.136.

⁴¹⁰ Idem.

Patacho	<i>Iguassú</i> ou <i>Iguaçu</i>	Transporte de material	Construído no Estaleiro de Ponte de Areia (Rio de Janeiro).
Vapor	<i>Japurá</i>	Navegação do rio Paraguai	Construído na Inglaterra.
Canhoneira	<i>Jaurú</i>	Navegação do rio Paraguai	Construído no Estaleiro Ponta de Areia (1858).
Vapor	<i>Maracanã</i>	Transporte de material	Construído na Inglaterra (1855).
Vapor	<i>Paraguassú</i>	Navegação do rio Paraguai	Construído na Inglaterra (1855).
Vapor	<i>Paraná</i>	Navegação do rio Paraguai	Construído no Estaleiro Ponta de Areia (1859).

Fonte: Dossiê Estação Naval e Flotilha do Mato Grosso (1859-1886). Arquivo Nacional, Série Marinha, IV M3.136.

O emprego da força naval foi planejado para cumprir as seguintes funções: 1) quatro navios, *Paraguassú*, *Apa*, *Anhambahy* e *Paraná*, para estabelecer a navegação regular entre Mato Grosso e o porto de Montevideu; 2) dois navios, de pequeno calado, para alternar a comunicação da capital Cuiabá com a povoação de Albuquerque para transmissão das ordens; 3) navios para o policiamento do rio Paraguai⁴¹¹; 4) transporte de mantimentos, armamentos, tropas e combustível para o Trem Naval do Mato Grosso.

Embora o governo imperial tenha concedido crédito de 120 contos de réis, durante o biênio 1858-1859, para despesas com construção de navios e o desenvolvimento do Trem Naval e Estação Naval, informavam a presença de apenas dois vapores de guerra *Maracanã* e *Japurá* e lanchas que pertenciam à flotilha do Mato Grosso. Ainda que o Ministério da Marinha tenha remanejado os vapores *Anhambahy* e *Apa* e o patacho *Iguassú*, o primeiro não foi enviado com armamento e o vapor *Apa* recebeu ordem para estacionar no Rio Grande do

⁴¹¹ 1859,11,10 Ofício de Antônio Pedro de Alencastro a visconde de Abaeté. In: Correspondência da presidência da província de Mato Grosso com o Ministério da Marinha (1855-1862). APMT, Livro 154.

Sul, apenas o transporte *Iguassú* cumpriu o envio de materiais para o Mato Grosso. Outros problemas enfrentados pelo comando da Estação Naval foram: a ausência de oficiais para o serviço militar, praças para compor os navios, práticos experientes em navegação fluvial e falta de verbas para promover a limpeza dos rios e manutenção dos navios⁴¹².

Ao longo da década de 1850, o governo imperial autorizou a construção de navios em estaleiros nacionais e internacionais. Devido às particularidades do rio Paraguai e seus tributários, o comando da Flotilha do Mato Grosso enfrentou problemas com algumas embarcações. Na correspondência com Ministro José Antônio Saraiva, o presidente da província de Mato Grosso Joaquim Raimundo Lamare informou sobre o caso dos vapores *Paraná* e *Jaurú*, construídos no arsenal de Ponta de Areia do Barão de Mauá. Embora construídos para servirem à província de Mato Grosso, o cumprimento e tirante d'água do vapor *Paraná*⁴¹³ limitavam a navegação no rio Paraguai, enquanto que o vapor *Jaurú* não possuía calado suficiente para subir o rio Cuiabá, ficando estacionado abaixo da capital⁴¹⁴. Os rios estratégicos para integração da província de Mato Grosso, como o rio Miranda, afluente do rio Paraguai, onde deveriam promover a navegação a vapor, exigiam o emprego de vapores de ferro, com alta pressão, construídos com as dimensões específicas dos rios mato-grossenses principalmente levando em consideração os períodos de baixa do rio, que duravam cerca de 4 meses, dificultando o trânsito de navios maiores.

A construção naval apropriada às especificidades da navegação fluvial era defendida pelo presidente da província Joaquim Raimundo Lamare como “ação do governo mais pronta e eficaz nos pontos da província afastados da capital, mas concorrerá para o desenvolvimento da fronteira meridional⁴¹⁵”. Sob liderança do engenheiro Epifânio Cândido de Souza Pitanga, iniciava o projeto de construção do Estaleiro de Dourado. A função estratégica desempenhada pelo estabelecimento naval era o reparo e construção de embarcações para navegar o rio Paraguai. No entanto, a falta de mão de obra, material e financiamento dificultaram a conclusão de suas obras.

⁴¹²1860,06,13. Ofício de Antônio Pedro de Alencastro a Francisco Xavier Paes Barreto. In: Correspondência da presidência da província de Mato Grosso com o Ministério da Marinha (1855-1862). APMT, Livro 154.

⁴¹³ O navio *Paraná* foi substituído pelo vapor *Apa* que passou a integrar a Estação Naval do Mato Grosso, em março de 1859.

⁴¹⁴ 1858,09,06 Ofício de Joaquim Raimundo de Lamare a José Antônio Saraiva sobre a construção de navios. In: Correspondência da presidência da província de Mato Grosso com o Ministério da Marinha (1855-1862). APMT, Livro 154.

⁴¹⁵ Idem.

4.2 A modernização da Armada Imperial para o teatro de operação fluvial

Em 2 de janeiro de 1857, Augusto Leverger escreveu um ofício ao Ministro da Marinha João Maurício Wanderley⁴¹⁶, informando que a força naval da província não estava apta à enfrentar os vapores paraguaios:

Com quanto o 1º Tenente Antônio Joaquim Ferreira Ramos tenha posto a força que comanda em tão bom estado quanto o permitem os recursos da província, é evidente que, além de sofrer estragos inevitáveis no cruzeiro ou destacamento que dura quase três anos, a dita força [barcas canhoneiras] tornou-se de pouca eficácia desde que o Paraguai adquiriu vapores armados. Persuado-me de que V. Ex.^a dará providências para que esta Província tenha iguais meios de defesa, sem os quais não vejo como possamos conservar o domínio do rio Paraguai e de seus afluentes no caso de guerra com aquele país⁴¹⁷.

A defesa da fronteira implicava na aquisição de navios a vapor capazes de navegar no rio do Paraguai, conforme prosseguia Augusto Leverger:

É, a meu ver, de grande importância que as embarcações que tiverem esse destino demandem pouca água. Excedendo de 6 palmos⁴¹⁸ o seu calado, muitos meses tornar-se há lenta e difícil a sua navegação, e com colado menor, ainda que com pouca força poderá prestar úteis serviços⁴¹⁹.

Em conformidade com a análise estabelecida sobre o Ministério de João Maurício Wanderley, verificamos a compra de dois navios para servirem à navegação dos rios, baseada nas indicações de Augusto Leverger. O vapor *Japurá* e a fragata *Paraguassú* foram encomendadas na Inglaterra, ambos com calado de 6 palmos. Em 1857, foi empregado no serviço de navegação do rio Paraguai, pelo Ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos. Durante a gestão do Ministro José Antônio Saraiva, o Ministério da Marinha atento às mudanças na estratégia naval, com o emprego do navio a vapor ocorridas durante Guerra da Crimeia, buscou adquirir esses navios para preparar a Armada Imperial para uma guerra contra a República do Paraguai nos rios da bacia do Prata, levando em consideração o emprego desses navios no teatro de operações do rio Danúbio, no Império Turco-Otomano.

⁴¹⁶ Na data do ofício, José Antônio Saraiva já havia assumido o cargo de Ministro da Marinha. Provavelmente, a notificação sobre a ascensão do novo Gabinete e a substituição do Ministro não havia chegado ao Mato Grosso.

⁴¹⁷ 1857,01,02. Ofício de Augusto Leverger a João Maurício Wanderley. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1128,68.

⁴¹⁸ Medida de comprimento correspondente a oito polegadas ou 0,25 m. Ver: REIS, Amphilóquio. *Op. Cit.* p. 247.

⁴¹⁹ 1857,01,02. Ofício de Augusto Leverger a João Maurício Wanderley. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1128,68.

4.2.1 A Guerra da Crimeia

Embora a Guerra da Crimeia tenha ocorrido no continente europeu, distante do Império do Brasil, as notícias sobre o conflito chegavam pela mala diplomática e eram narradas no *Jornal do Comércio*. Na literatura brasileira, o conflito foi referenciado pelas penas de Machado de Assis (1838-1908), em sua obra *Dom Casmurro* (1889). No capítulo “A polêmica”, o protagonista Bentinho relembrou a discussão com Manduca, vizinho recém-falecido. Enquanto Manduca defendia a vitória dos aliados como uma questão de justiça: “Só se a justiça não vencer neste mundo, o que é impossível, e a justiça está com os aliados⁴²⁰”, Bentinho contestava: “Não, senhor. A razão é dos russos⁴²¹”.

Durante dias, os personagens trocaram correspondências. Bentinho escreveu respostas com ideias “um tanto moscovita. (...) defendi o direito da Rússia⁴²²”. O interlocutor, por sua vez, justificou o direito dos aliados e a integração territorial da Turquia, assegurando: “Os russos não hão de adentrar em Constantinopla⁴²³”. Machado de Assis finalizou o capítulo, estabelecendo uma analogia entre a morte de Manduca e a resolução do conflito:

A vida dele resistiu como a Turquia; se afinal cedeu foi porque lhe faltou uma aliança como a anglo-francesa, não se podendo considerar tal o simples acordo da medicina e da farmácia. Morreu afinal, como os Estados morrem; (...) a questão é saber, não se a Turquia morrerá, porque a morte não poupa ninguém, mas se os russos estarão algum dia em Constantinopla⁴²⁴.

A Guerra da Crimeia foi travada entre o Império Russo contra o Império Turco-Otomano aliado ao Reino Unido, França, Reino da Sardenha e Império Austro-Húngaro. O historiador Orlando Figes, autor da obra *The Crimean War: A history* (2010), explicou que cada ator beligerante possuía seu próprio interesse. Os turcos buscavam impedir o desmoronamento do seu Império, defendendo sua soberania contra as pretensões russas para representar a Igreja Ortodoxa Cristã, evitando a ameaça de uma revolução islâmica e nacionalista.

O Reino Unido justificou sua ofensiva para defender o Império Turco-Otomano contra os russos. É importante salientar que, por trás disso, estavam os interesses estratégicos da potência mundial para manutenção da sua hegemonia: eliminar a concorrência russa na Ásia, usar a guerra para garantir seus interesses comerciais, a partir do controle sobre os estreitos de

⁴²⁰ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Dom Casmurro*. Porto Alegre: L&PM, 1997, p. 161.

⁴²¹ Idem.

⁴²² Idem.

⁴²³ Idem.

⁴²⁴ Ibidem, p. 163.

Bósforo e Dardanelos para chegar à Índia. Na França, o governo de Napoleão III (1808-1873) enxergava a guerra como uma oportunidade para restaurar o reconhecimento e a influência francesa no cenário internacional, redesenhando o mapa europeu, com Estados-nação liberais. Para o Reino Unido e a França, a Guerra da Crimeia representou também uma disputa ideológica. A liberdade e a civilização europeia *versus* barbárie e governo despótico da Rússia cuja expansão representava uma ameaça para as potências.

A Rússia provocou a guerra devido às intervenções, defendendo os interesses dos cristãos do Império Otomano. O czar Nicolau I (1796-1855) acreditava no “destino manifesto” russo baseado na expansão do império ortodoxo de Constantinopla até Jerusalém. De modo geral, essa guerra ocorreu devido ao nacionalismo, rivalidades imperialistas e interesses religiosos⁴²⁵.

Na história militar, a Guerra da Crimeia encerrou um processo de guerras conduzidas a partir de antigos códigos militares, como as Guerras Napoleônicas, sendo caracterizada como uma guerra moderna. A 2ª Revolução Industrial promoveu a modernização da indústria bélica e a construção naval: criação de rifles modernos, navios a vapor, ferrovias, desenvolvendo novas formas logísticas para o transporte de tropas e comunicação, como o telégrafo, inovações na medicina militar, e a participação da mídia com novos instrumentos que possibilitaram a fotografia, divulgação da iconografia e matérias do campo de batalha. Destacamos ainda os elevados índices de mortandade de civis e crises humanitárias: as perdas humanas foram provocadas pela fome e desgaste da população nas cidades sitiadas; doenças propagadas pelas tropas; comunidades devastadas por campanhas de limpeza étnica no Cáucaso, Balcãs e na Crimeia⁴²⁶.

4.2.2 O impacto da Guerra da Crimeia na estratégia naval

As transformações tecnológicas promovidas pela 2ª Revolução Industrial na Europa, a partir do século XVIII, repercutiram no desenvolvimento da força naval⁴²⁷. Com o advento da máquina a vapor, os navios obtiveram propulsão mista, baseada no uso da hélice e motores a vapor, desenvolvendo maior velocidade e uso do casco de ferro ou aço para sua proteção. O

⁴²⁵ FIGES, Orlando. *The Crimean War: A history*. New York: Picador, 2010, p. xxii.

⁴²⁶ Ibidem, p. xix.

⁴²⁷ VIDIGAL, Armando. A evolução tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para Marinha do Brasil. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 120, n. 1012, pp. 131-197, out./dez. 2000, p.134.

uso da couraça tinha o objetivo de proteger o navio da artilharia terrestre e dos canhões navais. No âmbito bélico, os navios dispuseram de granada explosiva, minas controladas, alma raiada e carregamento pela culatra. A nova artilharia naval composta por canhões de aço forneciam maior potência, alcance e precisão. No teatro de operações durante a Guerra da Crimeia, tais inovações foram postas à prática pela Marinha de Guerra da França e a *Royal Navy*.

As hostilidades entre as forças do Império Turco-Otomano e o Império Russo iniciaram em 1853, nos principados da Moldávia e Valáquia (Romênia), no rio Danúbio. O plano estratégico do Sultão Abdulmecid (1823-1861) era garantir a linha defensiva, atacando os russos pelo Cáucaso. Situada no mar Negro, a esquadra era composta por 68 navios e, devido à presença de embarcações britânicas e francesas, ancoradas no estreito de Bósforo, ganharam 5 fragatas e vapores⁴²⁸ com objetivo de fornecer apoio logístico para o abastecimento das tropas. A frota russa estava dividida em duas esquadras para defender respectivamente o lado ocidental e oriental das águas do mar Negro, com ordem para afundar qualquer navio inimigo com suprimentos para as tropas. A esquadra responsável pelo lado oriental detinha seis navios de guerra modernos, duas fragatas e três vapores.

No dia 30 de novembro, o Comandante da Esquadra Oriental da Rússia, Pavel Nakhimov ordenou o ataque. A artilharia naval e as granadas explosivas destruíram navios turcos. Os russos detinham bombas capazes de penetrar o casco de madeira, antes da carga explosiva, rompendo o navio de um lado ao outro⁴²⁹. As lições aprendidas na Batalha de Sinope, para estratégia naval, foram: a eficácia das granadas explosivas contra os navios e a fragilidade das embarcações de madeira diante das bombas e a necessidade de proteção aos navios através das couraças⁴³⁰.

Para o Reino Unido, as frotas britânicas e francesas deveriam se posicionar no mar Negro, com o objetivo de demonstração de poder ao Czar a fim de persuadi-lo à negociação. Napoleão III, aliado à Coroa Britânica, planejava utilizar a batalha como argumento para sua ação contra a Rússia. Uma ação conjunta seria empregada para proteger os navios turcos e provocar o retorno das tropas russas para Sebastopol.

⁴²⁸ FIGES, Orlando. *Op. cit.* p. 141.

⁴²⁹ *Ibidem.* p. 142

⁴³⁰ VIDIGAL, Armando. *Op. Cit.* p. 140.

Finalmente, em 1854, os aliados ingressaram ao conflito. No caso francês, a batalha de Sinope foi fundamental para a preparação de sua Marinha de Guerra. Em 1855, guerream no teatro de operações, com um novo tipo de embarcações denominadas como baterias flutuantes. Eram navios de “fundo chato, para operar em águas rasas, próximas a terra, construídas de madeira, mas protegidas com couraças de ferro forjado de 4,5 polegadas de espessura, montadas sobre placas de madeira⁴³¹”. A couraça tinha o objetivo de proteção contra os canhões de alma lisa.

A coalizão anglo-francesa foi composta por uma frota de aproximadamente 40 navios, incluindo a novidade das baterias flutuantes⁴³² com armas de calibre pesado. Os navios *Dévastacion*, *Lave* e *Tonnante* com velocidade de 2 a 3 nós, devido à propulsão a vapor, foram conduzidas ao mar Negro. As fragatas de propulsão mistas e os navios à vela, armados com morteiros, foram precisos para neutralizar os fortes russos Kinburn e Ochakov na batalha homônima. Sua localização era estratégica, pois protegia a entrada do rio Dnieper na costa norte-ocidental do mar Negro, e as bases navais dos russos em Nilolayev. O forte Kinburn sofreu bombardeamentos em terra e por fogo naval, conforme descreveu Almirante Vidigal: “enquanto os navios de madeira, sem proteção, davam apenas fogo de apoio e engajavam algumas baterias periféricas do forte, os navios com couraça ficaram estacionados a alguns milhares de jardas do forte⁴³³”. Após o bombardeio, o forte russo entregou-se à rendição. As baterias flutuantes não sofreram uma vez que os tiros “ricocheteavam na couraça e as granadas explosivas, explodindo contra couraça, sem causar danos⁴³⁴”.

A experiência obtida nas batalhas navais, durante Guerra da Crimeia, forneceu novos subsídios à estratégia naval sobre a relevância do uso da couraça para os navios de guerra e sobre o melhoramento dos canhões e projéteis:

a granada explosiva seria eficaz contra a couraça se pudesse perfurá-la e explodir na parte vulnerável dos navios; para isso, o projétil deveria ser cilíndrico e ter ponta (ogiva); com os canhões de alma lisa, o projétil ao deixar o tubo alma do canhão, tinha uma trajetória muito instável; (...) a alma raizada seria a solução para este problema⁴³⁵.

⁴³¹ Idem.

⁴³² SWEETMAN, John. *Essential Histories: The Crimean War*. Wllingborough: Osprey Publishing, 2001, p. 84.

⁴³³ Idem.

⁴³⁴ Idem.

⁴³⁵ Idem.

Ao final da guerra, o bombardeio sobre a fortaleza de Sebastopol demonstrou a importância da propulsão a vapor para o ataque contra alvos terrestres. A propulsão mista auxiliou no seu posicionamento, garantindo a eficácia da ação.

As descrições das batalhas navais e o emprego dos novos navios chegaram ao Ministério da Marinha no Brasil. A guerra contra o governo de Assunção demandava navios capazes de vencer as baterias das fortalezas existentes ao longo do rio Paraguai, conforme as baterias de Kinburn e Sabastopol, durante a Guerra da Crimeia, vencidas pelos navios modernos empregados pelo Reino Unido e França.

4.2.3 A missão do Almirante Tamandaré na Europa

O Ministro da Marinha, José Antônio Saraiva enviou ofício ao Almirante Tamandaré, em 13 de outubro de 1857, com a missão de comprar canhoneiras, patachos, vapores, armamentos e promover o engajamento de marinheiros no Reino Unido e na França. Justificou a empreitada, devido à “necessidade de tomar-se para com o Paraguai uma atitude imediatamente hostil, e é por isso que o Imperador me ordenou que procurasse obter por compra e no mais breve tempo possível as dez canhoneiras⁴³⁶”.

As principais instruções concedidas foram: 1ª aquisição das baterias flutuantes empregadas pelos britânicos e franceses no Báltico, as mesmas empregadas para bombardear as fortificações russas no mar Negro. O Ministério da Marinha preocupava-se com o uso dessas novas armas de guerra contra a Fortaleza de Humaitá. Cabe lembrar que, mais tarde, Alfredo d’ Escragno Taunay, na obra *Retirada de Laguna* (1867), explicaria o caráter estratégico da fortaleza paraguaia para a Guerra do Paraguai (1864-1870), estabelecendo a seguinte associação: “a fortaleza de Humaitá, que se transformara, graças à sua posição especial, na chave de todo o país, adquirindo, nesta guerra encorajada, a importância de Sebastopol na Guerra da Crimeia⁴³⁷”. O Ministro Saraiva enfatizava a importância desses navios para “auxiliarem fortemente um ataque ao Humaitá pelo lado do rio (...) e se esses navios fossem bem armados e bem fortes para a necessária destruição pelo rio das baterias de Humaitá⁴³⁸”.

⁴³⁶ Ofício de José Antonio Saraiva a Joaquim Marques Lisboa sobre aquisição de navios na Europa sobre a compra de canhoneiras na Europa. Arquivo da Marinha: Arquivo Tamandaré – Livro IX, Doc. 866, p. 63

⁴³⁷ TAUNAY, A. *Retirada de Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 36.

⁴³⁸ *Op. Cit.*

Continuava as instruções, 2ª compra de embarcações com as seguintes características: pequeno calado, de quatro a seis pés, qualidades náuticas suficientes para realização da viagem dos portos europeus à Corte. Além de, no mínimo duas baterias flutuantes (canhoneiras), compra de mais navios para servir nos rios e pequenos postos durante o tempo de paz; 3ª engajamento de vinte marinheiros experientes, na praticagem das barras difíceis da Holanda, para serem remanejados para o Rio Grande do Sul; 4ª compra de um navio pequeno (desmontado) para ser conduzido por terra e empregado na navegação do rio Paraná, acima da cachoeira das Sete Quedas. É importante relacionar essa última ordem a outro projeto, a fundação do Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar, conforme veremos a seguir⁴³⁹.

Na Câmara dos Deputados, durante a sessão responsável pela fixação da força naval, o Ministro da Marinha, José Antônio Saraiva foi indagado pelos deputados da província do Rio Grande do Sul e do Pará sobre a necessidade de construções de faróis no sul do país, além da promoção da navegação do rio Amazonas. Em sua resposta, o Ministro da Marinha explicava que cabia à Armada Imperial cumprir o serviço naval e atender aos interesses do Estado, buscando equilibrar os interesses regionais⁴⁴⁰. Continuava, afirmando que não era possível remanejar vapores ao rio Amazonas para não prejudicar e desatender serviços igualmente importantes:

A Câmara sabe quanto é importante para o Império a navegação do Paraguai, e que esse rio e seus afluentes requerem navios de pequeno calado, que não possuímos em grande número. O governo, pois, não procederá bem, não consultaria as conveniências do Estado, se retirasse do Paraguai para o Amazonas alguns dos vapores que se empregam naquela navegação; e não pode também desguarnecer as estações navais em consequência do empenho que tem na repressão do tráfico⁴⁴¹.

Verificamos, em seu discurso, a impossibilidade da Marinha de Guerra atender a todas as demandas do território brasileiro, demonstrando a prioridade do seu Ministério para navegação do rio Paraguai e repressão ao tráfico no litoral do país, mobilizando o orçamento da pasta para cumprir tais missões estratégicas. Em seguida, sofria críticas do deputado do Rio de Janeiro pelos gastos excessivos da Armada Imperial. Respondia o Ministro Antônio Saraiva:

⁴³⁹ Ofício de José Antonio Saraiva a Joaquim Marques Lisboa sobre aquisição de navios na Europa sobre a compra de canhoneiras na Europa. Arquivo da Marinha: Arquivo Tamandaré – Livro IX, Doc. 866, p. 64.

⁴⁴⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão em 18 de junho de 1857. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Discurso parlamentares: José Antônio Saraiva*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978, p. 68.

⁴⁴¹ *Ibidem*, p. 69.

Encomendar as canhoneiras com a força capaz de defender nossos interesses para o serviço de que o Império precisava em épocas normais e pacíficas. É assim, Sr.º Presidente, que devendo o governo gastar pelo Ministério da Marinha talvez perto de 2.700:000\$ (...) porque além dessas 10 canhoneiras que mandei vir (...) Se o nobre deputado me tivesse perguntado em que tinha o governo gasto mais 2.600:000\$ do que gastou o meu antecessor, e se soubesse, pois, que eu lhe havia de informar que tinha sido em dar à armada navios apropriados a todos os serviços, porque todos sabem que a nossa esquadra não tem sido preparada para as necessidades que vem ocorrendo, pois que é agora que precisamos de vapores para a navegação do rio de Mato Grosso, até o interior e de outros que se tem aberto à navegação do Império, o nobre deputado não teria a facilidade que teve de formular semelhante acusação de esbanjamento. (...) Esbanjar, é gastar mal (...) não sei se poderei ser tachado de gastador, quando esse aumento de construções e de despesa foi aconselhado por circunstâncias extraordinárias e determinado ainda de melhorar o serviço naval do Império⁴⁴².

Enquanto isso, na Europa, Almirante Tamandaré remetia ofícios ao Ministério da Marinha, relatando o processo de negociação das canhoneiras. Destacamos a análise de Tamandaré sobre as baterias britânicas e francesas:

as canhoneiras forradas de ferro e a prova de bala de grosso calibre, elas arrasaram as baterias de Kilburn, conservando sua vulnerabilidade e são elas próprias para atacar e arrasar as fortificações feitas nas margens paraguaias⁴⁴³

Em seguida, informava que os britânicos estavam empregando-as na Índia e, por isso, o governo brasileiro deveria contratar um estaleiro privado para construção dos navios de guerra. Sobre os navios franceses indicava: “estas canhoneiras de menor calibre que as dos ingleses, mas munição de calibre 80, demanda só 5 ½ pés d’água, tem muito estabilidade e são de boa marcha, tanto a vapor como a vela. Esta classe que mais nos pode convir⁴⁴⁴”. Para Tamandaré, o Brasil deveria optar pelas embarcações francesas: “julgo que o melhor meio que tenho para bem serviço ao Estado é tratar de obter do governo francês as duas levas canhoneiras possui, tratar com Mr. Normand a construção de outras duas, solicitando do governo britânico suas baterias flutuantes⁴⁴⁵”.

Como não foi possível adquirir os navios da *Royal Navy*, foi contratada a construção de oito canhoneiras nos estaleiros *Mr. R. & H. Green* e *R. Pitcher*, com as seguintes características: “calado com até 6 pés d’água, 2 peças de calibre 6 de 1ª classe para o lançamento de balas solidas e de peso de 65 quintais e novo pés de comprimento e quatro

⁴⁴² Ibidem, p. 94-95.

⁴⁴³ Ofício de José Antonio Saraiva a Joaquim Marques Lisboa sobre aquisição de navios na Europa sobre a compra de canhoneiras na Europa. Arquivo da Marinha: Arquivo Tamandaré – Livro IX, Doc. 866, p. 66.

⁴⁴⁴ Idem.

⁴⁴⁵ Idem.

peças de 32 de 3ª classe do peso de 25 quintais e seis pés de comprimento⁴⁴⁶”. Em relação ao combustível, as canhoneiras teriam carvão para três dias e mantimentos para oito, atendendo um contingente de 100 praças. De acordo com Almirante Tamandaré: “tal quantidade de combustível teria o suficiente para um ataque prolongado em qualquer rio em que hajam de operar, e para isso devam andar incorporadas em Esquadra, terão depósitos em que se possam prover combustível, mantimento e munições de guerra⁴⁴⁷”. Além das canhoneiras, foi contratada a fabricação do vapor, para Itapura, com “150 pés de comprimento, demandando dois pés d’água, com dois dias de combustível a bordo⁴⁴⁸”. O Almirante Joaquim Marques Lisboa ressaltou a falta das canhoneiras que influenciaram na expedição de Pedro Ferreira de Oliveira ao rio Paraguai em 1854. A esquadra enviada detinha suprimento de artigos bélicos e combustível reduzido nos paióis dos navios. E explicava as lições da Guerra da Crimeia: “as fases dessa guerra, sua duração e milhares de projéteis nos devem ensinar a não nos fiar em lisonjeiras esperanças e a bem provermo-nos quando tenhamos de lutar pela honra e dignidade da bandeira nacional⁴⁴⁹”.

Na França, o contratado com o estaleiro de *Havre* de Mr. Normand determinou a fabricação de duas canhoneiras com as seguintes dimensões: calado com 7 pés d’água, quatro peças de calibre que fariam fogo na direção da quilha⁴⁵⁰ pela proa, ao mesmo tempo, que as outras fariam pela popa na mesma direção, trabalhando em qualquer lado das embarcações⁴⁵¹. A artilharia, composta por 600 peças para as canhoneiras, foi contratada com a empresa britânica *Lom Moor & C.* Para serviço e instrução da artilharia naval, foi negociado com o governo francês o engajamento de marinheiros franceses, um *maître canonier* e dois *canoniers* responsáveis por executar os canhões a bordo das canhoneiras⁴⁵².

Em ofício de 08 de junho de 1858, Almirante Tamandaré respondeu a correspondência do Ministério da Marinha sobre o fim do embate político entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, após a missão do Visconde do Rio Branco. E explicou que, devido ao término “amigável da nossa questão”, exigiria dos construtores dos estaleiros o fornecimento

⁴⁴⁶1857,10,09. Ofício de Joaquim Marques Lisboa a José Antônio Saraiva. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *Subsídios para História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1961, p. 36.

⁴⁴⁷ Idem, p. 37.

⁴⁴⁸ *Op. Cit.* p. 39.

⁴⁴⁹1857,10,15. Ofício de Joaquim Marques Lisboa a José Antônio Saraiva. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *Subsídios para História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1961, p. 42.

⁴⁵⁰Parte da estrutura no fundo do navio, comparada à espinha dorsal do esqueleto. Ver: REIS, Amphilóquio. *Op. Cit.* p. 270.

⁴⁵¹ *Op. cit.* p. 37.

⁴⁵² 1858,01,07. Ofício de Joaquim Marques Lisboa a José Antônio Saraiva. In: *Ibidem.* p. 45.

de outros objetivos e as modificações necessárias a bordo para a recepção dos praças maquinistas, foguistas e marinheiros, incluindo, a negociação do pagamento de 70 libras aos praças⁴⁵³.

A iminência de guerra contra a República do Paraguai demandava a modernização da Armada Imperial com canhoneiras para integrar a força naval da província de Mato Grosso e para vencer as baterias das fortalezas existentes no rio Paraguai durante o conflito armado. A partir de 1858, chegaram os navios de guerra adquiridos que seriam empregados no litoral do país, na bacia do Prata e no Estabelecimento Naval do Itapura. Com a eclosão da Guerra do Paraguai, em 1864, as canhoneiras atuaram no rio Paraguai, inclusive, na Batalha do Riachuelo (1865).

Tabela 7: Navios construídos na Europa

Ano da Incorporação	Estaleiro	Classe	Nome	Atuação
1858	R. & H. Green – Reino Unido	Canhoneira	<i>Tietê</i>	Estação Naval do Sul
1858	R. & H. Green	Canhoneira	<i>Mearim</i>	Divisão Naval do Rio da Prata
1858	H. Pitcher – Reino Unido	Canhoneira	<i>Ibicuí</i>	Estação Naval do Norte
1858	H. Pitcher	Canhoneira	<i>Itajaí</i>	Divisão Naval do Rio da Prata
1858	R. & H. Green	Canhoneira	<i>Araguaí</i>	Divisão Naval do Rio da Prata
1858	Havre (França)	Canhoneira	<i>Belmonte</i>	Divisão Naval do Rio da Prata

⁴⁵³ 1858,02,09. Ofício de Joaquim Marques Lisboa a José Antônio Saraiva. In: *Ibidem*, p. 60.

1858	Havre	Canhoneira	<i>Parnaíba</i>	Divisão Naval do Rio da Prata – Batalha do Riachuelo
1858	H. Pitcher	Canhoneira	<i>Araguari</i>	Divisão Naval do Rio da Prata – Batalha do Riachuelo
1858	R. & H. Green	Canhoneira	<i>Iguatemi</i>	Divisão Naval do Rio da Prata
1858	H. Pitcher	Canhoneira	<i>Ivaí</i>	Divisão Naval do Rio da Prata
1858	R. & H. Green	Vapor de Rodas	<i>Tramandataí</i>	Estabelecimento Naval do Itapura

Fonte: LISBOA, Joaquim Marques. Ofícios ao Ministro José Antônio Saraiva. IN: MINISTÉRIO DA MARINHA. *Subsídios para a História Marítima do Brasil: Extratos do Arquivo do Almirante Tamandaré*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, volume X, 1951, pp. 23-87.

4.3 A integração da província de Mato Grosso, a partir do Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar

Explicamos, até aqui, que a estratégia de defesa do Ministério da Marinha para província de Mato Grosso era constituída inicialmente pelo Trem Naval do Mato Grosso e, a partir de 1858, dispunha da Estação Naval do Mato Grosso. Instalar estabelecimentos navais na fronteira e ampliar a flotilha sem garantir a integração com o Quartel General da Armada no Rio de Janeiro, não era prudente. Considerando os problemas de comunicação pela ausência de estradas, ferrovias e, inclusive, a falta de conhecimento sobre a navegação dos rios interiores, o Ministro José Antônio Saraiva propôs promover a navegação a vapor do alto Paraná, construindo um estabelecimento naval que iria estabelecer a comunicação da província de Mato Grosso pelas vias interiores, conforme a experiência das monções, no período colonial. Para verificar a viabilidade do projeto foi enviado o 1º Tenente Antônio Mariano de Azevedo (1827-1884) para cumprir a missão.

4.3.1 A expedição de Antônio Mariano de Azevedo ao rio Tietê

Antônio Mariano de Azevedo⁴⁵⁴ (1827-1884) participou da política do Ministério da Marinha para a formação estrangeira dos oficiais da Armada e foi enviado aos Estados Unidos da América e à Europa onde se formou engenheiro e obteve especialização em construção naval, construção de portos, canais e estradas. Foi indicado pelo Quartel General da Marinha para missão com os seguintes propósitos: 1º analisar os esforços e orçamento necessários para estabelecer a navegação do rio Paraná; 2º reconhecer o território para escolha do local para instalação de um estabelecimento naval e 3º descrever as características da navegabilidade do rio Tietê a partir de Piracicaba, em São Paulo.

A viagem foi documentada no *Relatório do Primeiro Tenente d' Armada Antônio Mariano de Azevedo sobre os exames de que foi incumbido no interior da província de São Paulo* (1858) publicado por ordem do governo imperial. Foi dividido em três partes. A primeira composta pela descrição da viagem do rio Tietê até o rio Paraná, retomando ao processo histórico das monções e as explicações sobre as despesas necessárias para a criação do estabelecimento naval. A segunda parte é o roteiro técnico sobre a navegação dos rios Piracicaba e Tietê. Por fim, finalizou com uma análise política e estratégica sobre a região. É uma fonte histórica que nos fornece subsídios para compreender a ação do Ministério da Marinha, investindo na criação de um estabelecimento naval no rio Tietê, como também, promover uma interpretação política, relacionando espaço e poder, de um oficial da Marinha de Guerra que desenvolveu um plano de colonização do interior do país com o caráter estratégico para integrar o Mato Grosso. Devido à extensão do documento, destacamos os assuntos referentes ao nosso objeto.

O primeiro aspecto que observamos é sua análise sobre os pontos estratégicos do Mato Grosso que deveriam ser guarnecidos pelo Estado. Para o 1º Tenente Antônio Mariano de Azevedo, a capital Cuiabá não era estratégica para defesa da fronteira. O povoado de Miranda, a seu ver, possuía importância militar e política, próximo à Albuquerque e ao Forte

⁴⁵⁴Pertenceu à turma de 1840 da Escola Naval. Ao longo da carreira assumiu as seguintes patentes: Guarda Marinha (1842); 2º Tenente (1844); 1º Tenente (1852); Capitão-Tenente (1862); Capitão de Fragata (1875) e Capitão de Mar e Guerra (1883). Desempenhou os seguintes cargos: Diretor do Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura (1858-1868); Comandante da Flotilha do Amazonas (1869-1872); Diretor da Biblioteca da Marinha (1872-1878) e Membro do Conselho Naval (1884). Foi condecorado com o hábito da Ordem da Rosa (1858) e a Ordem de São Bento de Aviz (1861). Foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ver: BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Escola Naval (seu histórico 1761-1937): I parte da fundação à maioria de D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940, p. 210; BITTENCOURT, Liberato. *Mariano de Azevedo: Ensaio Psicológico*. Rio de Janeiro: Biblioteca Von Hager – Gintner, 1909, p. 5.

de Coimbra: “Dali, as tropas que escorregarem pelos rios Miranda e Paraguai guardariam Albuquerque, Coimbra, e o Pão de Açúcar, que nos pertence, e que estamos dispostos a conservar a todo custo⁴⁵⁵”. Por essa razão, explicou que a comunicação fluvial que, durante o século XVIII, foi estabelecida entre São Paulo e Cuiabá, deveria ser aplicada para integrar Miranda à Corte. É interessante explicar que Antônio Mariano defendia a navegação interior, inclusive, para acabar com a dependência da rota estrangeira da bacia do Prata. O isolamento geográfico e a economia desenvolvida para consumo local, sem elevados índices de exportação da província de Mato Grosso, ameaçavam suas relações com o resto do país, contribuindo para separação, caso o governo de Buenos Aires expandisse seu comércio com a província, após a abertura do rio Paraguai:

Compare-se a barateza, segurança, e nenhum receio de navegação fluvial, com as dispendiosas exigências, os riscos e os perigos de uma navegação oceânica, como a do rio da Prata ao Rio de Janeiro. Ao passo em que na parte da província que se acha circundada de repúblicas invejosas, (...), no interior, a província está em contato com as que pertencem à comunhão brasileira, só existirem o silêncio dos desertos, as privações e misérias dos sertões, quem poderá assegurar que os habitantes de Mato Grosso acharam muito vantajosa a continuação de sua existência política entre a comunidade brasileira⁴⁵⁶?

Acrescentava a ameaça dos paraguaios: “lançando os olhos sobre qualquer mapa do Brasil, vê-se que o Paraguai é a via traçada pela natureza para o desenvolvimento da civilização do Mato Grosso⁴⁵⁷”. E contrapunha o Paraguai, defendendo a importância da presença brasileira no alto Paraná: “onde se infiltrará no coração da província tudo quanto pode concorrer para abasileirá-la⁴⁵⁸”. O discurso do oficial Antônio Mariano ia ao encontro de diversos políticos brasileiros, conforme apresentado no primeiro capítulo. Defender a província de Mato Grosso significava estimular sua ocupação, comércio e integração. A Armada Imperial, ao promover o desenvolvimento da navegação, iria não só integrar o Mato Grosso, mas também, “abrir seus portos ao comércio, à indústria, à civilização, pois todos os males provêm do isolamento em que tem vivido a província⁴⁵⁹”. Além da navegação, Antônio Mariano incentivava a colonização com imigrantes alemães nas margens dos rios Tietê, Paranapanema, Ivinhema e Iguatemi, já no Mato Grosso.

⁴⁵⁵ AZEVEDO, Antônio Mariano de. *Relatório do Primeiro Tenente d' Armada Antônio Mariano de Azevedo sobre os exames de que fui incumbido no interior da província de São Paulo*. Rio de Janeiro: Tip. De Peixoto, 1858. IHGB: Coleção Thereza Christina, 32. 1. 11, p. 14.

⁴⁵⁶ Ibidem, pp. 19-20.

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 20.

⁴⁵⁸ Idem.

⁴⁵⁹ Ibidem, p. 16.

A análise “geográfica e política⁴⁶⁰” realizada foi seu argumento para justificar a localização estratégica do estabelecimento naval nas margens da foz do rio Tietê⁴⁶¹. Para o 1º Tenente Antônio Mariano, era um meio de projetar o poder do Estado brasileiro na fronteira de Mato Grosso, defendendo sua soberania:

O estabelecimento do Itapura não é só de grande importância estratégica, no caso de sermos forçados a uma guerra pela impertinência de algum de nossos vizinhos. É a primeira manifestação dessa iniciativa do governo (...) que tem de regar o coração de Mato Grosso, e de espelhar os frutos da nossa união. Ao encontro da regeneração econômica que tem de ser importada pelo rio Paraguai, marchará das margens do Paraná a regeneração política, encontrando-se no centro da província, derramando riqueza, força, ilustração, tranquilidade, brasileirismo e poder⁴⁶².

A escolha pela região de Itapura (ver mapa nº 5) obedecia aos seguintes critérios estratégicos: 1º abundância de madeira para construção naval; 2º terras férteis para agricultura; 3º mão de obra da Fábrica de Ferro São João de Ipanema; 4º Incentivo à povoação do Alto Paraná e afluentes; 5º Possibilidade de construção de uma estrada para província do Paraná; 6º rios com navegabilidade de pranchas com leme, remos e velas; 7º possibilidade de balizar os canais das cachoeiras. A posição geográfica de Itapura viabilizava, em seu projeto, a integração do Rio de Janeiro com Miranda, no Mato Grosso, através do seguinte trajeto (ver mapa 5.1) com duração de 22 a 25 dias, em média:

Tabela 7: Trajeto de integração Rio de Janeiro a Miranda por Itapura

Trajeto	Transporte	Duração
Rio de Janeiro a Santos	Navegação a vapor	1 dia
Santos a São Paulo	Estrada de terra	1 dia
São Paulo a Piracicaba	Estrada de terra	3 dias

⁴⁶⁰ Ibidem, p. 20.

⁴⁶¹ Em seu relatório, Antônio Mariano de Azevedo promoveu uma análise técnica sobre a navegação do rio Tietê: o rio Tietê, desde a foz, em Piracicaba, apresentava 110 léguas (530 km). Havia nove cachoeiras que obrigavam o descarregamento das canoas e dois saltos que tinham que varar as canoas por terra. Três no rio Piracicaba; duas no rio Tietê acima de Avanhandava, e quatro na parte inferior. *Idem*, p. 47. Escreveu algumas propostas para o governo imperial: a canalização do rio e a construção de uma estrada marginal como medidas de incentivo para ocupação do interior do país. Depois de erguida povoações comerciais, deveria ser construída uma linha férrea. Em relação aos saltos (cachoeiras), deveriam preservá-los como ricos pesqueiros e como belezas naturais. Ibidem, p. 34.

⁴⁶² Ibidem, p. 23.

Piracicaba a Avanhandava	Navegação fluvial com canoas ou pranchas	7 dias
Avanhandava a Itapura	Estrada de terra	3 dias
Itapura ao porto dos Barbosas (Mato Grosso)	Navegação fluvial com navio a vapor	3 dias
Varação para Nioaque	Estrada de terra	2 dias
Rio Nioaque até Miranda	Navegação com canoas ou pranchas	2 dias
Falhas, contrariedades da viagem	-	3 dias

Fonte: AZEVEDO, Antônio Mariano de. *Relatório do Primeiro Tenente d' Armada Antônio Mariano de Azevedo sobre os exames de que fui incumbido no interior da província de São Paulo*. Rio de Janeiro: Typ. De Peixoto, IHGB: Coleção Thereza Christina, 32. 1. 11, p. 36

No tocante à organização do Estabelecimento Naval do Itapura, a proposta do 1º Tenente Antônio Mariano era construir “uma cidade edificada sob um plano topográfico regular e moderno⁴⁶³” a fim de incentivar a imigração. O quadro do pessoal seria composto por militares, ocupando as seguintes funções: diretor, almoxarife, médico, enfermeiro, capelão e Imperiais Marinheiros capazes de compor a monção, incluindo, o navio a vapor. Além de contingente civil, escravos da nação, africanos livres da Fábrica de Ferro São João de Ipanema, colonos para promover a agricultura e mão de obra especializada em serviços, como ferreiro, carpinteiro, serralheiro, carvoeiro. Destacamos a relevância das famílias de escravos, para auxiliar na formação do núcleo populacional de Itapura, empregando homens, mulheres e crianças na agricultura, construção de estradas, estaleiro e no serviço naval. Considerando essas questões, o autor propôs a criação de uma colônia junto ao estabelecimento naval⁴⁶⁴ e, em Avanhandava, onde a localização permitia o escoamento dos produtos pelo rio.

Após exposição do seu relatório, o plano de construção de um Estabelecimento Naval foi ampliado pelo Ministro da Marinha, acatando a orientação do 1º Tenente Antônio Mariano para fundação de uma colônia militar. Em 26 de junho de 1858, o Imperador D. Pedro II e o

⁴⁶³ Ibidem, p. 43.

⁴⁶⁴ Ibidem. pp. 40-41.

Ministro da Marinha, José Antônio Saraiva decretaram a criação do Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar, nomeando Antônio Mariano de Azevedo seu diretor.

4.3.2 O Estabelecimento Naval de Itapura e Colônia Militar

A colonização do território brasileiro baseada no regime de pequena propriedade agrícola foi incentivada por D. João VI e estendida ao longo do século XIX. A partir da década de 1810, colonos suíços chegaram ao Brasil e foram alocados em Nova Friburgo para ocupar as terras. Ao longo do século XIX, alemães, portugueses, italianos, entre outras nacionalidades ocuparam colônias em diversas regiões do país como o Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e etc. Sérgio Buarque de Holanda, na obra *História Geral da Civilização Brasileira*, apontou os objetivos da instalação dessas colônias baseada no regime das pequenas propriedades e do trabalhador livre: “demográficos e povoamento; morais (dignificação do trabalho manual), sociais (formação de uma camada média), militares (defesa de fronteira) e econômicas como o abastecimento das cidades⁴⁶⁵”.

As colônias militares eram uma estratégia de defesa adotada pelos europeus e que influenciou o governo brasileiro. Nas áreas fronteiriças do Império Russo, colônias agrícolas controladas pelos cossacos foram implantadas com o objetivo de ocupar a fronteira com uma reserva de militares já treinados e mantê-los engajados junto à sociedade, auxiliando no desenvolvimento da economia. No Império Austro-Húngaro, as colônias foram instaladas para proteger a fronteira contra os turcos. Esse modelo chegou ao Brasil ainda na primeira metade do século XIX, segundo Sérgio Buarque, quando a Imperatriz Leopoldina (1797-1826) e José Bonifácio (1763-1838) incentivaram a entrada de militares e colonos alemães para ocupar as terras brasileiras no modelo das colônias militares europeias⁴⁶⁶.

Mais tarde, o governo imperial estabeleceu medidas a fim de institucionalizar as colônias militares. A lei nº 610 de 18 de setembro de 1850, conhecida na literatura como Lei de Terras, foi o dispositivo criado pelo Estado para assegurar o uso das terras devolutas para o assentamento de estabelecimentos públicos. Em 1854, seu regulamento determinava, no artigo

⁴⁶⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico, reações e transações*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1969, p. 223.

⁴⁶⁶ *Ibidem*, p. 222.

82º, “a criação de colônias militares na zona de dez léguas contínua aos limites do Império com países estrangeiros, e em terras devolutas⁴⁶⁷”.

No Império do Brasil, entre 1840 e 1882, foram fundadas 27 colônias militares⁴⁶⁸. A província de Mato Grosso recebeu o maior número: Brilhante (1855); Nioaque (1855); Dourados (1856); Miranda (1859) e Albuquerque (1872). Essas colônias estavam sob comando do Ministério da Guerra e, a partir de 1860, foram regidas em conjunto com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Tais colônias foram apenas apresentadas, neste trabalho, visto que constituem parte da defesa da província de Mato Grosso promovida pelo Exército. Ainda assim, devemos relacioná-las ao pensamento político de autores, como o diplomata Hermeto Carneiro Leão, o político Francisco Varnhagen e o Tenente-general Francisco José de Souza Soares de Andréia que incentivavam a fundação de colônias militares como um meio de ocupar as fronteiras em litígio, defendendo a soberania brasileira com indivíduos que detinham o poder da força. Era um meio de reunir o militar e o civil, uma vez que as famílias dos militares desenvolveriam a agricultura e indústria no local. Ao compor um núcleo populacional, ao longo do tempo, iria se expandir, sendo protegida pelas instituições militares e regida sob valores disciplinares que, por sua vez, também representavam o Estado brasileiro nas regiões distantes do centro de poder.

A colônia militar de Itapura foi a única comandada pelo Ministério da Marinha, devido à missão política e estratégica do estabelecimento naval. Fundada devido à “iminência de uma guerra com o Paraguai (...) e combatê-lo sem depender de nossos vizinhos, ou ficar à mercê das intermináveis viagens para o Mato Grosso, através do sertão⁴⁶⁹”, detinha o seguinte objetivo central: promover a navegação a vapor nos rios Paraná, Ivinhema e Brilhante, estabelecendo a comunicação com a província de Mato Grosso. Durante a gerência do Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar, a Armada Imperial, representada pelo 1º Tenente Antônio Mariano de Azevedo, desempenhou diversas funções:

1ª Função militar: sede do estaleiro responsável pelo comando da flotilha composta pelo vapor de rodas *Tamandataí*, canoas e a pranchas, empregada para promover a integração

⁴⁶⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1318-30-janeiro-1854-558514-publicacaooriginal-79850-pe.html>, acesso em 02 fev. 2017.

⁴⁶⁸ Além da província de Mato Grosso, foram criadas colônias militares em Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

⁴⁶⁹ 1864,02,23. História do Estabelecimento Naval do Itapura: fundação–1863 por P. J. de Vasconcellos. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1233,45.

fluvial, conduzindo armamento, material, alimentos e tropas para abastecer os estabelecimentos militares na fronteira.

2ª Função econômica: desenvolvimento da agricultura, a partir da concessão de terras aos colonos⁴⁷⁰. A exploração da terra era um modo de garantir a ocupação e o desenvolvimento do interior. No plano das ideias, o objetivo era investir na agricultura, pecuária e indústria a fim de desenvolver o comércio que seria estabelecido com a bacia do Prata e com a província de Mato Grosso, após o estabelecimento da navegação a vapor, estradas de terra e, mais tarde, ferrovias. Contudo, desde sua criação, em 1858, até 1864, foram cultivados 774,4 m² dos 1070 m² reservados para agricultura⁴⁷¹. A produção de feijão, arroz, mandioca, milho e mamona atendiam apenas à população, não gerando excedente para comércio. Além disso, permaneceu a dependência de importação de carnes e demais derivados, comprados por preço elevado devido aos problemas de transporte de cargas.

3ª Função política e social: no interior da província de São Paulo, o estabelecimento naval do Itapura e colônia militar defendia a soberania brasileira. Cabia ao Diretor, 1º Tenente da Armada Imperial Mariano de Azevedo, principal autoridade e representante do poder do Estado Imperial, gerenciar as relações sociais em Itapura, buscando promover a ocupação, colonização e o serviço militar com uma população composta por militares, civis, africanos livres e escravos da nação⁴⁷². Destacamos a criação da Companhia de Trabalhadores do Itapura criada pelo 1º Tenente, em 1862, e aprovada pelo Ministério da Marinha, com o objetivo de conceder benefícios aos africanos livres e aos escravos, principal mão de obra, o

⁴⁷⁰ O direito dos colonos à terra foi estabelecido pelo Artigo nº 32 que determinava a concessão de 10.000 braças quadradas ao colono sem família que requeresse à terra. A extensão do lote de terra poderia variar de 10.000 a 40.000 braças quadradas (48.4 m² – 193.6 m²) de acordo com o tamanho da família do colono; o Artigo nº 33 determinava que os colonos de 1ª e 4ª classe poderiam adquirir direito à propriedade, após o término do serviço obrigatório com desenvolvimento de atividade agrícola e bom comportamento e optarem por permanecerem na Colônia; o Artigo nº 35 determinava que os colonos da 2ª classe e os operários navais contratados adquiriam direito à propriedade, residindo na Colônia, e cultivando o lote por espaço de três anos. Ver: CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Coleção de Leis do Império 1858*, p. 381, parte II.

⁴⁷¹ SILVA, Maria Aparecida. *Itapura - Estabelecimento Naval e Colônia (1858-1870)*. São Paulo: USP, 1972, p. 26. (valores equivalentes a braça quadrada).

⁴⁷² O Regulamento da colônia militar estabelecia que fosse composta por colonos qualificados em 4 classes. Os de 1ª classes eram considerados “os praças de preto”, militares retirados das forças armadas, após cumprirem, no mínimo, 3 anos de serviço e casados deveriam cumprir 3 anos de serviço obrigatório em Itapura, mediante remuneração. Inicialmente, a colônia deveria obter 150 praças de pretos; 2ª classe: formados por colonos operários, ou seja, trabalhadores contratados para exercer determinada função; 3ª classe: colonos contratados pelo diretor, em sua maioria, lavradores casados ou viúvos com filhos com direito a um lote de terra. Os colonos podiam adquirir propriedade, cultivando o lote e residindo por três anos na colônia e desempenhando bom comportamento; 4ª classe: marinheiros retirados de guarnição de vasos de guerra ou operários navais casados contratados com serviço obrigatório de 3 anos. Ver: CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Op. cit.* pp. 379-380.

salário de 100 réis aos homens e 50 réis às mulheres e crianças, além da concessão de alforria aos negros que desejassem permanecer na colônia⁴⁷³ com sua família.

Iniciada a construção do estabelecimento naval, foi erguido um porto com dois ranchos onde guardavam as canoas e pranchas de transporte do material, concluído em 1860. O planejamento urbano da colônia (ver planta nº 6) estava sobre uma colina, com cinco ruas principais, três ruas perpendiculares e duas ruas paralelas. Foram erguidos: as casas dos colonos, cobertas de palha; edifícios cobertos de telha, sediando as oficinas de caldeireiro, ferreiro e serralheiro, um quartel dos praças; uma olaria; almoxarifado e as plantações. Em 1864, o Palácio D. Pedro II, sede do diretor, foi erguido (ver imagem nº 7), além de uma igreja, uma escola pública onde estudavam, inclusive, crianças escravas e uma biblioteca cujo acervo era o terceiro maior da Armada Imperial, abaixo apenas da Biblioteca da Marinha e a Escola Naval⁴⁷⁴.

Estabelecida a infraestrutura mínima para o funcionamento do estabelecimento naval e a colônia militar, iniciava as primeiras viagens de exploração dos rios à província de Mato Grosso. Embora a vapor *Tramandatahy* estivesse apto à missão, o rio Tietê encontrava-se em período da seca, implicando no emprego de canoas para realização da expedição sob comando do 1º Tenente Augusto Neto de Mendonça. As instruções do Ministério da Marinha eram percorrer o rio Ivinhema até o porto do Barbosa no Mato Grosso, passando pelo rio Paraná, rio Iguatemi e rio Escopil, promovendo o estudo e exploração da região, descrevendo os

⁴⁷³ Ao longo da documentação, encontramos diversos requerimentos do diretor Antônio Mariano de Azevedo ao Ministro da Marinha e ao Imperador D. Pedro II, solicitando autorização para concessão de alforria. Destacamos o ofício de 25 de outubro de 1863 ao Ministro, Joaquim Raimundo Lamare: “Existem aqui, além dos componentes da Companhia de Trabalhadores, 41 escravos da nação, todos brasileiros (17 mulheres e 24 crianças). Há muito nutro o desejo de interceder por esses desgraçados (...). Agora porem, que por meio da criação da Companhia se deu com muita justiça, bem estar e dignidade humana e futuro aos ex-selvagens africanos e que por isso as distinções estabelecidas entre estrangeiros e os infortúnios brasileiros de que falo temerão um caráter odioso pela clamorosa injustiça de que são vítimas os últimos, atrevo-me a balbuciar a minha súplica perante o glorioso governo. Encarada esta pela face mais positiva, digne-se ponderar que nenhum desses infelizes custou um real à nação, e estão entretanto condenados a perpétua escravidão. Aqui há mulheres que são escravas só por serem filhas de escrava da Nação, acham-se hoje já avós, uma dessas é casada com um trabalhador da Companhia, esse homem é chefe de uma família de mulher, sete filhos e dois netos, todos escravos. O que fará ele quando daqui a 5 anos terminar os serviços obrigatório na companhia? Como procederá na singular situação de ter procriado uma família que pertence a outro? Que uso fará da liberdade e da vida, nessas circunstâncias? Será ainda necessário transformar em mercadoria toda a sua descendência? Como membro da nação, eu ousou suplicar a liberdade dos 41 brasileiros escravos de que tenho tratado. Atrevo-me a indicar que seja ela dada, incorporando-os a Companhia para que durante 6 anos eles aprendam a gozar sua liberdade e tirar toda a vantagem possível da generosa dádiva que faz a nação ao torna-los proprietários de terra”. Ver: 1863,10,25. Ofício de Antônio Mariano a Joaquim Raimundo Lamare. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1213,89.

⁴⁷⁴ MENDONÇA, Augusto Neto de. Viagem de Exploração aos rios Iguatemi, Escopil e Ivinhema. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *Subsídios para História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1938, v. I, p. 288.

aspectos técnicos da navegação, os apontamentos necessários para condução de um navio a vapor, informações sobre a distância e as enchentes dos rios, que impediriam as canoas de retornarem a Itapura⁴⁷⁵. Em seu relatório *Viagem de Exploração aos rios Iguatemi, Escopil e Ivinhema* (1863), o 1º Tenente Augusto Neto de Mendonça não informou tantos aspectos técnicos, descrevendo as tribos indígenas encontradas ao longo do percurso, responsáveis por fornecer os mantimentos e práticos necessários para prosseguir o trajeto. A viagem durou 49 dias para chegar ao destino e 74 dias contando a volta a Itapura, comprovando a navegabilidade dos rios⁴⁷⁶.

Finalmente, em 6 de fevereiro de 1864, o vapor *Tamandataí*, sob o comando do 1º Tenente José Antônio da Silva Maia, saiu do Estabelecimento Naval do Itapura com destino ao porto de Santa Rosalinda no rio Brilhante, na província de Mato Grosso. A comissão foi formada pelo 1º Tenente Silva Maia, o Ajudante do Diretor de Itapura, Marcelino Gomes de Andrade Almada; o Engenheiro Maquinista João Gabriel Dozot e cinco soldados. Após 32 dias de viagem, o vapor chegou ao destino, conforme narrou o 1º Tenente Antônio Maia:

Excessivo e geral foi o contentamento, na ocasião em que o vapor *Tamandataí* deixou cair sua âncora no porto. Bem justas e fundadas razões tinha, por certo de assim se mostrar contentes pelo orgulho de verem chegar ao lugar destinado o primeiro navio movido a vapor, que, a despeito de sua impropriedade, por não ter condições precisas para uma tal navegação, venceu contudo todas as dificuldades em sua viagem, sulcando as águas do Alto-Paraná, Ivinhema e Brilhante com feliz êxito; cumprindo assim os desejos do governo imperial que se interessa pela prosperidade da remota província de Mato Grosso. Assim ficando os incrédulos certos de que é exequível a navegação a vapor pelo Alto Paraná, até o porto de Santa Rosalinda; e até, mesmo fácil, empregando-se navios a vapor, não como o impróprio *Tamandataí*⁴⁷⁷, pela pouca força de sua máquina, mas sim navios a vapor de fundo chato, cuja força de máquina produza 10 milhas por hora em sua marcha, calando dois palmos d'água⁴⁷⁸.

A conclusão da viagem confirmava a possibilidade da navegação a vapor e “assim realizar-se o pensamento político que originou a criação do estabelecimento naval do Itapura⁴⁷⁹”. Embora o sucesso da missão, não era o suficiente, exigindo ação do Estado para

⁴⁷⁵ Ibidem. p. 291.

⁴⁷⁶ Ibidem, p. 295.

⁴⁷⁷ Em 1862, o Ministério da Marinha reconheceu que as características do vapor *Tamandataí* não eram ideias para a navegação dos rios interiores do Mato Grosso. Contudo, o navio não foi substituído, sendo retirado de Itapura, após a eclosão da Guerra do Paraguai em 1865.

⁴⁷⁸ MAIA, José Antônio da Silva. *Exploração do Alto Paraná, Ivinhema e Brilhante*, feita no vapor de guerra “*Tamandatahy*”, pelo Primeiro Tenente da Armada José Antônio da Silva Maia, achando-se o navio amarrado no Paraná, meia milha abaixo do Jupιά, entre a ilha de Faia e a margem direita. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *Subsídios para História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940, v. 3, p. 185.

⁴⁷⁹ Ibidem, p. 203.

promover a ocupação das margens dos rios interiores do Mato Grosso a fim de construir uma estrutura necessária para navegação do contingente militar. A ausência de fazendas dificultava a reposição de mantimentos, locais para pernoitarem e promoverem a manutenção das embarcações. As viagens foram bem sucedidas, com auxílio das tribos indígenas⁴⁸⁰ que forneceram alimentos, redes para dormirem na tribo, além de índios que atuaram como práticos durante o trajeto. Porém, em caso de eclosão de uma guerra, as tropas brasileiras não deveriam ficar dependentes de auxílio e conhecimento das tribos indígenas para chegar à fronteira.

Ao informar ao Ministério da Marinha o sucesso da expedição, o Capitão-Tenente Antônio Mariano de Azevedo explicou as novas possibilidades de integração da província de Mato Grosso, a partir da navegação fluvial:

1ª Comunicar a Corte com a fronteira do Império na serra de Maracajú, sem transitar por território estrangeiro. A certeza de ter a comunicação, iniciada pelo Tamandataí mais rápida, e ao mesmo tempo, mais segura e mais estratégica das que, pelo interior do país, se projetem para a dita fronteira, por que: a província do Paraná não tem os recursos de São Paulo;

2ª De Antonina à Colônia do Jatahy, porto de embarque para o Paranapanema são de sertão bruto, e de terrenos imprestáveis para rodagem, ao passo que de Santos à Piracicaba, porto de embarque para o Tietê, há boas e frequentas estradas;

3ª A comunicação iniciada pelo Tamandataí entre a fronteira de Maracajú e Itapura significa um dos pensamentos de política interna mais presidentes e patrióticos que a posteridade reconhecerá nos governos do atual reinado⁴⁸¹.

Embora tenha cumprido as ordens concedidas pelo Ministério da Marinha, demonstrando sua importância estratégica para a integração e defesa da província de Mato Grosso, a direção sofreu com problemas de infraestrutura. Na documentação era recorrente a cobrança por remessas de financiamento do Ministério da Marinha para material, construção das edificações e pagamento de pessoal. A consequência da falta de verba era o atraso nas obras das estradas e na manutenção do estabelecimento naval. Como sua função era a construção das vias de comunicação, a partir dos rios e estrada de ferros, o isolamento de Itapura contribuiu para esses atrasos, somando à falta de mercado para compra de alimentos necessários à subsistência, elevando os preços. A falta de mão de obra qualificada implicava

⁴⁸⁰ Na documentação sobre o Estabelecimento Naval do Itapura na Coleção Documentos Navais, custodiada pelo IHGB, encontramos diversos recibo de compras de linha, espelho, agulha, tecidos e outros produtos das lojas de costura da rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro. O objetivo era utilizar esses objetos como escambo com os indígenas no interior de São Paulo e Mato Grosso pelo contingente militar de Itapura para conseguir alimentos.

⁴⁸¹ 1867,01,02. História do Estabelecimento Naval do Itapura de 1864 até 1866 de Raimundo A. da Câmara Bento Oliveira. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1213,21.

nos pedidos recorrentes de envio de trabalhadores e, para evitar as desistências em renovar o contrato, solicitava incentivos, como melhores vencimentos, concessão de terras e alforria aos africanos livres e escravos. Outros obstáculos eram as questões imprevisíveis, entre as quais destacamos: epidemia de malária, enchentes, e casos de roubos e assassinatos que comprometiam o contingente de Itapura⁴⁸².

4.4 A Invasão Paraguaia à província de Mato Grosso

Os paraguaios iniciaram a ofensiva militar contra o Brasil (ver mapa nº 8), almejando ocupar o território até Cuiabá em dezembro de 1864. Foi enviada uma força fluvial sob comando do Coronel Vicente Barrios, composta por cinco barcos a vapor e outras embarcações menores com tropas, inclusive, cavalaria a fim de assaltar o forte de Coimbra. Em concomitância, marchou um contingente do exército paraguaio de 3 500 militares, sob liderança do Coronel Francisco Isidoro Resquín, para percorrer o trajeto Concepción, Bela Vista, Nioaque, Miranda e Coxim⁴⁸³.

No relatório da província de Mato Grosso, em 1865, o Chefe da Esquadra Augusto Leverger descreveu a invasão dos paraguaios. Na noite de 26 de dezembro, o forte de Coimbra foi bombardeado e sofreu ataque de colunas de infantaria. A tropa de brasileiros composta por aproximadamente 150 homens não resistiu ao ataque, devido à falta de cartuchos de fuzil e pistola. A bordo do vapor armado *Anhambahy*, pertencente à Estação Naval do Mato Grosso, os militares e suas famílias evacuaram Coimbra, partindo para capital Cuiabá.

Nos dias que se seguiram, os povoados da fronteira, Albuquerque e Corumbá foram ocupados pelos paraguaios. Na margem do rio São Lourenço, houve um combate entre as tropas do vapor *Anhambahy* e o vapor paraguaio *Iporá*. A guarnição do vapor brasileiro conseguiu sobreviver, lançando-se ao rio. No rio Dourados, os paraguaios passaram a ocupar o estaleiro em construção da Armada Imperial. Em seguida, a colônia militar de Dourados foi invadida e ocupada. E uma coluna de paraguaios prosseguiu, ocupando a colônia militar de Miranda, já abandonada pelos habitantes. Em abril de 1865, Coxim também caiu nas poses dos paraguaios, embora a população tenha fugido. Sem militares o suficiente para garantir a defesa do território, explicava Leverger: “com tão fracos elementos todos julgaram inútil a

⁴⁸² SILVA, Jéssica de Freitas e Gonzaga da. *Op. cit.* p. 94.

⁴⁸³ DORATIOTO, Francisco. *Op. Cit.* p. 99.

resistência, e constando que os Paraguaios haviam se assenhoreado de Coimbra e Cuiabá e da navegação do rio Paraguai, trataram de retirar-se para o interior da província⁴⁸⁴. A presidência da província buscava guarnecer a capital, convocando batalhões da Guarda Nacional, criando batalhão com voluntários cuiabanos e construindo um forte próximo à capital. Além disso, remanejou um contingente militar da Guarda Nacional e do Exército Imperial no rio Aricá, com o objetivo de proteger a estrada de Piquiri que, integrava Dourados a Cuiabá, e no rio São Lourenço, garantindo a comunicação com Cuiabá por meio de navios a vapor⁴⁸⁵. Os paraguaios não chegaram à capital cuiabana, pois não ocuparam além do rio São Lourenço. As tropas permaneceram na fronteira do baixo Paraguai, no território que pleiteavam nas negociações do tratado de limites com a diplomacia brasileira.

Quais os motivos justificaram o sucesso da invasão? Ou melhor, porque a estratégia de defesa promovida pela Marinha de Guerra não foi o suficiente para garantir a integridade do território?

Para explicarmos essa questão, retornamos ao biênio 1857-1858, durante a gestão do Ministro José Antônio Saraiva, ápice do conflito político com o Paraguai, quando outras medidas foram promovidas, como a mobilização das embarcações menores empregadas nas Estações Navais, além do bloqueio a navios que transportassem armamento ao Paraguai, no rio da Prata, e no envio de remessas de dinheiro, material, armamento e tropas para o Mato Grosso. De acordo com Leverger:

o estado das nossas relações com o Paraguai entre 1857 e 1858 fez com que o governo imperial desse enérgicas providencias para pôr a nossa fronteira em bom pé de defesa. Para este fim, fez seguir para cá diversas expedições de munições e trem de guerra, contingentes de tropa de linha, numerosos operários para os Arsenais de Guerra e de Marinha e posteriormente para as fábricas de pólvora e de ferro, que mandou fundar. Fez também grandes remessas de dinheiro. Deu-se então vigoroso impulso às obras públicas⁴⁸⁶.

O Ministério da Marinha formulou planos estratégicos para uma guerra que não eclodiu.

Devido à solução pacífica, com a missão de José Maria da Silva Paranhos e a assinatura do Tratado de Navegação, a ofensiva militar foi descartada pelo Estado brasileiro.

⁴⁸⁴ IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório do Chefe da Esquadra Augusto Leverger apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados*. Cuiabá: Typ. Do Echo Cuiabano, 1865, p. 9.

⁴⁸⁵ DORATIOTO, Francisco. *Op. Cit.* p. 105.

⁴⁸⁶ IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório de Augusto Leverger a Coronel Alexandre Manoel Albino de Carvalho*. Cuiabá: Typ. Echo Cuiabano, 1863, p. 23.

Embora a percepção de ameaça sobre os paraguaios permanecesse no pensamento de políticos brasileiros, o aparato militar remanejado para fronteira não foi empregado para ampliar a defesa do território, gerando novos problemas no Mato Grosso, após 1858. Destacamos, em primeiro lugar, um problema de ordem política e estratégica: dissolução e desvio de finalidade das tropas mandadas para a fronteira com a República do Paraguai:

A solução pacífica, satisfatória e honrosa, que teve a nossa questão fluvial pendente com a República do Paraguai, fez cessar a necessidade de tomar-se uma atitude belicosa em nossa fronteira meridional, e por isso mandou o governo imperial dissolver a força de operações que se tratava ali organizar. Nesse sentido foram os corpos detalhados e distribuídos pelos pontos onde havia sido de mister chamar-se a destacamento a Guarda Nacional⁴⁸⁷.

A força enviada pelo governo imperial foi empregada nas obras públicas em Cuiabá e no rio São Lourenço, não para impedir o avanço de estrangeiros, monitorando a fronteira, mas para proteger as fazendas contra as incursões de indígenas. Os militares receberam ordem para caçá-los com o objetivo de entrega-los para catequese e aldeamento⁴⁸⁸.

No âmbito diplomático, com a resolução pacífica do impasse político em 1858, a República do Paraguai foi retirada da agenda do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Embora o governo imperial permanecesse enviando representantes à Assunção a fim de negociar o Tratado de Limites, a ameaça de guerra não possuía o mesmo ímpeto que detinha anteriormente, entre 1857 e 1858. Inclusive, outros assuntos, como a Questão Christie com o governo do Reino Unido, em 1862, e a Guerra Civil no Estado Oriental do Uruguai (1864) chamaram atenção do Estado Imperial, exigindo sua mobilização política e militar para atingir seus interesses. A defesa da província de Mato Grosso deixava a lista de prioridades do governo imperial, comprometendo a ação do Ministério da Marinha para região.

Lembrando que para estabelecer a lei que fixava a força naval e o orçamento da pasta, o Ministro da Marinha sofria sabatina na Câmara dos Deputados que, por sua vez, buscava defender os interesses regionais. Por essa razão, verificamos a dificuldade em obter aprovação em planos para província de Mato Grosso, quando não havia uma ameaça iminente do governo paraguaio. Afinal, a Armada Imperial era a principal instituição militar do Império do Brasil. Ao mesmo tempo, a própria instituição experimentava reformas na sua administração e modernização tecnológica, retirando a província de Mato Grosso dos gastos prioritários,

⁴⁸⁷ IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o chefe de divisão, Joaquim Raimundo de Lamare, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1859*. Cuiabá: Typ. Cuyabana, 1859, p. 14.

⁴⁸⁸ *Ibidem*, p. 15.

conforme observamos no capítulo anterior. Devemos salientar que o orçamento da Armada Imperial não conseguia atender a todas as demandas da instituição. Faltou vontade política.

Dada à fragilidade econômica do Mato Grosso e o baixo índice populacional, a província era dependente das remessas financeiras, remanejamento de tropas e envio de material, armamento e mantimentos do governo central para prover a defesa do seu território. Se anteriormente com os elevados investimentos, não era possível garantir o desenvolvimento do Trem Naval do Mato Grosso pela distância geográfica, problema de recrutamento, falta de mão de obra qualificada, a partir de 1859, pouco foi feito, estagnando os trabalhos no Arsenal de Cuiabá. A Estação Naval do Mato Grosso, por sua vez, possuía navios que não detinham as características necessárias para navegação nos rios mato-grossenses, comprometendo sua atividade de policiamento, devido aos erros do Ministério da Marinha na encomenda de navios, desconsiderando as especificidades geográficas da fronteira.

Diante da nova conjuntura política na bacia do Prata, com a intervenção do Brasil no Uruguai e a ameaça do governo de Solano López de invadir o Brasil, o Ex-Ministro da Marinha, José Antônio Saraiva discursou na Câmara dos Deputados, em sessão de 14 de março de 1864, explicando que as oscilações políticas no Prata demandavam atenção do poder legislativo aos negócios da Marinha e da Guerra, defendendo investimentos em um sistema mais produtivo para a Armada Imperial. Considerando a ameaça do Paraguai de Solano López, solicitava a compra de novos navios: “Devemos ter boas e fortes canhoneiras, apropriadas para navegação fluvial e, especialmente, destinadas para o rio da Prata, e mesmo navios encouraçados. O Paraguai pode lutar conosco se fabricar navios e introduzir armamento superior aos nossos⁴⁸⁹”.

Prosseguia seu discurso, defendendo as medidas do seu ministério e enfatizando nas compras das canhoneiras apropriadas à guerra fluvial. Explicou que o principal material flutuante da Armada era composto pelos navios comprados durante sua gestão, mas que sofriam problemas com o desarmamento das embarcações, no maquinário e no casco, devido à falta de investimento na infraestrutura dos ancoradouros brasileiros, sobretudo, a falta de construção de diques⁴⁹⁰ para proteção dos navios. Além disso, defendia outro plano estratégico de sua autoria: o Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar, explicando

⁴⁸⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Op.Cit.* p. 287.

⁴⁹⁰ Reservatório com sólidas paredes em comunicação com mar ou rio para dar ou impedir a passagem de água, a fim de entrarem ou saírem embarcações e ficarem em seco. REIS, AMPHILOQUIO. *Op.cit.* p. 131.

que não seria possível o cumprimento da missão se o Estado não garantisse os meios necessários para seu desenvolvimento:

é preciso ver se convém conservar o Itapura, como estabelecimento de marinha, ou se como colônia militar. Desde que o governo não trata de organizar uma flotilha no [rio] Paraná, não se concebe a existência do Itapura como estabelecimento de marinha, e ser entregue à repartição do Império, que mal e indevidamente cura de um assunto que deve ser de competência do Ministério da Guerra⁴⁹¹.

Ao interpretarmos seu discurso, verificamos que Antônio Saraiva criticava o estado da Marinha de Guerra, ao mesmo tempo em que defendia as medidas promovidas em sua gestão e a falta de continuidade das ações que visavam a modernização da esquadra. As críticas apresentavam fundamentos. O principal exemplo é o Estabelecimento Naval do Itapura. Em 1864, a direção já havia cumprido a missão, verificando que era possível promover a navegação a vapor pelo alto Paraná, rio Ivinhema e rio Brilhante, integrando postos da fronteira de Mato Grosso, como Miranda, à província de São Paulo. Contudo, o governo imperial não enviou outros navios para formação de uma flotilha, comprometendo essa integração com o emprego de um único vapor que, em período de seca do rio, estava impossibilitado de navegar. Além disso, não impulsionou a colonização ribeirinha que poderia estimular o desenvolvimento da flotilha de Itapura.

De modo geral, a crítica do Ex-Ministro era ao poder decisório do Executivo, denunciando um problema político do Estado Imperial que verificamos, ao analisarmos os relatórios ministeriais: a falta de continuidade dos projetos da pasta do Ministério da Marinha, após a ascensão de um novo ministro. Comprovamos que, após a saída da trindade Paranhos, Cotegipe e Saraiva, não encontramos mais uma continuidade nos projetos para o Mato Grosso. Segundo o Ex-Ministro Saraiva: “o que deploro é o sistema de ministro que esquecem o que fazem os antecessores por bem do país: o que eu quero é reprovar a doutrina dos que pretendem iniciar melhoramentos sem dar contas dos que já se acham iniciados⁴⁹²”.

Enquanto José Antônio Saraiva alertava ao poder legislativo sobre a importância de investimentos na Armada Imperial, considerando os problemas políticos que o Brasil enfrentava na região, o Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa, Comandante em Chefe da Força Naval em Operações no rio da Prata informava ao governo imperial sobre a possibilidade de uma invasão paraguaia à província de Mato Grosso. Em 17 de setembro de

⁴⁹¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Op.Cit.* p. 313.

⁴⁹² *Ibidem*, p. 276.

1864, Almirante Tamandaré escreveu um ofício ao presidente da província de Mato Grosso, explicando sua percepção de ameaça sobre o Paraguai, relacionada à ação da esquadra brasileira contra o vapor uruguaio *Vila de Salto*:

O governo do Paraguai, logo que soube da nossa ameaça de represália solicitado pelo governo oriental vivamente, e acreditando, ou mostrando acreditar que queremos tentar contra a independência e integridade da República Oriental do Uruguai, declarou ao nosso Ministro residente em Assunção que consideraria a ocupação de qualquer parte do território desta República temporária ou permanentemente, por força de mar e de terra do Brasil, como atentatório ao equilíbrio do Rio da Prata, e protestando contra qualquer ato novo neste sentido, insinuou que tomaria medidas graves contra o Império⁴⁹³.

Além disso, considerando a ofensiva militar paraguaia, buscava compreender os planos militares de Solano López, alertando o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em ofício de 27 de setembro de 1864: “se quiser fazer algum movimento de força contra nós, persuadome que principiará por invadir a província de Mato Grosso para ocupar nela o território que ambiciona, com a ideia de que seremos forçados, finalmente a cedê-lo, quando entrarmos em ajuste de paz com ele⁴⁹⁴”.

A ação promovida por Almirante Tamandaré foi o envio de cinco ofícios com ordens, embora não obtivesse instruções da Corte. Em 17 de setembro de 1864, escreveu ao Comandante da Flotilha do Mato Grosso: “A vista da posição assumida pelo governo do Paraguai, deve tomar todas as providências ao seu alcance para contê-la com a flotilha do seu comando, apressando-se a levar ao conhecimento da província a gravidade da situação e a iminência de um ataque⁴⁹⁵”. Na mesma data, enviava à presidência da província de Mato Grosso, solicitando “tomar as providências que a sua perspicácia e valor indicarem com honra para nossas armas qualquer agressão desleal do Paraguai. Julgo também útil prevenir a V. Ex.^a que nos acham mais amigáveis relações com a Confederação Argentina⁴⁹⁶”.

Os ofícios enviados ao Ministério da Marinha eram cópias dos documentos remetidos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, solicitando os navios de guerra e armamentos necessários para preparar uma força naval capaz de promover a ofensiva militar:

⁴⁹³ 1864,09,17 Ofício de Joaquim Marques Lisboa ao Presidente da província de Mato Grosso informando a possibilidade de invasão dos Paraguaiois. Arquivo da Marinha: Arquivo Almirante Tamandaré, Livro XIII, doc. 1171.

⁴⁹⁴ Idem.

⁴⁹⁵ 1864, 09, 17 LISBOA, Joaquim Marques. Ofício ao Comandante da flotilha do Mato Grosso sobre invasão do Paraguai. Arquivo da Marinha: Arquivo Almirante Tamandaré: Livro XIII, Doc. 1170.

⁴⁹⁶ *Op.cit.*

Quanto à força naval este meio consiste no maior número de canhoneiras de que possamos próprias para operar no rio Paraguai; em depósitos flutuantes para víveres, munições de guerra, combustíveis, sobressalentes e enfermos. Convém recomendar que as munições de guerra sejam de boa qualidade, mui bem acondicionadas, e devidamente classificadas. Se a corveta encouraçada estiver pronta é indispensável que venha fazer parte da Força Naval sob meu comando; por que será mui necessário para o ataque de Humaitá, que se pode adiar ainda uns dois meses. Preciso também do material de ferro apropriado, não só para revestir com couraças próprias as proas das canhoneiras, que é o ponto vulnerável delas no acometer aquela fortaleza, como para construir também alguma bateria fixa ou flutuante que recebe artilharia grossa, e nos auxilie a arrasá-la. Com estes elementos bem combinados, e com o concurso de nosso exército não receio do bom êxito da subida da nossa esquadra até Assunção⁴⁹⁷.

No ofício para o cônsul brasileiro em Assunção, o Vice-Almirante Tamandaré solicitou seus serviços de espião para fornecer informações sobre as forças armadas paraguaias:

Compreende perfeitamente V. Ex.^a que na situação em que nos achamos é da maior importância que eu tenha informações seguras sobre a força real do exército do Paraguai, posições que ele atualmente ocupa, distância que estas posições ficam da Assunção, e das nossas fronteiras, quer na província de Mato Grosso, quer na da província do Rio Grande do Sul, qualidade dos terrenos por onde deve marchar para agredir-nos, recursos que estes terrenos lhe oferecem, grau de instrução militar desse exército, qualidade do armamento de que usa, nacionalidade dos generais e comandantes que o dirigem assim como sobre as fortificações que guarnecem o rio desde as três bocas até esta Capital, número de baterias, calibre das artilharias, situação das baterias. Também desejo conhecer a força naval de que dispõe essa República, e o estado material dos navios⁴⁹⁸.

Na província de Mato Grosso, Augusto Leverger recebeu o aviso do Almirante Tamandaré, em 10 de outubro de 1864, mobilizando a força naval para a defesa do território fronteiriço:

uma guarnição de quatro corpos de linha, com pouco mais de mil homens disseminados por muitos e importantes pontos, como consta nos mapas existentes no arquivo do Comandando das Armas; e como auxiliar a Flotilha composta dos vapores – *Anhambahy*; *Jaurú*; *Corumbá*, *Alpha*, *Cuiabá* e *Paraná*⁴⁹⁹.

Embora os esforços do Ministério da Marinha, desde 1854, para a defesa da província de Mato Grosso contra um ataque do Paraguai e a ação de Almirante Tamandaré a fim de

⁴⁹⁷ *Op.cit.*

⁴⁹⁸ 1864,09,30 Ofício de Tamandaré ao Ministro em Assunção. Arquivo da Marinha: Arquivo Almirante Tamandaré Livro XIII, 1178.

⁴⁹⁹ IMPÉRIO DO BRASIL. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinária de 3 de maio de 1864*. Cuiabá: Typ. de Souza Neves e Comp., 1864, p. 24.

alertar o governo imperial sobre a invasão ao seu território em 1864, retirando o fator surpresa do ataque, a província não dispunha de uma força militar capaz de garantir sua integridade, caindo em posse dos paraguaios. Cabe apresentarmos que, após a ofensiva paraguaia, outro oficial da Armada Imperial buscou agir junto ao Ministério da Marinha a fim de executar o plano de defesa para província. Destacamos a correspondência do Diretor do Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura, Capitão Tenente Antônio Mariano de Azevedo. Diante das notícias sobre a ocupação dos povoados da fronteira, escreveu sua percepção de ameaça ao Ministro da Marinha, em 1865:

o plano dos paraguaios me parece agora claro. Premeditaram tomar Cuiabá. Para isso dispuseram de 2 corpos de exército. Quanto, que partiu de Assumpção, por agora, depois de tomar Coimbra, Corumbá, e Dourados, devia ocupar Villa Maria, e ali permanecer até ter notícias do 2º, que partindo do Apa, e tomando Nioac e Miranda, devia chegar ao Coxim. Uma canoa mandada pelo Taquary e Paraguai levaria essas noticias a Villa Maria. Feitas as convenientes combinações, movem-se simultaneamente os dois exércitos em direção a Cuiabá, e num belo dia vê-se essa capital assaltada por duas grandes forças, uma vinda de Villa Maria e Poconé, e outra de Coxim. É bem natural que não possa resistir⁵⁰⁰.

Apesar dos paraguaios não planejarem invadir Cuiabá, era um constante receio das habitantes e autoridades do governo. Para defender a província de Mato Grosso, o Diretor Antônio Mariano de Azevedo propôs ao Ministro da Marinha o emprego de Itapura como ponto estratégico para o envio de tropas e armamentos, visto que havia disponível uma flotilha composta pelo vapor *Tamandataí* e seis lanchas com capacidade para transportar 400 militares para o porto de Santa Rosalinda, no rio Brilhante⁵⁰¹. Ao encontro do Capitão-Tenente Mariano de Azevedo, Augusto Leverger defendia que Itapura era a melhor trajetória para conduzir, ao Mato Grosso, os subsídios necessários⁵⁰². Além disso, a direção solicitou a remessa de contingente e armamento, devido ao quadro de pessoal composto por 14 soldados navais, 4 soldados do exército e 12 imperiais marinheiros⁵⁰³. Contudo, não encontramos nenhuma documentação que comprovasse o envio de força naval ou do Exército para Itapura. Ao longo da Guerra do Paraguai, a única função desempenhada foi a passagem do correio de Mato Grosso para o Rio de Janeiro, desconsiderando todo o planejamento estratégico que motivou sua criação. Em 1870, ao final do conflito, após o estabelecimento da abertura do rio

⁵⁰⁰ s/d. Aditamento de Antônio Mariano de Azevedo ao Ministério da Marinha. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1202,152.

⁵⁰¹ 1865,01,30 Relatório de Antônio Mariano de Azevedo ao Ministério da Marinha. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1202,155.

⁵⁰² LEVERGER, Augusto. *Op. Cit.*

⁵⁰³ Idem.

Paraguai, o Estabelecimento Naval de Itapura foi fechado. A colônia militar foi transferida para tutela do Exército⁵⁰⁴.

A invasão à província de Mato Grosso refletiu, portanto, o fracasso da ação do Estado brasileiro em prover sua defesa. Embora o Ministério da Marinha tenha cumprido seu papel na elaboração de planos, no âmbito político e estratégico, os problemas estruturais do próprio país e da instituição militar comprometeram sua execução. Os projetos não seriam concretizados apenas com assinatura de um decreto, era preciso mobilizar homens – civis e militares – mão de obra qualificada, operários, material e dinheiro. Inclusive, alinhar os poderes executivos e legislativos, ou seja, reunir o Ministério da Marinha, a Câmara dos Deputados, o governo da Província de Mato Grosso e as demais instituições políticas para trabalharem coordenados na construção de políticas efetivas, em longo prazo, para defesa do território brasileiro.

⁵⁰⁴ As ruínas do Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar estiveram erguidas, até 1968. Com a construção da Represa de Jupia, integrante do Complexo Hidroelétrico de Urubupungá, as ruínas foram submersas. Permanece, até hoje, apenas o Palácio D. Pedro II, antiga sede da diretoria do Estabelecimento Naval. Atualmente, a Prefeitura de Itapura possui um projeto de restauração do prédio de, aproximadamente, um milhão de reais, contudo, por falta de verbas, as obras não começaram.

Conclusão

A defesa da soberania brasileira na fronteira da província de Mato Grosso com a República do Paraguai era imperativa para manutenção da unidade territorial do país e, conseqüentemente, para o fortalecimento do Estado. A proposta central do trabalho foi estabelecer uma análise acerca da atuação da Armada Imperial, na defesa desse território em litígio, compreendido entre o rio Apa e o rio Branco, buscando responder especificamente se o Ministério da Marinha formulou planos estratégicos.

Estabelecemos um recorte temporal, entre 1852 e 1865, obedecendo à conjuntura política da época, marcada pelo processo de formação de conflito político entre o Império do Brasil e a República do Paraguai. Em 1852, com a queda do General Juan Manuel de Rosas, em Buenos Aires, e o fim da ameaça à soberania paraguaia, o governo de Carlos Antônio López modificou suas relações com o Brasil, impondo a assinatura do Tratado de Limites, de acordo com os interesses paraguaios, para concessão do Tratado de Livre Navegação. O embate de interesses acirrado pela disputa de poder no rio da Prata, provocou a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai (1864-1870) e a invasão ao Mato Grosso pelas tropas de Solano López (1864-1865).

Para cumprirmos o objetivo central, estabelecemos perguntas secundárias. Considerando a importância estratégica da província de Mato Grosso, devido à extensão territorial, localizada entre a bacia do Prata e a bacia Amazônica e cortada por rios interiores, ao mesmo tempo, suas limitações, justificada pela baixa produção econômica, menor índice populacional e ausência de vias de comunicação, tornou-se evidente a necessidade de ação do Estado para impedir a perda territorial que ameaçava a unidade do Império do Brasil, sobretudo, pois o país vivia um processo de definição das suas fronteiras terrestres, a partir das negociações as Repúblicas vizinhas. Quais os elementos deveriam compor a política de defesa de Mato Grosso?

Isto posto, encontramos políticos brasileiros, influentes no poder executivo, como Duarte da Ponte Ribeiro, Tenente-general Francisco José de Souza Soares, Francisco Adolfo de Varnhagen, Honório Hermeto Carneiro Leão e José Maria da Silva Paranhos que convergiam nos seguintes aspectos sobre a defesa da província de Mato Grosso, orientando a ação do Estado: 1) no âmbito político, à diplomacia caberia a negociação dos limites, empregando o *uti possidetis*, enquanto o Estado deveria investir nas forças armadas para

emprego do poder militar; 2) âmbito militar e estratégico, criação de destacamentos militares para ocupar o território em litígio; 3) fundação de colônias militares, diferenciando da construção de fortes, com a reunião de famílias para produção agrícola que abasteceriam os quartéis, ocupando, desenvolvendo a economia da região e defendendo o território com a presença de militares; 4) criação de estabelecimentos navais, cabendo à Marinha de Guerra promover a navegação fluvial, monitoramento dos rios, proteção ao comércio e ao território contra incursões estrangeiras e a integração do Mato Grosso com o Rio de Janeiro. Destacamos, ainda, a preferência por estimular a navegação interior para o envio de tropas e materiais de guerra para fronteira, evitando a rota estrangeira do rio da Prata, rio Paraná e rio Paraguai. Verificamos, portanto, que o Estado brasileiro dispunha de um pensamento político e estratégico e projetos para defender sua soberania na fronteira, garantindo a integridade de Mato Grosso.

Em seguida, observamos as relações diplomáticas entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, entre 1852 e 1864, buscando compreender a guerra e sua ameaça como um instrumento político do Estado brasileiro empregado para alcançar seus interesses. O conflito armado era admissível, no âmbito da política internacional, pelas instituições do Estado brasileiro, quando empregado para defender seus interesses nacionais, honra e soberania do país. Apesar de encontrarmos em diversos discursos a valorização da luta pela paz, não podemos observá-las como maniqueísta, a luta do bem contra o mal. Lutar pela paz não ocorria por valores altruístas do governo brasileiro principalmente porque a paz era um recurso metafórico do discurso que fazia referência aos seus interesses políticos regionais: a definição dos limites, a livre navegação dos rios e o equilíbrio de poder, mediante liderança brasileira na bacia do Prata, neutralizando a influência de Buenos Aires sobre o Uruguai e Paraguai. Foi nesse contexto de *pax armada*, após a Guerra contra Rosas e Oribe, em 1852, que o pensamento teórico “se queres a paz, prepara-te para guerra” de Vegécio foi recorrido por diplomatas brasileiros como Paulino José Soares de Souza e José Maria da Silva Paranhos, também influenciando na postura brasileira nas relações bilaterais com Assunção.

Ao analisarmos o processo de acirramento do conflito entre o Império do Brasil e o Paraguai, verificamos que, entre 1852 e 1858, as missões diplomáticas não conseguiram solucionar os embates de interesses entre os países. Como consequência, o Estado brasileiro considerava o emprego da violência, visto que a guerra era um meio político capaz de persuadir o governo de Carlos Antonio López a conceder a livre navegação e a definir os

limites vantajosos ao Brasil, garantindo a comunicação e a integridade da província de Mato Grosso. A iminência de guerra justificava sua preparação, ainda em tempos de paz, implicando na mobilização do Ministério da Marinha para habilitar a Armada Imperial para um conflito no teatro de operações fluviais e promover a defesa da província de Mato Grosso contra a República do Paraguai, sobretudo, no território litigioso.

Desde sua criação, a Marinha de Guerra detinha como objetivo a defesa do território brasileiro. Durante o período analisado, entre 1852 e 1865, ela experimentava seu próprio processo de consolidação e modernização tecnológica tendo em vista que a segunda metade do século XIX, após a 2ª Revolução Industrial, foi marcante para construção naval com a ascensão do navio a vapor. Ao mesmo tempo, era a principal instituição militar empregada pelo Estado para defender seus interesses no âmbito político internacional. A Armada Imperial era atuante no policiamento do litoral, combatendo o tráfico ilícito de escravos e, na bacia do Prata, com a missão de projetar poder do Estado brasileiro.

No cumprimento do nosso propósito central, buscamos analisar os Ministérios da Marinha, entre os anos de 1852 a 1865, a partir da análise crítica dos relatórios oficiais apresentados à Câmara dos Deputados, a fim de avaliarmos a ação de cada gestão para defesa da fronteira de Mato Grosso, diante da ameaça de conflito armado contra o Paraguai. Cotejamos a documentação oficial com a correspondência da província de Mato Grosso, liderada pelo Comandante Augusto Leverger, oficial de Marinha, que desempenhou importante papel na questão, discutindo com os ministros sobre as necessidades da província no que tange a força naval.

Observamos que o Ministério da Marinha passou a atuar, a partir de 1854, para cumprir esse objetivo, após a missão diplomática do Comandante Pedro Ferreira de Oliveira. O oficial da Armada foi enviado a Assunção para negociar o Tratado de Limites e Navegação, amparado pela esquadra, empregada para forçar a passagem do rio Paraguai e persuadir o governo de Assunção, mediante demonstração do poderio da força naval. Contudo, é sabido que a operação não foi bem sucedida devido à condução de navios de maior calado e o encalhe de parte da esquadra no rio Bermejo. O incidente revelou que a Armada Imperial não possuía vasos de guerra apropriados para atuar no rio Paraguai e tributários. O acirramento do conflito político e a demanda por uma Marinha de Guerra preparada para cumprir os interesses do Império na região, mobilizaram a Instituição. Em nossa análise sobre os relatórios ministeriais, identificamos uma tríade de ministros cujas gestões priorizaram a

modernização da esquadra e a defesa da fronteira de Mato Grosso, estabelecendo medidas encadeadas.

Com a ascensão de José Maria da Silva Paranhos na pasta da Marinha, entre 1853 e 1855, o Ministro defendeu a modernização tecnológica necessária ao emprego da Armada Imperial não apenas no cenário oceânico, mas também fluvial, considerando seu emprego também para defesa da fronteira terrestre, a partir da criação de flotilhas menores e velozes próprias para navegação das hidrovias. Embora o relatório do Ministro Paranhos de 1854 apresente apenas esse pensamento, é uma fonte documental representativa do fato de que a Armada Imperial estava construindo seu pensamento naval estratégico que fundamentava suas atividades para cumprir sua principal missão: proteger o território brasileiro. Além disso, revelou a iniciativa do próprio Ministério da Marinha em demonstrar para o poder legislativo a necessidade de investimentos na construção naval e aquisição de navios a fim de cumprir suas funções estabelecidas pelo Estado.

Em 1855, João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe assumiu a pasta do Ministério da Marinha. Sua administração destacou-se pela solicitação de crédito extraordinário, junto ao governo imperial, para compra de dois vapores na Europa, para atuar exclusivamente no serviço de navegação fluvial. Atendendo às especificidades da navegação do rio Paraná e rio Paraguai, foram comprados o vapor *Japurá* e a fragata *Paraguassú*.

No ano seguinte, após o retorno do Ministro Paranhos à pasta da Marinha, os navios foram colocados a serviço da província de Mato Grosso, promovendo a comunicação com o Rio de Janeiro, a partir da rota internacional. Dando prosseguimento à política de defesa, o Ministro Paranhos enviou o vapor *Maracanã* em missão de exploração do rio Paraguai até a cidade de Albuquerque, no Mato Grosso. O objetivo era redigir um relatório sobre a navegação do rio Paraná, rio Paraguai e os afluentes, rio São Lourenço e rio Cuiabá. O interesse principal do Ministério da Marinha era recolher as informações para estabelecer uma linha de comunicação regular com o Mato Grosso, passando por Assunção, Montevideu e Buenos Aires, visto que o governo imperial havia assinado um Tratado de Navegação com o Paraguai, embora este último tenha imposto um regulamento proibitivo que limitavam o número de navios de guerra e transporte de armamentos e tropas. Essa expedição apresentou ainda um caráter político tendo em vista as instruções sobre espionagem das baterias paraguaias, sem levantar nenhuma suspeita, demonstrando que o Ministério da Marinha

preocupava-se em recolher as informações necessárias para preparar sua esquadra para uma possível guerra.

A Ascensão de José Antônio Saraiva ao cargo de Ministro da Marinha foi concomitante à iminência de guerra entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, influenciando sua gestão que ampliou o orçamento para obter recursos para proteção da província de Mato Grosso e para modernização da esquadra com aquisição de navios.

Durante sua gestão, criou novas instituições para Armada Imperial, como a Companhia de Aprendizes de Imperiais Marinheiros (1857) e a Estação Naval do Mato Grosso (1858). Dando continuidade ao plano de Cotegipe e Paranhos, estabeleceu uma comunicação da província fronteira do Mato Grosso com o Rio de Janeiro, mediante criação de uma linha regular de vapores que promoviam o trajeto, conduzindo, material, tropas, armamentos e a correspondência. Além disso, o Ministro Antônio Saraiva pleiteou créditos extraordinários, junto ao poder legislativo, para a compra de canhoneiras, classe de navios, na época, recém-utilizados, na Guerra da Crimeia. O objetivo era empregar as canhoneiras, conforme a estratégia naval do conflito, contra as baterias paraguaias, sobretudo, as situadas na Fortaleza de Humaitá, assim como foi empregada contra os russos, em Kinburn e Sebastopol, pela *Royal Navy* e pela Marinha de Guerra francesa. Para integração da província de Mato Grosso ao país, utilizando somente de um percurso em território brasileiro, a fim de retirar a região da dependência da rota internacional, considerando a iminência de guerra, o Ministro da Marinha propôs ao governo imperial retomar a navegação fluvial do alto Paraná e os rios interiores do Mato Grosso, a partir da criação do Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar.

A partir das medidas realizadas por José Maria da Silva Paranhos, João Maurício Wanderley e José Antônio Saraiva, destacamos os principais planos estratégicos para defesa da fronteira, considerando a ofensiva militar contra o Paraguai: o Trem Naval do Mato Grosso composto pelo Arsenal de Marinha em Cuiabá, barcas canhoneiras, Companhia de Imperiais Marinheiros e, mais tarde, também a Companhia de Aprendizes de Marinheiro. O objetivo principal era promover a construção naval, o reparo das embarcações e exercícios militares dos marinheiros que deveriam ser empregados na defesa do território, monitoramento dos rios interiores, impedindo incursões estrangeiras. Além disso, a Estação Naval composta por vapores que promoviam a comunicação do Mato Grosso com o Rio de Janeiro e o monitoramento do rio Paraguai, projetando poder do Estado brasileiro sobre o governo

paraguaio, mediante demonstração da força naval do país. A modernização tecnológica almejava a aquisição de canhoneiras, equipando a esquadra com vasos capazes de atacar a fortaleza de Humaitá, vencendo suas baterias. Por fim, a integração da província de Mato Grosso, a partir da navegação a vapor dos rios interiores pela flotilha de Itapura, na província de São Paulo.

O Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar foi um plano de grande envergadura, visto que foi um projeto de colonização do território liderado pela Armada Imperial para atingir um objetivo estratégico baseado na integração e defesa do Mato Grosso, a partir da navegação a vapor dos rios interiores. Todo o planejamento urbano e econômico, além do controle das relações sociais entre militares, colonos e escravos estiveram sob responsabilidade do Ministério da Marinha, representado pelo oficial da Armada Antônio Mariano de Azevedo. A Marinha de Guerra, em Itapura, exerceu não só um papel militar e estratégico ao cumprir a missão, estabelecendo uma rota de navegação a vapor, após a viagem do *Tamandataí*, mas um papel político, econômico e social, liderando a produção da agricultura, concedendo liberdade aos escravos e representando a autoridade do Estado brasileiro nos sertões do país.

O ano de 1858 marcou o ápice e, ao mesmo tempo, o declínio desses planos estratégicos. Enquanto havia percepção de ameaça e o Estado considerava a guerra como o único instrumento contra o Paraguai, havia poder político para mobilizar a Armada Imperial, investindo nos projetos construídos pela força. Contudo, como a controvérsia obteve uma solução pacífica, com a missão do diplomata José Maria da Silva Paranhos e a assinatura do Tratado de Navegação, após a suspensão da negociação dos limites durante seis anos, a ofensiva militar não foi empregada. O Ministério da Marinha promoveu investimentos na aquisição de navios, criação de novos estabelecimentos navais e no remanejamento de armamentos e contingente militar para uma guerra que não ocorreu, embora os conflitos políticos permanecessem.

Entre 1858 e 1864, verificamos que a defesa da província de Mato Grosso deixou de ser prioridade para o Ministério da Marinha. Em primeiro lugar, novos problemas internacionais ganharam a pauta do governo imperial. Não significava que os conflitos com a República do Paraguai não eram considerados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo contrário, missões diplomáticas continuavam discutindo a definição dos limites. O que queremos demonstrar é que os problemas com o Reino Unido e com o Uruguai, entre 1862 e

1864, mobilizaram o Estado que intensificou o emprego da Armada Imperial no monitoramento do litoral e no rio da Prata. Em paralelo, o Ministério da Marinha buscava uma reorganização da Secretaria do Estado de Negócios da Marinha e no Quartel General, além da própria modernização tecnológica com aquisição de navios encouraçados, aspectos que se tornaram prioritários nas gestões desse período. Mais uma vez, sem interesse político não era possível dar continuidade as políticas estratégicas criadas anteriormente.

Uma conjuntura marcada pela ameaça de guerra entre o Império do Brasil e a República do Paraguai retornou, em 1864, após a intervenção brasileira no Uruguai. A percepção de ameaça de Solano López sobre uma possível violação de sua soberania e integridade territorial pelo Estado brasileiro e o almejo por poder político, na região, corroboraram para preparar seu país para luta armada, declarando guerra e invadindo o território fronteiriço. Nesse momento, a província de Mato Grosso não resistiu, não dispondo da força necessária para garantir sua defesa e integridade.

A estratégia de defesa não funcionou por um conjunto de limitações do próprio Estado brasileiro, incluindo, a própria Armada Imperial. Em primeiro lugar, a economia agrário-exportadora do Estado Imperial limitava os investimentos nas instituições militares, nas políticas de defesa do território, nas atividades de construção naval e manutenção dos estabelecimentos navais. No âmbito político, o Estado vivia seu processo de fortalecimento e consolidação, dando prioridade à demanda doméstica ou internacional do momento, sem desenvolver políticas a longo prazo. Um exemplo característico era o processo para fixar a força naval. O Ministro da Marinha enviava o relatório à Câmara dos Deputados onde sofria sabatina sobre o planejamento orçamentário e o poder legislativo aprovava a lei da força naval com plenos poderes para modificá-la, nem sempre atendendo às demandas do Ministro. Ao longo do trabalho, apresentamos diversos discursos que demonstravam a dificuldade de ministros em conseguir a aprovação de aumento da força, sobretudo, oficiais da Armada para província de Mato Grosso, limitando atuação da Marinha de Guerra, defendendo a ação da esquadra no litoral, no Prata ou no rio Amazonas, por exemplo.

Ressaltamos mais uma vez a falta de vontade política. Para cumprir com os planos estratégicos construídos pela Armada era fundamental a ação conjunta do poder legislativo e poder executivo e, sobretudo, alinhamento entre os próprios ministros da Marinha. Era fundamental a continuidade das gestões e não a ruptura completa. Um exemplo ilustrativo foi a dissolução e o desvio de finalidade das tropas enviadas para o Mato Grosso, após 1858. Ao

invés de permanecerem no monitoramento da fronteira e nos estabelecimentos navais, foram remanejadas, para atender interesses privados, como a caça de índios que saqueavam as fazendas no Mato Grosso. Essas medidas refletiam a ausência de uma política coordenada entre o poder central e local e os erros políticos baseados na compreensão que o conflito com o Paraguai estaria solucionado e que, portanto, defender a fronteira não detinha mais caráter urgente.

Não era possível assegurar o território apenas no âmbito do discurso. As práticas discursivas deveriam ser empregadas em conjunto com as medidas concretas. O poder político deveria reconhecer a importância dessas políticas para defender o território e desenvolver o próprio Estado, e convergir, não só para aprovar as medidas momentaneamente, mas para prover dos instrumentos necessários para colocá-las em prática no decorrer dos anos. A defesa do território não seria alcançada apenas com a colocação de novos estabelecimentos militares. Era necessária a atenção do Estado nos investimentos na economia, no incentivo à ocupação da população, na construção de vias de integração, através de rios, estradas e ferroviárias, fatores que iriam auxiliar diretamente no desenvolvimento dos postos militares. Verificamos que o Ministério da Marinha foi incumbido de liderar a colonização, integração e defesa da região, contudo, não obteve todos os subsídios necessários para cumprir a missão, sofrendo do próprio mal que o Estado buscava remediar.

No que tange à Armada Imperial, considerando seu próprio processo de consolidação, o problema de recrutamento de praças implicava, diretamente, na dificuldade em preencher a Companhia de Imperiais Marinheiros. A prática do recrutamento forçado corroborava no ingresso de homens, inclusive, escravos e sentenciados, sem qualificação e sem vocação, para o serviço militar, acirrando a falta de profissionais e os constantes casos de deserção. No caso da província de Mato Grosso, o baixo índice demográfico era outro fator que contribuía para a falta de militares na província. Embora, o Ministério da Marinha tenha criado a Companhia de Aprendizes de Imperiais Marinheiros, na tentativa de educar meninos para o serviço militar, o Mato Grosso permanecia com dificuldades em preencher seu quadro. Como consequência, seus estabelecimentos navais não possuíam contingente militar para seu desenvolvimento e para a defesa do território em caso de invasão.

Além disso, um país com elevado índices de analfabetismo sofria, como consequência, a falta de mão de obra qualificada que implicava diretamente na ausência de profissionais necessários à construção naval e à navegação a vapor. Para a Marinha de Guerra dispor de

uma esquadra moderna, com navios a vapor, detinha, em seu quadro de pessoal, estrangeiros, europeus e norte-americanos, que ocupavam cargos de maquinista e carvoeiro, tendo em vista que, no Brasil, não havia profissionais especializados. Embora os ministros, como José Maria da Silva Paranhos, tenham criticado a contratação de estrangeiros para atuar com funções estratégicas, a bordo dos navios de guerra, e sugerido a criação de escolas para formação de maquinistas, por exemplo, o Estado pouco investiu na educação desse setor. Esses problemas estruturais da Marinha de Guerra limitavam diretamente sua ação na província de Mato Grosso que, muitas vezes, paralisou as atividades de construção naval pela falta de mão de obra qualificada.

Embora os arsenais da Marinha e estaleiros particulares, sobretudo os pertencentes ao Barão de Mauá, tenham construído navios a vapor, o país sofria com a dependência tecnológica europeia e norte-americana. A modernização da esquadra dependia da tecnologia externa, material, peças importadas e a compra de navios em estaleiros europeus. No caso da província de Mato Grosso, o envio de navios comprados sem obedecer às especificidades do território brasileiro ou do teatro de operações fluviais contribuíram para dificultar a integração e defesa da província.

A invasão pelas tropas de Solano López e a ocupação da fronteira, em litígio, foram consequência dos erros cometidos pelo Estado Brasileiro em não prover as estratégias construídas pelo Ministério da Marinha. Embora tenha subsidiado, entre 1854 e 1858, planos estratégicos, considerando sua defesa, ocupação e integração, a defesa de um território não seria garantida apenas com a assinatura de um decreto, principalmente, pois não deveria ser pensada, organizada e executada diante da eventualidade. Sobretudo, quando tratamos de uma estrutura naval para operações militares que não deve ser improvisada. Afinal, requer mão de obra qualificada, estrutura de portos e outros estabelecimentos navais para manutenção das embarcações, além de combustível como o carvão, armamentos para navios, oficinas e praças, além de outros materiais.

Um Estado que apresentava um território fronteiro estratégico para manutenção do seu poder, deveria promover uma política de vigilância, com a presença das forças armadas, estimulando a ocupação e o desenvolvimento econômico por sua população. Contudo, quando as políticas para as fronteiras não são coordenadas, estimuladas e eficazes, implicam, diretamente, na fragilidade da segurança do país, ameaçando sua soberania, podendo sofrer ofensivas militares e até a perda do território.

A partir dessa pesquisa, contribuimos com novos subsídios para história naval brasileira, demonstrando o papel desempenhado pela Armada Imperial para defesa do território brasileiro, a partir da análise das estratégias criadas pelo Ministério da Marinha para defesa da província de Mato Grosso. Além disso, no tocante à literatura da Guerra do Paraguai, fornecendo uma interpretação alternativa dos autores apresentados que justificaram a invasão pelo isolamento da província, sem uma análise crítica sobre as ações do Estado. Compreendemos a ocupação paraguaia no território em litígio, após o sucesso da invasão militar, não de forma generalizada, sem análise crítica, mas pelos erros cometidos pelo Estado brasileiro, não investindo nos planos estratégicos construídos pelo Ministério da Marinha, em longo prazo, para defesa do território.

Considerando o resultado do trabalho, recomendamos novas pesquisas, no âmbito das ciências humanas, sobre temática da defesa da fronteira com a República do Paraguai com novo recorte temporal, contemplando também o tempo presente. Propomos responder as hipóteses sobre a continuidade dos problemas elencados nessa pesquisa, como dependência tecnológica e ausência de vontade política, como obstáculos à defesa da fronteira, atualmente, também desguarnecidas, contudo, com outras ameaças. É preciso lembrar que, embora o problema não seja mais a consolidação das fronteiras para o fortalecimento do Estado, o tráfico de armas, narcóticos e biodiversidade, o contrabando e o terrorismo são fatores que afetam a defesa e segurança do Estado brasileiro e demandam a atuação das Forças Armadas, inclusive, desempenhando um papel de polícia. Portanto, sugerimos novas pesquisas a fim de responder como o processo histórico das instituições militares e do Estado brasileiro, sobretudo, problemas de infraestrutura, interferem, nos dias atuais, na prática de novas estratégias de defesa para as fronteiras brasileiras

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

Cartográfico

ALMEIDA, Candido Mendes de. Mapa da província de Mato Grosso. In: _____. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Litografia do Instituto Filomático, 1868, il., mapas color.; 50 x 33 cm, p. 58.

_____. Mapa da província de São Paulo. In: _____. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Litografia do Instituto Filomático, 1868, il., mapas color.; 50 x 33 cm, p. 52.

FILHO, Synesio Sampaio Goes Filho. Mapa A Rota da Monções Cuiabanas. In: _____. *Navegante, Bandeirantes, Diplomatas: Um ensaio sobre a formação das fronteiras*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015, p. 391.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Mapa Conflitos da bacia do Prata. In: *Atlas Histórico do Brasil*. Disponível em: <http://atlas.fgv.br/marcos/guerra-do-paraguai/mapas/conflitos-na-bacia-do-prata-1850-1867>, acesso em 20 jan. 2017.

GIANNELII, Ercole. *Colônia Militar de Itapura*. São Paulo, s/d, i, monocromático, nanquim, com legenda, papel canson, bom estado, 109 cm x 72 cm. Arquivo Histórico do Exército, 1085 15.03.1085.

LEVERGER, Augusto. *Esboço da carta da Província de Mato Grosso: em que vão configurados tão somente os rios e pontos principais e os de que trata a memória que acompanha o mesmo esboço*. Cuiabá, 1860, Entelado; 42,5 x 54,5cm em f. 55,8 x 74,5 cm. Biblioteca Nacional, ARC.023,03,003.

PENHA, Lauriano José Martins. *Carta do Império do Brasil com a designação das ferrovias, colônias, engenhos centrais, linhas telegráficas e de navegação a vapor*. Rio de Janeiro, Lith. Paulo Robin, e Ca., 1883, Biblioteca Nacional, ARC.016,01,006. In: BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart231168/cart231168.jpg, acesso em 20 jan. 2017.

Iconográfico

Autor desconhecido. *Fotografia do Palácio D. Pedro II*. São Paulo, s/d. In: PREFEITURA DE ITAPURA. Disponível em: <http://www.itapura.sp.gov.br/>, acesso em 20 jan. 2017.

Manuscritos:

Arquivo da Marinha (DPHDM)

Ofício ao Comandante da flotilha do Mato Grosso sobre invasão do Paraguai. Arquivo da Marinha: Arquivo Almirante Tamandaré, Livro XIII, documento 1170.

Ofício de Almirante Tamandaré ao Ministro em Assunção. Arquivo da Marinha: Arquivo Almirante Tamandaré, Livro XIII, documento 1178.

Ofício de Joaquim Marques Lisboa ao Presidente da Província de Mato Grosso informando a possibilidade de invasão dos Paraguaios. Arquivo da Marinha: Arquivo Almirante Tamandaré, Livro XIII, documento 1171.

Ofício de José Antonio Saraiva a Joaquim Marques Lisboa sobre aquisição de navios na Europa sobre a compra de canhoneiras na Europa. Arquivo da Marinha: Arquivo Tamandaré – Livro IX, documento 866.

Arquivo Nacional

Correspondência da Estação Naval e Flotilha do Mato Grosso (1859-1886). Arquivo Nacional, Série Marinha, Navios, Força Naval, Distritos Navais, BR AN, RIO B3 IV M 3.136.

Correspondência do Quartel-General (1850-1860). Arquivo Nacional, Série Marinha, Quartel General e Conselho Naval, BR NA, RIO B5 III M746.

Dossiê da presidência da província do Mato Grosso. Arquivo Nacional, Série Marinha, Navios, Força Naval, Distritos Navais, BR AN, RIO B3 IV M 2,975.

Dossiê Estação Naval: sobre a comunicação fluvial com o Mato Grosso e aspectos políticos do prata (1859). Arquivo Nacional, Série Marinha, Navios, Força Naval, Distritos Navais, BR AN, RIO B3 IV M 2,976.

Dossiê: Inspeção do Arsenal de Mato Grosso. Arquivo Nacional, Série Marinha, Ministro, Secretaria de Estado, BR AN, RIO B2 XM 740.

Livro “Províncias, Colônias e Presídios”. Arquivo Nacional, Série Guerra, Gabinete do Ministro, BR AN, RIO DA IG 12.1.3.

Livro de Registro das Colônias Militares. Arquivo Nacional, Série Guerra, Gabinete do Ministro, BR AN, RIO DA IG 12.1.

Ofício de Joaquim José Inácio, Chefe da Esquadra a José Maria da Silva Paranhos sobre dificuldades em obter navios para promover a navegação Montevidéu – Mato Grosso. Arquivo Nacional, Série Marinha, Quartel General e Conselho Naval, BR NA, RIO B5 III M82.

Ofício de Joaquim Lamego Costa, Chefe da Divisão a João Pedro Dias Vieira sobre o vapor *Corumbá* integrar a flotilha do Mato Grosso. Arquivo Nacional, Série Marinha, Arquivo Nacional, Série Marinha, Quartel General e Conselho Naval, BR NA, RIO B5 IIIM34.

Arquivo Público do Mato Grosso

Livro de Correspondência da presidência da província de Mato Grosso com o Ministério da Marinha (1855-1862). APMT, Livro 154.

Livro de Registro de Avisos do Mato Grosso (1853-1856). APMT. Livro 72, Estante 7.

Livro Registro da Secretaria do governo da Província de Mato Grosso (1852-1864). APMT, Livro 71, Estante 7.

Biblioteca Nacional

Apontamentos sobre o rio da Prata e seus afluentes: Paraná e Uruguai por Duarte da Ponte Ribeiro (1846). Biblioteca Nacional: 07,4,96.

Memória sobre a necessidade de melhor assegurar a fronteira do Mato Grosso e Paraguai por Duarte da Ponte Ribeiro (1842). Biblioteca Nacional: I 46, 25,4.

Plano de Guerra e defesa da capitania de Mato Grosso por Ricardo Franco de Almeida Serra. Francisco Alves e Prado. Coimbra [Portugal]: [s.n.], 31/01/1800. 36f. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1390567/mss1390567.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2016, p.4.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Aditamento de Antônio Mariano de Azevedo ao Ministério da Marinha. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1202,152.

Decreto nº 1987 sobre criação da Companhia de Aprendizizes Marinheiros na província de Mato Grosso. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1135,34.

Dossiê da Contadoria da Marinha sobre o orçamento de 1856-1857. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1135,37.

Dossiê Trem Naval do Mato Grosso. IHGB: Coleção Documento Navais, DL 1128,68.

História do Estabelecimento Naval do Itapura de 1864 até 1866 de Raimundo A. da Câmara Bento Oliveira. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1213,21.

História do Estabelecimento Naval do Itapura: fundação–1863 por P. J. de Vasconcellos. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1233,45.

Instruções ao 1º Tenente Francisco Freire Borges Lima Garção, Comandante do vapor Maracanã sobre navegação no rio Paraguai por José Maria da Silva Paranhos. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Coleção Documentos Navais, DL 407, 04.

Instruções de Paulino José Soares de Souza a José Pimenta Bueno para missão diplomática na República do Paraguai. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Arquivo Visconde do Uruguai, VU 04,40.

Lei nº 904 de 8 de agosto de 1857. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1135,31.

Ofício de Antônio Mariano de Azevedo a Joaquim Raimundo Lamare. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1213,89.

Relatório de Antônio Mariano de Azevedo ao Ministério da Marinha. IHGB: Coleção Documentos Navais, DL 1202,155.

Museu Imperial

Apontamentos sobre o estado atual das fronteiras do Brasil por Duarte da Ponte Ribeiro (1844). Museu Imperial: Maço 107, Doc. 5248.

Impressos:

ALCALÁ, Guido Rodriguez; ALCÁZAR, José Eduardo. *Paraguay y Brasil: Documentos sobre las relaciones binacionales 1844-1864*. Asunción: Tiempo de Historia, 2007.

AMARAL, José Maria do. Correspondência ao Irmão Ângelo Tomás do Amaral. In: *Cadernos do CHDD*. Brasília: FUNAG, ano 6, nº 11, 2007, pp. 9-225.

ANDRÉA, F. J. S. S. De. Observações feitas em 1847 aos Apontamentos sobre o Estado da Fronteira do Brasil de Duarte da Ponte Ribeiro. IN: *Memórias sobre as fronteiras*. Brasil: Imprensa Nacional, 1895, pp. 10-24.

ANTUNES, José Euzébio. *Memórias das Campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.

AZEVEDO, Antônio Mariano de. *Relatório do Primeiro Tenente d' Armada Antônio Mariano de Azevedo sobre os exames de que fui incumbido no interior da província de São Paulo*. Rio de Janeiro: Typ. De Peixoto, 1858. IHGB: Coleção Thereza Christina, 32. 1. 11

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição do Império do Brazil*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm >, acesso em 16 jun. 2016.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros. *O Conselho de Estado e a política externa do Império: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1858-1862*. Brasília: FUNAG, 2005.

BUENO, José Antônio Pimenta. Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império. In: KUGELMAS, Eduardo. *Marquês de São Vicente*. São Paulo: Editora 34, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Conclusão da sessão de 19 de junho de 1852: fixação das forças de mar. In: *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 21 jun. 1852, p. 1.

_____. *Decreto de 5 de dezembro de 1822*. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/anterioresa1824/decreto-39051-5-dezembro-1822-568566-publicacaooriginal-91917-pe.html, acesso em 1 dez. 2016;

_____. *Decreto de 24 de janeiro de 1823*. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/anterioresa1824/decreto-38725-24-janeiro-1823-567500-publicacaooriginal-90827-pe.html, acesso em 1 dez. 2016.

_____. *Decreto nº 326*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-326-2-outubro-1843-560922-publicacaooriginal-84194-pe.html>, acesso em 10 dez. 2016.

_____. *Decreto nº 1.061*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1061-3-novembro-1852-559453-publicacaooriginal-81673-pe.html>, acesso em 10 dez. 2016.

_____. *Decreto nº 3045*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3045-22-janeiro-1863-554983-publicacaooriginal-74000-pe.html>, acesso em 10 dez. 2016.

_____. *Decreto nº 358*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-358-14-agosto-1845-560447-publicacaooriginal-83266-pl.html>, acesso em 10 dez. 2016.

_____. *Decreto nº 447*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-447-19-maio-1846-560415-publicacaooriginal-83218-pe.html>, acesso em 10 dez. 2016.

_____. *Decreto nº 667 de 26 de janeiro de 1850*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-667-26-janeiro-1850-559977-publicacaooriginal-82486-pe.html>, acesso em 01 jan. de 2017.

_____. *Discurso parlamentares: José Antônio Saraiva*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978.

_____. *Lei nº 694 de 10 de agosto de 1853*. Disponível em: http://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/1853%20pronto/leis1853_4.pdf#page=9, acesso em 20 jan. 2017.

_____. *Lei nº 753 de 15 de julho de 1854*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-753-15-julho-1854-558358-publicacaooriginal-79554-pl.html>, acesso em 20 jan. 2017.

_____. *Lei nº 820 de 14 de julho de 1855*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-820-14-julho-1855-558148-publicacaooriginal-79070-pl.html>, acesso em 22 jan. 2017.

_____. *Lei 840 de 15 de setembro de 1855*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-840-15-setembro-1855-558295-norma-pl.html>, acesso em 22 jan. 2017.

_____. *Decreto nº 1859 de 27 de dezembro de 1856*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1859-27-dezembro-1856-571896-publicacaooriginal-95016-pe.html>, acesso em 25 jan. 2017.

_____. *Lei nº 863 de 30 de julho de 1856*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-863-30-julho-1856-570948-publicacaooriginal-94043-pl.html>, acesso em 25 jan. 2017.

_____. *Decreto nº 1.517 de 4 de janeiro de 1855*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1517-4-janeiro-1855-558302-publicacaooriginal-79450-pe.html>, acesso em 25 jan. 2017.

_____. *Decreto nº 2.206 de 10 de julho de 1858*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2206-10-julho-1858-557150-publicacaooriginal-77465-pe.html>, acesso em 25 jan. 2017.

_____. *Decreto nº 2.200 de 26 de junho de 1858*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2200-26-junho-1858-557143-publicacaooriginal-77458-pe.html>, acesso em 26 jan. de 2017.

_____. *Lei nº 1.043 de 15 de setembro de 1859*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-1043-15-setembro-1859-557004-publicacaooriginal-77231-pl.html>, acesso 1 fev. 2017.

_____. *Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1318-30-janeiro-1854-558514-publicacaooriginal-79850-pe.html>, acesso em 02 fev. 2017.

_____. *Decreto nº 3.430 de 1 de abril de 1865*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3430-1-abril-1865-554606-publicacaooriginal-73320-pe.html>, acesso em 1 fev. 2017.

COSTA, Hipólito da. *Correio Brasiliense*. Londres, nº 175, dezembro de 1822.

IMPÉRIO DO BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, nº 84, 1826.

_____. *Diário da Câmara dos Deputados à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, nº 88, 1826.

_____. *Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.

LISBOA, Joaquim Marques. Ofícios ao Ministro José Antônio Saraiva. IN: MINISTÉRIO DA MARINHA. *Subsídios para a História Marítima do Brasil: Extratos do Arquivo do Almirante Tamandaré*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, volume X, 1951, pp. 23-87.

MAIA, José Antônio da Silva. Exploração do Alto Paraná, Ivinheima e Brilhante, feita no vapor de guerra “Tamandataí”, pelo Primeiro Tenente da Armada José Antônio da Silva Maia, achando-se o navio amarrado no Paraná, meia milha abaixo do Jupuíá, entre a ilha de Faia e a margem direita. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, volume 3, 1940, pp. 169-204.

MENDONÇA, Augusto Neto. Viagem de exploração aos rios Iguatemi, Escopil e Ivinheima. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, volume 1, 1938, pp. 285-297.

MINISTÉRIO DA MARINHA. *Relatório apresentado à Assembleia Geral pelo Conselheiro Diogo Jorge de Brito em 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Geral por Joaquim José Rodrigues Torres*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1838.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro Zacarias de Goes e Vasconcelos*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário de A. & L. Navarro, 1853.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro José Maria da Silva Paranhos*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário de A. & L. Navarro, 1854.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por José Maria da Silva Paranhos*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1855.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por João Maurício Wanderley*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1856.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por José Maria da Silva Paranhos*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1857.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por José Antônio Saraiva*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1858.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por visconde de Abaeté*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1859.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por Francisco Xavier Pinto Barreto*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1860.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por Joaquim José Inácio*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por Joaquim José Inácio*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por Joaquim Raimundo de Lamare*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1863.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por Joaquim Raimundo de Lamare*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por Francisco Carlos de Araújo Brusque*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da Câmara dos Deputados por Francisco Xavier Pinto Lima*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865.

PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2008.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei nº 646 de 31 de julho de 1852*. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM646.htm, acesso em 20 jan. 2017.

REZEK, José Francisco. *Conselho de Estado: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1978, v. 2.

RIBEIRO, Duarte da Ponte. *Exposição dos trabalhos históricos, geográficos e hidrográficos que serviram de base à Carta Geral do Império*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876.

RODRIGUES, José Honório. *Atas do Conselho de Estado Pleno: Terceiro Conselho de Estado, 1842-1850*. Brasília: Senado Federal, 1973.

S/A. Descrição Geográfica da Capitania de Matto Grosso: anno de 1797. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo II, 2º Trimestre, 1857.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial orgânico. In: GUIMARÃES, Lúcia; GLEZER, Raquel. (Org.). *Francisco Adolfo de Varnhagen*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, pp. 162-251.

Bibliografia

Artigos e capítulos de livros

AUBERT, Pedro Gustavo. Em tempos da pax: a região platina e a presença do Brasil. In: *Anais da X Semana de História Política da UERJ*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015, pp. 2268-2278.

BETHELL, Leslie. CARVALHO, José Murilo de. O Brasil da Independência a meados do século XIX. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Da Independência até 1870*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, v. 3, pp. 187-230.

CARVALHO, José Murilo de. *A vida política*. In: CARVALHO, José Murilo de; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil Nação: 1808-2010 – Volume 2: A construção nacional*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madrid: Fundación Mapfre, 2012, pp. 83-130.

CELLARD, André. Análise documental. In: POUPART, Jean et al. (Org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, pp. 303-323.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. Nas águas do Prata: operações da Marinha Brasileira entre 1854 e 1865. In: *Navigator*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, pp. 9-26, jul./dez. 2015.

GOMES, Enrico Diogo Moro. Os limites entre Brasil e Paraguai: Das primeiras negociações à demarcação e o caso da serra de Maracajú. In: *Cadernos do CHDD*. Brasília: FUNAG, ano 10, 2011, pp. 9-102.

JÚNIOR, Alberto Lacurte. Trem Naval de Mato Grosso. In: MINISTÉRIO DA MARINHA. *Subsídios para História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940, pp. 103-120.

LYNCH, John. As Repúblicas do Prata da Independência à Guerra do Paraguai. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo: Edusp; Brasília: FUNAG, 2004, pp. 625-694.

MACHADO, Lia O. Cidades na Fronteira Internacional: conceitos e tipologia. In: NUNES. Ângel; PADOIN, Maria M; OLIVEIRA, Tito C. M. (Orgs.). *Dilemas e Diálogos Platinos: Fronteiras*. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2010, pp. 59-72.

_____. Limites, Fronteiras, Redes. In: T. M. STROHAECKER, A. DAMIANI, N. O. SCHAFFER, N. BAUTH, V. S. (org.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB, 1998, pp. 41-49.

NETO, José Miguel Arias. A centralização do Estado Imperial e a Marinha de Guerra do Brasil (1841-1868). In: *Tiempo y Espacio*. Caracas, v. 33, n. 64, pp. 287-316, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA, Marcelo Rodrigues. Divisão Naval do Leste: a Marinha Imperial na costa da África. In: *Navigator*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 11, pp. 102-117, jun. 2010.

ROJAS, Eduardo Hirohito Nakayama; SANJURJO, Grizzie Margaret Logan Gómez. Introducción a las causas de la disputa territorial entre el Imperio del Brasil y la República del Paraguay. *Revista Brasileira de História Militar*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 10, pp. 80-158, abr. 2013.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. Duarte da Ponte Ribeiro: Definindo o território da monarquia. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org). *Pensamento Diplomático Brasileiro (1750-1964)*. Brasília: FUNAG, 2013, v. 1, pp. 159-194.

VARNHAGEN, Francisco A. *Memorial Orgânico*. Apud WEHLING, Arno. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GUIMARÃES, Lúcia. GLEZER, Raquel. (orgs.). *Francisco Adolfo de Varnhagen*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, pp. 202-316.

VIDIGAL, Armando. A evolução tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para Marinha do Brasil. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 120, n. 1012, pp. 131-197, out./dez. 2000.

WEHLING, Arno. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GUIMARÃES, Lúcia. GLEZER, Raquel. (orgs.). *Francisco Adolfo de Varnhagen*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, pp. 160-199.

Dicionários:

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

MENDONÇA, Rubens. *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1971.

NICKSON, R. Andrew; KOLINSKI, Charles J. *Historical Dictionary of Paraguay*. Maryland: Scarecrow Press, 1993.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

Livros

ACCIOLY, Hildebrando. *Limites do Brasil: a fronteira com o Paraguai*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Dom Casmurro*. Porto Alegre: L&PM, 1997. .

BACKHEUSER, E. *Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952.

_____. *Problemas do Brasil – Estrutura Geopolítica*. Rio de Janeiro: Omnia, 1933.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: Especialidades e Abordagens*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BENNET, Andrew; GEORGE, Alexander L. *Cases Studies and Theory Development in the Social Science*. USA: Harvard University Press, 2005.

BITTENCOURT, Liberato. *Mariano de Azevedo: Ensaio Psicológico*. Rio de Janeiro: Biblioteca Von Hager – Gintner, 1909.

BONANATE, Luigi. *A Guerra*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Escola Naval (seu histórico 1761-1937): I parte da fundação à maioria de D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

_____. *Ministros da Marinha (1840-1865)*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1938.

BOUTHOU, Gaston. *Tratado de Polemologia: Sociología de las guerras*. Madrid: Ediciones Ejército, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CATLIN, George E. Gordon. *Tratado de Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

CERVO, Luis Amado. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora UNB, 1991

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: Ilegalidade e Costume no Brasil Oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: editora brasiliense, 1979.

CORREIA FILHO, Virgílio. *Augusto Leverger: o bretão cuiabanizado*. Mato Grosso: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1979.

_____. *História do Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituição Nacional do Livro, 1969.

- _____. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Coeditora Brasília, 1920.
- CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1965, tomo II.
- CORVISIER, André. *A Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Ed. UNB, 2001.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 2006.
- FIGES, Orlando. *The Crimean War: A history*. New York: Picador, 2010.
- FILHO, Arlindo Vianna. *Estratégia Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009.
- FREUND, Julien. *Sociología del conflicto*. Madrid: Ediciones Ejército, 1995.
- GAMA, Edina Laura Nogueira da. A Marinha Imperial e sua ação contra Rosas e Oribe (1850-1852). 123 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Militar). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001.
- GILBER, Douglas M. *A paz territorial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2015.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.
- HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.
- _____. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico, reações e transações*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1969.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.
- IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.
- JANKE, Leandro Macedo. Duarte da Ponte Ribeiro. Território e territorialidade no Império do Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-11062015-140713. Acesso em: 2016-06-07
- JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas Ministeriais: regime parlamentar do Império*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.
- KEEGAN, John. *Uma história da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.
- MAGALHÃES, J. B. *Estudo Histórico sobre a Guerra Antiga*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- MAIA, Prado A *Marinha de Guerra do Brasil na colônia e no Império*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1965.
- _____. *Através da História Naval Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- MALEŠEVIĆ, Siniša. *The sociology of war and violence*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Modernidade*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.
- _____. *Geopolítica e Teoria de Fronteiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1990.
- _____, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC EDITORA, 2011.
- MEDEIROS, Fernando Saboia de. *A liberdade de Navegação do Amazonas: Relações entre o Império e os Estados Unidos da América*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2014.
- MELLO, Saulo Alvaro de. O Arsenal da Marinha em Mato Grosso: Projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873). 340 f. Dissertação de Mestrado (Pós Graduação em História). Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.
- MENDONÇA, Rubens. *História de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico de Mato Grosso, 1970.
- MINISTÉRIO DA MARINHA. Serviço de Documentação Geral da Marinha. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM, 1975, 3 v., t. 1.
- MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. *A logística naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2015.
- MOURA, Carlos Francisco. *A contribuição naval à formação territorial do extremo oeste*. Rio de Janeiro, 1986.
- NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império. In: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Essencial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- OURO PRETO, Visconde de. *A Marinha d'outrora*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981.
- PEDROSA, José Fernando Maya. *A Catástrofe dos erros: razões e emoções a guerra contra o Paraguai*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 2004.

- PINHO, Wanderley. *Cotegipe e seu tempo: primeira fase 1815-1867*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- RENATO, Flavio Vegécio. *Compendio de técnica militar*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2006.
- RESTIER, Renato. *Antítese da Civilidade: Poder Naval, Pensamento Político e Guerra no Segundo Reinado (1850-1876)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- RIBEIRO, PEDRO F. *A missão Pimenta Bueno (1843-1847)*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1965.
- RIO-BRANCO, Miguel Paranhos de. *Alexandre Gusmão e o Tratado de 1750*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.
- RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contrarrevolução*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975, v. 3.
- SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e Barbárie: a construção da ideia de Nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- SILVA, Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva. Em defesa das fronteiras imperiais: a criação do Estabelecimento Naval e Colônia Militar do Itapura. 106f. Monografia de conclusão de curso (bacharel em história) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.
- SOARES, Teixeira. *História da Formação das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1973.
- STRACHAN, Hew. *Sobre a guerra de Clausewitz: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.
- SWEETMAN, John. *Essential Histories: The Crimean War*. Wellingborough: Osprey Publishing, 2001.
- TAUNAY, Visconde de. *Retirada de Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- TORRES, Miguel Gustavo de Paiva. *O Visconde do Uruguai e sua atuação diplomática para a consolidação da política externa do Império*. Brasília: FUNAG, 2011.
- TOSTA, Octavio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984.
- VAN EVERA, Stephen. *Guide to methods for students of political science*. Nova York: Cornell University, 1997.
- VIANNA, Helio. *História Diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.
- YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. *História das Relações Internacionais do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2013.

2. Mapa Império do Brasil



Fonte: PENHA, Lauriano José Martins. *Carta do Império do Brasil com a designação das ferrovias, colônias, engenhos centrais, linhas telegráficas e de navegação a vapor*. Rio de Janeiro, Lith. Paulo Robin, e Ca., 1883, Biblioteca Nacional, ARC.016,01,006. In: BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart231168/cart231168.jpg, acesso em 20 jan. 2017.

3. Mapa província de Mato Grosso



Fonte: ALMEIDA, Candido Mendes de. Mapa da província de Mato Grosso. In: *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Litografia do Instituto Philomathico, 1868, il., mapas color.; 50 x 33 cm, p. 58.

3.1 Detalhe: Comarca de Miranda



No detalhe do mapa da província de Mato Grosso, ressaltamos a III Comarca de Miranda, região onde estava situada a fronteira com a República do Paraguai e, internamente, com a província de São Paulo e Paraná. Sinalizamos os rios e as principais cidades ou estabelecimentos navais citadas no trabalho. Apresentamos, em ordem numérica, as seguintes vias fluviais: (1) rio Tietê; (2) rio Paraná; (3) rio Invinheima; (4) rio Brillhante; (5) rio Paraguai; (6) rio Branco; (7) rio Apa. As cidades, em ordem alfabética, são: (A) Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar; (B) Dourados; (C) Miranda; (D) porto de Santa Rosalinda; (E) Nioaque; (F) Forte de Coimbra; (G) Fecho dos Morros.

4. Esboço da Carta da província de Mato Grosso por Augusto Leverger (1860)



LEVERGER, Augusto. *Esboço da carta da Província de Mato Grosso: em que vão configurados tão somente os rios e pontos principais e os de que trata a memória que acompanha o mesmo esboço*. Cuiabá, 1860, Entelado; 42,5 x 54,5cm em f. 55,8 x 74,5 cm. Biblioteca Nacional, ARC.023,03,003.

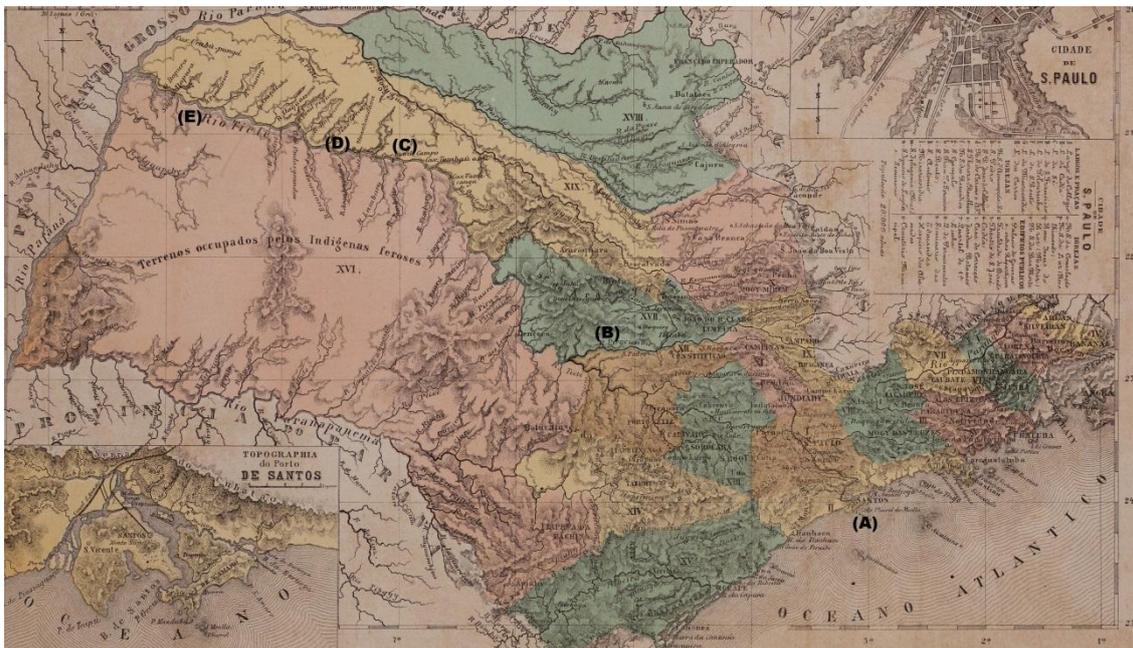
5. Mapa da Província de São Paulo



Arquivo Público do Estado de São Paulo - Memória Pública

Fonte: ALMEIDA, Candido Mendes de. Mapa da província de São Paulo. In: *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Litografia do Instituto Philomathico, 1868, il., mapas color.; 50 x 33 cm, p. 52.

5.1 Detalhe: Trajeto para o Estabelecimento Naval do Itapura



O trajeto para o Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar: (A) Santos – (B) Piracicaba- (C) rio Tietê – (D) colônia de Avanhandava e, finalmente, (E) Itapura.

6. Planta do Estabelecimento Naval do Itapura e Colônia Militar



Fonte: GIANNELII, Ercole. *Colônia Militar de Itapura*. São Paulo, s/d, i, monocromático, nanquim, com legenda, papel canson, bom estado, 109 cm x 72 cm. Arquivo Histórico do Exército: 1085 15.03.1085.

7.0 Fotografia Palácio D. Pedro II



O Palácio D. Pedro II, antiga sede da direção do Estabelecimento Naval do Itapura, estava situado na parte elevada da colônia. Possui arquitetura baseada nos fortes europeus construídos durante o século XIX. É uma construção com dois pisos, duplo chalé, varanda frontal, no pavimento inferior. Em sua fachada, possuía sete portas e sete janelas, no piso superior. Apresentava bandeiras com carcos abatidos e balcões com gradis metálicos. No seu interior, possuía decoração com tapeçaria francesa. A construção do palácio custou, aproximadamente, 300 contos de réis ao Ministério da Marinha. É, atualmente, o único restício da colônia da Armada Imperial existente na região, após o alagamento do salto do Itapura para construção do Complexo de Energia de Urubupungá em 1968.

Fonte: Autor desconhecido. *Fotografia do Palácio D. Pedro II*. São Paulo, s/d. In: PREFEITURA DE ITAPURA. Disponível em: <http://www.itapura.sp.gov.br/>, acesso em 20 jan. 2017.

8. Mapa da Invasão do Paraguai



Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Mapa Conflitos da bacia do Prata. In: *Atlas Histórico do Brasil*. Disponível em: <http://atlas.fgv.br/marcos/guerra-do-paraguai/mapas/conflitos-na-bacia-do-prata-1850-1867>, acesso em 20 jan. 2017.